

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADE
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O grande olho paraibano: a vigilância de classe realizada pelo SNI, Polícia Federal e Dops na Paraíba durante a ditadura empresarial militar (1964-1985)

Jefferson Florencio da Silva

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

2022

Jefferson Florencio da Silva

O grande olho paraibano: a vigilância de classe realizada pelo SNI, Polícia Federal e Dops na Paraíba durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985)

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História na linha de pesquisa I, Cultura e Cidade.

Orientador: Prof. Doutor Luciano Mendonça de Lima

CAMPINA GRANDE – PB

2022

S586g

Silva, Jefferson Florencio da.

O grande olho paraibano: a vigilância de classe realizada pelo SNI Polícia Federal e Dops na Paraíba durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985) / Jefferson Florencio da Silva. - Campina Grande, 2022.

296 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.

"Orientação: Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima."

Referências.

1. Ditadura Empresarial Militar. 2. Órgãos de Informação. 3. Polícia Política. 4. Vigilância. 5. Paraíba. I. Lima, Luciano Mendonça de. II. Título.

CDU 321.6(043)

FICHA CATALOGráfICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA ITAPUANA SOARES DIAS GONÇALVES CRB-15/93

2021

Jefferson Florencio da Silva

O grande olho paraibano: a vigilância de classe realizada pelo SNI, Polícia Federal e Dops na Paraíba durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985)

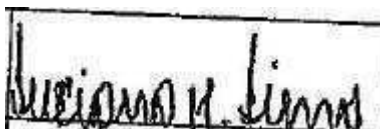
Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História na linha de pesquisa I, Cultura e Cidade.

Aprovado (a) em: 30/09/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima (UFCG)

Orientador



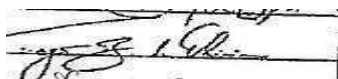
Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha (UFCG)

Examinador Interno



Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira (UFPB)

Examinador Externo





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Às 18:30h (dezoito e trinta horas) do dia 30 (trinta) de setembro de 2021 (dois mil e vinte e um), através de sala de videoconferência do Mestrado da Universidade Federal de Campina Grande, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo(a) aluno(a) **Jefferson Florencio da Silva**, intitulada: **"O grande olho paraibano: a vigilância de classe realizada pelo SNI, Polícia Federal e Dops na Paraíba durante a ditadura empresarial militar (1964-1985)"**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **"APROVADO"**, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Luciano Mendonça de Lima (Orientador), Gervácio Batista Aranha (Examinador Interno), Tiago Bernardon de Oliveira (Examinador Externo). Assina também a presente Ata o Secretário do PPGH Yaggo Fernando Xavier de Aquino e o Coordenador do PPGH José Otávio Aguiar, para os devidos efeitos legais.

Parecer: **APÓS APRESENTAÇÃO DO TRABALHO, OS MEMBROS DA BANCA FIZERAM SUAS RESPECTIVAS ARGUIÇÕES, SENDO AO FINAL A DISSERTAÇÃO SIDO APROVADA EM FUNÇÃO DE CUMPRIR TODOS OS CRITÉRIOS**

Orientador(a)	Luciano Mendonça de Lima	<i>Luciano Mendonça de Lima</i>
Examinador Interno	Gervácio Batista Aranha	<i>Gervácio Batista Aranha</i>
Examinador Externo	Tiago Bernardon de Oliveira	<i>Tiago Bernardon de Oliveira</i>
Secretário	Yaggo Fernando Xavier de Aquino	<i>Yaggo Fernando Xavier de Aquino</i>
Coordenador	José Otávio Aguiar	<i>José Otávio Aguiar</i>

Campina Grande-PB, 30 de setembro de 2021.

Epigrafe

A minha gente hoje anda

Falando de lado

E olhando para o chão, viu

Chico Buarque, Apesar de você

Agradecimentos

Este trabalho não seria possível sem ajuda e o apoio de diversas pessoas que ao longo do mestrado me apoiaram de diversas formas. Primeiramente agradeço minha família por sempre ter incentivado meus estudos. Sem o amor e carinho da minha mãe Raquel, minha avó Severina e minha tia Elisabeth eu não conseguiria ter chegado até aqui. Agradeço também aos professores do PPGH com que tive aulas muitas produtivas. Principalmente ao professor Gervacio Aranha pelas suas aulas incríveis de teoria da História nas terças feiras de manhã e ao professor Luciano Queiroz, que na disciplina de história social mostrou que o papel dos historiadores não é apenas estudar o passado, mas lutar no presente por uma sociedade mais justa e igualitária. Mas a minha maior gratidão é para com o meu orientador, o professor Luciano Mendonça Lima, que acreditou no meu projeto (o primeiro que acreditou) e que ao longo desses anos me orientou através das suas magistrais aulas de História e Historiografia da ditadura militar, nas reuniões presenciais antes da pandemia e nas reuniões online, durante a pandemia. Mendonça sempre esteve disposto a me ajudar e a ele devo muito. As teses, dissertações, artigos e livros por ele indicado contribuíram bastante para a escrita desta dissertação e também para minha formação acadêmica e política. O grupo de estudos Antônio Gramsci e os desafios teóricos e práticos do marxismo no mundo contemporâneo, guiado por Mendonça e Queiroz, também de suma importância para aprofundar meus conhecimentos no materialismo histórico e guardo com carinho as discussões e leituras realizadas durante os encontros deste grupo de estudo. Aos meus colegas de mestrado, Lucas, Jean, Yuri, Samurai, Souchi, Andresson, Pedro, Renan, Roberta, Lorrane, Madjorie e muitos outros, agradeço os momentos divertidos e de aprendizados que compartilhamos nos corredores do PPGH, no campus de Campina Grande da UGCG e nos almoços no cantinho Universitário. Aos meus amigos de longa data, Menarry, Mayrton, Lineker, Edson, Francielio, Lucas, Matheus, Michel, agradeço a amizade e que nos momentos em que eu não estava estudando e pesquisando, sempre me chamavam para sair para colocar a conversa em dia. Por fim dedico este trabalho ao meu falecido Avó, Geraldo Pereira da Silva, que foi o primeiro nas minhas lembranças a falar sobre os tempos sombrios e terríveis da ditadura empresarial militar, mas que infelizmente faleceu antes da minha entrada no curso do mestrado.

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar a atuação dos órgãos de informação e repressão da ditadura empresarial militar na Paraíba (1964-1985) e demonstrar como essa atuação teve um forte conteúdo de classe.

Através das fontes da Agência Regional do SNI de Recife, do Departamento da Polícia Federal da Paraíba e do DOPS-PB tivemos a preocupação de demonstrar como esses órgãos foram instrumentos do regime usados principalmente contra as camadas subalternas da sociedade paraibana que lutavam para reivindicar seus direitos sociais, econômicos e políticos.

Por isso que partimos da hipótese de que a vigilância exercida por esses órgãos era uma vigilância com sentido de classe, uma vez que compartilhamos da interpretação que o golpe de 64 foi um golpe de classe e a ditadura que dele nasceu é uma ditadura de classe aberta e na sua forma autocrática mais completa.

A missão principal desses órgãos era anular na Paraíba, assim como em todo o Brasil, a luta de classes no país, antecipando, anulando e reprimindo através dos órgãos de informações e repressão, qualquer protesto, greve e manifestação contra a ditadura, por menor que fosse a fagulha social.

O objetivo maior desta pesquisa é evidenciar como as lutas sociais na Paraíba foram vigiadas por esses órgãos e diversos cidadãos paraibanos que buscaram reivindicar por melhores condições de vida tiveram suas vidas monitoradas e sofreram com a vigilância e repressão desses instrumentos ditatoriais.

Palavras-chaves: ditadura empresarial militar, órgãos de informação, polícia política, vigilância, Paraíba.

Abstract

The objective of this work is to analyze the performance of the information and repression organs of the military business dictatorship in Paraíba (1964-1985) and to demonstrate how this performance had a strong class content.

Through the sources of the SNI Regional Agency in Recife, the Federal Police Department of Paraíba and the DOPS-PB, we were concerned to demonstrate how these bodies were instruments of the regime used mainly against the subaltern layers of Paraíba society that struggled to claim their rights social, economic and political.

That is why we start from the hypothesis that the surveillance carried out by these bodies was a surveillance with a sense of class, since we share the interpretation that the 1964 coup was a class coup and the dictatorship that was born from it is an open class dictatorship and in its most complete autocratic form.

The main mission of these bodies was to annul in Paraíba, as well as throughout Brazil, the class struggle in the country, anticipating, annulling and repressing through the information and repression organs, any protest, strike and demonstration against the dictatorship, however small. was the social spark.

The main objective of this research is to show how the social struggles in Paraíba were watched by these bodies and several citizens of Paraíba who sought to claim better living conditions had their lives monitored and suffered from the surveillance and repression of these dictatorial instruments.

Keywords: military business dictatorship, information organs, political police, surveillance, Paraíba

Lista de abreviaturas

1º GPT E Cnst – Primeiro Grupamento de Engenharia e Construção

31 BTD MTX -

IV Ex – Quarto Exército

AC – Agência Central

ACE – Arquivo Cronológico de Entrada

ARE – Agência Recife

ADUFPB – Associações dos Docentes da UFPB

ADUFCG – Associações dos Docentes da UFCG

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

AMPEP – Associação Magistério Público

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASI – Assessoria de Segurança Interna

CDDH - Centro de Defesa de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba

CEVPM-PB – Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba

CEPLAR – Campanha de Educação Popular

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CIE – Centro de Informações do Exército

CISA – Centro de informações da Aeronáutica

CIPS – Centro de Informações Policiais e de Segurança

CODI - Centro de Operações de Defesa Interna

CSN – Conselho de Segurança Nacional

CNV – Comissão Nacional da Verdade

DOI – Departamento de Operações de Informações

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DEOPSE - Delegacia Especial de Ordem Política, Social e Econômica

DPF – Departamento de Polícia Federal

DSI – Divisão de Segurança Nacional

DSN – Doutrina de segurança Nacional

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas

EMFA – Estado Maior das Forças Armadas

ESG – Escola Superior de Guerra

EsNI – Escola Nacional de Informações

GLC – Grupo de Levantamento da Conjuntura

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPM – Inquérito Policial Militar

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

NAJP – Núcleo da Agência de João Pessoa

OBAN – Operação Bandeirantes

OIs – Órgãos de Informações

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PDS – Partido Democrático Social

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMPB 2º Seção – Segunda Seção da Polícia Militar da Paraíba

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

SFICI – Serviço Federal de Informações e Contrainformações

SISNI – Sistema Nacional de Informações

SSP/PB – Secretária de Segurança Pública da Paraíba

UDN – União Democrática Nacional

Sumário

Introdução, 13

1 Atuação do SNI no estado paraibano: espionagem, vigilância e produção de informações, 43

1.1 A criação do SNI, 43

1.2 A criação da agência regional de Recife e a reestruturação do SNI pelos governos Costa e Silva e Emilio G. Médici, 50

1.3 O SNI na Paraíba: A vigilância e a produção de informações sobre as ligas camponesas e os trabalhadores rurais, 54

1.4 O SNI na Paraíba: A vigilância sobre bispos e padres da Igreja Católica que defendiam as reivindicações dos trabalhadores paraibanos, 66

1.5 SNI na Paraíba: A vigilância sobre os políticos paraibanos, 73

2. Departamento de Policia Federal: Uma criação da Ditadura Militar, 82

2.1 Teresa Braga e as causas trabalhistas e humanitárias na mira da Policia Federal, 96

2.2 De olho nas ocupações: o problema de moradia na paraibana transformado em plano “subversivo” dos inimigos do regime, 105

2.3 A vigilância da Policia Federal sobre os novos partidos políticos, 119

3. Atuação do DOPS-PB na Paraíba, 129

3.1 A origem dos DOPS e a sua reestruturação e ampliação de poderes pela ditadura empresarial-militar, 131

3.2 A criação do Dops na Paraíba e a sua trajetória de perseguição política e violência, 139

3.3 A produção de informações do DOPS-PB sobre os trabalhadores urbanos paraibanos e movimentos grevistas, 151

3.4 A produção de informações do DOPS-PB sobre as manifestações e greves dos professores paraibanos, 157

Conclusão, 168

Referencias Bibliográficas, 174

Acervos online consultados, 182

Fontes, 183

Introdução

O golpe empresarial militar¹ de 1964 marcou o fim da democracia restrita² que o Brasil vivenciou após o fim da ditadura do Estado Novo e representou o nascimento de uma ditadura militar que durou vinte e um anos. 59 anos depois desse golpe que destruiu as esperanças de reformas e a ampliação da democracia para os trabalhadores brasileiros, a sociedade brasileira ainda vive mergulhada numa enorme desigualdade social, com uma das piores distribuições de renda do planeta. Mesmo sob uma democracia limitada novamente, embora diferente daquela que foi derrubada em 64, o povo ainda amarga e sofre com a herança maldita da ditadura, presente nas forças policiais, no exército e em algumas instituições do governo e até mesmo na constituição de 1988, a mais democrática da história republicana brasileira, mas que mesmo assim guarda certos traços do autoritarismo do regime militar³, como por exemplo, o artigo 144, que deixa claro que as forças armadas podem intervir na ordem social e política do país quando entenderem que ela está sendo ameaçada.

O cenário político, econômico e social do Brasil atualmente em 2020 reforça que a ditadura não é apenas um passado próximo, mas se faz bem presente e atuando atualmente através dos saudosistas desse período e de todos aqueles que apoiaram e ainda apoiam um projeto político e econômico que tira os direitos políticos e reduz os salários dos trabalhadores em prol do capital. O governo Bolsonaro, que deu continuidade aos ataques do governo anterior de Michel Temer (2016-2018) aos direitos dos trabalhadores, impondo uma previdência social desumana para os aposentados brasileiros, assume abertamente os valores e ideais da ditadura militar, sendo que este na juventude serviu ao regime militar com orgulho e já no período democrático não cansou de defender a ditadura, a prática da tortura e enaltecer torturadores.

¹ DREIFUS, Rene Armand. **A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981, p.361. O autor defende na sua tese que o golpe contra J. Goulart foi um golpe de classe desferido pela elite empresarial, representada pelo complexo Ipes-Ibad, em aliança com os militares. Ele designa o golpe de civil-militar, mas o termo civil em Dreifuss tem sentido de classe, para designar a elite empresarial e daí deriva termo golpe empresarial militar. O termo golpe civil-militar também é usado por historiadores revisionistas, mas o elemento civil é desprovido do sentido de classe e serve para legitimar a tese de que a sociedade brasileira apoiou o golpe ou que os civis desse termo eram somente as lideranças políticas, excluindo o papel crucial dos empresários no golpe.

² FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**, 2ªEd. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1974, p. 347.

³ ZAREVUCHA, Jorge. **Relações civil-militares: O legado autoritário da constituição brasileira de 1988. O que resta da ditadura**. (Orgs) Edson Teles e Vladimir Safatlen. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 39.

Nas próprias universidades brasileiras e principalmente no campo da História sobre a ditadura militar há teses e análises que buscam legitimar a ditadura ou pelo menos demonstrar que ela não foi tão “dura” assim, fazendo alusão ao título de uma matéria do Jornal a Folha de São Paulo publicada em 2009. Tal corrente historiográfica se não pode ser diretamente responsável pela onda conservadora e neofascista que chegou ao poder no Brasil como herdeira da ditadura, mas tem sua parcela de responsabilidade, por produzir pesquisas que serviram como munição para muitos dos membros do atual governo pudessem defender o regime militar com teses que carecem de comprovação empírica como, por exemplo: as esquerdas da época seriam golpistas, de que J. Goulart planejava um golpe e que eles não tinham um projeto ditatorial logo que deram o golpe.

Esse movimento revisionista⁴ sobre o golpe e a ditadura militar não é recente e desde o começo dos anos 90 vem produzindo pesquisas com intuito de combater as interpretações marxistas sobre o golpe e a ditadura. Essa ofensiva ao materialismo histórico deve ser entendida tanto no plano político, com o fim da URSS em 1991,

⁴ A palavra revisionismo segundo Enzo Traverso “é uma palavra camaleão que assumiu ao longo do século XX significados diferentes e contraditórios, prestando-se a usos múltiplos e suscitando muitas vezes mal entendidos”. O revisionismo que vamos sempre nos referir nesta pesquisa de dissertação se refere a uma revisão de aspecto negativo da história, que busca reabilitar regimes ditatoriais ou no mínimo amenizar a visão da sociedade sobre ela, suavizando fatos e apresentando “aspectos positivos” das ditaduras. O revisionismo que criticamos aqui neste trabalho é o revisionismo histórico sobre a ditadura militar brasileira e no qual inserimos como uma revisão negativa do passado, mas isso não significa que toda revisão da história tenha esse aspecto negativo. Segundo Enzo Traverso as revisões na história são comuns e sempre serão feitas a medidas que surjam novas fontes. Na leitura do artigo de Traverso fica evidente que o historiador profissional tem que ficar atento para o que é uma boa revisão historiográfica, que são aquelas que agregam novas informações sobre um período histórico, daquelas das quais ele cita como o maior exemplo de um revisionismo de tipo negativo, que foi o revisionismo praticado pela revista *Annales d'histoire révisioniste*, de 1987, que nega o holocausto judeu pelos nazistas e ficou mais conhecido na historiografia como “Negacionismo”. Mas esse não é o único caso de revisionismo de aspecto negativo que o autor chama atenção, ele também comenta sobre uma tendência na historiografia italiana “que fez da reabilitação do fascismo o seu objetivo declarado”. A historiografia revisionista brasileira esta fazendo a mesma coisa, às vezes num grau menor e na inocência teórica de certos autores e outras vezes num grau maior e com uma intenção política e ideológica por trás das linhas. Enzo Traverso termina sua discussão sobre a palavra revisionismo para historia dizendo que “a noção de ‘revisionismo’ continua a ser muito problemática e frequentemente nefasta. Proponho que não seja utilizada, a não ser para designar uma controvérsia datada, há mais de um século levantada por Bernstein”. Nesse ponto discordamos do autor e sim, achamos necessário discutir dentro da historiografia o revisionismo, mas sabendo diferenciar as boas revisões da história daquelas que se aproximam do negacionismo. TRAVERSO, Enzo. Revisão e Revisionismo. In: **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. (Orgs) Carlos Zacarias de Sena Junior, Demian Bezerra e Melo e Gilberto Grassi Calil. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2017, p. 28, 37.

como no plano econômico, na ascensão do neoliberalismo no mundo e no Brasil⁵. Todos esses fatores políticos e econômicos se refletiram na ciência histórica e incentivou muitos historiadores críticos do marxismo a renovar suas críticas ao método histórico criado por Marx e Engels. O debate dentro da História realizado por esses historiadores que levantavam a bandeira da “Nova História” ou do Pós-estruturalismo era que as análises marxistas eram estruturalistas, totalizantes, economicistas e deterministas. Críticas certamente de “intelectuais”, que, provavelmente nunca se aprofundaram nos livros de Marx e Engels e de outros historiadores marxistas sobre o método do materialismo histórico. Para lembrar esses críticos, dentro do próprio marxismo, ou melhor, dizer, da tradição marxista, houve críticas ao estruturalismo, citando, por exemplo, a magistral crítica do historiador inglês Edward P. Thompson ao Marxismo estruturalista althusseriano⁶. Eric J. Hobsbawm nas suas reflexões sobre a história e o marxismo cansou de combater o economicismo, ou marxismo vulgar, como ele denomina⁷. Os próprios Marx e Engels eram contra análises determinantes e engessadas, pois para eles a história era viva, era movimento constante, com mudanças e transformações, era a história dos “homens ativos e atuantes”⁸. Engels na sua carta para Joseph Bloch inúmeras vezes afirmar que tanto ele como Marx nunca defenderam que o fator econômico era o mais determinante na história⁹. Mas, para os detratores do Marxismo encarar a realidade material é um pouco demais e eles ignoram esses fatos e continuam a insistir e colocar falsas acusações ao método do materialista histórico.

⁵ MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão In: **A miséria da Historiografia: Uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. (Org) Demian Bezerra de Melo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p.

⁶ THOMPSON. E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981, p.88-89, 164,166. Thompson é contra o modelo estruturalista althusseriano que tirava o sujeito da história, tornando apenas um tragger, uma marionete da estrutura, retirando a ação do sujeito histórico. Essa visão althusseriana contraria a própria noção de Marx da história, em que os homens são ativos e atuantes, e através de suas ações, criam os meios produtivos, relações sociais, ideias, leis, costumes e etc, até que os homens criem outros meios de produtivos, o que altera as relações social e consequente o modo de produção e a sociedade. Tanto para Marx e Thompson a história é movimento, mudanças, contradições e transformações. E os homens são os agentes principais desse movimento. O Estruturalismo anula o homem da história e consequentemente anula a própria história.

⁷ HOBBSAWM, Eric. J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia de bolsos, 2013, p.157.

⁸ MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Lafonte, 2018, p. 105. Embora, o próprio Marx reconheça que “os homens fazem sua história, mas não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas que lhe foram transmitidas assim que se encontram. MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 25.

⁹ ENGELS, Friedrich. **Cartas Carta para Joseph Bloch, 21-22 de Setembro de 1890**. In: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>

O movimento revisionista sobre o golpe de 64 e a ditadura é um dos principais acusadores e críticos do materialismo histórico. A autora que praticamente começou este movimento revisionista sobre o golpe foi a Cientista Política Argelina Figueiredo no seu livro publicado em 1993, *Reformas ou Democracia?*, em que ela defende que tanto a esquerda quanto a direita não estavam interessados no jogo democrático e para conseguir realizar seus projetos claramente iriam contra a democracia¹⁰. Principalmente na visão dela, à esquerda, para aprovar suas reformas. O historiador marxista Marcelo Badaró rebate tal tese. Primeiramente criticando a teoria racional que ela utiliza para analisar o golpe. Segundo Badaró: “Tal referencia teórica pode ser avaliada, numa leitura crítica, como uma variante do individualismo metodológico, que toma o comportamento dos agentes sociais como o dos indivíduos dotados de margens amplas de escolha e racionalidade direta na ação social¹¹.” Ainda segundo Badaró ela utiliza isso para:

Tentar provar que durante o governo Goulart, poderia ter existido um caminho para reformas moderadas dentro da ordem democrática, porém, os “atores” escolheram maximizar suas possibilidades, em detrimento dessa ordem: Os reformistas querendo reformas amplas e os contrários às reformas a dispostos barrá-las¹².

Marcelo Badaró critica essa postura da autora por culpar os golpeados pelo golpe e principalmente por acreditar que as reformas exigidas eram radicais. Reformas que já tinham sido feitas em muitos países capitalistas e nada tinham de incompatíveis com a democracia burguesa. Badaró também vai criticar a denominação de radical que Figueiredo dá as esquerdas, lembrando-a que um dos maiores representantes das esquerdas brasileiras, o PCB, defendia a democracia e a ordem democrática¹³.

Tanto Badaró quanto o historiador Demian Bezerra de Melo vão apontar as críticas infundadas que Argelina Figueiredo fez ao Cientista Político e historiador René Armand Dreifuss. Uma delas, como lembra Demian Melo, de que Dreifuss não teria considerado a condição econômica do Brasil como um dos pontos que ajudaria os

¹⁰MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão In: **A miséria da Historiografia: Uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. (Org) Demian Bezerra de Melo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 161.

¹¹ MATTOS, Marcelo Badaró. O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura: um debate historiográfico. In: **1964: 50 depois – a ditadura em debate**. (Org) Grimaldo Carneiro Zachariadhes. Aracaju: EDISE, 2015, p. 59.

¹² Ibidem, p. 59.

¹³ Ibidem, p. 62.

objetivos dos golpistas. Demian Bezerra de Melo vai lembrá-la, de que não só considerou isso, como também escreveu um capítulo inteiro dedicado ao tema. O que claramente demonstra que Argelina Figueiredo não teve uma leitura muito atenta da obra de Dreifuss.

Essa e outras críticas de Figueiredo a tese de Dreifuss inaugurou um dos traços do que seria predominante na historiografia revisionista: Criticar as interpretações marxistas sem argumentos sólidos amarrados em provas concretas. Badaró diz que outra característica dessa historiografia é descartar ou secundarizar as análises marxistas em detrimento de interpretações que ignoram o caráter de classe do golpe¹⁴. Isso já podendo ser visto nas pesquisas dos historiadores Gláucio Ary Soares e Maria Celina de D´Araújo, em 1994.

De acordo com Badaró esses dois historiadores defendem a tese de que o golpe foi dado exclusivamente por militares. Eles contestam as tese de que grupos econômicos tenham sido os principais conspiradores responsáveis pela queda de Goulart. Marcelo Badaró diz que Soares embora considere que os grupos econômicos brasileiros tenham dado apoio aos militares, recusa-se em dá-lhes o protagonismo do golpe de estado de 64 ao lado dos militares. Numa clara oposição à tese de Dreifuss. Outro ponto que Badaró chama atenção é a tese de D´Araújo de que não havia um projeto de ditadura entre os golpistas. O historiador questiona essa tese ao expor que dos diversos planos e medidas elaborados pelo IPES foram postos em prática logo nos primeiros meses de ditadura e que os principais empresários do IPES assumiram cargos importantes no regime. Tudo isso relatado na tese de Dreifuss e ignorado pela historiadora D´Araújo.

Todas essas teses revisionistas de Soares e D´Araújo são baseadas em depoimentos e entrevistas de militares. Marcelo Badaró critica a maneira como os dois historiadores aceitam esses depoimentos como a verdade sobre o golpe de 1964 sem fazer nenhuma crítica a essas fontes. Outro problema detectado por Badaró nessas entrevistas é o fato que a maioria dos entrevistados terem tido uma participação secundária no golpe e por isso não estavam a par de quem realmente estava por trás dos preparativos do golpe. Eram apenas subordinados ideologicamente comprometidos com seus superiores.

¹⁴ Ibidem, p. 53.

Mas Gláucio Ary Soares e Maria Celina de D'Araújo não são os únicos historiadores revisionistas. Demian Bezerra de Melo destaca dois historiadores que foram influenciados pelo livro de Figueiredo e pela historiografia revisionista que aos poucos estava ganhando espaço no universo acadêmico: Jorge Ferreira e Daniel A. Reis Filho¹⁵. Os dois atualmente são grandes nomes da historiografia revisionista e defendem fortemente tais posições. O primeiro defende a tese de Argelina Figueiredo de que as esquerdas não tinha apreço pela democracia e eram até mais radicais e ofensivas que os golpistas, aos quais ele chegou a dizer que em 1964 estavam numa posição defensiva e chega ao ponto de afirmar que a direita golpista desferiu o golpe para defender a democracia¹⁶. Para Ferreira a culpa do Golpe de Estado de 64 cai mais na conta da esquerda do que na direita e sempre trata as esquerdas como radicais. Ele também defende a tese de que o golpe teve apoio de grande parte da sociedade. Todas essas teses levantadas por Ferreira carecem de comprovação empírica. Demian de Melo, na sua crítica a Jorge Ferreira, expõe de maneira clara os equívocos metodológicos de Ferreira ao analisar uma fonte e não realizar nem uma crítica externa e interna da mesma. Ferreira pega o conteúdo da fonte supostamente analisada e a reproduz como uma verdade absoluta¹⁷. Uma das críticas mais marcantes de Demian a historiografia revisionista é justamente a falta de criticidade desta corrente com as fontes.

Já o segundo autor, Daniel Aarão Reis Filho, realiza uma operação revisionista mais acerca do período da ditadura, embora também defenda que em 1964 o golpe foi apoiado por uma grande parcela da população, usando como justificativa para isso as marchas com a família com Deus. Em relação à ditadura, Daniel Aarão defende que o período dos anos de chumbo, momento mais violento da ditadura, na verdade também foram anos de “ouro”¹⁸, com uma grande popularidade em torno do ditador Médici e

¹⁵ MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão In: **A miséria da Historiografia: Uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. (Org) Demian Bezerra de Melo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 162-165-66.

¹⁶ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: **tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964** (orgs) Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado, 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 381. Ferreira diz: “(...) Em 1964, no entanto, quem defendia a ordem legal eram os conservadores, com o argumento de que a constituição era intocável”.

¹⁷ MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão In: **A miséria da Historiografia: Uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. (Org) Demian Bezerra de Melo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 163-164.

¹⁸ FILHO, Daniel Aarão Reis. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000, P. 61.

que a ditadura acabou em 1979, com a Anistia Política¹⁹. O autor também defende a tese revisionista sobre o apoio que grande parte da sociedade deu à ditadura e que após o fim do regime buscou apagar essa memória e adotar a memória confortável de resistência à ditadura.

Novamente o marxista Demian Bezerra Melo tem que lembrar a Daniel Aarão e aos historiadores revisionistas de que grande parte das pessoas que faziam parte das marchas era de setores das classes médias, contando com muitos poucos elementos das classes subalternas²⁰. O cientista político e historiador Moniz Bandeira resgata uma fala do próprio embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, no seu relatório sobre a marcha, em que ele revela que “a única nota triste era a participação obviamente limitada das classes baixas”²¹. Logo, afirmar que o golpe contou com grande apoio popular é forçar a realidade a uma idealização elaborada. Demian também vai criticar a tese da popularidade de Médici levantada por Aarão. O historiador revisionista se utiliza de uma pesquisa realizada pelo IBOPE para afirmar que Médici e seu governo eram vistos como popular e bom, pelo povo. Demian Melo vai criticar a falta de criticidade com que Daniel Aarão teve ao analisar essa fonte e diz:

(...) o mínimo que se espera é que historiadores sejam capazes de problematizar certas fontes, como no caso das pesquisas de opinião feitas no contexto de uma ditadura (...). As relações de forças no contexto da produção destas representações sociais deve ser sempre levada em conta. Qualquer opositor do regime ditatorial brasileiro – independente de sua tendência política – em face de uma entrevista sobre o comandante em chefe da ditadura, nos anos mais duros desta, cujo slogan era “ Brasil, ame-o ou deixe-o, certamente, por uma questão de sobrevivência, evitaria pronunciar-se de forma crítica em relação aquele governo²²

A falta de rigor metodológico de Daniel Aarão em relação a essa fonte é bem visível e segundo Demian Melo é uma característica do revisionismo historiográfico.

¹⁹ Ibidem, p. 69.

²⁰ MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão In: **A miséria da Historiografia: Uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. (Org) Demian Bezerra de Melo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 169.

²¹ BANDEIRA, Moniz. **As lutas sociais no Brasil 1961-1964**. Civilização Brasileira, 1978, p. 186.

²² MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão In: **A miséria da Historiografia: Uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. (Org) Demian Bezerra de Melo. Consequência, p. 171.

Esses dois historiadores citados nestes últimos parágrafos foram uns dos principais responsáveis por incentivar o revisionismo historiográfico no Brasil. Um revisionismo que não busca agregar e contribuir com novas informações sólidas sobre o nosso passado ditatorial mais recente, mas com bem expõe Demian de Melo, se aproxima mais do revisionismo sobre a Alemanha Nazista, sobre as ditaduras franquista e salazarista a até do membro mais radical dessa “família”, o negacionismo, uma tentativa de certos historiadores alemães na década de 80 que tentaram negar o holocausto nazista²³. Infelizmente essa “escola” ganhou força e adeptos entre os historiadores brasileiros e houve um boom de teses revisionistas no começo dos anos 2000. Historiadoras e historiadores como Carlos Fico, Denise Rollemberg, Samantha Viz Quadrat, Marco Antonio Villa e Rodrigo Patto Sá Motta passaram a produzir dissertações, livros e publicações reafirmando algumas dessas teses revisionistas e produzindo novas. Mas é importante salientar que esse revisionismo historiográfico sobre a ditadura militar não é homogêneo e podemos encontrar tanto autores mais radicais, como Marco Antonio Villa e Daniel Aarão Reis e outros mais sofisticados e refinados, como Carlos Fico.

Caio Navarro de Toledo foi um dos primeiros historiadores críticos a chamar atenção para esse revisionismo historiográfico que vinha ganhando forma nos últimos anos. No seu artigo *Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo* discute como já no ano de 2004, em plenos debates realizados nas universidades e nos meios jornalísticos em torno dos 40 anos do golpe militar, o revisionismo já estava em voga. Toledo foi um dos primeiros a criticar essa historiografia revisionista e os seus adeptos²⁴. Além de criticar o fraco conteúdo teórico dessas teses, criticava também a sua falta de provas documentais para comprovar suas hipóteses. Mas sem dúvida, a crítica mais importante que fez aos revisionistas é a de que suas teses acabam servindo aos propósitos dos defensores do golpe e da ditadura. De acordo com ele “A direita golpista não pode senão aplaudir esta “revisão” historiográfica proposta por alguns intelectuais

²³ MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. *Marx e o Marxismo* v.1, n.1, jul/dez 2013, p. 57-58. O autor marxista considera importante diferenciar o revisionismo do negacionismo e apontar as diferenças entre esses dois conceitos. Mas ao mesmo tempo Demian Melo concorda com a historiadora italiana Luciana Soutelo de que o negacionismo é uma corrente minoritária dentro do revisionismo.

²⁴ No seu artigo, Toledo vai critica especialmente as teses revisionistas do historiador Marco Antônio Villa, que segundo Toledo, defende sem provas, as teses do golpismo da esquerda e de um golpe planejado pelo presidente J. Goulart, que podem ser vistas no seu livro publicado em 2003, *Jango, um perfil*.

progressistas e de esquerda’’²⁵. Bolsonaro e sua turma de extrema direita com certeza agradecem.

De lá para cá o revisionismo historiográfico foi ganhando forças e não só entre historiadores. O jornalista Elio Gaspari, autor de cinco livros sobre a ditadura militar, também fez uso das teses de alguns historiadores revisionistas²⁶ para defender que em 1964 havia dois golpes em curso, o da esquerda e o da direita. Também baseado nos textos dos historiadores revisionista encurtou o tempo da ditadura para 1979 e a defender que grande parte da sociedade apoiou o golpe e a ditadura. A tese original de Gaspari para o revisionismo histórico, segundo o historiador Gilberto Grassi Calil, é a sua defesa de que a ditadura foi desmontada exclusivamente pelas figuras Geisel e Golbery²⁷. Para o jornalista a ditadura foi acabada pela “boa vontade” do ditador “esclarecido” Geisel e seu conselheiro, sem levar em conta as pressões que o regime estava sofrendo interna e externamente.

O revisionismo acerca da ditadura militar brasileira também se encontra presente na temática analisada e discutida nesta pesquisa, que é sobre os órgãos de informação e repressão do regime militar. Esse tema também foi atingido pelo revisionismo, que busca suavizar e minimizar a relação entre os órgãos de informação com os órgãos de repressão, diminuir o poder e a influência que esses órgãos tinham sobre o país e também levantar teses sobre a participação e do apoio da sociedade brasileira à vigilância ditatorial. Além de todas essas teses, esses autores revisionistas também esvaziavam da atuação desses órgãos a sua natureza de classe e o sentido de classe dessa vigilância ditatorial. Em plano nacional um dos primeiros autores revisionistas sobre os órgãos de espionagem foi o historiador Carlos Fico, na sua obra bastante conhecida: *Como eles Agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e policia politica*. Neste livro publicado em 2001, Fico defende que o golpe de Estado de 1964 foi

²⁵ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. Crítica Marxista, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.19, 2004, p.27-48.

²⁶ Assim como Gaspari fez uso da historiografia revisionista sobre a ditadura militar diversos historiadores revisionistas fizeram uso das teses revisionistas originais de Gaspari em suas pesquisas e trabalhos. Ou seja, a historiografia revisionista influencia o jornalismo revisionista e vice-versa, numa constante retroalimentação.

²⁷CALIL, Gilberto Grassi. Elio Gaspari e a ditadura Brasileira: uma interpretação revisionista. In: **Contribuição à crítica da Historiografia revisionista**. (orgs). Carlos Zacarias de Sena Junior, Demian Bezerra de Melo e Gilberto Grassi Calil. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 103-110.

“indubitavelmente militar”²⁸, superestimando o papel das forças armadas no golpe e minimizando o envolvimento, mesmo mencionado, dos grandes empresários dos grupos Ipes e Ibad na desestabilização do governo Goulart e na preparação do golpe. O autor combate diretamente às interpretações do caráter de classe do golpe ao dizer:

Cientistas políticos, sociólogos e historiadores tradicionalmente tem atribuído grande importância ao caráter sistêmico e sistematizador do conjunto de ideias conhecido por “ideologia” ou doutrina de segurança nacional e desenvolvimento. Tal enfoque tem sido especialmente útil quando nos auxilia a perceber o cunho orgânico que possuíam certas instâncias participes da conspiração que levou ao golpe de 1964, notadamente a Escola Superior de Guerra, O Instituto Brasileiro ação democrática (IBAD) e o instituto de pesquisas e Estudos Sociais (IPES) – organizações que congregavam, basicamente empresários e militares de elite. Essa visão, entretanto, deve ser matizada não só em função da grande diversidade, já aludida entre os militares, mas, sobretudo, pela importância relativamente pequena que planos de ações e sistemáticos tiveram posteriormente, quando da implantação de políticas efetivas dos governos militares.²⁹

Embora Fico não dê nome aos “bois”, claramente ele está fazendo uma crítica a visão de Dreifuss sobre o golpe de 1964 . Isso fica mais visível no seu artigo publicado em 2017 na revista Tempo e Argumento em que ele deixa bem claro essa crítica ao marxista uruguaio³⁰. Ao que parece Fico também fez uma leitura “apressada” de Dreifuss ao dizer que os empresários do complexo IPES/IBAD tiveram uma importância relativamente pequena na implantação de políticas nos governos militares. Dreifuss demonstrou como diversos desses membros, inclusive militares que faziam parte desse complexo, assumiram postos-chaves no regime ditatorial e que seus projetos políticos e econômicos elaborados no período da conspiração e do golpe definiram boa parte das ações realizadas pela ditadura por mais de vinte anos.

Carlos Fico também ao utilizar a expressão golpe-cívico-militar³¹ elimina seu conteúdo de classe, ao ver nesse componente civil apenas “expressivos setores de

²⁸ FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política.** São Paulo: Editora Record, 2001, p. 20-22.

²⁹ *Ibidem*, p. 42-43

³⁰ FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.9, n.20, p.05-70. Jan./abr. 2017, p. 12.

³¹ No artigo já citado, tempo e argumento, Carlos Fico deixa mais claro que não vê problemas na adoção do termo civil e militar para caracterizar o golpe de 64, mas o termo civil utilizado por ele e por outros revisionistas é esvaziado de seu conteúdo de classe.

lideranças políticas civis que ajudaram na eclosão do movimento”³². Ou seja, ao designar o golpe apenas como militar, Carlos Fico defende a tese de que o golpe foi iniciativa em sua grande parte dos militares, ignorando fontes e evidências que atestam o forte envolvimento da classe empresarial na trama golpista de 64 e mesmo quando usa o termo civil, o usa apenas para os políticos golpistas que apoiaram o golpe. Demonstrando que sua tese sobre o golpe minimiza ao máximo a participação das classes empresariais. E se ele minimiza essa participação no golpe, na ditadura propriamente dita ele a reduz a zero e caracteriza a ditadura simplesmente como militar e crítica fortemente à expressão ditadura-empresarial militar³³, que é o termo que utilizamos neste trabalho, assim como Ditadura do Grande Capital e ditadura autocrática burguesa, por entendermos que a ditadura foi montada tanto pelos militares, que sim, tiveram um grande destaque no golpe e no comando da ditadura, e pelos empresários, que garantiram a dominação burguesa na sua forma mais violenta e classista e impuseram seu projeto econômico-político as classes subalternas através das forças armadas.

Tudo que foi dito acerca do esvaziamento do sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura que o seguiu realizado por Carlos Fico no seu livro de 2001 serve para a forma como ele analisa os órgãos de informações. Nessa pesquisa, que sem dúvida nenhuma tem um grande mérito por apresentar novas fontes e conter dados e informações bem valiosos acerca da comunidade de informações, nos mostrando de forma bem didática como eles agiam, mas acaba ignorando a pergunta mais importante a se fazer: Contra quem eles de fato mais agiam? Qual era a natureza real por trás dessas atividades de espionagem e repressão? Durante todo o livro Carlos Fico não se aprofunda sobre os perfis das pessoas vigiadas e quais desses perfis eram os mais visados. Ele não questiona quem era mais vigiado, se alguém pertencente da classe trabalhadora ou alguém da classe empresarial, um político envolvido em corrupção ou um engajado com as causas das classes subalternas. Fico não trata muito sobre o perfil social das pessoas vigiadas, porque seu enfoque é mais nos vigilantes do que nos vigiados, apenas se contentado em dizer que as pessoas que se tornaram alvos dessas

³² FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e policia política.** São Paulo: Editora Record, 2001, p. 20.

³³ “o regime subsequente foi inteiramente controlado por militares, de modo que adjetiva-lo em ressalva (foi militar, mas também civil” ou empresarial ou o que seja) é supérfluo e impreciso” (...). in: FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v.9, n.20, p.05-70. Jan./abr. 2017, p. 53.

operações eram na maioria das vezes sujeitos que criticaram a ordem ditatorial, ou pegaram em armas contra ela ou tinham alguma ideologia política (principalmente marxista) diferente da do regime.

Acreditamos que o perfil de classe das pessoas vigiadas pelos órgãos de informação da ditadura militar brasileira pode dizer muito mais sobre a natureza desses órgãos e seus objetivos reais do que uma definição dada por eles mesmos. Definições essas muitas vezes dadas sob o pretexto de combater o comunismo e as ações subversivas da esquerda (embora isso fossem aspectos ideológicos bem importantes para muitos agentes) escondem a missão mais importante desses órgãos e que é uma das hipóteses desse trabalho: que era antecipar e anular em parceria com os órgãos de repressão qualquer foco ou possível foco de luta de classes ou reivindicações das classes subalternas pelo país. Fico ignora o aspecto de classe do golpe e da ditadura militar brasileira e nisso acaba por não compreender também a natureza de classe dos órgãos de informação (outra hipótese defendida neste trabalho) e que é crucial para entender como eles agiam.

Mas o revisionismo propriamente dito que perpassa pela obra de Fico sobre os órgãos de informação é no que diz respeito à separação entre as operações de informação e repressão. Embora o autor vez ou outra diga que o SNI e os demais órgãos de espionagem participaram de uma ou outra ação repressiva³⁴, ele de fato defende a tese de uma separação operacional entre essas duas atividades “A distinção que busquei caracterizar, entre órgãos de informações e órgãos de segurança, persistiu, portanto, até o fim do regime militar”³⁵. Uma separação que na prática não ocorria. Um órgão complementava o outro e os aparelhos de repressão dependiam das informações do SNI e de outros órgãos de espionagem da ditadura para realizar suas ações sobre as pessoas consideradas por esses órgãos como “subversivas” e com “ideias contrárias à revolução de 64”. Em algumas dessas operações repressivas e até mesmo em interrogatórios de tortura os agentes do SNI se encontravam presentes, algo que o próprio Carlos Fico admite³⁶. O sangue derramado pelas mãos dos torturadores nos porões também esta nas mãos dos espões, dos analistas da informação e de todos que trabalhavam nestes órgãos de vigilância. O próprio SNI esteve diretamente ligado ao

³⁴ FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e policia política.** São Paulo: Editora Record, 2001, p. 111-112.

³⁵ *Ibidem*, p. 217.

³⁶ *Ibidem*, p. 112.

assassinato do jornalista Alexandre Von Baumgarten, ex-informante do órgão. Na nossa perspectiva essas duas atividades repressivas não podem ser pensadas separadas, principalmente quando formos tratar da Polícia Federal e do DOPS, ambos integrantes da comunidade de informações, mas que desempenharam um papel ativo na repressão.

Já outro autor revisionista tão conhecido quanto Carlos Fico no universo acadêmico brasileiro, Rodrigo Patto Sá Motta, no seu livro *As universidades brasileiras e o regime militar*, dedica um capítulo inteiro sobre os órgãos de informações responsáveis por vigiar as universidades, o DSI-MEC e as ASIs espalhadas por diversas universidades brasileiras subordinadas a este. Os dados e informações sobre algumas dessas Aesis trazidos por R. Motta, principalmente sobre a que atuou nos campus UFPB na Paraíba são bastante importantes para elucidar a forma como os agentes da informação agiam na universidade paraibana. Mas embora a pesquisa tenha esses aspectos positivos, a tese do autor também se enquadra nesse revisionismo historiográfico sobre os órgãos de informação e mais propriamente sobre a ditadura militar. É como se Rodrigo Patto Sá tentasse mostrar o “lado bom” da ditadura (se é que isso possível) através das ações modernizadoras dela, no caso específico desse estudo, a modernização nas universidades. Segundo o autor:

As reformas implantadas pelo regime militar mudaram a face do sistema de ensino superior brasileiro. Antes de 1964 não havia universidades na plena acepção do termo, apenas agregados de faculdades praticamente autônomas, com reitorias que desempenhavam papel decorativo. Com exceção de alguns laboratórios e centros mais avançados, a infraestrutura de pesquisa era escassa e as oportunidades para cursar a pós-graduação, ainda menor. Com o advento do projeto modernizador-autoritário, as então modestas universidades receberam recursos e equipamentos que as tornaram instituições mais relevantes para o país.³⁷

Claro, que o autor não ignora o aspecto repressivo do regime e os crimes cometidos pela ditadura, mas para Patto Sá o caráter modernizante nas universidades na ditadura superou o seu caráter repressivo e conservador como o mesmo afirma ao dizer que “De maneira geral, pode-se dizer que a pauta conservadora levou a pior na maioria das vezes em que se impôs a escolha entre modernizar e conservar”³⁸ ou quando diz “em vários momentos, as demandas conservadoras entraram em contradição com os

³⁷ MOTTA, Rodrigo P. Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.217.

³⁸ *Ibidem*, p.193

propósitos modernizadores, às vezes levaram a pior”³⁹. O lado repressivo da ditadura em relação às universidades é suavizado e através do seu conceito de cultura política (conceito também utilizado por Carlos Fico e por outros historiadores revisionistas) em que defende a tese de que as elites brasileiras tem uma tradição histórica de conciliação, e que justamente por causa dessa suposta tradição, muitos reitores e professores pertencentes às elites conseguiram conciliar com o regime e formar uma relação com a ditadura que misturava elementos de adesão com acomodação. Essa conciliação segundo Patto Sá teria permitido que as universidades muitas vezes escapassem de ações repressivas, assim como alguns professores de origem social abastada, que criticaram o regime, mas graças a essa “cultura política”, que se traduzia em laços parentais e influências políticas e econômicas, conseguiram escapar da repressão ditatorial. Nas palavras do autor “Apesar das ressalvas, chama atenção o número de episódios em que autoridades optaram por atos moderadores e conciliatórios quando tinham à disposição o recurso a métodos repressivos”⁴⁰.

Isso nos leva ao revisionismo propriamente dito do autor em relação aos órgãos repressivos da ditadura. Mesmo não negando a violência cometida pelos órgãos de informação e repressão aos milhares de brasileiros, Patto Sá acaba também suavizando a repressão, ao dizer que “em certas circunstâncias, quando, pelas características do regime, seria de esperar atos repressivos fortes, os agentes locais optaram por moderação, tolerância e/ou negociação”⁴¹. Mesmo que o autor diga que esse “amortecimento da repressão” era direcionado mais as classes dominantes, essa lógica acaba não se sustentando, pois muitas das pessoas que lutaram contra a ditadura e foram brutalmente torturados e assassinados pertenciam à classe média e a classe média alta. A repressão policial-militar que antes era exclusiva para as classes subalternas (e na nossa leitura continuou mais intensa e brutal durante o regime militar) também passou a atingir as classes abastadas. Rodrigo Patto Sá não está errado quando diz que um membro da elite poderia ter mais chance de se salvar da repressão do que um operário, mas seu erro está em generalizar demais isso e atribuir aos órgãos repressivos duas características que não cabem na natureza desses órgãos: moderação e tolerância.

³⁹ Ibidem, P.7.

⁴⁰ Ibidem, p. 195.

⁴¹ Ibidem, P. 195

Rodrigo Patto Sá compartilha da tese de Carlos Fico de que os órgãos de informação agiam somente com informações e não com a repressão⁴². Ele leva essa tese para sua análise das Aesis e diz que “as assessorias eram órgãos de informação, não de repressão. Elas não tinham poder de polícia, ou seja, não podiam fazer detenções ou coisas do gênero”⁴³. Assim como Fico ele minimiza o vínculo informação/segurança na ação repressiva e cria essa divisão que acaba tirando a responsabilidade dos analistas da informação e dos espiões que compunham esses órgãos de informação dos crimes cometidos durante a ditadura militar.

Outra pesquisa que apresenta traços desse revisionismo (embora mais sutil e sofisticado e que não pode ser comparado com os revisionismos mais radicais presentes na historiografia brasileira) acerca dos órgãos de informação e repressão da ditadura é a pesquisa de Mariana Joffily. Em sua tese intitulada *No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*, em que a autora se aprofunda detalhadamente na documentação produzida pelo mundo sórdido dos interrogatórios e das torturas nos porões do DOI paulistano⁴⁴, ela comenta que “O departamento de Polícia Federal (DPF), subordinado ao Ministério da Justiça, dedicou-se preferencialmente à censura e ao controle das informações”⁴⁵, excluindo de certa forma ou secundarizando a participação dessa polícia política federal nas ações repressivas. Discordamos dessa fala da historiadora sobre a PF e no capítulo dois desta dissertação referente à atuação do Departamento da Polícia Federal na Paraíba buscamos desconstruir essa imagem da PF apenas como órgão de informação e censura da ditadura e mostrar que essa instituição esteve ligada a ações repressivas, como no caso de pessoas torturadas na delegacia da polícia federal no estado paraibano⁴⁶.

Essa diminuição do papel da Polícia Federal na repressão também podem ser encontrados na pesquisa de Bruno Lima de Rocha, em que o pesquisador diz que a PF não era protagonista na repressão política e (...) “que tinha um papel secundário em

⁴² Ibidem, p. 128-129.

⁴³ Ibidem, p. 134

⁴⁴ A autora também mostra as relações desse órgão com o DOPS e as interações que esses dois órgãos repressivos tiveram ao longo da ditadura militar no estado de São Paulo.

⁴⁵ JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na operação bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 14. 2008.

⁴⁶ Um dos casos de torturas envolvendo a PF na Paraíba foi o de Francisco Metri (Chicão), que relatou ter sido torturado na delegacia da polícia federal em João Pessoa. Relatório final da Paraíba. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**; Paulo Giovanni Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017, p. 52

relação ao SNI e aos DOIs“. Embora apresente diversos dados e informações importantes sobre essa instituição militar, o autor subestima a capacidade repressiva da polícia política federal, que no decorrer da ditadura realizou diversas prisões ilegais, sequestros e torturas.

Mas o revisionismo historiográfico sobre os órgãos de informação e repressão não ocorreu apenas em plano nacional, em âmbito regional, no nordeste, o revisionismo historiográfico sobre os órgãos de informação e repressão pode ser visto na tese e no livro de Marcília Gama da Silva, *Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. A autora defende a tese que a sociedade brasileira colaborou com o regime, numa colaboração que chegou ao ponto da própria sociedade se autovigiar e denunciar comunistas, críticos do regime e etc. A chamada “mentalidade da informação” planejada pelo regime militar teria sido bem aceita na visão da autora pela sociedade brasileira e isso fica bastante claro em diversas passagens na sua tese, tais como essas:

Essa comunidade de informações é representada inicialmente pelo aparato militar, através dos órgãos de informação, porém, a medida que o modelo vai sendo incorporado pelas pessoas, produz efeitos, vai agregando novos agentes a doutrina de segurança, vindos de segmentos diferenciados da sociedade, que passam também a pactuar e exercer a “mentalidade de informações”, aderindo a comunidade.⁴⁷

(...) que será possível graças à existência de uma nova “mentalidade informação”, exercida e inculcada nos “cidadãos” – designação do homem-massa transformado por meio da doutrina de segurança nacional, a quem competirá a defesa e o bom funcionamento da democracia através de uma atuação permanentemente vigilante.⁴⁸

(...) Exercida através de denúncias anônimas, das delações, do repasse de informações relevantes, da corporação com o regime e da vigilância que passa a ser comungada pelos órgãos, mas também pelos cidadãos.⁴⁹

Para defender tal tese revisionista a autora faz uso teórico do conceito de microfísica do poder de Michel Foucault. A citação de Foucault que ela faz uso diz explicitamente que o poder não é uma propriedade de uma classe dominante ou do Estado, mas que a sociedade exerce também esse poder. O poder que a autora se refere

⁴⁷ SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 46-47.

⁴⁸ Ibidem, p. 41.

⁴⁹ Ibidem, p.64.

seria o de vigilância e que cada cidadão seria um vigilante e exerceria esse poder numa forma de colaborar com o regime e denunciar os opositores da ditadura. A historiadora não leva em consideração que no período da ditadura o poder estatal estava na sua forma máxima e a classe dominante o exercia através dos militares para impor os seus projetos as demais classes sociais. Ao invés de micro, o poder concentrado nas mãos da burguesia e dos militares era macro e extremamente poderoso. Além de que ela não pode provar empiricamente essa tese do cidadão-vigilante que representaria a ação desses “micro-poderes”. Ela usa apenas duas fontes para legitimar sua tese de cidadão-vigilante e segundo a nossa visão faltou à autora fazer tanto a crítica externa quanto interna dessas fontes. As cartas de dois cidadãos, que apoiavam o regime, são usadas pela autora para poder generalizar e dizer que a partir desses dois exemplos, grande parte da sociedade apoiava o regime. Marcília também não se preocupa com o lugar social desses dois cidadãos e a que classes sociais eles pertenciam para terem esse tipo de postura.

Aceitar essas duas evidências como a prova de que a chamada mentalidade das informações estava impregnada na sociedade e que por isso era a prova definitiva que a maioria dos cidadãos colaborava com a ditadura é um erro teórico e metodológico enorme. Erros estes que levam Marcília a fazer declarações como “a cumplicidade da própria sociedade tornara possível à perpetuação do regime por mais de vinte anos”⁵⁰.

Na Paraíba alguns historiadores também já publicaram teses, livros e artigos revisionistas sobre a ditadura militar e também sobre seus órgãos de Informação. Sobre a ditadura militar propriamente dita podemos citar brevemente o livro de Monique Cittadino, *Poder Local e ditadura militar: o governo de João Agripino (1965-1967)*, a qual a historiadora busca reabilitar a figura histórica de João Agripino, um grande aliado do regime militar, chegando ao ponto de defendê-lo das acusações envolvendo o escândalo com a empreiteira Camargo Correa, que realizou diversas obras no estado paraibano na gestão de Agripino e que anos mais tarde iria beneficiá-lo com cargos elevados na construtora, tais como de diretor superintendente da Camargo Correa S/A e Camargo Correa Brawn S/A e diretor e vice-presidente da Camargo Correa S/A. A historiadora claramente busca limpar a “reputação” de Agripino quando argumenta que:

⁵⁰ Ibidem, p. 116.

Para além do fato, passível de ser contestado, de que todo processo de licitação envolvendo a construção das rodovias foi controlado por uma empresa de fora do estado, caracterizando pela lisura, conforme atesta o engenheiro do DNER, responsável pela supervisão do processo, **duas outras questões fazem cair por terra as possíveis suspeições quanto aos vínculos entre Agripino e a Camargo Correa**. Em primeiro lugar, o pagamento a tais tipos de “favores” geralmente ocorre através de meios financeiros que são postos diretamente na mão da autoridade responsável (em geral um percentual sobre o valor da obra), normalmente por ocasião da realização da própria transação. Dificilmente isso se daria aos após o afastamento do político do cargo em questão. Em segundo lugar, devemos apresentar um argumento na lógica empresarial e não na lógica clientelista do setor público: qual o empresariado que contrataria para administrar suas empresas, ocupando o cargo de vice-presidente, um ex-político comprovadamente corrupto, que tivesse participado de atos fraudulentos protagonizados pelo próprio empresário?⁵¹

Cittadino faz todo esse malabarismo argumentativo para defender o ex-governador paraibano e em diversos momentos no livro a historiadora busca demonstrar os aspectos “positivos” do seu governo e que:

(...) o governo João Agripino caracterizou-se por não se enquadrar naquilo que, politicamente, se esperaria, seja de um legítimo integrante das tradicionais aristocracias agrárias nordestinas, seja de um dos mais autênticos representantes da “eterna vigilância” udenista, ou ainda, de um político possuidor de fortes vínculos com setores da alta cúpula militar⁵²

Suavizar as relações de Agripino com a ditadura é um dos principais objetivos da autora, segundo a nossa leitura. Tudo com intuito de reabilitá-lo historicamente, assim como seu governo.

Já no que se refere ao revisionismo sobre os órgãos de informação da ditadura na Paraíba, o historiador Paulo Giovani Nunes é que vem publicando artigos nessa perspectiva. A tese que o autor defende é sobre a diferença entre os órgãos de informação e os de repressão, que no fundo tem como objetivo separar as duas ações e desvinculá-las. A mesma tese defendida por Carlos Fico e Rodrigo Patto Sá, autores bastante citados por Giovani. Podemos ver essa defesa no seu artigo publicado em 2018 pela revista de história Saeculum intitulado *A atuação do serviço nacional de*

⁵¹ CITTADINO, Monique. **Poder Local e ditadura militar: o Governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 350-351.

⁵² Ibidem, p. 26.

informações na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): A vigilância sobre os dirigentes universitários.

Neste artigo o historiador paraibano apresenta de forma didática e bem clara através dos documentos produzidos pela agência regional do SNI, a Agência de Recife, a vigilância sobre os dirigentes universitários, o foco principal da sua pesquisa. O revisionismo presente nessa pesquisa pode ser visto em dois momentos: o primeiro na caracterização do golpe como civil-militar, mas o civil em Giovanni é destituído do seu conteúdo de classe e acaba possibilitando interpretações errôneas de que toda a sociedade apoiou o golpe, de forma generalizada e homogênea. O segundo elemento revisionista dessa pesquisa que conseguimos observar foi a já discutida separação entre as ações dos órgãos de informações e repressão. Segundo Giovanni:

Com a ditadura militar instalada no Brasil em 1964, um amplo sistema de vigilância foi montado contra a sociedade civil e órgãos do Estado com a criação do SNI. Mas havia diferenças entre este órgão e o sistema de repressão representado pelo sistema DOI-CODI.⁵³

Paulo Giovanni compartilha da tese de Fico defendida em *Como Eles Agim*, que busca ressaltar as diferenças entre esses órgãos. Assim como Fico, ele não nega que esses órgãos trabalhavam e cita o mesmo quando ele diz “(...) não se quer propor que tais atividades fossem completamente desconexas, até porque o Sisni foi criado precisamente para subsidiar, com informações, as atividades da repressão (e não para fornecer relatórios à presidência)”⁵⁴.

Mas a hipótese que defendemos aqui é que essa fronteira entre informação e repressão era muito mais tênue. Os órgãos de informações não agiram somente para subsidiar com informações os órgãos de repressão, mas também muitas vezes auxiliando diretamente na repressão, seja presente em interrogatórios de tortura, em cenas de crime, nos porões da ditadura e até mesmo em ações de assassinato, como foi o caso do SNI, diretamente envolvido no caso do assassinato do jornalista Alexandre Von Baumgarten. A situação fica mais delicada ainda quando se trata de órgãos como a

⁵³ NUNES, Paulo Giovanni Antonino. A atuação do serviço nacional de informações na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): A vigilância sobre os dirigentes universitários. **SÆCULUM – Revista de História** [39]; João Pessoa, jul./dez. 2018, p.34.

⁵⁴ FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e policia política**. São Paulo: Editora Record, 2001, p.178.

Policia Federal e o DOPS, ambos integrantes da comunidade de informações, mas diretamente envolvidos em ações repressivas.

Essa diferenciação proposta por Paulo Giovani sobre os órgãos da ditadura militar também pode ser vista em dois artigos em que o historiador é coautor. No artigo denominado *O Serviço Nacional de Informações (SNI) e a Vigilância à Igreja Católica e aos movimentos sociais no campo no período da transição Lenta, gradual e segura “(1975-1985)*, escrito em parceria com Olga Larissa Veiga Ferreira e no artigo intitulado *Atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI): a vigilância sobre os políticos e militantes políticos na Paraíba (1979-1983)*, que escreveu juntamente com Maria Tereza Dantas Bezerra Soares. Recentemente este último artigo de Maria Tereza desdobrou-se numa dissertação orientada por Paulo Giovani e nomeada “*A política paraibana vigiada: políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964-1985)*”⁵⁵, uma pesquisa rica em dados e informações sobre a documentação do SNI e a sua atuação no estado paraibano, mas que mantém a tese da diferenciação entre órgãos de informação e repressão, como se essas atividades não se misturassem e fossem tão sistematicamente divididas.

Essa tese que busca minimiza o vínculo informação/segurança nas ações repressivas cometidas pelos agentes da ditadura militar está ganhando cada vez mais espaço no meio acadêmico paraibano, assim como o revisionismo sobre a ditadura militar de modo geral. A interpretação revisionista desse período recente da história brasileira não tem implicações apenas acadêmicas, como já foi dito nessa introdução, mas políticas, econômicas e sociais. O presente trabalho busca combater criticamente essa interpretação e sim queremos igualar (demonstrando através das fontes e da bibliografia consultada) os serviços de informação com os de repressão⁵⁶, pois ambos têm a mesma quantidade de sangue derramado nas mãos e são responsáveis pelas torturas, desaparecimentos e assassinatos cometidos em prol da ditadura empresarial-militar.

⁵⁵ SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **A política paraibana vigiada: os políticos e os militantes sob os olhos do SNI (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba. 2020

⁵⁶ Em alusão a frase de Paulo Giovani, em que o mesmo diz: *Todavia não podemos igualar os serviços de Informação e os de Segurança, o primeiro coletava e produzia informações, já o segundo atuava de maneira direta repressão política.* FERREIRA, Olga Larissa Veiga; NUNES, Paulo Giovani Antonino. *O Serviço Nacional de Informações (SNI) e a Vigilância à Igreja Católica e aos movimentos sociais no campo no período da transição Lenta, gradual e segura (1975-1985)*. P. 11.

Estes autores citados são os revisionistas mais conhecidos nos debates historiográficos e na grande mídia, mas existem muitos mais espalhados pelas universidades brasileiras e centros de pesquisas. De acordo com os historiadores Carlos Zacarias de Sena Junior, Gilberto Grassi Calil e o já citado diversas vezes, Demian Bezerra Melo, o revisionismo não é um movimento homogêneo, mas concordam, sobretudo com uma coisa: De que a produção marxista não analisa com precisão teórica e metodológica o golpe a ditadura. Demian Melo e esses outros autores demonstram muito pelo contrário que o materialismo histórico ainda permanece como uma das melhores análises teóricas sobre a ditadura militar e não somente sobre a ditadura, mas em relação à historiografia em geral, por sua alta criticidade, visão de totalidade e de sempre buscar analisar a realidade concreta e como os indivíduos e as classes que eles representam se movem (ou são movidos) na história. As críticas que os revisionistas fazem aos historiadores marxistas, principalmente a Dreifuss, certamente um dos mais atacados, não podem ser levadas a sério, uma vez que Dreifuss, ao contrário de alguns deles, apresenta evidências empíricas sólidas e que se harmonizam organicamente com seus conceitos. Diferente das pesquisas de muitos autores revisionistas.

O cientista político demonstra numa pesquisa de fôlego como uma fração da classe dominante, a burguesia industrial, associada ao capital multinacional e aliada com setores golpistas dos militares desestabilizaram o governo Jango desde 1961 e prepararam o caminho para o golpe de estado de 64. Tudo isso para afastar as classes subalternas do meio político e instalarem o seu projeto ditatorial. O complexo empresarial Ipes-Ibad que representava essa fração da burguesia assumiu o setor financeiro do estado brasileiro, e os militares o setor político, e juntos formularam as doutrinas políticas e econômicas da ditadura que diminuíram a qualidade de vida do povo brasileiro, principalmente da classe trabalhadora, que conviveu durante todo o período com o arrocho salarial, perda de direitos trabalhistas e repressão policial-militar. Tudo isso em prol de aumentar acumulação capitalista e os lucros da burguesia nacional e multinacional. O povo brasileiro, principalmente o que trabalha com o suor do rosto, teve que viver nessa situação por duas décadas.

Esta pesquisa de Dreifuss que parte do principio de Marx defendido na Ideologia Alemã de analisar da terra ao céu e não o contrário⁵⁷ e aplica conceitos e constrói

⁵⁷ (...) aqui se eleva da terra ao céu. Frase original de Marx e Engels na Ideologia Alemã. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 94.

análises através das evidências empíricas e da realidade concreta que observa. Na pesquisa de Dreifuss vemos os sujeitos históricos realizando ações e atuando ativamente.

Neste trabalho procuramos seguir o método do materialismo histórico dialético desenvolvido por Marx e Engels e aperfeiçoado por diversos historiadores, filósofos e sociólogos marxistas através dos anos para tentar dar conta da análise dos conteúdos das fontes e do objeto que vamos analisar. O marxismo é uma das teorias críticas que proporciona ferramentas teóricas e metodológicas para fazer o combate a essas teses revisionistas que brevemente comentei nesta introdução. Teses essas que possibilitaram a ascensão dos defensores da ditadura militar chegar ao poder. Ditadura esta que nos vinte e um anos de sua existência criou e aperfeiçoou diversos órgãos de inteligência e repressão, que atuaram em todo país, até fora dele, em diversos tipos de operações, desde missões de vigilância e espionagem até práticas de sequestro, torturas e assassinatos. Vamos nos deter neste trabalho principalmente nas atividades de inteligência e espionagem praticadas pelo estado ilegal. Para demonstrar o quão perigoso à existência de órgãos de inteligência que respondem somente ao poder executivo e ao presidente. A nomeação do diretor da Polícia Federal pelo presidente Jair Messias Bolsonaro em 2020 com o propósito de lhe informar diretamente sobre investigações em curso é uma volta ao passado em que órgãos como SNI respondiam somente ao ditador.

A presente pesquisa que os leitores lerão nas próximas páginas tem como objeto de analisar os órgãos de informações da ditadura militar e como se desenvolveu a sua atuação no estado da Paraíba, uma vez, que as atividades obscuras desses serviços de inteligência da ditadura ainda permanecessem, muitas vezes, desconhecidas pela população brasileira e no caso em particular, da população paraibana. Um dos objetivos dessa pesquisa é demonstrar as particularidades da atuação desses órgãos na Paraíba.

Desde o fim da ditadura militar muitas pesquisas sobre o golpe, a ditadura e outros temas relacionados ao período foram realizadas, mas a grande maioria com foco no âmbito nacional, para não dizer, somente na região sudeste. Mas, aos poucos isso está mudando e novas pesquisas estão sendo realizadas, principalmente no que se diz respeito à história da ditadura em âmbito regional e local. O mesmo pode ser dito sobre o tema dos órgãos de informações da ditadura, que antes eram apenas analisados a nível

nacional, mas que agora estão sendo vistos a nível regional e local, como é o caso deste trabalho, que se aprofunda na atuação e atividades de espionagem e vigilância desses órgãos no estado paraibano.

Os órgãos de informação e espionagem que o público leitor se aprofundará nos capítulos dessa dissertação são: o Serviço Nacional de Informações (Agência Recife), o setor de Inteligência da Polícia Federal da Paraíba e Departamento de Ordem Política e Social da Paraíba (DOPS-PB). Os documentos dos dois primeiros órgãos citados estão localizados no Arquivo Nacional e podem ser baixados digitalmente mediante um cadastro no site do arquivo. De acordo com o levantamento de Maria Tereza Dantas Berra Soares, o fundo documental do SNI-Agência Recife é composto por 5.536 arquivos Cronológico de Entrada (ACE), espécies de dossiês que contém informes individuais e temáticos, documentos de outros órgãos da comunidade de informações e recortes de jornais⁵⁸. A grande maioria desses documentos foi produzida durante os anos finais da ditadura militar, embora resgatem informações e dados de períodos anteriores.

Os documentos da Polícia Federal que tivemos acesso são quatro dossiês compostos por recortes dos quatro maiores jornais paraibanos da época, informes dos agentes da Polícia Federal e ordens para missões de espionagem. Em relação à abertura da documentação da Polícia Federal, foi apenas no começo dos anos noventa que alguns arquivos foram liberados. A autora Alexandra Baharona de Brito nos informa que os primeiros arquivos abertos da PF foram nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro⁵⁹. Na Paraíba, em 2014, devido atuação da Comissão Estadual da Verdade e da preservação da memória da Paraíba (CEV-PB), foi realizada uma reunião entre alguns membros da Comissão Estadual, os professores Paulo Giovani, Waldir Porfírio e Lucia Guerra com o superintendente da Polícia Federal, Nivaldo Farias. Através desse encontro se estabeleceu o compromisso das sedes da polícia federal na Paraíba de ceder os documentos referentes ao período da ditadura militar para a comissão e para a disponibilização deles para o público. O que de fato foi um avanço para a investigação histórica sobre atuação deste órgão na Paraíba e pela busca por verdade e justiça. Mas, o

⁵⁸ SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **A política paraibana vigiada: os políticos e os militantes sob os olhos do SNI (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba. 2020, p.100.

⁵⁹ BRITO, Alexandra Baharona de. Justiça transicional em câmara lenta: o caso do Brasil. In: **O passado que não passa: a sombra da ditadura na Europa do Sul e na América Latina** (orgs) António Costa Pinto; Francisco Carlos Palomanes Martinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 239.

material cedido pela PF abrange apenas o período final da ditadura, não abarcando os primeiros momentos da atuação da polícia política da ditadura na Paraíba durante o governo Castello Branco e nem sobre a fase mais repressiva do regime sobre os governos Costa e Silva e Médici. “Magicamente” esses arquivos desapareceram e não sabemos se durante o processo em que a Comissão Estadual esteve em contato com os dirigentes da PF se perguntas foram feitas sobre essas enormes lacunas na documentação. Só podemos deduzir que ou esses documentos foram destruídos ou escondidos por conter crimes e ações obscuras que a PF realizou durante a ditadura do grande capital.

Quanto aos documentos do DOPS-PB, eles foram localizados em 1992 na Secretária de Segurança Pública do Estado da Paraíba e depois entregues pelo prefeito Ronaldo Cunha Lima ao Conselho Estadual dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1993⁶⁰. Atualmente se encontram no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, na UFPB, vinculada ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da universidade. Existe uma restrição de acesso aos documentos que se encontra em fase de organização, mas espera-se que no futuro, esses documentos também sejam digitalizados e possam ser de acesso fácil e prático ao público. De acordo com a historiadora Lucia Guerra “a documentação é constituída por 6.583 mil fichas cadastrais e 697 processos, tratando de brasileiros e estrangeiros considerados suspeitos ou subversivos⁶¹”. A historiadora nos chama atenção para o fato da documentação deste DOPS ser menor em comparação com os DOPS dos outros estados e também por não ter muitos documentos relativos às décadas de 60 e 70, apenas sobre a década de 80.

Mas, essa “facilidade” ao acesso dos documentos produzidos pelos órgãos de informação e das policiais políticas do regime militar é bastante recente. Desde o fim da ditadura militar se reivindicava o acessos aos documentos produzidos pelos seus serviços secretos, principalmente no que se refere aos documentos dos órgãos de informação e repressão do exército, mas todas às vezes os governos pós-ditadura e as forças armadas criavam obstáculos, que ainda hoje são enormes para os pesquisadores do tema, pois as forças armadas insistem em dizer que tais documentos não existem

⁶⁰ FERREIRA, Lucia de Fátima Guerra. **Reflexões sobre os registros da repressão: o arquivo DOPS-PB.** ANPUH Brasil XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social, Natal, p. 6, jun.2013.

⁶¹ *Ibidem*, p.6.

mais, embora vez ou outra tais documentos que não deveriam existir, aparecem e revelam mais detalhes sobre o passado ditatorial do Brasil⁶².

Como foi dito, a facilidade de acesso a esses documentos é complicada, mas no caso do SNI, desde o primeiro governo Lula, em 2005, através do Decreto n.5.584, de 18 de novembro, que a documentação existente do Serviço Nacional de Informações foi enviada e ficou sobre a guarda do Arquivo Nacional⁶³. Com o passar do tempo, outros documentos da ditadura militar foram fazendo parte do acervo do Arquivo Nacional, como no caso documentação da Polícia Federal da Paraíba, que embora não seja tão grande quanto à documentação do SNI, certamente são fontes que contém informações valiosas e esclarecem mais sobre as ações deste órgão no estado paraibano. Os documentos do Dops-PB são poucos ainda, como a professora Lucia Guerra nos lembra, mas mesmo para ter acesso a essa documentação foi preciso que o deputado estadual Simão de Almeida Neto do PCdoB, em 1992 apresentasse um projeto de lei para torná-la pública. O projeto foi aprovado e transformado em lei no mesmo ano pelo governador Cicero de Lucena⁶⁴.

Todas essas fontes sensíveis mencionadas nos parágrafos anteriores são documentos que foram produzidos com o intuito de servir a máquina repressiva ditatorial e se encaixa no perfil de fontes descritas por E. P. Thomson em que seus autores (nos caso os espões e agentes da informação) não planejavam que tais papéis fossem descobertos ou caíssem nas mãos de outras pessoas⁶⁵. Por ter essas características essas fontes sensíveis produzidos no mundo das informações e da repressão oferecem-nos a possibilidade analisar as ações de espionagem e vigilância e também observar quem eram as pessoas que esses órgãos espionavam e vigiavam. Por saberem que suas atividades e atos estavam protegidos pela ditadura e pela política do segredo, os agentes muitas vezes informam nesses documentos as causas da vigilância sobre seus alvos, mostrando que ia muito além da suspeição “comunista”, mas por causa das lutas e das reivindicações sociais que esses alvos faziam e que iam contra a ordem autocrática

⁶² Figueiredo, Lucas. **Lugar nenhum. Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura militar**. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.

⁶³ BAUER, Caroline Siveira e GERTZ, René. E. **Arquivos de regimes repressivos. Fontes sensíveis da história recente**. In: O historiador e suas fontes. (Orgs). Carla Bassanezi Pinsky e Tânia Regina de Luca. São Paulo: Contexto, 2009, p. 183.

⁶⁴Relatório final / Paraíba. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**; Paulo Giovanni Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017 , p. 37.

⁶⁵ THOMPSON. E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981, p. 36-37.

burguesa imposta pela ditadura militar. Todavia, se essas fontes nos permite ir muito mais além do caráter real dessas ações de vigilância, elas também apresentam limites. Um deles é que essas fontes por conterem um forte conteúdo ideológico devem ser sempre analisadas com suspeita e criticidade, uma vez que muitos dos atos e ações que os agentes relatam que seus alvos fizeram podem ser enquadrados nas tentativas desses agentes de ter um material incriminador mais forte contra seus alvos e com isso adiantarem as ações repressivas sobre os mesmos. Durante essa pesquisa tivemos que ter isso em mente para não cair em armadilhas e acabar reforçando o discurso do agente da ditadura sobre seus alvos, uma vez que esse discurso buscava desqualificar de várias formas as pessoas espionadas, seja de forma política, moral e sexual. Dito isso, pode-se dizer que desses informes e fichas podemos ter a certeza de que o agente vigiava o alvo descrito por ele, e também das causas sociais e das lutas contra o sistema repressivo, realizadas pelas pessoas espionadas e que são apresentadas nos documentos como ações “subversivas” pelos agentes da informação, mas o mesmo já se pode dizer das “falas” que os agentes dizem que os seus alvos falaram ou também das suas atividades públicas e privadas.

Através da leitura desses documentos nos deparamos com inúmeras pessoas no Estado da Paraíba que foram vigiadas pelos órgãos do regime ditatorial brasileiro, e muito provavelmente algumas dela nunca souberem que estavam sendo espionadas. Sabemos que o número de pessoas que encontramos nessas fontes não é o número exato das vigiadas pela ditadura. Por causa da ocultação e da destruição de muitos documentos desses órgãos talvez nunca se chegue a reconstruir o número exato de pessoas que foram vigiadas na Paraíba e no Brasil, de forma geral. Mas acreditamos que esses números ultrapassam em muito os já demonstrando em muitos estudos.

Mas para chegar a uma leitura e uma análise proveitosa e rica dessas fontes, tivemos que aprender a ler os símbolos e códigos próprios dessa documentação confidencial. O domínio de tal linguagem segundo Bauer e Gertz facilita em muito a leitura e interpretação de tais documentos⁶⁶. É uma prática que se faz durante toda a pesquisa e nos familiariza um pouco com linguagem cotidiana dos agentes e que sempre constam nos informes e em outros documentos

⁶⁶ BAUER, Caroline Siveira e GERTZ, René. E. **Arquivos de regimes repressivos. Fontes sensíveis da história recente.** In: O historiador e suas fontes. (Orgs). Carla Bassanezi Pinsky e Tânia Regina de Luca. São Paulo: Contexto, 2009, p.186.

A metodologia que adotamos neste trabalho foi a de identificar através da análise de conteúdo dessas fontes quais eram os principais motivos e acusações, fora a acusação rotineira de comunismo, que levava a esses agentes do SNI, do DOPS e da PF espionar e montar operações de vigilância sobre seus alvos. Também procuramos identificar nos informes individuais e temáticos do SNI, das fichas DOPS-PB e dos recortes de jornais da PF qual era o perfil de classe social mais visado no estado paraibano por esses órgãos. Pois acreditamos que essas fontes apresentam a possibilidade de reconstruir o perfil social das pessoas mais atingidas pela vigilância ditatorial e essa reconstrução aponta para a natureza real desses órgãos e seus principais objetivos.

A documentação produzida por esses três órgãos da ditadura militar é muito importante para elucidar diversas questões acerca da ditadura militar na Paraíba. Principalmente no que se refere à vigilância que essas agências de informação e repressão realizaram no estado paraibano. Os três capítulos dessa dissertação buscam esclarecer mais sobre esses aspectos da vigilância e o seu sentido de classe, que é hipótese-problema que move essa pesquisa. Pois acreditamos que por se tratar de uma ditadura autocrática burguesa, a real função e missão desses órgãos eram justamente preservar a ordem burguesa militarista instaurada em 1964 e através da vigilância e repressão anular quaisquer focos possíveis da luta de classes pelo país. Ou seja, as hipóteses que buscamos comprovar nessa pesquisa é que vigilância realizada por esses órgãos tinha uma natureza de classe e que o objetivo crucial desses órgãos era anular a luta de classes no país e controlar a população, principalmente as classes subalternas, tudo isso em prol das classes dominantes protegidas pela ordem ditatorial militarista.

Não estamos “inventando a roda” levantando tal hipótese, pois o autor Lucas Figueiredo, em seu livro “Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2002)”, defende a tese de que o inimigo do serviço secreto brasileiro sempre foi à população pobre do Brasil e os movimentos sociais que com surgiam com as insatisfações e reivindicações desses setores marginalizados e empobrecidos. Nas palavras do autor:

Desde a sua fundação, o principal alvo do Serviço fora, na maioria das vezes, aquilo que Karl Marx chamava de “males sociais”, ou seja,

quando povo se torna o problema – seja lá por que motivo for, mas sempre pelo critério da elite. (...) ⁶⁷.

Outro autor que também parte compartilha essa linha de raciocínio é o historiador Enrique Serra Padrós. Para o historiador, órgãos repressivos da ditadura também tinham como alvo principal os setores pobres da população brasileira. De acordo com ele:

Pode-se considerar que as políticas de TDE implementadas pelas ditaduras de SN tiveram alvos imediatos específicos (as guerrilhas, os partidos de esquerda, as direções das organizações sociais etc.). **Mas é evidente que, de forma indireta, sua mira estava nas grandes parcelas da população por detrás das maciças manifestações sociais de descontentamento contra os governos repressivos e seus postulados ⁶⁸.**

Concordamos com essas visões acerca da real natureza e função dos órgãos repressivos da ditadura militar e por isso vamos buscar aprofundar neste trabalho essa hipótese da vigilância de classe no decorrer dos capítulos dentro de uma perspectiva mais marxista.

No primeiro capítulo apresentamos o nascimento do SNI, criado ainda em 1964 e as influências e apoio que este órgão recebeu da Escola Superior de Guerra e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Abordamos logo em seguida a agência regional do SNI de Recife, que foi a responsável por vigiar a Paraíba e a reestruturação do SNI e das suas agências regionais depois da instauração da Lei de Segurança Nacional em 1967 e nos governos Costa e Silva e Médici. No restante do capítulo, através da documentação da agência de Recife, analisamos os primeiros anos da atuação do órgão no estado paraibano e como os antigos membros das ligas camponesas ou pessoas que lhes deram suporte foram vigiados. Abordo a vigilância deste órgão sobre os conflitos no campo Paraibano, especialmente a atenção dada ao caso das Fazendas de Alagamar e Piacas. Em seguida abordamos como os padres e bispos da Igreja Católica da Paraíba de linha mais progressista também se tornaram alvos do SNI por terem ajudado na luta dos trabalhadores paraibanos por seus direitos. Terminamos este

⁶⁷FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005.)**. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 30.

⁶⁸ PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: **Ditadura e Democracia na América Latina balanço Histórico e perspectivas** (Orgs): Carlos Fico, Marieta de Moraes Ferreira, Maria Paula Araújo e Samantha Viz Quadrat. FGV editora, 2008, p. 174

primeiro capítulo demonstrando a atuação do serviço de espionagem sobre os políticos paraibanos, principalmente os ligados às causas dos trabalhadores.

Antes de falar sobre o próximo capítulo, precisamos explicar porque só decidimos abordar a vigilância do SNI apenas sobre esses três grupos: trabalhadores rurais, sacerdotes progressistas da Igreja Católica e políticos paraibanos. A escolha se deu mais por questões metodológicas, uma vez que esses são os três grupos mais abordados na documentação do SNI que tivemos acesso. Mas, isso não quer dizer que trabalhadores urbanos, estudantes, professores, militantes e etc foram menos vigiados, muito pelo contrário, diversas pesquisas realizadas na Paraíba com outras fontes que não tivemos acesso demonstram o nível de vigilância e repressão sobre estes outros grupos.

Já no segundo capítulo abordamos a atuação da Polícia Federal na Paraíba no final da ditadura militar, na primeira metade dos anos oitenta. Nesta parte buscamos demonstrar através das fontes como o nível de vigilância sobre a população paraibana ainda estava ativamente forte. Os jornais recortados pelos agentes da Polícia Federal e os relatórios de espionagem analisados indicam que diversos eventos políticos e sociais que aconteceram no estado paraibano foram monitorados bem de perto pelos olhos do regime, que mesmo em 1985, ainda continuava vigilante. O que contraria algumas teses revisionistas, como as de Daniel Aarão Reis Filho e Jorge Ferreira, que defendem que a ditadura militar acabou em 1979, com a lei da anistia.

No terceiro e último capítulo desta pesquisa tratamos do DOPS-PB e como o papel desse órgão policial, criado em 1935 no estado, foi redimensionado durante a ditadura militar e teve novas funções e aumento de poder através do Estado de Segurança Nacional. O capítulo sobre DOPS-PB e suas ações na Paraíba é um ponto importante para discutir sobre a relação entre informação e repressão, uma vez que esse órgão realizava (muito mais abertamente do que os dois anteriores) as duas operações e abre a questão de que essas duas atividades nefastas não estavam tão separadas assim, como gostam de ressaltar certas análises historiográficas.

Nos tempos sombrios em que estamos vivendo e com a crescente onda conservadora e saudosista da ditadura militar que ganha cada vez mais poder e espaço no Brasil, é importante a existência de pesquisas como essa, que tem uma grande relevância social e política, possam chegar à sociedade e elucidar questões mais secretas

e sombrias do passado ditatorial que este país viveu recentemente, para que algo como uma ditadura militar nunca mais volte a acontecer neste país ou algo parecido nessa longa tradição autocrática.

Por isso que é crucial combater dentro e fora do espaço acadêmico às teses que buscam como bem escreveu Felipe Demier “legitimar/eou reabilitar ditaduras e ditadores⁶⁹”. Como nos bem lembra Marcelo Badaró Mattos: “Em uma situação como essa, a polêmica se faz necessária, pois não se trata de defender ou atacar contribuições individuais de pesquisadores, mas de fazer avançar um debate cuja relevância social extrapola em muito os limites da “academia”⁷⁰.

Vejam esta pesquisa como sinal desta luta historiográfica e política e que faz parte da corrente crítica da historiografia, o materialismo histórico, que conceitualmente e metodologicamente fornece ferramentas analíticas para travar esta boa luta. Desde conceitos como o de luta de classes empregado por Karl Marx até chegar ao conceito de Autocracia Burguesa do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes. Todos esses conceitos e outros que eventualmente aparecem nesta pesquisa são importantes para analisar e compreender a ditadura militar e o papel desempenhado pelos órgãos de informações e espionagem.

Não tem como entendermos a preocupação dos órgãos de espionagem com a mobilização e organização dos trabalhadores rurais e urbanos na Paraíba sem entender o conceito de luta de classes em Marx e o propósito desses órgãos de sempre buscaram se antecipar e evitar essas lutas. Na busca da sua eliminação na sociedade brasileira. Também não temos como entender esse objetivo de evitar a organização dos trabalhadores sem entender a dominação burguesa do estado através da ditadura e do seu caráter autocrático que visa ter o controle absoluto sobre a classe trabalhadora, em prol da defesa dos interesses do capital e de maximizar aos limites máximos os seus lucros através da exploração do trabalhador urbano e do trabalhador rural. Conceitos como estes citados, além de outros como Segurança Nacional, são essências para entender a real natureza da ditadura e de seus órgãos de informações.

⁶⁹ Esta citação pode ser encontrada em pequeno texto na contra capa do livro: **trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha Portugal**. (orgs) Marcelo Badaró Mattos e Rubén Vega. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

⁷⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura: um debate historiográfico. In: **1964:50 anos depois – a ditadura em debate** (orgs) Grimaldo Carneiro Zachariadhles. Aracaju: EDISE, 2015, p. 78.

1. Atuação do SNI no estado paraibano: espionagem, vigilância e produção de informações.

1.1 A criação do SNI

A espionagem e o uso de espiões remontam a antiguidade, mas apenas na aurora da modernidade, as sombras dessas atividades obscuras passaram a ser permanentes e profissionais⁷¹. As monarquias europeias com objetivos claros de ter mais controle sobre seus súditos, assim como também se antecipar em tramas políticas e conflitos externas, utilizavam essas organizações secretas para reunir informações. Mas, segundo o cientista político Marco Cepik a origem dos serviços especializados de espionagem e informações como conhecemos ocorreu entre “a segunda metade do século XIX e os anos iniciais da guerra Fria”⁷².

No começo da Guerra Fria⁷³ e durante todo o período em que os Estados Unidos e a URSS estavam em conflito não bélico direto, o uso de órgãos de inteligência e espionagem foi bastante utilizado, fazendo com que essas atividades pela primeira vez fossem institucionalizadas e regulamentadas em teoria pelos seus governos. A CIA, por exemplo, operou em diversos países para defender os interesses dos Estados Unidos e do grande capital norte-americano, o Brasil, inclusive, sendo um desses países. O serviço de inteligência estadunidense deu apoio e auxílio economicamente a desestabilização do governo J. Goulart planejada por setores do empresariado brasileiro.

A ditadura que foi implantada no Brasil neste cenário de Guerra Fria também elaborou a criação de um órgão de informações e espionagem, mas, este não seria o primeiro órgão de inteligência e espionagem criado no Brasil. Pelo que sabemos desde o governo Washington (1926-1930) já existia um embrião, segundo o jornalista Lucas Figueiredo, de um serviço secreto brasileiro. Esse embrião era o Conselho de Defesa

⁷¹ CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.13-14.

⁷² Ibidem, p. 93.

⁷³ A Guerra Fria foi um conflito ideológico, político, econômico e militar entre Estados Unidos e URSS, que segundo o Historiador Eric. J. Hobsbawn começou com o lançamento das duas bombas atômicas no Japão em 1945 e veio a terminar somente com o fim da União Soviética em 1991. HOBBSAWN, Eric J. **Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: companhia das letras, 1995, p. 223. Durante todo este período o globo terrestre ficou dividido entre a influência estadunidense e a influência soviética e mesmo que as duas superpotências não tenham entrado em uma guerra direta, diversos conflitos e guerras ocorreram em outros países por causa dessa bipolarização do mundo. O golpe de classe no Brasil em 1964 e a ditadura militar não podem ser compreendidos em sua totalidade se não forem analisado dentro deste contexto de bipolarização do globo.

Nacional, criado em novembro de 1927 por Washington Luís e de acordo com o documento coletânea L apresentado pelo jornalista em seu livro, o CDN tinha a missão de “reunir informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da pátria”⁷⁴. O órgão vai ser conservado com a chegada de Vargas ao poder com o golpe de 1930 que destituiu Washington Luís, mas mesmo tendo suas atribuições ampliadas por Getúlio, o CDN teria um papel bastante secundário e quem de fato mais agiu como órgão repressivo e de inteligência, principalmente na ditadura estado-novista de Vargas, foi a Polícia Civil do Distrito Federal. Após o fim do Estado Novo, durante o governo Dutra, é criado o Serviço Federal de Informações e contra informações (SFICI), em seis de setembro de 1946, mas só se torna de fato operacional durante o governo J.K. Entretanto, todos esses órgãos anteriores, não teriam o tamanho do poder e alcance que o serviço de espionagem da ditadura militar teria.

Nos primeiros meses da ditadura militar, ou para ser mais preciso, em 13 de junho de 1964, foi criado pelo decreto lei nº 4.341 o Serviço Nacional de Informações, o primeiro órgão de informação e espionagem da ditadura. Este órgão no decorrer da ditadura se tornou o centro da comunidade de informações do regime e buscou o controle absoluto sobre a população brasileira. O seu principal criador e idealizador, o General Golbery de Couto e Silva, ainda na época em que ensinava na Escola Superior de Guerra, defendia a existência de um órgão de informação e espionagem que tivesse uma atuação em todo âmbito nacional e fosse bastante dotado de recursos. Golbery e diversos outros oficiais militares também defendiam que este órgão encarnasse a Ideologia de Segurança Nacional⁷⁵, doutrina formulada nos Estados Unidos no começo da Guerra Fria e tinha uma orientação anticomunista, que visava combater os supostos “inimigos internos” do país.

Essa doutrina de guerra interna e contrarrevolucionária ensinada nas principais instituições militares dos EUA, como por exemplo, o National War College e o Industrial Colleged Of the Armed Forces, chegou ao Brasil através dos militares

⁷⁴ FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005.)**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 37-38.

⁷⁵ Em março de 1947, no mesmo mês do discurso do presidente Harry. S Truman sobre a “ameaça do comunismo” e do papel do EUA em defender o mundo livre e o estilo de vida americano, foram criados pela lei de Segurança Nacional: o Departamento de Defesa, o Estado Maior unificado, o Conselho de Segurança Nacional e a Agência central de Informações, a CIA. De acordo com o historiador Perry Anderson vai ser” em torno desse complexo institucional [que] se desenvolveu a ideologia permanente de segurança nacional (...). ANDERSON, Perry. **A política externa-norte americana e seus teóricos**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 40.

brasileiros que estudaram nessas instituições e que em 1949, inspirados na Ideologia de Segurança Nacional, criaram a Escola Superior de Guerra, a versão brasileira do National War College e que durante anos iria difundir a Doutrina de Segurança Nacional dentro das Três Armas, baseada no anticomunismo, na tese do inimigo interno e da necessidade das forças armadas estarem preparadas para uma guerra revolucionária e para uma ameaça constante. Uma das pautas discutidas pelos oficiais na ESG, principalmente por Golbery de Couto e Silva, como já foi dito antes neste parágrafo, era da necessidade de um serviço de informação que operasse totalmente dentro da Ideologia de Segurança Nacional, diferente do órgão de inteligência que existia no período, o SFCI. Este órgão, que por um tempo também foi chefiado por Golbery (1950-1955), era tido como ineficaz pelo mesmo e sem contatos com o meio empresarial. Para Golbery e muitos outros oficiais da ESG o serviço de informação idealizado tinha que ter estes contatos e agir livremente dentro dos parâmetros da DSN. De acordo com a Ideologia de Segurança Nacional formulada pelo governo norte-americano o setor das informações era o mais importante para garantir a segurança nacional e localizar os inimigos internos⁷⁶. As sementes do que seria o futuro SNI já estavam sendo plantadas na Escola Superior de Guerra.

A DSN também foi incorporada pelos empresários do grupo golpista IPES. Este grupo empresarial que representava uma fração da burguesia industrial e associada ao capital multinacional desestabilizou o governo J. Goulart através de diversas operações realizadas desde 1962 e foram também os maiores responsáveis pela queda do governo de Jango em 1964 ao lado dos golpistas das forças armadas. O contato deste instituto com a Escola Superior de Guerra na trama contra Goulart é bastante evidente, como bem demonstra Dreifuss⁷⁷. O pesquisador mostra as intensas relações entre esses dois grupos, uma vez que muitos ipesianos fizeram cursos e/ou palestraram na ESG e muitos oficiais desta instituição militar trabalharam e fizeram cursos no IPES, como é o caso do já citado, Golbery de Couto e Silva, que talvez seja a melhor personificação da fusão dos interesses golpistas e de classe entre o IPES e a ESG. Os ipesianos, à frente dos primeiros anos da ditadura militar, garantiram o desenvolvimento do capitalismo monopolista e dependente no Brasil e assegurou os lucros da burguesia industrial e

⁷⁶ COBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional – O pode militar na América Latina**. Civilização Brasileira, 1977, p

⁷⁷DREIFUSS, Rene Armand. **A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petropolis: Editora Vozes, 1981, p.186.

associada, enquanto que os militares garantiram a segurança para que a classe burguesa pudesse fazer os seus negócios, excluindo a classe trabalhadora do processo político e econômico através do controle e da repressão.

Foi no IPES também que Golbery e outros oficiais da ESG puderam criar um grupo de informações, o GLC, Grupo de Levantamento da Conjuntura⁷⁸, “o irmão mais velho do SNI”. O cientista político Moniz Bandeira diz que o grupo empresarial IPES preocupou-se logo no começo das suas atividades golpistas em criar um órgão de informações e espionagem privado e por isso que contratou Golbery e outros militares na ativa ou/e reformados⁷⁹.

De acordo com R. A. Dreifuss este grupo era responsável por “acompanhar todos os acontecimentos políticos em todas as áreas e setores”⁸⁰. Eles obtinham informações dentro das forças armadas, dos movimentos camponeses, dos movimentos estudantis, dos partidos políticos, da Igreja Católica, da Imprensa e das classes empresariais. Tudo com o objetivo de levantar informações sobre tais setores e produzir relatórios e dossiês para o complexo IPES/IBAD se preparar para ação de conquistar o estado. O que já demonstra que mesmo antes do golpe de classe e da ditadura, a fração de classe burguesa associada ao capital multinacional já tinha um grupo de informação e espionagem privado sobre seus inimigos de classe.

Em junho de 1964 o General Golbery de Couto e Silva deixou o GLC do Rio de Janeiro e criou com autorização do ditador Castello Branco o SNI. Mas, Golbery não começou o SNI do zero, ele levou mais de 400 mil dados sobre brasileiros do IPES-GLC e também alguns funcionários⁸¹. O SNI já nasceu com informações de milhares de brasileiros em seus bancos de dados, graças ao seu “irmão mais velho”, o GLC, que coletou todas essas informações entre os anos de 1962 e 1964. Na sua tese, o cientista político, R. A. Dreifuss chama atenção à felicitação do empresário Glaycon de Paiva, um dos membros do IPES, ao general Golbery, pelo cargo de chefe que este ia assumir no SNI. Em resposta, o militar teria dito que continuaria fazendo a mesma tarefa que

⁷⁸ Ibidem, p.186 Golbery comandava o GLC do Rio de Janeiro e diversos nomes conhecidos durante o período ditatorial brasileiro também figuravam entre os que faziam parte deste grupo, entre eles, o futuro ditador João Batista Figueiredo.

⁷⁹ BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil 1961-1964**. Civilização Brasileira, 1978, p.66.

⁸⁰ DREIFUSS, Rene Armand. **A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petropolis: Editora Vozes, 1981, p.186.

⁸¹ Ibidem, p. 422.

fazia no GLC, mas numa escala maior e com mais recursos ⁸². Ou seja, O SNI iria fazer o mesmo trabalho que o GLC fazia para a classe burguesa, só que com um alcance maior e com mais poderes. Mas a ligação entre Golbery, SNI e o IPES não terminaria em 1964. Está relação teria uma vida longa. Segundo Dreifuss:

Os elos do IPES com SNI permaneceram tão fechados e fortes que o Coronel Ivã Perdigão, sucessor do General Golbery como chefe do Grupo de Levantamento da Conjuntura, sentiu a necessidade de reconsiderar o funcionamento de certos grupos de ação do IPES uma vez o SNI havia sido formado. No campo das suas informações, o IPES permaneceu como uma fonte independente para o SNI e como sua ligação imediata com a comunidade empresarial. Em troca o IPES recebia informações para a ação do SNI ⁸³

A ligação entre esses dois órgãos reforça mais ainda o caráter burguês da ditadura militar, em prol dos interesses da classe dominante. O controle político e ideológico sobre a população trabalhadora coube justamente ao SNI, que desempenhou a tarefa de vigiar todos aqueles que fossem contrários ao regime e espionou trabalhadores, comunistas, guerrilheiros, padres, professores, estudantes, estrangeiros e qualquer um que suspeitassem ter um comportamento considerado “subversivo” e com pensamentos, sentimentos e atitudes contrárias ao regime.

No papel o SNI tinha as funções de informar e assessorar o ditador no poder, coordenar as atividades de informação e contrainformação em todo território nacional, especialmente as que tivessem relação com a segurança nacional⁸⁴. Mas, como veremos no decorrer desta pesquisa, os agentes do SNI não agiram somente em funções ligada as atividades de informações e espionagem, mas também trabalharam diretamente com órgãos de repressivos e outras ações escusas. A pesquisa de Mariana Joffily aponta para a participação do SNI na operação Oban em São Paulo nesse episódio tão brutal da história da ditadura e como a autora mesmo diz “A Operação Bandeirante reunia elementos provenientes das três forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), do DOPS, do SNI, do DPF e da Secretária de Segurança Pública (Policia civil, força pública e Guarda Civil)” ⁸⁵.O que já demonstra que os órgãos ditos

⁸² Ibidem, p. 421-422.

⁸³ Ibidem, p. 423.

⁸⁴ LAGÔA, Ana. **SNI. Como nasceu. Como Funciona**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p. 19.

⁸⁵ JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os Interrogatórios na Operação Bandeirante e No DOI de São Paulo (1969-1975)**. Rio de Janeiro: Edusp, 2013, p.42. Pesquisa esta que mostra a forte

“puramente de informações”, como alguns historiadores afirmam, não agiam somente no campo das informações, mas atuando em conjunto com grupos operantes em ações de sequestros, torturas e assassinatos.

A atuação deste órgão em nível interno também é outro ponto que o difere dos órgãos de informações de países democráticos, que estão com suas atividades voltadas para o exterior⁸⁶. De acordo com Nelson Werneck de Sodré, o SNI era uma espécie de fusão de CIA com FBI⁸⁷. A a o do SNI   voltada para dentro da na o e cumpre exatamente os desejos dos golpistas em estabelecer uma ditadura e controlar a popula o.

O SNI também já nasceu poderoso. O serviço só respondia ao ditador Castelo Branco. De acordo com Dreifuss ele era “um ‘superminist rio’ intocado e intocável pelo Legislativo e pelo Judiciário e não subordinado as forças armadas”⁸⁸. Ou seja, estava acima dos dois poderes e reforçava o caráter bonapartista da ditadura militar, com um executivo poderoso que tinha em mãos uma agência de informa o e espionagem.

No começo do SNI muitos agentes e analistas de informa o foram treinados no curso de informa o da Escola Superior de Guerra, curso este criado em 1965 pelo ditador Castelo Branco, com intuito de fornecer um quadro de funcionários preparados para o Serviço Nacional de Informa o. Mais tarde, em 1971, foi criada uma escola específica para treinar os agentes, a Escola Nacional de Informa o (ESNI), que tinha um curso específico voltado para analistas de informa o (curso B) e outro para agentes de campo (curso C). No curso de agente de campo da ESNI, os agentes do SNI “eram cuidadosamente ensinados na arte de descrever os espionados”⁸⁹. Desde a aparência física até informa o de natureza privada e pessoal. Basicamente eles eram ensinados que tinham que saber tudo sobre o alvo. Nas apostilas desse curso também ensinava como os agentes deveriam seguir seus alvos e como abordar informantes.

participa o empresarial e de grandes empresas no financiamento de atividades repressivas da opera o Oban.

⁸⁶ ANTUNES, Priscila Carla Brandão. **Uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2001.

⁸⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. **O governo militar secreto**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987, p. 130.

⁸⁸ DREIFUSS, Rene Armand. **A conquista do Estado: A o Política, Poder e Golpe de Classe**. Petropolis: Editora Vozes, 1981, p. 422.

⁸⁹ BAFFA, Aryton. **Nos porões do SNI. O retrato do monstro de cabeça oca**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1989, p.32.

Provavelmente nesse curso eles também eram ensinados a plantar escutas “dragões” e dezena de outras atividades de espionagem e vigilância.

Mas a ESNI não foi o único local de treinamento dos agentes da ditadura, muitos foram treinados em outros lugares também, como a Escola das Américas, instituição norte-americana localizada no Panamá e que treinava agentes de todas as ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, ensinando-os técnicas de tortura, interrogatório, inteligência e etc.⁹⁰. Os agentes da informação também contaram com treinamento da CIA (agência de inteligência norte-americana que também esteve envolvida na desestabilização do governo Goulart, no apoio aos golpistas e na ajuda na criação do SNI) e fizeram intercâmbio com outros órgãos de inteligência estrangeiros.

Como já foi dito antes, o SNI foi criado dentro da Doutrina de Segurança Nacional e agia em todo território nacional. O órgão era composto por uma secretária administrativa, uma inspetoria geral de finanças, uma agência central e diversas agências regionais. As ações de espionagem e produção de informações de davam através dessas agências regionais espalhadas pelo país e pela agência central localizada em Brasília. Nos anos finais da ditadura existiam treze agências ao total, incluindo a Central, mas o plano final era que existisse uma agência para cada estado⁹¹. Informação esta que fundamenta a tese do sociólogo Florestan Fernandes que a burguesia autocrática através da ditadura militar desejava o controle absoluto sobre a sociedade brasileira⁹². O conceito de autocracia burguesa elaborado por Fernandes é essencial para que possamos entender a natureza de classe da atuação do SNI e dos outros dois órgãos que serão abordados nos outros capítulos. No decorrer deste trabalho este conceito surgirá em inúmeras vezes, uma vez que sem ele não é possível entender à ditadura de classe aberta que foi instaurada em 1964 até 1985 e seus mecanismos de vigilância e repressão. O poder que este órgão teve durante toda a ditadura foi enorme e suas consequências de suas ações até hoje são estudadas pelos historiadores e outros pesquisadores. O papel que as agências regionais tiveram também começa a ser estudado e no próximo tópico veremos como a Agência de Recife foi criada, uma vez

⁹⁰ PADRÓS, Enrique Serra. Conexão repressiva internacional: O Rio Grande do Sul e o Brasil na Rota do Condor. In: **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e memória.** (Orgs): Enrique Serra Padrós, Vânia. M Barbosa, Vanessa Albertine Lopez, Ananda Simões Fernandes. - 2.ed., ver. E ampl. – Porto Alegre: Corag, 2010, p. 53.

⁹¹ LAGÔA, Ana. SNI. **Como nasceu. Como Funciona.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p. 21.

⁹² FLORESTAN, Fernandes. **A revolução Burguesa No Brasil: ensaio de interpretações sociológicas,** 2ªEd. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1974, p. 333.

que foi coube a esta agência, a função de vigiar o estado paraibano e também como o SNI foi reestruturado e ampliado pela ditadura militar durante os governos Costa e Silva e Médici.

1.2 A criação da agência regional de Recife e a reestruturação do SNI pelos governos Costa e Silva e Emilio G. Médici

A ditadura do capital não perdeu tempo em buscar maximizar o controle sobre a população trabalhadora brasileira e em dezembro de 1964, o SNI, através do novo decreto 55.194 ganhou poderes para criar agências regionais⁹³. No começo foram criadas seis agências. São Paulo⁹⁴, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco foram os primeiros estados que tiveram agências regionais do SNI em suas capitais.⁹⁵ No decorrer da ditadura mais seis agências regionais foram criadas⁹⁶, essas agências foram implantadas no estado da Bahia, no Ceará, no Mato Grosso do Sul, no Pará e no estado do Amazonas. Todas essas agências respondiam a agência Central localizada em Brasília.

O estado paraibano não contava com um órgão regional do SNI e o órgão que ficou encarregado de vigiar e monitorar os “subversivos” do estado foi à agência responsável pelo estado de Pernambuco, a ARE de Recife, que também vigiava os estados de Alagoas e Rio Grande do Norte⁹⁷. Segundo Dmitri do Nascimento a possível localização da agência regional do Recife ficava no prédio dos correios na Avenida Guararapes. De acordo com Dmitri este local era estratégico para que o SNI de Recife pudesse ter acesso às correspondências dos cidadãos e também na realização de outras atividades de espionagem⁹⁸. Ele também ressalta que entre os anos de 1964 a 1967, a

⁹³ BRANDÃO, Priscila. **Uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2001, p. 53.

⁹⁴ “O SESI-SP assumiria a obrigação de ‘financiar’ (chegando a um total de 10 milhões de cruzeiros) a instalação de um escritório regional do recém-criado Serviço Nacional de Informações (SNI)” In: WEINSTEIN, Bárbara. (Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Cortez: CDAPH, Universidade São Francisco, 2000, p. 337. Apud LEMOS, Renato Luís do Couto Neto. A aliança empresarial-militar no Brasil, anticomunismo e segurança nacional (1949-1964) IN: **Empresariado e ditadura no Brasil**. (Orgs) Pedro Enrique Pedreira Campos, Rafael Brandão Renato Luiz do Couto Neto e Lemos. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020, p. 250.

⁹⁵ NASCIMENTO, Dmitri Felix do. **O serviço nacional de informações (SNI): O Estado de Pernambuco vigiado**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2013, p.72.

⁹⁶ LAGÔA, Ana. **SNI. Como nasceu. Como Funciona**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p. 21.

⁹⁷ NUNES, Paulo Giovanni Antonino. A atuação do serviço nacional de informações na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): A vigilância sobre os dirigentes universitários. **SÆCULUM – Revista de História** [39]; João Pessoa, jul./dez. 2018, p. 21.

⁹⁸ NASCIMENTO, Dmitri Felix do. **O serviço nacional de informações (SNI): O Estado de Pernambuco vigiado**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2013, p.76.

agência de Recife se empenhou em se estruturar no estado pernambucano e recolher informações já produzidas pela polícia militar sobre pessoas consideradas suspeitas pelo regime ou que foram presas por motivos considerados “subversivos”⁹⁹. Ainda nesta fase de estruturação, o pesquisador nos chama a atenção para o auxílio que ARE de Recife teve do CENIMAR, o serviço de informações da Marinha, o mais antigo das três armas, criado anos antes da instauração da ditadura, em 1957, e que durante a ditadura realizou diversas operações repressivas.

A tese defendida por Dmitri é que durante este período de estruturação da ARE do Recife, que abarca todo o governo Castello Branco, a maioria das informações sobre trabalhadores, políticos locais, movimento estudantil pernambucano e etc, foi produzida pelos CENIMAR, pela Polícia Militar, através dos IPMS e pelo DOPS-PE e colhidas pela ARE de Recife, o que explica, segundo o autor, o motivo de diversos documentos desses outros órgãos estarem juntos com as papeladas da agência de Recife. Para o historiador “uma maior atuação da ARE do Recife do SNI [se deu] após a reestruturação no governo Costa e Silva em 1967”¹⁰⁰.

Esta reestruturação do SNI teve começo ainda no fim do governo Castello Branco, principalmente pelo decreto lei 314, de 15 de março de 1967, um dos últimos atos do ditador, que estabelecia a Lei de Segurança Nacional. A Doutrina de Segurança Nacional que antes era um dogma seguido pelos golpistas tornou-se uma lei para todos e foi institucionalizada. Segundo o historiador João Quartim de Moraes “essa teoria encontrou sua forma jurídica na Constituição de autocrática de 1967 e na lei de segurança nacional¹⁰¹”.

A partir desta lei, o novo ditador, Arthur da Costa e Silva, pode reestruturar o SNI e ampliar as suas funções e poderes. Sob o governo Costa e Silva, principalmente a partir de 1968, o alcance dos olhos do SNI pelo país se tornou mais poderoso e eficiente. De acordo com o historiador Carlos Fico:

A partir de 1968, porém, as necessidades de informações do regime militar excediam bastante as demandas iniciais planejadas por Golbery do Couto e Silva. Não se tratava, apenas, de reunir dados indispensáveis ao principal

⁹⁹ Ibidem, p. 82.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 105

¹⁰¹ MORAES, João Quartim de. A natureza de classe do estado brasileiro. In: Ditadura: **o que resta da transição**. (Org) Milton Pinheiro – 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2014, p.91.

cliente do serviço - o presidente da República -, mas de interagir com a polícia política, isto é, com o sistema de segurança que naquele momento e buscava aperfeiçoar, sob a égide da concepção de "guerra revolucionária", definitivamente entronizada pelo AI-5, mas que, como se viu no capítulo anterior, estava presente desde o governo de Castelo Branco. Portanto, tratava-se de uma necessidade de informações que ultrapassava a indispensável alimentação do sistema de tomada de decisões presidenciais e atingia a auscultação da esfera particular da vida dos cidadãos. Afinal, a noção de "guerra revolucionária" ou "guerra interna" pressupunha que alguns brasileiros fossem "inimigos de guerra" do regime: ora, contra o inimigo, todas as armas deveriam ser utilizadas, inclusive as de efeito moral ou psicológico. (...) Em uma palavra, era preciso aperfeiçoar o SNI e as velhas seções de segurança nacional dos ministérios civis (que tinham, dentre outras, a incumbência de produzir informações), que estavam praticamente desativadas¹⁰².

Ou seja, em 1968, o governo Costa e Silva buscou fortalecer o SNI e aperfeiçoar a sua colaboração com a polícia política, tudo em prol de aumentar o seu controle sobre a população, uma vez que a ditadura considerava todos suspeitos e/ou inimigos em potencial. Como vimos um pouco antes, a agência regional de Recife, assim como todo o SNI, já cooperava com órgãos policiais e militares, mas como bem apontou Fico, essa colaboração tornou-se mais intensa a partir de 1968.

O governo Costa e Silva além de reestruturar o SNI, criou as Divisões de Segurança e Informações nos ministérios civis em 1967, que serviram para substituir as antigas seções do Conselho de Segurança Nacional. As DSIs eram uma espécie de SNI para os ministros, visando coletar informações com o intuito de informar os ministros, embora também obedecessem as ordens do chefe do Conselho de Segurança Nacional¹⁰³. O ex-chefe do SNI, o General Emilio Garrastazu Médici, o terceiro ditador no comando da ditadura brasileira, colocou as DSIs sob o controle do SNI em 1970, aumentando ainda mais o poder de vigilância e espionagem do Serviço Nacional de Informações.

¹⁰²FICO, Carlos. Como eles agiam: **Os subterrâneos da Ditadura Militar. Espionagem e polícia política**, São Paulo: Editora Record, 2001, p. 76.

¹⁰³FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar. Espionagem e polícia política**. São Paulo: Editora Record, 2001, p. 78-79.

O SNI também se tornou o centro do Sistema Nacional de Informações (Sisni), criado em 1970 por Médici¹⁰⁴. O sistema era composto pelo próprio SNI, pelas DSIs e Aesis, pelos sistemas setoriais dos órgãos militares, pelo subsistema de informações estratégicas militares e por outros órgãos setoriais. O SNI tinha a tarefa de coordenar todos esses órgãos e depois que o seu Plano Nacional de Informações (PNI) foi estabelecido em junho de 1970, ele pode designar as missões que os demais membros do Sistema Nacional de Informações tinham que realizar¹⁰⁵. Mas, o poder do SNI não estava apenas sobre a SISNI, pois o órgão também se converteu no núcleo da comunidade de informações e que de acordo com a jornalista Ana Lagôa era formada por:

“16 órgãos especializados. O próprio SNI, as DSIS, As ASIS, a F-2 (segunda seção do EMFA), os E-2 (serviços secretos do exército), os M-2 (serviços secretos da Marinha), as A-2 (serviços secretos da Aeronáutica), as S-2 (segundas seções dos três ministérios, distribuídas em cada OM), o CIE, (Centro de informações do exército), o CIA (centro de informações da aeronáutica, ex-CISA) (...) o CENIMAR (centro de informações da Marinha), os serviços secretos da Polícia Federal, os DEOPS (Departamentos de Ordem política e Social) e as P-2 (serviços secretos da polícia Militar, além dos (...) CODIs- DOI (centro de Operações de Defesa Interna-Destacamentos de operações Internas).¹⁰⁶”

Todos esses órgãos, num maior ou menor grau, enviavam informações obtidas por todo país através de ações de espionagem, vigilância e repressão para o SNI, por isso não é raro encontrar entre os documentos do SNI informações trazidas pelos outros elementos da comunidade de informações, como por exemplos os órgãos de informações das forças armadas. Veremos mais dessas colaborações do SNI quando tratarmos das ações da sua agência regional na Paraíba. O próximo tópico visa justamente tratar dos primeiros anos da atuação da Agência Regional do Recife no estado paraibano, ainda na sua fase de estruturação, durante o governo Castello Branco, da criação do núcleo da agência em João Pessoa e qual foi à classe social mais visada no estado pelos olhos vigilantes do regime.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 75.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 79.

¹⁰⁶ LAGÔA, Ana. **SNI. Como nasceu. Como Funciona.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p.35.

1.3 O SNI na Paraíba: A vigilância e a produção de informações sobre as ligas camponesas e os trabalhadores rurais

No começo dos anos 60 o Brasil foi marcado por muitos conflitos sociais e luta de classes no interior da sociedade. A classe trabalhadora cada vez mais reivindicava seus direitos, reformas e mudanças na estrutura social do país, o que ia contra os interesses da classe dominante e do capital estrangeiro, que desejavam justamente manter seus privilégios à custa da maioria dos trabalhadores brasileiros. Nesse período a luta de classes no estado paraibano também era intensa, principalmente nos campos. A estrutura fundiária brasileira que vinha desde os tempos do período colonial permitiu que as oligarquias rurais concentrassem grande renda à custa primeiramente do trabalho escravo e depois da exploração do trabalhador do campo. A acumulação de riquezas dessa classe dominante agrária foi em cima da mais alta exploração e repressão. Práticas como o cambão, que consistia no ato do agricultor ter que trabalhar sem remuneração uns dias na propriedade de um latifundiário para poder morar nessas terras e cultivar algo para si e para sua família, e o foro, em que o mesmo teria que pagar uma renda anual ao proprietário das terras; eram algumas das formas de exploração em que o latifúndio impunha aos trabalhadores rurais¹⁰⁷. As violências físicas e torturas também faziam parte dessa dominação do latifúndio sobre os trabalhadores.

Foi neste cenário de violência e exploração que alguns pequenos agricultores partiram para luta em diversas regiões do Brasil e principalmente no Nordeste. As ligas camponesas se tornaram as maiores representantes dessas lutas e das reivindicações do homem do campo. Na Paraíba, a primeira liga foi fundada em 1958 em Sapé e buscava acabar com essa opressão e tornar a vida do trabalhador mais digna e livre de cambões e foros, mas isto não foi visto com bons olhos pelos grandes proprietários de terra da Paraíba.

A violência contra as ligas camponesas que surgiram na Paraíba pré-golpe militar foi terrível. Diversos camponeses foram mortos pelos assassinos dos grandes proprietários de terra e por policiais do estado. Um dos criadores e vice-líder da liga camponesa de Sapé, João Pedro Teixeira, foi uma dessas vítimas, sendo assassinado numa emboscada em 1962. A repressão militar-policial não esperou o golpe de 64 e a

¹⁰⁷ CARNEIRO, Ana. **Retrato da repressão política no Campo Brasil (1962-1985). Camponeses, torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília, MDA, 2ª edição, 2011, p.30.

ditadura para agir no estado paraibano. Diversas ações de agentes policiais e militares contra os camponeses foram registradas. A própria passeata de agricultores que protestava contra o assassinato de João Pedro foi alvo de uma ação repressiva e violenta perpetrada pelas tropas do exército, por ordens do General Artur da Costa e Silva, futuro ditador¹⁰⁸. Com o advento do regime militar, os assassinos de líder camponês foram soltos¹⁰⁹, numa clara demonstração de apoio dos militares com o latifúndio paraibano.

A chacina de Mari em janeiro de 1964, meses antes do golpe, também é outra demonstração de violência dos grandes latifundiários contra os pequenos agricultores. No dia 13 de janeiro 1964, empregados do Usineiro Nezinho de Paulo acompanhados com policiais militares atiraram contra o líder sindical Antônio Galdino e isso provocou os companheiros do sindicalista, que entraram em conflitos com os empregados da usina e os policiais militares usando apenas suas ferramentas de trabalho, resultando num saldo de doze mortes. A maior baixa foi para o lado dos representantes do latifúndio e isso fez com que o Usineiro que ordenou o ataque pedisse apoio do governador Pedro Gondim, que antes apoiava os movimentos do campo. Com o apoio de Gondim aos usineiros, diversas operações policiais foram realizadas nas regiões do interior da Paraíba com o fim de reprimir os movimentos dos trabalhadores rurais¹¹⁰.

Com o golpe empresarial militar, a repressão contra a classe trabalhadora aumentou no Brasil e na Paraíba, buscando acabar com a luta de classes e as reivindicações dos trabalhadores. O governador paraibano no período do golpe, Pedro Gondim, não ofereceu resistências aos golpistas e a implantação da ditadura, muito pelo contrário, ajudou a montar a ditadura na Paraíba e foi conivente com a repressão que se abateu sobre de diversos membros das ligas camponesas, que em 1964 foram assassinados, torturados e caçados pelos agentes do regime. Já no dia primeiro de abril diversos membros das ligas camponesas foram presos. Tudo em prol da classe dominante proprietária de grandes terras e dos interesses do capital. Mas não foram só trabalhadores rurais perseguidos, trabalhadores urbanos, estudantes, professores, militantes de esquerda, padres e políticos, enfim, todos que eram contrários ao golpe contra J. Goulart e a instauração da ditadura passaram a ser espionados e perseguidos

¹⁰⁸ BANDEIRA, Moniz. **As lutas sociais no Brasil 1961-1964**. Civilização Brasileira, 1978, p.56.

¹⁰⁹ CARNEIRO, Ana. **Retrato da repressão política no Campo Brasil (1962-1985) camponeses, torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília, MDA, 2ª edição, 2011, p.88

¹¹⁰ <http://memorialdademocracia.com.br/conflitos/pb>

pelo regime. É nesse cenário de intensa repressão que a agência central e principalmente a agência regional do SNI entra em cena na Paraíba.

Os documentos do SNI agência de Recife que tivemos acesso nos permite dizer que pelo menos desde 1965 o órgão regional atuava na Paraíba, mas em alguns desses documentos, já evidencia que outros órgãos repressivos já estavam perseguindo e coletando informações de paraibanos considerados por eles “suspeitos” ou/e “perigosos” ainda em 1964. Os militares através dos IPMS já investigavam e perseguiram no estado políticos, professores, estudantes, agricultores e etc. Muitas das informações produzidas em 1964 e 1965 por esses órgãos passaram para agência regional do SNI. A primeira ação propriamente dita deste órgão no estado paraibano que identifiquei partiu da sua agência núcleo de João Pessoa.

O informe confidencial¹¹¹ A1 nº 264/16/ARE de 82 demonstra que desde 1965 o núcleo de agência de João Pessoa, o NAJP/SNI, estava operando. Segundo o historiador Carlos Fico, os núcleos de agência eram criados “quando características eventuais de uma dada cidade ou região assim o recomendassem”¹¹². Como já tinha dito antes, a Paraíba mesmo antes do golpe, estava numa intensa luta de classes e conflitos sociais, que preocupavam as oligarquias locais, que temiam perder seus privilégios e terras. Por ter sido um dos palcos mais intensos da luta de classes no Brasil e na Região Nordeste, não nos surpreende que a ditadura empresarial-militar tenha instalado um núcleo de agência logo no segundo ano de regime na capital paraibana sobre a supervisão da agência de Recife.

Percebemos ao analisar essas fontes, que muitos dos indivíduos que lutaram por direitos democráticos e reformas pré-64 na Paraíba passaram a ser observados pelos órgãos de informação da ditadura, sendo bastante monitorados.

¹¹¹ ARE ACE CNF 3907/82. Fundo do SNI. Arquivo Nacional. Os documentos produzidos pelos órgãos de informação e repressão da ditadura militar eram classificados em quatro níveis de sigilo: reservado, confidencial, secreto e ultrassecreto. FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum. Militares na ocultação dos documentos da ditadura militar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.20. Os documentos do SNI que tivemos acesso tem o nível de sigilo classificado como confidencial.

¹¹² FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar. Espionagem e policia política**. São Paulo: Editora Record, 2001, p.83.

No caso do informe já citado, os agentes da informação estavam investigando a advogada Ophélia Amorim¹¹³ que advogou pelas ligas camponesas. Neste documento, que traz um histórico da advogada, acusada de ser “subversiva”, constatamos que seis órgãos tinham elaborado informes sobre ela entre os anos de 1965 a 1982. O já citado NAJP/SNI, a Polícia Militar através de um IPM, a agência regional do SNI, a Secretária de Segurança Pública da Paraíba, o IV exército e a 7º CJM. A investigação que esses órgãos fizeram sobre ela continha dados como seu endereço residencial, seu estado civil, os comícios e concentrações que frequentou e até informações sobre o curso que ela iria realizar na Rússia em 1965. Mas, o informe sobre ela dá mais destaque sobre seu envolvimento com as ligas camponesas, as quais os agentes da informação, designam como um movimento subversivo.

De acordo com a palavra de um agente ela era “Idealista, deixou-se envolver pelos elementos comunistas. Exercia sua atividade como advogada das ligas camponesas no interior o estado¹¹⁴”. Por essa frase já podemos dizer que a luta dos agricultores paraibanos por melhores condições de vida e por uma mínima reforma agrária era considerada pelos agentes da ditadura como uma atividade subversiva e comunista. Por defender as causas das ligas camponesas no âmbito jurídico ela era tratada como uma subversiva e inimiga do regime.

Outro Informe confidencial A/1 do SNI-Recife, o de número 12/16/ARE, sobre um médico, ex-diretor da SANDU em Sapé, Vicente Edmundo Rocco, que era acusado neste informe de usar o cargo público “para ajudar as ‘LIGAS CAMPONESAS’ conduzindo material de propaganda vermelha e até armas de pequeno e médio porte para comícios de agitadores na ambulância da SANDU”¹¹⁵. Através do histórico de investigações que faz parte deste informe, vemos que em 1966 a Polícia Militar investigava esse médico e que no mesmo ano a agência de Recife já o vigiava também,

¹¹³ Ophélia Amorim começou a se engajar com os movimentos sociais aos 23 anos e com seu diploma recente em direito defendeu juridicamente no Pré-golpe de 1964 os agricultores das Ligas Camponesas da Paraíba. Devido o seu engajamento nas lutas sociais intensas que estavam ocorrendo no estado Paraibano e por seus laços com as Ligas Camponesas e os trabalhadores rurais, Ophélia chegou a ser presa em 1964, após o golpe de Estado, mas relatou que não foi torturada, embora tenha sofrido tortura psicológica por ter sido ameaçada e intimidada. Além da prisão a advogada teve cinco IPMS abertos contra ela. Após a sua saída da prisão ela e família se mudaram para São Paulo. Ver: ALVES, Juliana Ferreira. Ophélia Amorim e as ligas camponesas na Paraíba: As militantes da esquerda contra atacam. e-ISSN: 2359-2796, v. 17, n. 1, 2016. XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB, p. 1218-1219, 1224,

¹¹⁴ARE_ ACE CNF 4030/83. Fundo do SNI. Arquivo Nacional.

¹¹⁵ Ibidem.

afirmando que o médico “era colaborador dos vermelhos”. As últimas informações que temos sobre o médico de Sapé é que ele foi demitido do cargo por causa da ditadura e que continuava criticando o regime e o exército constantemente, chegando até identificar um informante dos órgãos de informações, e de acordo com o relato dos agentes do SNI, “que por duas vezes, no seu próprio automóvel, tentou matar um dos melhores informantes da cidade de Sapé”¹¹⁶. Além de descobrimos neste parágrafo escrito pelo agente da informação que o médico era *um cabra arretado*, percebe-se como os informantes do SNI estavam espalhados pelas cidades paraibanos.

O começo da vigilância do SNI na Paraíba não se deu apenas em pessoas que tiveram suas trajetórias pessoais ligadas aos movimentos das ligas camponesas pré-64, mas principalmente contra os líderes e membros das ligas. As perseguições e prisões contra os membros foram intensas logo após o golpe. Mesmo lideranças como Pedro Fazendeiro e Nego Fuba que se esconderam dos militares, foram encontrados, presos e assassinados cruelmente pelo regime militar. Um dos informes que encontramos na documentação do SNI foi justamente sobre João Alfredo Dias, o Nego Fuba. Ele era descrito pelo órgão como um “perigoso agitador comunista”¹¹⁷. Para a ditadura e o SNI qualquer representante dos homens do campo que reivindicasse direitos trabalhistas para os agricultores e reforma agrária era considerado como “perigoso”, “agitador”, “subversivo” e “comunista”. E dentro desta lógica intolerante de perseguição, quem lutasse pelos trabalhadores rurais era passível de ser destruído tanto fisicamente quanto simbolicamente. Pois mesmo após a sua trágica morte pelas mãos da ditadura, o SNI continuou atualizando informes sobre João Alfredo Dias e desqualificando sua imagem e sua luta por décadas.

Mesmo os membros das ligas que não foram assassinados pela ditadura continuaram sendo vigiados pelos órgãos de informações. Como é o caso do membro das ligas camponesas, Ivan Figueiredo de Albuquerque vigiado no informe nº 115/ARE/78 do SNI. O órgão vigiou a vida dele por longos anos e as suas tentativas de se eleger representante dos trabalhadores rurais, seja como prefeito, vereador ou deputado estadual. A preocupação do órgão com a vida política de Ivan Figueiredo é bastante visível. O último informe sobre ele que tivemos acesso data de 1983. Isso nos permitiu conjecturar que muitos outros membros das ligas que não foram presos ou

¹¹⁶ Ibidem.

¹¹⁷ ARE ACE CNF 4035/83. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

assassinados pela ditadura continuaram tendo suas vidas espionadas pelos órgãos de informações praticamente durante todo o período ditatorial.

Outro informe confidencial do SNI agência Recife bastante importante para ser apresentado ao leitor que reforçar essa conjectura, o de nº 093/16/ARE/83, sobre o agricultor da cidade paraibana de Pedras de Fogo, Francisco Bernardo do Nascimento, vigiado desde 1966 pela ARE de Recife por ter sido das ligas camponesas. Em 1967 ele foi julgado e condenado a quatro anos e seis meses de prisão pelo Conselho Permanente de Justiça do Exército. O histórico de informações sobre este agricultor demonstra que os agentes do SNI acompanharam por anos o seu caso e mesmo depois que ele foi solto, continuaram vigiando-o e mantendo informações sobre ele no seu histórico¹¹⁸. O caso deste agricultor abre a reflexão sobre como a vigilância e a repressão varia de acordo com a classe social do sujeito. Vimos dois casos de vigilância contra indivíduos que ajudaram as ligas, mas que pelas suas origens sociais, status ou contatos, não chegaram a ser torturados ou mortos. Ophélia Amorim foi presa, mas depois liberada e Vicente Edmundo Rocco perdeu o emprego na Sandu, mas não foi preso, até onde sabemos. Entretanto, em relação aos líderes das ligas camponesas e seus membros, não houve isso. A classe trabalhadora paraibana, principalmente a rural, sofreu uma forte repressão da máquina ditatorial. Os brutais assassinatos de João Alfredo Dias e Pedro Fazendeiro nos primeiros meses da ditadura já indicavam a forma como os trabalhadores braçais que não se curvassem a ordem socioeconômica do regime iriam ser tratados.

Dos documentos do SNI sobre a Paraíba que tivemos acesso, pois muitos foram destruídos e/ou ocultados, pudemos perceber que muitos dos informes individuais eram sobre pessoas que foram membros das ligas camponesas ou que ajudaram as ligas. Praticamente dos 14 informes individuais analisados, 11 são relacionados às ligas. Muitos dos informes temáticos também são sobre as ligas camponesas. No relatório final da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba¹¹⁹ também podemos averiguar mais cinco informes individuais diferentes dos analisados aqui sobre membros ou pessoas que auxiliaram as ligas. Um deles se tratando inclusive, da vigilância do SNI sobre

¹¹⁸ ARE ACE CNF 4133/83. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

¹¹⁹ A Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) foi criada por meio do Decreto nº 33.426, de 31 de outubro de 2012 e tinha como objetivo principal de investigar os crimes cometidos contra os direitos humanos no Estado paraibano durante a ditadura militar.

Elisabeth Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira e uma das grandes lideranças das ligas camponesas de Sapé após o assassinato do seu marido.

A preocupação do SNI e de outros órgãos de informações em vigiar e perseguir as Ligas e de modo geral a classe trabalhadora rural que reivindicava seus direitos é muito visível. O sentido de classe na vigilância do SNI não pode ser ignorado. Mesmo que o sujeito nem fosse membro das ligas ou agricultor, mas que tivesse alguma relação ou mesmo simpatia pela causa, já era motivo de ser investigado.

Na documentação constatamos que muitos membros das ligas e as pessoas que os ajudaram tiveram suas vidas constantemente vigiadas por longos anos. Desde meados dos anos 60 até os anos 80. Muitas fichas individuais eram atualizadas com novos informes sobre os alvos espionados. .

O SNI agência de Recife, a NAJP e outros órgãos de informação também se mostraram vigilantes em relação ao campo paraibano durante todo o período ditatorial. Principalmente depois de 1975, em que o próprio governo ditatorial, para amenizar os danos à economia brasileira e aos lucros do grande capital depois da crise do petróleo de 1973, incentivou a produção de álcool através do programa (Proálcool), o que resultou na valorização dos grandes latifúndios e na intensa corrida para plantar cana-de-açúcar para produção de álcool¹²⁰. Na sede por lucros, os grandes latifundiários passaram a expulsar muitos agricultores arrendatários das suas terras, para torná-las o máximo possível em campos de plantação de cana-de-açúcar. O programa Proálcool da ditadura resultou numa maior concentração de terras nas mãos do latifúndio e na miséria de milhares de trabalhadores rurais. Mas, mesmo neste cenário contrário aos agricultores arrendatários, muitos passaram a resistir e não abriram mão das terras em que tanto trabalharam e que era a fonte de sustento de suas famílias. Na Paraíba, a partir da metade dos anos setenta, diversos conflitos no campo passaram a ocorrer, com diversas famílias de agricultores lutando para permanecer nas terras em que moravam há anos. Todas essas lutas e conflitos no campo paraibano passaram a chamar atenção do SNI.

Nos documentos da agência de Recife e do IX exército a preocupação com o renascimento das ligas camponesas ou de qualquer reivindicação no meio rural paraibano é bastante notável. No informe confidencial 738 119 /ARE de 1978 do SNI,

¹²⁰ Relatório final / Paraíba. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**; Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017, p. 531.

que difunde as informações do CIE e do IV exército, com o *tema Denúncias de reorganização de ligas camponesas em Mogéiro e Itabaiana*, demonstra essa preocupação de tais órgãos com a organização dos trabalhadores rurais no campo paraibano. O caso que este informe relata é sobre a reivindicação de 446 famílias de agricultores sobre o direito de morar e cultivar as terras das fazendas de Alagamar e Piacas e outras demais. Acontece que essas famílias viviam nas terras do proprietário Arnaldo de Araujo Maroja há décadas, e muitas fizeram acordos verbais de arrendamentos e parcerias com o mesmo para poder cultivar plantações nos limites de suas terras. Quando este faleceu, seu testamento dizia para vender todas as terras e dividir o dinheiro resultante igualmente entre seus 42 sobrinhos legatários, uma vez que não tinha herdeiros. Para resolver logo a questão e entregar o dinheiro aos legatários, as terras foram vendidas a terceiros e estes novos proprietários passaram a entrar em conflito com essas 446 famílias de agricultores. Estas famílias passaram então a reivindicar seu direito de permanecer e plantar naquelas propriedades, embora não fossem legalmente suas. A organização em torno deste objetivo de não serem despejados chamou a atenção da imprensa e da Igreja Católica. Assim como atenção do SNI, que direcionou seus olhos para este caso.

Para a comunidade de informações, a organização destes agricultores e do apoio que passaram a ter do clero progressista tornou-se motivo de preocupação. No informe já mencionado o analista da informação ou agente observa “a situação oriunda naquela área possibilita e pode induzir a formação de uma Liga Camponesa (...)”¹²¹. O apoio do Centro de Defesa de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba (CDDH) aos trabalhadores rurais é vista como perigosa. No informe é dito: “Essa atitude unilateral, sem qualquer gestão no sentido de encontrar uma solução adequada ao problema, vem fazendo crescer os radicalismos e o surgimento de lideranças locais”¹²².

O temor que o SNI e os demais órgãos de inteligência de uma maior organização dos trabalhadores rurais por causa da situação dessas fazendas chamam muito a atenção. Não é atoa que passaram a vigiar bem de perto as famílias de agricultores. Principalmente as da fazenda de Alagamar, tida por eles “a área de maior tensão social (...) onde são realizadas reuniões entre os moradores (...) nas quais o elemento Manásses

¹²¹ ARE ACE CNF 2070/81 Fundo do SNI. Arquivo Nacional.

¹²² Ibidem.

Luciano Rodrigues fala na formação de Ligas Camponesas¹²³”. No informe ainda consta o nome dos trabalhadores envolvidos em arrancar as cercas dos novos proprietários, o que demonstra o grau do poder infiltração desses órgãos nas comunidades dos agricultores.

Além de estarem sendo constantemente vigiados, esses agricultores e agricultoras da fazenda de Alagamar não contavam com quase nenhuma proteção jurídica, sendo inúmeras vezes ameaçadas por mercenários contratados pelo grande latifúndio paraibano e por forças policiais locais que defendiam os interesses dos grandes fazendeiros. Isso pode ser visto claramente nos recortes de jornais anexados ao informe que estamos discutindo. O recorte do Jornal o Norte, de 15 de agosto de 1978, que tem como título: *agricultores tiroteados em Alagamar*; relata o caso de agricultores que foram denunciar no Centro de Defesa dos Direitos Humanos, na arquidiocese da Paraíba, que foram alvos de tiros por indivíduos estranhos, com o intuito de impedir que eles trabalhassem nas terras. Na continuação da matéria, é dito que o agricultor de Alagamar, Sebastião Pereira da Silva quase foi assassinado por pistoleiros e só não foi morto por causa da intervenção de terceiros. Mas, o que mais chama atenção nesse jornal, é acusação dos agricultores as forças policiais, que segundo eles:

o pior de tudo é que a policia sempre age em defesas do latifundiário. Quando desta ocorrência, onde quase morreu um agricultor, o destacamento de Salgado Felix esteve na fazenda de Alagamar, dando cobertura aos pistoleiros. O delegado local, não identificado nominalmente pelos denunciante, deu voz de prisão a todos os agricultores¹²⁴.

Os agricultores ainda terminam a denúncia dizendo que mais tarde depois desse ocorrido viram os pistoleiros na casa do policial, “em clima de franca cordialidade”¹²⁵.

Esse relato na imprensa dos agricultores de Alagamar criticando as forças policiais chamou atenção dos agentes da comunidade de informações. Os agentes do SNI e de outros órgãos vigiavam constantemente os conteúdos da imprensa paraibana e de outros estados. Grandes jornais do período analisado, como O Norte, O Momento e o Diário de Pernambuco, tinham suas matérias analisadas. Mas não era só a grande

¹²³ Claramente devemos desconfiar se de fato nessa reunião houve menção ao renascimento das ligas, uma vez que muitas das informações contidas nesse tipo de fonte que analisamos são apenas com o intuito de produzir “o inimigo do regime”.

¹²⁴ ARE ACE CNF 2070/81 Fundo do SNI. Arquivo Nacional.

¹²⁵ Ibidem.

imprensa que era visada, o Informativo do centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba também era bastante visado por suas críticas à ditadura, a violência do latifúndio e das forças do estado contra os homens do campo e etc.

Segundo Priscilla Brandão uma das atividades dos analistas das informações era o de justamente coletar e analisar esses jornais e transformar esses recortes em produtos de inteligência¹²⁶. Nos documentos que tive acesso do SNI Agência de Recife encontramos 27 recortes de jornais transformados em produtos de inteligência e anexados aos informes individuais e temáticos. A maioria das reportagens recortadas pelos analistas das informações era relacionada com os conflitos no campo paraibano entre agricultores e latifundiários. Os analistas algumas vezes destacam e sublinham os nomes de agricultores que aparecem nessas reportagens, possivelmente para investigá-los depois.

Os agricultores do campo que lutavam pelos seus direitos eram considerados suspeitos e subversivos pelos órgãos de informações, sendo investigado e não os latifundiários e pistoleiros, dos quais o SNI parecia não ter nenhum interesse em investigar e produzir informes. Muito pelo contrário, o SNI e DSI do ministério do Trabalho pareciam atender os interesses dos grandes latifundiários, como pode ser visto no informe confidencial nº356/78/SMN/DSI/MTb de 21 de Dezembro de 1978, cujo o assunto era “problemas e agitação no meio rural da Paraíba”. Neste informe é anexado o pedido dos grandes proprietários de terra da Paraíba para que o ministério do trabalho e seu órgão de informação investigasse o dirigente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, da Arquidiocese da Paraíba, o advogado Wanderley Caixa, acusado por esses grandes latifundiários de estar promovendo atividades subversivas no campo paraibano e incitando os trabalhadores rurais à “revolta e choque de classes no meio rural”¹²⁷.

O conteúdo da reivindicação dos grandes fazendeiros é marcado por diversas denúncias ao dirigente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, que segundo eles era um “terrorista” que já tentara derrubar o governo em 1969, e tinha métodos que “muito se assemelhavam com os adotados pelos agitadores no conturbado governo João Goulart, através das chamadas ligas camponesas”¹²⁸. O grande latifúndio paraibano não

¹²⁶ANTUNES, Priscila Brandão Carlos. **SNI e ABIN: Uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2001, p. 16.

¹²⁷ AC ACE CNF 7803/80. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

¹²⁸ Ibidem.

poupa acusações ao advogado no decorrer da carta denúncia e cita diversas vezes que o dirigente pretendia através da “propaganda subversiva” “indispor o povo com as autoridades constituídas do país, e de incitamento à subversão da ordem política e social para instauração de um regime comunista”¹²⁹.

Os grandes fazendeiros também se queixam da proteção que a Igreja Católica daria a esse indivíduo que segundo eles “nada mais tem feito senão fomentar o ódio e a luta de classes (...)”¹³⁰. Na visão dominante destes grandes donos terras, os trabalhadores são manipulados e vistos como ignorantes, como se não partissem deles a vontade de lutar pelos direitos dos trabalhadores rurais e de melhor estrutura fundiária no país. Na carta a denúncia era sempre contra o CDDH e a Igreja Católica, tidos como os principais responsáveis por manipular os trabalhadores. Claramente numa visão da classe dominante de que os trabalhadores rurais não tinham do que se queixar e que só estariam se rebelando contra proprietários de terra, usineiros e autoridades policiais por causa de “elementos estranhos agindo nos campos”. Ignorando totalmente as péssimas condições de vida do pequeno agricultor, condições causadas justamente pelo latifúndio e sua forte exploração.

A aliança do latifúndio rural com a ditadura militar fica clara nas ultimas páginas da carta quando eles dizem:

Podemos afirmar que o empresariado rural da Paraíba está pronto para colaborar com o governo Federal pela solução do problema social, mas não concorda é que se queira destruir o patrimônio que foi construído com muito sacrifício e trabalho, através da sanha desagregadora de agitadores¹³¹.

Patrimônio construído com o sacrifício de trabalhadores rurais!

A defesa da propriedade privada é um dos pontos mais discutidos na carta e os grandes proprietários revelam sem nenhum constrangimento que usaria todos os meios para defendê-la. Cobram da ditadura ações mais energéticas contra seus inimigos de classe e fecham a carta dizendo:

Apelamos, assim, que vossa excelência inteirando da realidade que ora relatamos sem exageros, mas ao contrário, com moderação, adote na área de

¹²⁹ Ibidem.

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ Ibidem.

sua competência as medidas que se impõem, solicitando, inclusive, dos órgãos e autoridades responsáveis pela segurança e a ordem social, que investiguem as denúncias que constam nesse documento, que podem ser ampliadas com outros fatos de igual gravidade, prestando assim, mais um relevante serviço à causa dos proprietários e trabalhadores rurais, que almeja um clima de ordem e respeito para que desempenhem as suas atividades sem as perturbações provocadas por agitadores, subversivos e comunistas confessado, como é o caso do Sr. Wanderley Caixa e seus asseclas¹³².

A hipótese dos órgãos de espionagem e informação terem um sentido de classe ganha força com tal declaração. Pois, além de observamos como o poder privado exigia da ditadura medidas contra seus inimigos de classe, através da utilização “dos órgãos e autoridades responsáveis pela segurança e a ordem social”, ainda é dito que estes, e não era a primeira vez e possivelmente nem a última, prestavam “um relevante serviço à causa dos proprietários”.

Neste documento que chegou às mãos do SNI, podemos ver claramente que o órgão não perdeu tempo para atender os interesses do poder privado. O nome do alvo dos latifundiários foi sublinhado, assim como os nomes dos impressos que ele publicou, palavras com tensão social e ligas camponesas também ganharam marcação e nos faz imaginar e conjecturar que o SNI levou essa investigação a frente.

A mesma atenção que os órgãos de informações deram a reivindicação dos grandes proprietários de terras da Paraíba não foi dada as reivindicações dos trabalhadores rurais, ou melhor, foi dada, mas de forma negativa, possivelmente por considerarem tais reivindicações como “subversivas e comunistas”. Isto pode ser visto na forma como o documento da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba em posse do SNI estava limpo, sem marcações, sem nomes sublinhados e sem observações dos analistas das informações. Mesmo o documento encaminhado à Justiça relatando o abuso das autoridades policiais de invadir as casas de agricultores sem permissão judicial e das constantes ameaças que as famílias de agricultores das fazendas de Alagamar e Piacas estavam sofrendo dos grandes latifundiários, não constatamos a marcação sobre o nome de um dos latifundiários que tinha comprado uma parte de Alagamar e que estava ameaçando os moradores. A ironia maior é que provavelmente presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da

¹³² A carta denúncia se encerra com a assinatura de 313 latifundiários. O que demonstra que esta classe social estava bem unida e articulada para a manutenção do seu status e privilégios.

Paraíba que assinou esta denúncia e as exigências da classe trabalhadora é que possivelmente foi investigado. Os suspeitos preferências da vigilância dos órgãos de informação ao que tudo indica tinha uma classe social específica.

Mas mesmo nesse clima de injustiça e medo nos campos paraibanos aflorou a rosa da resistência e da luta entre muitos trabalhadores rurais. A fazenda de Alagamar foi o maior exemplo tratado neste trabalho, mas o relatório final da comissão estadual da verdade listou diversos em municípios paraibanos lutas por terra e por melhores condições de vida¹³³. Todas essas lutas eram vistas como uma ameaça à dominação burguesa, que segundo Florestan, buscava “o controle absoluto das relações de produção, das superestruturas correspondentes e do aparelho ideológico”. Mesmo que essas lutas surgissem como resultado das consequências das políticas econômicas impostas aos trabalhadores rurais pela ditadura, a classe trabalhadora deveria apenas obedecer às ordens do regime. Nessa lógica da dominação burguesa autocrática os trabalhadores mesmo sob as péssimas condições de vida impostas a eles deveriam se submeter aos desígnios do capital sem reclamar ou protestar. Os órgãos de informação e repressão estavam ali para garantir isso e anular as lutas de classes. Cortá-las pela raiz. Vigiar e controlar os trabalhadores para que acumulação capitalista e os negócios das classes dominantes paraibanas ocorressem sem problemas.

1.4 O SNI na Paraíba: A vigilância sobre bispos e padres da Igreja Católica que defendiam as reivindicações dos trabalhadores paraibanos

Nos documentos do SNI que analisamos consta que alguns bispos e os padres da Igreja Católica também se tornaram alvos dos olhos vigilantes da agência do SNI responsável por vigiar o estado paraibano. A igreja Católica, como é de conhecimento público, apoiou o golpe de classe de 1964 que implantou o regime dos militares, o rosto público dos empresários. Mesmo que no interior da Igreja houvesse um núcleo de sacerdotes mais progressistas, que simpatizavam com as lutas dos trabalhadores por mais direitos e melhores condições de vida, prevaleceu à vontade máxima da Instituição Católica naquele momento, o grupo mais conservador da Igreja, que apoiou o golpe a J. Goulart.

¹³³ Município de Alagoa Grande, localizado na microrregião do Brejo paraibano, teve registrado 12 propriedades em conflito; Alagoa Nova, em sete propriedades; Areia, em cinco; Alagoinha, sete áreas; Pilões, três áreas; e Araruna cinco latifúndios em conflito In: Relatório final / Paraíba. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**; Paulo Giovanni Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017, p. 534.

O arcebispo da Paraíba no momento, Dom Mário de Miranda Villa Boas parabenizou os militares pelo golpe através de uma carta. Ele também escreveu congratulando o apoio do governador Pedro Gondim aos militares¹³⁴. Esse apoio de imediato do arcebispo representa bem o papel de conivência da Igreja Católica com a ditadura e a burguesia nos anos iniciais da ditadura militar. A igreja como instituição mostrou naquele momento com qual classe social estava aliada. Mas, mesmo no interior dela, ainda existiam sujeitos que tomavam as dores e o sofrimento da classe trabalhadora brasileira. Um desses sujeitos históricos foi o arcebispo da Paraíba que substituiu Dom Mario de Miranda Villa Boas, o Arcebispo emérito, Dom José Maria Pires, que mesmo tendo apoiado o golpe em 1964, se arrependeu e no mesmo ano passou a critica a recém-ditadura¹³⁵. O bispo negro, de origem humilde, assumiu o posto de maior autoridade do Catolicismo na Paraíba em 1965. Antes mesmo de assumir a arquidiocese paraibana, Dom Pelé, como era afetuosamente chamado por seus amigos, já tecia críticas ao regime, mas elas não chamaram atenção de imediato dos olhos vigilantes do regime, segundo Paulo Cesar Gomes. O ano em que o grande olho da ditadura passou a observá-lo mais perto foi a partir de 1968¹³⁶. Porém, vai ser apenas no começo da década de 70 que Dom José Maria Pires e um segmento do sacerdócio paraibano que acreditava num Brasil mais igualitário socialmente, passaram a ser vigiados constantemente pelo SNI, por outros órgãos de informação e pela policia política. Não podemos nos esquecer de que é neste período que ocorreu a fase mais dura e repressiva da ditadura militar, conhecido como anos de chumbo (1969-1973). O governo do ditador Médici foi o que mais perseguiu, assassinou e torturou os brasileiros que eram contrários ao regime e que lutaram contra ele, de armas na mão ou não. Neste período sombrio a vigilância e a espionagem através da comunidade de informações cresceram enormemente e a vigilância sobre os bispos mais progressistas da Igreja Católica também.

Isso fica mais evidente no documento confidencial 198/B/2 do IV exército do 1º GPT de Engenharia e da DPF intitulado atividade do Clero na Nordeste e que foi difundido pela agencia central do SNI. Dentro deste documento existem três informes produzidos pela comunidade de informações relatando sobre os passos e ações de alguns padres na Paraíba e do Bispo D José Maria Pires no ano de 1970.

¹³⁴ BRITO Gilvan. **A Ditadura na Paraíba**. João Pessoa: Patmos, editora, 2014, p. 46.

¹³⁵ Comissão estadual da verdade, p. 520.

¹³⁶ GOMES, Paulo Cesar. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira**, editora Record, p. 113.

No primeiro informe, o de nº 006/70-SPS/SDF/PB-DPF, de 26 de Maio de 1970, os agentes relatam o discurso do padre local da cidade de Mogeiro na PB, no sindicato dos trabalhadores rurais do município. Segundo os espiões, o Padre João Maria “proferiu veemente discursos conclamando os trabalhadores presentes a se rebelarem, nos seus moldes europeus”¹³⁷.

Observa-se a nítida preocupação da recepção que o discurso do padre poderia ter nos trabalhadores. A fala do pároco, que muito possivelmente foi radicalizada pelos agentes, se tornava um sinal de perigo e na visão dos agentes, uma possibilidade de uma insurreição daqueles trabalhadores contra o regime. O temor dos agentes só reflete o temor da ditadura em si e da classe burguesa que ela representa de possíveis manifestações de trabalhadores. A vigilância constante e a repressão eram justamente para anular qualquer ação de seus inimigos de classe. Manter a classe trabalhadora bem controlada e anular suas reivindicações políticas e sociais, tudo para que as diferentes frações da burguesia brasileira pudessem gerar mais acumulação de capital à custa do mais trabalho e da mais valia dos trabalhadores brasileiros, sem que estes pudessem reagir. A ditadura através dos órgãos de informações buscava apagar qualquer fagulha que pudesse ser criada pelos trabalhadores, para evitar um incêndio do qual não pudessem mais apagar. Por isso, mesmo uma reunião num pequeno sindicato no interior da Paraíba, era tido como uma grande ameaça.

O relato dos agentes continua com os mesmo dizendo “o problema parece apresentar outras conotações, pois o Bispo D. José Maria Pires já esteve por duas vezes em Mogeiro (...)”¹³⁸. O bispo de linha progressista não é visto com bons olhos, devido suas críticas a ditadura e seu apoio aos trabalhadores. A presença de Dom Pelé na cidade só reforça para os agentes que o setor progressista da Igreja estava planejando incitar os trabalhadores. O informe termina com os agentes informando que “vários seminaristas de João Pessoa encontravam-se naquele município, prestando auxílio aos rurícolas... sendo inúmeros padres estrangeiros hospedam-se em casas de seminaristas”¹³⁹.

A preocupação dos agentes com a Igreja Católica e o seu envolvimento com a classe trabalhadora é notável. Qualquer ajuda sócio humanitário aos humildes

¹³⁷AC ACE CNF 32210/170. Fundo do SNI. Arquivo Nacional

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ Ibidem.

trabalhadores rurais já era visto como uma tentativa de insuflar ideias de rebelião. Dom José Maria Pires pelo que vimos também era constantemente vigiado pelos espões da ditadura. Suas visitas às cidades paraibanas provavelmente eram todas relatadas. Isso pode ser reforçado pelo documento seguinte.

O informe de nº 007/70-SPS/SDR/PB-DPF, de 04 de junho de 1970, relata as visitas que Dom José Maria Pires, a cidade de Salgado de S. Felix. Neste documento ainda é dito pelos agentes que o bispo se reuniu com o padre João Maria de Mogeiro e outros seminaristas, muitos deles, estrangeiros. Aproximação desses seminaristas com os agricultores gerava bastante suspeitas para os agentes. Eles reportam que:

3. Esses seminaristas, em número de quatro ou cinco, ficam sempre em Salgado de S. Félix, onde trabalham na lavoura.

4. Consta que esses seminaristas estavam visitando residências, ocasião em que inquiriam aos moradores sobre o que achavam do atual regime e quais as soluções que sugeriam para os problemas por que passa o país¹⁴⁰.

Essas atividades pastorais nas cidades interioranas da Paraíba eram vistas pelos órgãos de informações como subversivas. As ações dos padres de buscar saber a realidade dos trabalhadores e o que eles mais desejavam no sentido de mudanças no país, era visto como uma ação doutrinária a subversão e ao comunismo. A ditadura claramente buscava que os trabalhadores brasileiros, mesmo vivendo em condições sofríveis, não questionassem a ordem burguesa e não buscassem mudanças.

No informe seguinte, o de número 204-E/2, as suspeitas de subversão sobre os seminaristas católicos fica mais evidente. Os agentes através de um informante acredita que uma residência serve como “suposto núcleo de subversão”. Por ter sido frequentada por D. José Maria Pires, o padre José Maria de Mogeiro, e outros seminaristas, muitos deles, estrangeiros. Os agentes relatam as dificuldades de se obter mais “dados sobre as atividades realizadas no interior da referida casa uma vez que as pessoas da localidade se esquivam de prestar informações, talvez por se tratar de autoridades eclesiásticas”¹⁴¹.

Dessa citação do informe podemos realizar duas observações interessantes. A primeira relacionada aos métodos dos agentes de informação, que costumam fazer perguntas às pessoas, provavelmente seguindo as instruções das cartilhas da ESNI de

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ Ibidem.

como abordar civis para obter informações¹⁴². A segunda observação e a mais importante, é a recusa dos moradores de São Felix, de falar qualquer coisa, mesmo desconfiando que as perguntas feitas fossem realizadas por alguém do regime militar. Possivelmente a presença de Dom Pelé e dos sacerdotes que se importavam com suas dificuldades materiais e seus problemas, dando-lhe ouvidos e querendo saber o que mais desejavam de mudanças no país e conseqüentemente em suas vidas, eram reconfortantes e talvez não desejassem que as atividades pastorais acabassem ou que os seminaristas fossem presos ou mandando embora da cidade. Um apoio dos agricultores aos religiosos.

As reuniões de D. José Maria Pires com um dos ex-líderes das ligas camponesas, Genésio Luiz Neves também é outro ponto relatado no informe 204-E/2. O outrora membro das ligas camponesas é descrito como um “elemento subversivo” e a relação deste com o arcebispo é claramente mal vista pelos agentes. No fim deste relato de inteligência os agentes informam de uma reunião convocada por Dom Pelé, em que o arcebispo chama tanto os trabalhadores rurais quanto os proprietários de Salgado de São Felix para conversarem e resolverem seus conflitos, mas os agricultores foram os únicos que compareceram. Segundo os agentes, por causa da ausência dos proprietários, “o arcebispo disse aos trabalhadores que poderiam se apossar das terras, pois os donos não haviam se apresentado¹⁴³”. O nosso senso crítico claramente suspeita que D. José Maria Pires teria afirmado isso para os agricultores, já que isso resultaria em um conflito direto entre trabalhadores rurais e grandes latifundiários. Interpretamos essa fala colocada na boca do bispo como mais uma tentativa dos agentes construírem tanto a imagem do arcebispo como a dos trabalhadores rurais de Salgado São Felix como subversivos. De acordo com Joseph Coblin:

Os serviços de Inteligência fazem esforços desmedidos para reconstruir, a partir dos menores indícios, toda uma trama de guerra revolucionária. Já que não nenhuma diferença entre subversão, crítica, oposição política, guerrilha, terrorismo, guerra, já que tudo isso é manifestação de um único fenômeno, a guerra revolucionária, a Inteligência consiste em criar uma rede abstrata de relações entre a suposta guerra revolucionária e qualquer indicio de descontentamento por parte do povo. Em toda parte haverá a presença do

¹⁴² BAFFA, Airton. **Nos porões do SNI. O retrato do monstro de cabeça oca**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1989, p. 26 e 31.

¹⁴³ AC ACE CNF 32210/170. Fundo do SNI. Arquivo Nacional.

comunismo internacional, em toda parte uma guerrilha potencial. O código da guerra revolucionária deforma o sistematicamente a realidade¹⁴⁴.

Essa lógica de suspeição total faz parte da doutrina de segurança nacional que está no cerne da comunidade de informações e que pelo seu viés classista enxerga toda luta dos trabalhadores ou daqueles que tomam parte desta luta como uma ameaça subversiva e como uma fagulha de uma potencial guerra revolucionária contra a ditadura burgo militar. Por isso a vigilância sobre a ala progressista da Igreja católica permaneceu bastante forte na Paraíba no decorrer dos anos 70. Principalmente nos casos em que se envolvia a figura de D. José Maria Pires com os trabalhadores rurais paraibanos. Como por exemplo, no caso já citado neste trabalho das fazendas de Alagamar e Piacas.

Através de um jornal recortado pelos analistas do SNI podemos ver como as declarações do Arcebispo da Paraíba em defesa dos agricultores de Alagamar e Piacas eram visadas pelo grande olho paraibano. No jornal O Norte¹⁴⁵, de João Pessoa, de 16 de Março de 1978, os analistas das informações transformaram em produto de inteligência a declaração de Dom José sobre o caso Alagamar, Piacas e Coqueirinho. O arcebispo nessa entrevista declara que “(...) o conflito existente entre os posseiros e os que adquiriram a terras de Alagamar surgiu de uma falha do próprio governo”¹⁴⁶. A posição do arcebispo em defesa dos agricultores dessas terras e suas críticas ao governo com certeza não seriam deixadas de lado e eram registradas pelos analistas como indícios de sua oposição à ditadura.

Uma menção do Bispo aos órgãos de espionagem da ditadura no jornal O Norte, de julho de 1978, também chamou atenção dos analistas. Neste Jornal o arcebispo denuncia um plano que estaria sendo planejado para assassinar um padre e assassinar também o já mencionado dirigente do Centro de Direitos Humanos da arquidiocese de João Pessoa, Vanderlei Caixe. Dom José Maria afirma que:

Através de pessoa que tem acesso aos órgãos de informação e cuja idoneidade não pode ser posta em dúvida, chegou-nos a notícia de plano que

¹⁴⁴ COBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional – O poder militar na América Latina**. Civilização Brasileira, 1977, p. 47.

¹⁴⁵ O jornal O Norte foi criado em 7 de Maio de 1907 pelos irmãos Oscar e Orris Soares, pertencentes a uma família bem tradicional de comerciantes e políticos paraibanos. No ano de 1954 foi comprada por Assis Chateaubriand. In: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/ed730-um-ano-sem-o-norte-e-diario-da-borborema/>

¹⁴⁶ ARE ACE CNF 2070/81. Fundo SNI. Arquivo Nacional.

estaria sendo montado para sequestrar e posteriormente, eliminar o coordenador do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, Dr. Vanderley Caixe. A trama teria também em sua mira um sacerdote comprometido com a causa dos agricultores¹⁴⁷

Esta declaração do arcebispo foi marcada de caneta por um analista, obviamente por fazer uma citação direta aos órgãos de informações. Dessa denúncia podemos supor algumas hipóteses. A primeira, de que os órgãos de informações descobriram esse plano. Mas, então por que foi alguém que tem acesso a esses órgãos e não os próprios que alertaram sobre trama para D. José Maria? Isso nos leva a segunda hipótese, de que mesmo tendo descoberto sobre a trama de assassinatos contra pessoas que apoiavam as causas dos agricultores paraibanos, os órgãos de informações e espionagem optaram por deixar que o plano acontecesse para poder enfim se livrar desses “inimigos subversivos”. A terceira e última hipótese e a qual nos sentimos mais inclinado a acreditar, é o do envolvimento desses órgãos na trama de assassinato, mas que por causa do vazamento de alguém, acabaram por encerrar o plano. Com a trama revelada nos jornais paraibanos, os planos de sequestro e assassinato foram por água abaixo.

A onda de violência contra os trabalhadores rurais e seus aliados na Paraíba durante a ditadura foi constante. Tudo isso por causa da arcaica estrutura fundiária brasileira, que monopoliza a maioria das terras nas mãos de poucos, que usam este poder baseado na propriedade privada para oprimir e explorar os agricultores brasileiros. De acordo com os dados dos INCRA trazidos por Joseph Coblin sobre a estagnação do campo brasileiro, é mostrado “que de 1967 a 1974 a estrutura da propriedade agrária não mudou. 23% das propriedades são latifúndios ocupando 80% das terras; 71% são minifúndios ocupando 13% da área¹⁴⁸”. A política econômica da ditadura militar, através do já mencionado Proálcool, reforçou mais ainda esse modelo de intensa concentração de terras. A ditadura também incentivou a exportação cada vez maior de soja e carne e isso demandava mais terras para a pecuária. Segundo Coblin “a política do governo incentiva a exportação a fim de financiar o aumento das importações, condição indispensável para as indústrias”. Esse modelo visando beneficiar tanto as classes dominantes agrárias quanto a burguesia nacional e multinacional, no fim, diminua a produção de alimentos internos para a nação,

¹⁴⁷ Ibidem.

¹⁴⁸ COBLIN, Joseph. **A ideologia de segurança Nacional. – O pode militar na América Latina.** Civilização Brasileira, 1977, p. 92

provocava um êxodo rural cada vez mais intenso, resultado da expulsão de milhares de famílias camponesas dos campos pela mão do latifúndio.

A violência de classe exercida contra os trabalhadores rurais por meio desse estado ditatorial resultou no assassinato de 1.566 trabalhadores rurais entre os anos de 1964-1989 no Brasil¹⁴⁹. Na Paraíba durante este período ocorreu os assassinatos de Pedro Inácio de Araújo¹⁵⁰, João Alfredo Dias¹⁵¹, Margarida Alves¹⁵², José Silvano Valdivino¹⁵³, José Severino da Silva¹⁵⁴, Antônio Nunes da Silva¹⁵⁵, Antônio Miguel de Brito¹⁵⁶ e Anastácio Abreu de Lima¹⁵⁷. Todos os oito vitimados pelas mãos do estado e da classe dominante agrária. Milhares de outros camponeses também sofreram com a perda dos seus locais de trabalho, com a violência física e psicológica perpetrada por pistoleiros e policiais sob o mando dos grandes latifundiários. Por isso é importante ressaltar que mesmo que alguns membros da Igreja Católica fossem vigiados pelo SNI e sofresse certa repressão da ditadura, o nível em que a classe sacerdotal era tratada era bem diferente da forma como os trabalhadores eram. Os primeiros, principalmente os bispos, contavam com proteção total da Igreja Católica e tinham mais visibilidade e contatos. O grau de vigilância e repressão teve níveis diferentes. É como veremos no último tópico deste capítulo, em relação à vigilância do SNI aos políticos paraibanos.

1.5 SNI na Paraíba: A vigilância sobre os políticos paraibanos

O golpe empresarial-militar contra Goulart que resultou na implantação da ditadura no Brasil buscou logo nos primeiros meses do regime eliminar da vida política os indivíduos que defendiam as reformas sociais exigidas por diversos movimentos sociais. O ato institucional de nove de abril de 1964, que depois seria denominado AI-1, cassou o mandato de diversos políticos pelo Brasil. Na Paraíba, mesmo antes do ato

¹⁴⁹ CARNEIRO, Ana. **Retrato da repressão política no Campo Brasil (1962-1985). camponeses, torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília, MDA, 2^ª edição, 2011,

¹⁵⁰ Lavrador e um dos líderes das ligas camponesas. Assassinado em 1964 por agentes do estado ditatorial. Ibidem, p. 103

¹⁵¹ Lavrador e um dos líderes das ligas camponesas. Assassinado em 1964 por agentes do estado ditatorial. Ibidem, p. 103

¹⁵² Presidente do STR de Alagoa Grande, assassinada em 1983 por pistoleiros contratados por grandes latifundiários. Ibidem, p. 104

¹⁵³ Lavrador e posseiro. Assassinado em 1981 a mando de um latifundiário. Ibidem, p. 104

¹⁵⁴ Lavrador e posseiro. Assassinado em 1981 por um pequeno proprietário de terras. Ibidem, p.

¹⁵⁵ Agricultor assassinado em 1984 a mando de um latifundiário. Ibidem, p. 104

¹⁵⁶ Agricultor assassinado em 1984 a mando do latifúndio. Ibidem, p. 105

¹⁵⁷ Dirigente dos trabalhadores rurais de Rio Tinto, assassinado em 1984 a mando dos proprietários de canaviais. Ibidem, p. 105

institucional, os políticos paraibanos que apoiavam os militares, através da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba e a da Câmara Municipal de João Pessoa, cassaram os mandatos dos políticos que buscaram resistir ao golpe ou que defendiam as reformas sociais ou movimentos como as ligas camponesas. De acordo com os dados da Comissão Estadual da Verdade Paraíba, sete vereadores e seus suplentes foram cassados, assim como dois deputados estaduais e seus suplentes¹⁵⁸. O deputado federal Abelardo de Araújo Jurema, assim como o prefeito de Campina Grande, Newton Viera Rique, o prefeito da cidade Mulungu, Geraldo Camilo e o prefeito de Rio Tinto, Antônio Fernandes de Andrade, também tiveram seus mandatos cassados ainda em 1964¹⁵⁹.

A “operação limpeza” perpetrada pela ditadura militar no Brasil e na Paraíba contra seus inimigos e opositores não parou em 1964. No ano de 1966 o prefeito de João Pessoa, Domingos Mendonça Neto do PSB, foi cassado. Ronaldo Cunha Lima, prefeito eleito em 1968 pela cidade de Campina Grande, teve o mandato cassado pelo Ato institucional nº5, assim como o seu vice-prefeito, Orlando Almeida. Por esse ato, que sem sombra de dúvidas, foi o mais violento e repressivo dos 17 atos institucionais realizados ao longo da ditadura, tiveram os mandatos cassados no estado paraibano dois deputados federais e um suplente, e cinco deputados estaduais e dois suplentes¹⁶⁰.

Entre os políticos cassados nessa nova onda de perseguições estava o ex-governador da Paraíba, Pedro Gondim, aliado da ditadura e responsável por ajudar a implantar o regime no estado. O SNI-ARE desde 1965, através do seu núcleo de agência de João Pessoa, desconfiava de Pedro Gondim pelo seu apoio anterior a João Goulart e as ligas camponesas paraibanas. Mesmo com o apoio de Gondim ao golpe e ao regime, diversos órgãos como o SNI, SNI-ARE, SNI-NAJP e o IV exército realizavam informes sobre o mesmo até a data de 1982, mas, isso não significa que após esse ano a vigilância e a produção de informes sobre o político cessaram, mas o informe nº110/15/ARE/82 que tivemos acesso só data a vigilância sobre ele até 82.

Neste informe os agentes do SNI acusam Gondim de nomear esquerdistas para postos públicos e que antes do golpe tinha “preferencias pelos comunistas e agitadores,

¹⁵⁸Relatório final / Paraíba. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**; Paulo Giovanni Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017, p. 544-545.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 453-454 e 459.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 462-463.

estando serialmente comprometido com João Goulart”¹⁶¹. Na ficha de registro do SNI anexada a esse informe ainda é dito na parte referente às atividades políticas que Gondim “diz-se democrata, entretanto teve atuação nos movimentos camponeses do Estado, antes da revolução”¹⁶². Para o SNI Gondim era corrupto e um esquerdista.

Muitos desses políticos paraibanos cassados pelos atos institucionais foram vigiados pelo SNI e pelos outros órgãos de informações, mesmo os que apoiaram o golpe e o regime, como bem aponta a recente pesquisa de Maria Tereza Dantas Bezerra Soares¹⁶³. De acordo com o relatório final da Comissão da Verdade as grandes brigas entre o partido do governo, ARENA e a “oposição” MDB, eram por interesses políticos e econômicos do que pelo povo paraibano. A grande maioria dos políticos que constituíam esses dois partidos representavam os interesses do grande latifúndio paraibano. Ou seja, as brigas partidárias durante a ditadura se davam mais por brigas entre diferentes frações da classe burguesa paraibana. Mas, alguns políticos, que ousavam criticar o regime, sejam por seus interesses de classe ou em prol das camadas mais pobres da sociedade paraibana, acabavam por se tornar alvos prioritários do SNI.

Durante o governo de Pedro Gondim (1962-1964), diversos políticos já eram vigiados pelo órgão, inclusive o próprio governador, como relatamos nos parágrafos anteriores. No governo seguinte, de João Agripino (1966-1971), eleito pela ARENA, à atuação do SNI e da comunidade de informações sobre os políticos considerados como “inimigos” do regime aumentou ainda mais. Muitos dos relatórios desses órgãos se tornavam “provas” para cassar os políticos pelo AI-5 instaurado em 1968. A vigilância do Serviço continuou durante o governo de Ernani Sátyro, do partido ARENA, que foi indicado pessoalmente por Médici para governar a Paraíba¹⁶⁴ (1971-1975). Foi durante o seu governo que o SNI investigou diversos prefeitos das cidades paraibanos.

¹⁶¹ Ver: SOARES, Maria Teresa Dantas Bezerra. **A política paraibana vigiada. Políticos e Militantes sob os olhos do SNI. (1964-1985)** Dissertação (Mestrado em História) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. p.229. 2020. Pesquisa de dissertação que magistralmente demonstra que mesmo os políticos do ARENA que nunca contrariaram a ditadura e foram servos fieis do regime foram vigiados em algum momento de suas vidas, mas em um nível bem menor e sem grandes consequências as suas carreiras políticas ou as suas vidas, como aconteceu com muitos políticos da oposição que se engajaram na defesa aos direitos sociais e dos trabalhadores, assim como na crítica e na luta contra a ditadura.

¹⁶² ARE ACE CNF 3750/82. Fundo do SNI. Arquivo Nacional

¹⁶³ Ibidem.

¹⁶⁴ BRITO Gilvan. **A Ditadura na Paraíba**. João Pessoa: Patmos, editora, 2014, p.109.

O informe confidencial nº008/SNI/GAB/71, produzido no começo do governo Sátryo, intitulado *atividades dos homens públicos da PB*, demonstra a preocupação do SNI com políticos que criticavam a ditadura ou que em algum momento de suas carreiras defenderam as ligas camponesas e movimentos sociais.

Esse documento mostra os registros de antecedentes sobre seis prefeitos paraibanos e um juiz federal. O primeiro registro de antecedentes anexado no informe é sobre Francisco de Assis Cavalcanti, prefeito de Gurinhém, acusado pelos agentes de ter enriquecido ilicitamente quando era secretário deste município e de pederastia. Os agentes também citam que um levantamento de dados sobre o mesmo tinha sido realizado em 1969 por causa do AI-5. O segundo registro de antecedentes era sobre prefeito de Rio Tinto, Dirceu Monteiro Pontes. O político foi taxado no registro como cleptomaníaco e era acusado pelos agentes de ter realizado “irregularidades frente à prefeitura”¹⁶⁵.

Os agentes do SNI além de procurarem “comportamentos subversivos” nos seus alvos também buscavam qualificá-los de corruptos e de outros atributos moralmente negativos. Segundo Carlos Fico “a forma corriqueira de incriminar alguém era acrescer às supostas acusações de “subversivo” a pecha de imoral”¹⁶⁶. Como podemos bem ver na acusação do prefeito de Gurinhém ser um pederasta e o de Rio tinto ser um cleptomaníaco. Normalmente as descrições dos espionados são sempre demonizadas e moralizadas pelos agentes. Tudo em prol de criar a figura do “inimigo mais perverso”.

Se esses dois primeiros prefeitos são acusados de corrupção e imoralidades, os dois seguintes são acusados de ligações com as ligas camponesas e de subversão. O registro de antecedentes sobre o prefeito de Guarabira, Gustavo Amorim da Costa reporta que ele “teria cooperado com as ligas camponesas, facilitando o transporte em ônibus da empresa de que é proprietário¹⁶⁷”. Novamente o fato de alguém ter ajudado o movimento das ligas o tornava um elemento perigoso aos olhos do SNI. Isso pode ser visto de maneira mais clara no registro de antecedentes do prefeito de Alhandra, José Macedo Viana, que por ter sido vinculado ao movimento camponês era uma fonte de suspeitas infinitas. Segundo os agentes o prefeito:

¹⁶⁵ AC ACE CNF 82169. Fundo do SNI. Arquivo Nacional

¹⁶⁶ FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar. Espionagem e policia política.** São Paulo: Editora Record, 2001, p. p. 101.

¹⁶⁷ Ibidem.

Estava vinculado as ligas camponesas da região de ALHANDRA/PB, prestando a seus filiados assistência e apoio moral; participou nos mais agitados comícios ,onde figuravam FRANSCISCO JULIÃO, ELISABETH TEIXEIRA, ex-dep ASSIS LEMOS, JOSÉ JOFFILY BEZERRA e outros que tiveram seus mandatos cassados¹⁶⁸

Como já foi dito neste trabalho, pessoas que ajudaram as ligas camponesas, mesmo após o fim das mesmas pela ditadura, continuaram sendo constantemente vigiadas, como observamos nesse informe de 1971.

Já os últimos dois prefeitos são acusados nos seus registros de antecedentes de serem comunistas e esquerdistas. O primeiro, o soldado e advogado, Marcus Odillon Ribeiro Coutinho, prefeito de Juarez Távora, datam informações desde setembro de 1958, em que foi preso por discursar apoiando as declarações do líder do partido comunista brasileira (PCB) Luiz Carlos Prestes. Os agentes também colocam no relato que ele encaminhou uma nota ao jornal de João Pessoa onde prestava solidariedade ao povo cubano em novembro de 1960. O inquérito policial militar contra Odillon em 64 e o sua ficha na Policial Federal são tudo evidenciados no registro. No período ditatorial em que as pessoas só poderiam seguir a ideologia política do regime, ser comunista, socialista ou um liberal muito democrático era considerado subversão. A vigilância sobre o sobre o prefeito de Juarez Távora demonstra que quem tinha um pensamento político diferente, mesmo que o mudasse depois, ainda seria tratado como suspeito.

O segundo prefeito acusado de ser subversivo, o prefeito de Cabedelo, Luiz de Moraes Fragoso, tinha como um das acusações, ser parente: “de elementos com atuação na área esquerdista tais como: JOÃO FRAGOSO (ex-Pres do sindicato dos bancários), ESTANILAU FRAGOSO (autor do soneto subversivo “ENTRE A NOITE E O DIA”), Frei WALTER e de MARIA DO SOCORRO FRAGOSO¹⁶⁹“. Os agentes também chamam a atenção para os “discursos subversivos” proferidos pelo prefeito na sua época de vereador em Cabedelo, que segundo eles: “ elogiava CHE GUEVARA e FIDEL CASTRO e instigava o povo a implantar no Brasil um regime igual ao de CUBA, pedindo União em torno de João Goulart¹⁷⁰”.

¹⁶⁸ Ibidem.

¹⁶⁹ Ibidem.

¹⁷⁰ Ibidem.

Como bons historiadores críticos, devemos novamente desconfiar se Luiz de Moraes Fragoso, enquanto vereador de Cabedelo, realmente tenha dito isto e se o disse se foi desse exato jeito que os agentes relatam. As informações elaboradas pelos agentes não podem ser levadas ao pé da letra como a “verdade”, pois os mesmo não poupavam esforços de incriminar seus alvos e de aumentar o que foi dito, ou distorcer o que foi dito, em prol de aumentar as suspeitas sobre seus alvos.

No registro de antecedentes do prefeito de Cabedelo também menciona que no período anterior ao golpe, o mesmo teria:

financiado a vinda de camponeses à Cabedelo, que desfilaram pela Cidade, destruindo propriedades privadas particulares, proferindo ofensas ao militares em geral e instigando o povo a resolver, juntamente com João Goulart, os problemas do Brasil, pelas armas¹⁷¹

Esse trecho do registro de antecedentes é bem interessante, pois nos chama atenção uma aspecto bem importante: A defesa que os agentes fazem da propriedade privada. Eles refletem a ideologia burguesa do órgão em que trabalham e o real sentido do SNI, que é proteger os interesses da burguesia brasileira e suas propriedades dos seus inimigos de classe.

Novamente temos que repetir que esse “terror” descrito pelos agentes sobre a destruição da propriedade privada por camponeses deve ser lido e interpretado criticamente, pois será que na Paraíba dos anos 60, com a intensa violência latifundiária e policial, os agricultores estariam protegidos para cometer tais atos e não ter nenhuma consequência imediata? E isso não teria sido noticiado nos grandes jornais da época, já que era um evento público com a presença de vereadores.

No registro de antecedentes sobre Luiz de Moraes Fragoso ainda costa que o mesmo teria na véspera do golpe, participado de “uma reunião com o líder sindical (comunista) JOSÉ PAULO DA SILVA, na sede da UPB. A reunião teve como finalidade preparar o dispositivo revolucionário, em prol de JANGO¹⁷²”.

Se já vinha repetindo do caráter tendencioso desses documentos para incriminar seus alvos, essa última parte coroa essas afirmações. Só um historiador que não realiza uma análise crítica de suas fontes poderia levar ao pé da letra essa

¹⁷¹ Ibidem.

¹⁷² AC ACE CNF 82139/71. Fundo do SNI. Arquivo Nacional

informação e dizer que isso era um indício de um “golpe da esquerda” ou do “golpismo de Jango”. Infelizmente nos estudos e pesquisas sobre o golpe e a ditadura militar vemos casos em que alguns historiadores ignoram completamente o rigor metodológico que se deve ter com as fontes e levam para suas análises as informações presentes nelas como verdades absolutas¹⁷³.

A vigilância do SNI sobre esses prefeitos durante o governo Ernani Sátyro só reforça o fato de que o serviço sempre estava atento aos políticos que defendiam os interesses dos trabalhadores e causas sociais. Políticos que tinham ajudado as ligas camponesas ou em algum momento fizeram críticas à ditadura entravam direto na lista do SNI e conseqüentemente eram passíveis de serem espionados e vigiados, em prol de garantir a “segurança nacional”. Podemos ver isso mais claramente em dois informes produzidos durante o governo de Tarcísio Burity (1979-1983), último governador escolhido indiretamente para o cargo.

No primeiro informe individual, o de número 342/15/ARE/82, é sobre o político Heraldo da Costa Gadelha, descrito no informe como “sempre envolvido em Ligas camponesas, justamente com JOSE JOFFILY e FRANCISCO JULIÃO. É elemento com tendências esquerdistas, e quando a oportunidade, crítica o governo e a revolução¹⁷⁴”. O SNI já mantinha os olhos em Gadelha desde 1966, ressaltando “suas atividades vermelhas no meio camponês¹⁷⁵”. Até o ano de 1982, a agência regional do Recife, o núcleo de agência de João Pessoa e o IX exército acompanharam de perto as suas atividades pelo que observei na fonte.

Por exemplo, o núcleo da agência de João pessoa do SNI em 1971, resgata informações de 1965, em que é dito que Gadelha “vem promovendo grande agitação entre camponeses no município de Santa Rita¹⁷⁶”. Os discursos do político na ultima eleição direta para governador na Paraíba também chamaram atenção do Núcleo da agência, que anotou as palavras do político, em que o mesmo afirmava que no Brasil não havia liberdade.

¹⁷³O Historiador Demian Bezerra de Melo faz um excelente critica a falta de rigor metodológico que muitos historiadores revisionistas têm com as suas fontes. MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão In: **A miséria da Historiografia: Uma crítica ao revisionismo contemporâneo.** (Org) Demian Bezerra de Melo. Consequência.

¹⁷⁴ ARE ACE CNF 4001/82.

¹⁷⁵Ibidem.

¹⁷⁶ Ibidem.

Pelo que pudemos observar neste informe, existia uma grande preocupação do SNI e do IX exército com a candidatura de Gadelha em 1972 à prefeitura de Santa Rita, assim como todas as suas candidaturas a outros cargos políticos durante o período ditatorial. O SNI acompanhava de perto a trajetória política de Gadelha. Seu apoio às ligas e suas críticas ao regime ditatorial o faziam um alvo constante das vigilâncias do serviço.

O mesmo pode ser visto no informe confidencial nº 119/15/ARE/81. O alvo, Ivan Figueiredo, é descrito no informe como “Elemento filiado às LIGAS CAMPONESAS, em 1963. Candidatou-se a PREFEITO do Município de SAPÉ não conseguindo eleger-se¹⁷⁷”. O documento destaca que ele tinha sido membro do partido comunista brasileira e era uma liderança nas zonas rural e urbana de Sapé. No documento Ivan Figueiredo é retratado como “um elemento esquerdista, contestador e contrário a revolução de 1964¹⁷⁸”. Suas tentativas de eleger-se a um cargo político na Paraíba também foram acompanhadas de perto pelo SNI. Em outro documento, no informe confidencial de nº 034/15/AC/78, podemos observar que o SNI acompanhou a disputa eleitoral de Ivan para o cargo de vereador de Sapé em 1976 e a sua candidatura a deputado estadual em 1978. Segundo o informe “o nominado vem desenvolvendo atividades objetivando concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa na Paraíba, no pleito de 15 de NOV de 78¹⁷⁹”.

O temor que o SNI tinha que políticos ligados às ligas camponesas e as causas dos trabalhadores chegassem assumir cargos políticos na Paraíba fica evidente. Esses dois casos citados demonstra novamente que as pessoas que foram membros e ajudaram as ligas e os trabalhadores rurais no estado paraibano se tornaram alvos constates do SNI e de outros órgãos da ditadura militar.

Mas, devemos ressaltar, que assim como no caso dos bispos e padres de linha mais progressista que lutaram em prol das causas dos trabalhadores, os políticos que também lutaram pelos trabalhadores, por conta de suas posições e contatos na sociedade civil, acabavam sofrendo um grau de repressão menor do que os trabalhadores. Em nenhum momento foi dito que os prefeitos investigados em 1971 foram presos ou sofreram alguma repressão das forças militares e policiais. Os políticos que tinham mais

¹⁷⁷ ARE ACE CNF 2047/81. Fundo do SNI. Arquivo Nacional.

¹⁷⁸ Ibidem

¹⁷⁹ Ibidem.

probabilidade de sofrer tais ações eram os que fizeram parte das ligas camponesas na Paraíba. Como foi o caso de João Alfredo Dias, assassinado pelos agentes da repressão da ditadura militar.

Muitos sacerdotes e políticos eram visados pelo SNI justamente por estarem apoiando a luta dos trabalhadores. Como foi visto algumas vezes neste capítulo, o SNI e outros órgãos temiam que os padres e as lideranças políticas incentivassem os trabalhadores rurais a se rebelarem contra o regime. Até mesmo as lutas que partiam dos próprios trabalhadores rurais em prol de melhores condições de vida e de um lugar para plantar seu sustento eram encaradas como subversivas.

Mas a agência de Recife do SNI não foi o único órgão responsável por vigiar o estado paraibano e que buscava eliminar a luta de classes no seu interior. A Polícia Federal na Paraíba também teve uma forte atuação no estado, como veremos no próximo capítulo.

2. Departamento de Policia Federal: Uma criação da Ditadura Militar

O SNI não foi o único órgão criado pela ditadura militar a atuar na Paraíba, a Polícia Federal, outra criação do regime ditatorial, também teve uma atuação bastante forte na repressão, na vigilância e na produção de informações acerca dos “inimigos do regime” no estado paraibano.

O Departamento de Policia Federal (DPF) foi criado em plena ditadura, em 1967 pelo Decreto-Lei 200/1967 e pela constituição autoritária de 1967. Existe um enorme debate acerca da origem da Policia Federal. De acordo com historiadora Silmária Fábria de Souza Soares, membros importantes da própria instituição, como delegados e agentes, defendem que a criação da Policia Federal remonta na verdade ao ano de 1944, ao período da ditadura do Estado Novo de Vargas. A pesquisadora aponta que tudo isso começou em 2004 com a decisão do Diretor-Geral da Policia Federal, Paulo Lacerda, de afastar a memória do DPF da ditadura militar. O diretor-geral reuniu diversos funcionários da Policia Federal e lhe ordenou que pesquisassem a “verdadeira origem” da instituição. Os “pesquisadores” entregaram ao chefe os resultados de suas pesquisas e afirmaram que era em 1944 com a criação do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), pelas mãos de Vargas através do Decreto-Lei n. 6.378, de 28 de março de 1944, a verdadeira data de nascimento do Departamento de Policia Federal.

Desta “pesquisa” claramente podemos discutir e criticar. Em primeiro lugar ela foi realizada de dentro da própria instituição e claramente para atender seus próprios objetivos e como bem afirma Silmária “refundar a percepção da sociedade em relação à Polícia Federal, afastando-a de quaisquer vínculos com a recente ditadura militar brasileira”¹⁸⁰. Em segundo lugar, os “historiadores da Policia Federal”, compostos em sua grande maioria por peritos e agentes, confundem os laços de continuidade que o DPF teve com o DFSP, com o mesmo. Se fossemos seguir essa lógica, a origem do SNI, na verdade seria em 1946, com o seu antecessor, o SFCI. Essa “tese de doutorado”

¹⁸⁰ SOARES, Silmária Fábria de Souza. **ENTRE DADOS E CONTROVÉRSIAS: A influência dos militares na criação e institucionalização de uma polícia federal brasileira**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Minas Gerais, 2015 p. 137

realizada pela própria polícia para seus próprios fins políticos não respeita as diferentes naturezas entre esses órgãos, que apesar de terem algumas semelhanças e continuidades, também apresentam descontinuidades e particularidades. Por exemplo, que nenhum das versões do DFSP, desde sua criação no final do Estado Novo e ao longo de sua vida na democracia restrita de 1946-1964, apresentou uma atuação de fato a nível federal. Em terceiro lugar, como bem chama atenção Bruno de Lima Rocha “Se cada sistema político é único, cada órgão policial serve de forma única ao sistema político de seu tempo”¹⁸¹. O DFSP do Estado Novo não é o mesmo da democracia limitada de 1946, e muito menos igual ao DFSP reestruturado pela ditadura em 1964, antes dela extinguir esse órgão e criar o Departamento de Polícia Federal, criado para atender os objetivos particulares dessa ditadura.

Os militares criaram o Departamento de Polícia Federal com o objetivo de ter uma polícia política que agisse de fato em âmbito nacional e seguisse as diretrizes da doutrina de segurança nacional e auxiliasse o Serviço Nacional de Informações, como mais um tentáculo da comunidade de informações. De acordo com Silmária Fábria de Souza Soares:

A reestruturação e a criação, propriamente dita, de uma Polícia Federal, além de atender as demandas do novo cenário político de ditadura militar, “se faziam necessárias”, uma vez que as agências regionais do SNI não possuíam poder de polícia judiciária, não podendo processar judicialmente um ato considerado crime contra o Estado¹⁸²

O Departamento de Polícia Federal era mais uma engrenagem necessária na lógica da máquina ditatorial para manter a sociedade bem controlada e vigiada. Mais uma peça da comunidade de informações construída pela ditadura militar em prol da dominação burguesa e da acumulação de capital monopolista de que esta necessitava. Este novo departamento era subordinado ao Ministério da Justiça da ditadura, mas

¹⁸¹ ROCHA, Bruno Lima. **A Polícia Federal após a Constituição de 1988: polícia de governo, segurança de Estado e polícia judiciária**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004, p. 72

¹⁸² SOARES, Silmária Fábria de Souza. **ENTRE DADOS E CONTROVÉRSIAS: A influência dos militares na criação e institucionalização de uma polícia federal brasileira**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Minas Gerais, 2015.p. 45.

segundo Bruno de Lima Rocha, muitas vezes se subordinava ao general-ditador¹⁸³. Numa clara demonstração de mais poder centralizado nas mãos do Superexecutivo existente na ditadura.

Segundo a constituição autoritária de 1967, as funções da Polícia federal competiam em:

- a) os serviços de política marítima, aérea e de fronteiras; b) a repressão ao tráfico de entorpecentes; c) a apuração de infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social, ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União, assim como de outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; e d) a censura de diversões públicas.

O item C foi de longe, ao lado do poder de censura que este órgão possuía, o mais praticado pela Polícia Federal ao longo da ditadura do grande capital em nome da doutrina de segurança nacional. Diferente da tese sustentada por Bruno de Lima Rocha, de que o DPF teve um papel secundário durante a ditadura militar, neste trabalho, especificamente mostrando a atuação da Polícia Federal na Paraíba, buscaremos mostrar o contrário, e que este órgão, assim como os demais, também teve sua trajetória marcada de sangue e atividades repressivas e de espionagem. Principalmente contra as classes subalternas e aqueles que as defendessem ou lutasse. O caráter de polícia política e de órgão de informação da Polícia Federal fica mais claro no texto do decreto nº 73.332, de 19 de dezembro de 1973, principalmente nos incisos IV e X. No inciso IV, de título prevenir e reprimir, fica incumbido a Polícia Federal:

- a) crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social;** b) crimes contra a organização do trabalho ou decorrentes de greves; c) crimes de tráfico e entorpecentes e de drogas afins; d) crimes nas condições previstas no artigo 5º do Código Penal, quando ocorrer interesse da União; e) crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência militar; f) crimes contra a vida, o patrimônio e a comunidade silvícola; g) crimes contra servidores federais no exercício de suas funções; **h) infrações às normas de ingresso ou permanência de estrangeiros no País;** i) outras infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, assim como aquelas cuja

¹⁸³ ROCHA, Bruno Lima. **A Polícia Federal após a Constituição de 1988: polícia de governo, segurança de Estado e polícia judiciária.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004, p. 71.

prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei

Como podemos ver neste inciso, as atribuições da Polícia Federal estavam no cerne da doutrina de segurança nacional, que em 1967 deixou de ser apenas uma ideologia criada nos Estados Unidos e modificada no Brasil pela Escola Superior de Guerra, para se tornar lei. O DPF tinha como responsabilidades atuar como uma polícia política com poder jurídico sobre os cidadãos que diferiam e criticavam das políticas econômicas e sociais do regime, assim como também criminalizar as greves contra as políticas de arrocho salarial imposta pela ditadura aos trabalhadores e também investigar e autuar estrangeiros considerados “subversivos” ou “perigosos” para o regime.

No inciso X, que compete a PF integrar os Sistemas Nacionais de Informações e de Planejamento Federal, pode-se observar como juridicamente a polícia política de nível federal da ditadura estava integrada a comunidade de informações. Assim como os outros órgãos de informação, o setor de inteligência da PF se submetia ao SNI, órgão central do (SISNI) e responsável por vigiar coordenar todas as atividades de espionagem e informação no país. A PF, além de fazer parte da comunidade de informações, também atuou através de seus policiais em operações repressivas a partir de 1967-1968, em conjunto, segundo Silmária Fábria de Souza Soares, com as DOPS estaduais e as segundas seções de informação das forças armadas¹⁸⁴. De acordo com esta historiadora “a polícia federal nunca foi um lócus privilegiado de tortura. Participava por meio da presença de seus agentes nestes locais”¹⁸⁵. O que nos permitiu refletir que não existia uma separação rígida entre informação e repressão. Uma mão sujava a outra.

Os militares garantiram em 1964, antes mesmo da criação da PF, que o órgão anterior a ela, o DFSP, fosse “limpo” dos militares e funcionários públicos que apoiavam o presidente J. Goulart (81), e seu novo quadro de militares e funcionários fossem totalmente adeptos e leais ao novo regime. Muitos desses funcionários integraram a Polícia Federal da ditadura militar e por isso não nos espanta o comprometimento desses agentes com missões repressivas e práticas de torturas.

¹⁸⁴ SOARES, Silmária Fábria de Souza. **ENTRE DADOS E CONTROVÉRSIAS: A influência dos militares na criação e institucionalização de uma polícia federal brasileira**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Minas Gerais, 2015.p. 45, p. 82.

¹⁸⁵ Ibidem. P.81.

Esse trabalho de limpar o DFSP para seguir totalmente os desígnios da ditadura começou já no dia 02 de abril de 1964, com a entrada do Tenente Antônio Barbosa de Paula Serra como diretor geral do órgão. Serra ficou pouco tempo na função, sendo substituído no cargo pelo general Rio Grandino Cruel em 21 de julho de 1964. O general que fazia parte dos conspiradores e golpistas que derrubaram Jango foi convidado por Castello Branco, segundo as informações na sua biografia do CPDOC da FGV, para reestruturar o DFSP e torná-la uma polícia política com atuação em nível nacional. Ainda no primeiro ano do comando de Grandino Cruel, a ditadura, através da Lei no. 4.483, de 16/11/1964 federaliza o DFSP¹⁸⁶.

Durante a gestão do general Grandino Cruel a cooperação do DFSP com o Serviço Nacional de informações também teve início. Isso se deve principalmente ao fato de um dos militares responsáveis pela reestruturação do DFSP, o General Amerino Raposo, ser a ponte entre os dois órgãos, uma vez que trabalhava nos dois ao mesmo tempo. Segundo as palavras do general concedidas às entrevistadoras Marina Celina D' Araújo e Samantha Viz Quadrat e da qual eu tive acesso através do artigo de Priscila Brandão intitulado “Amerino Raposo e a Polícia Federal: quando o medo do esquecimento se traduz na obsessão pela imposição de uma narrativa”¹⁸⁷, ele diz o seguinte sobre a relação entre o SNI e o DPF:

De Polícia Federal. E aí, então, primeira correlação: Departamento de Polícia Federal com o SNI. Em abono de ambos. E eu era de ambos. Eu era do Gabinete Central do SNI e estava emprestado por aviso reservado do ministro Costa e Silva ao ministro Milton Campos para, com total liberdade, reestruturar a Polícia Federal. Então eu vivia os dois lados. O que é curioso é que ambas as estruturas se beneficiaram mutuamente. Por quê? No SNI, em princípio, pela natureza das avaliações que são feitas etc. não havia necessidade, na maioria dos produtos, de ser assinado por chefe a, b ou c. Fazem-se avaliações e aquilo sai de uma área, sai de um setor, sai do SNI. A Polícia Federal é o contrário, ela é um órgão de atividade preventiva e repressiva e constitucionalmente as autoridades policiais, além de processantes, são responsáveis. Então, claramente é definida a responsabilidade. E isso era uma vantagem para o SNI e isso também era uma vantagem de grandeza para o Departamento de Polícia Federal, que ele

¹⁸⁶ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/kruel-riograndin>

¹⁸⁷ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. Amerino Raposo e a Polícia Federal: quando o medo do esquecimento se traduz na obsessão pela imposição de uma narrativa. **FACES DA HISTÓRIA**, Assis-SP, v.6, nº1, p.246-270, jan.-jun., 2019.

sabia que tinha um lugar devido ali (Amerino Raposo, entrevista, 15 jan. 1998)¹⁸⁸.

Através dessa entrevista podemos notar como a cooperação entre SNI e polícia política federal nos primeiros anos da ditadura já era bastante forte e que iria se aprofundar mais ainda com a criação do SISNI (sistema nacional de informações) em que estes dois órgãos também fizeram parte. Outro aspecto importante dessa entrevista é que o general Amerino ressalta o aspecto repressivo do Departamento de Polícia Federal, o que contrária à tese de que durante a ditadura a PF não realizava operações repressivas, mas apenas de inteligência. A polícia política federal da ditadura era tanto um órgão de inteligência quanto um órgão de repressão. E o SNI se beneficiava dessas duas facetas da PF.

Após dois anos na frente da polícia política federal da ditadura, o general Rio Grandino Cruel é substituído pelo tenente Newton Cypriano de Castro Leitão, em agosto de 1966. Foi na gestão do tenente Newton Cypriano que o DPSP reestruturado pelo regime vai ser de fato intitulado Departamento de Polícia Federal e ter todos os seus poderes bem acentuados pela constituição autoritária de 1967 e pelo Decreto-Lei 200/1967.

Ainda no ano de 1967 o Tenente Cypriano foi substituído pelo coronel Florimar Campello em março de 1967 por Costa e Silva. Sob a gestão de Florimar foi criado o decreto nº242/67-DG/DPF que regulamentou os critérios da censura no Brasil¹⁸⁹. Assim como seu antecessor, gestão desse diretor geral é bem breve, pois após um ano e um mês na frente do DPF o mesmo é substituído pelo general José Bretas Cupertino, em maio de 1968. O General Bretas Cupertino também passa um ano na direção geral da Polícia Federal e é substituído em outubro de 1969 pelo General Walter Pires de C. e Albuquerque.

O general Walter Pires assume o cargo um dia após Médici se tornar o mais novo ditador brasileiro e possivelmente foi uma indicação de Médici para o posto. Durante o governo Médici mais dois generais assumem o cargo de diretor geral da Polícia Federal, o General Nilo Canepa e o general paraibano Antônio Bandeira. Este

¹⁸⁸ Ibidem, p. 257.

¹⁸⁹ SILVA, Rosa Maria Carlos. **A arte censurada: teatro e ditadura no estado da Paraíba nos anos de 1964 a 1968**. 202 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014, p. 82.

último tomou posse do cargo após sofrer uma derrota para os guerrilheiros do PCdoB no Araguaia em 1972 e ser transferido para PF onde ficaria no cargo até abril de 1974¹⁹⁰. O último diretor geral da PF durante a ditadura militar e que ficou no cargo durante os governos Geisel e Figueiredo foi o general Moacyr Coelho (1974-1985), um militar da linha dura e que liderou a instituição com mão de ferro.

Nestes últimos parágrafos ficou claro que os cargos de liderança da Polícia Federal durante a ditadura foram ocupados por militares de alto escalão das Forças Armadas, a maioria generais ou coronéis, da ativa ou da reserva¹⁹¹. Ao total foram nove militares ao todo que assumiram o cargo de diretor geral. Mesmo após o fim da ditadura, no período de transição para a democracia burguesa que perpassa pelo governo Sarney, o cargo ainda foi exercido pelo coronel Alencar Araripe, que teve duas passagens pelo SNI e que ficou como diretor da DPF de março de 1985 a janeiro de 1986, saindo da chefia porque indicou três torturadores aos cargos de delegados da PF e por, Romeu Tuma, que embora não fosse militar, já tinha sido diretor geral do DOPS paulista entre os anos de 1977-1982 e superintendente da polícia federal de 1982 a 1985. Sua entrada na PF se deu por causa do convite do diretor na época, o general Moacyr Coelho. Era uma cobra criada da ditadura e que ficou no cargo de 1986 até 1992.

Após a saída de Tuma da chefia outro civil assumiu o comando da Polícia Federal, o advogado Amaury Aparecido Gaudino, que desde 1977 já trabalhava na DPF. Gaudino permaneceu à frente da PF até julho de 1993, quando após diversos escândalos foi exonerado do comando, embora permanecesse nos quadros da instituição policial até a sua aposentadoria em 1996. O sucessor de Gaudino foi o último militar no comando da PF, ex-chefe do SNI em Goiás, o oficial Wilson Brandi Romão. O retorno de um militar na liderança da Polícia Federal é considerado por diversos autores como um plano das forças armadas terem o controle novamente da instituição que eles próprios criaram.

¹⁹⁰ ROCHA, Bruno Lima. **A Polícia Federal após a Constituição de 1988: polícia de governo, segurança de Estado e polícia judiciária**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004, P. 96.

¹⁹¹ SOARES, Silmária Fábria de Souza. **ENTRE DADOS E CONTROVÉRSIAS: A influência dos militares na criação e institucionalização de uma polícia federal brasileira**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Minas Gerais, 2015.p, 81.

Nesses vinte e um anos em que esses generais e coronéis ficaram plenamente no comando da polícia política federal da ditadura, diversas operações de inteligência, repressão e censuras foram realizadas. Uma delas foi à repressão contra a Frente Ampla. Esse movimento liderado por uma estranha aliança entre João Goulart, J. K e Carlos Lacerda pelo fim da ditadura ganhou corpo em 1967 e nos primeiros meses de 1968, e de acordo com José Paulo Netto, foi posto na ilegalidade por Costa e Silva, que encarregou o Departamento de Polícia Federal de “reprimir quaisquer manifestações dela ou a seu favor”¹⁹². Mas a PF não agiu apenas em nível federal, também atuando bastante nos estados através das suas superintendências, como foi o caso da operação pequeno príncipe, realizada em Curitiba em 1978, que prendeu onze pessoas que trabalhavam numa escola infantil e eram acusadas de estarem corrompendo as crianças com a ideologia comunista. O caso é todo é bem investigado na pesquisa de José Santos Abreu e apresenta o caso da operação que envolveu muitos órgãos da comunidade de informações e que tinha a PF como líder da operação¹⁹³.

Em solo paraibano ainda é obscuro a data de criação da PF e as suas primeiras ações no estado. Até o momento em que esta pesquisa está em andamento enviamos alguns e-mails para assessoria de Imprensa da Polícia Federal para obter mais informações sobre a chegada dessa polícia política na Paraíba, mas não obtivemos respostas alguma dos meios oficiais sobre as datas de instalação da Superintendência em João Pessoa e da Delegacia da Polícia Federal de Campina Grande. A única notícia sobre a chegada da Polícia Federal na Paraíba está no site da Polícia Federal, numa notícia de 20/09/2019, sobre a nova sede da superintendência da Polícia Federal em João Pessoa, em que o Superintendente Regional, André Vianna de Andrade, diz que “a nova sede é uma conquista após 53 anos de história da Polícia Federal na Paraíba”¹⁹⁴.

Se fizermos o cálculo a partir de 2019 e subtrair desse número 53 anos o resultado será o ano de 1966. Mas em 1966, o Departamento de Polícia Federal ainda não existia formalmente, apenas o seu estágio embrionário, a terceira fase do DFSP, que

¹⁹² NETTO, José Paulo. **Pequena História da Ditadura brasileira (1964-198)**. São Paulo: Cortez, 2014, p. 111.

¹⁹³ ABREU, José dos Santos. **Operação pequeno príncipe: A ação da polícia política no combate à doutrinação comunista nas pré-escolas Oficina e Oca (Curitiba, 1978)** Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

¹⁹⁴ <http://www.pf.gov.br/imprensa/noticias/2019/09/policia-federal-inaugura-nova-superintendencia-regional-da-paraiba>

já havia sido reestruturado em 1964 pela ditadura e diferente das suas outras versões já tinha poder de fato para agir em território federal e não só em Brasília, como eram as suas outras duas versões anteriores. Se o Superintendente Regional não cometeu o erro de acrescentar um ano há mais nessa contagem e se de fato aceitarmos sua fala como a data oficial da chegada da PF na Paraíba, então no primeiro ano em solo paraibano foi instalado o 3º DFSP e somente no ano seguinte que a sede dessa instituição deu lugar a Superintendência Regional do DPF da Paraíba na cidade de João Pessoa.

Mesmo com todas essas incertezas e com a falta de pesquisa histórica acerca da Polícia Federal na Paraíba, podemos afirmar através das fontes e do relatório da Comissão Estadual da Verdade que atuação da PF no estado já vinha acontecendo desde 1968, com a repressão as passeatas dos estudantes universitários e secundaristas que estavam acontecendo em João Pessoa naquele ano¹⁹⁵.

Já em Campina Grande a registros da ação da Delegacia da Polícia Federal desde o começo dos anos setenta, embora possamos conjecturar que essa atuação já ocorresse no final dos anos sessenta.

No estado paraibano a Polícia Federal realizou diversas operações. No campo da censura o DPF censurou diversas peças de teatro na Paraíba na década de 60, 70 e 80 através do seu Departamento de Censura e Diversões Públicas (DCDP). Evandro Elias de Barro Neto na sua pesquisa de dissertação mostra que diversas peças teatrais foram modificadas ou proibidas pelos censores de serem apresentadas na cidade de Campina Grande. Duas peças foram proibidas de serem apresentados no primeiro Festival Nacional Amador de Teatro (FENAT), realizado em 1974 na cidade. A justificativa foi de que faltou uma documentação necessária para que os censores pudessem ter aprovado as duas apresentações. No período da ditadura militar muitos artistas tinham que submeter seus trabalhos à prévia censura e mesmo assim corriam o risco de terem parte do trabalho censurado ou mesmo proibido de ser apresentado. Os espetáculos que foram aprovados para o FENAT ainda foram vigiados por um censor da polícia federal e por militares disfarçados. Evandro Elias de Barro Neto também comenta que apresentações teatrais nos festivais de invernos (festival que sucedeu o FENAT) durante

¹⁹⁵ Relatório final / Paraíba. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**; Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017, p. 473.

meados dos anos 70 e 80 também tiveram que passar pela aprovação dos censores da policia federal¹⁹⁶.

Mas a policia federal não censurou peças somente em Campina Grande. A pesquisa de Rosa Maria Carlos e Silva apresenta dados importantes sobre atuação da censura exercida pelo departamento de policia federal em diversas obras teatrais paraibanas ao longo de toda a ditadura. Peças como o vermelho e o Branco (1968), Rogério (1968), Antígona de Sófocles (1972), o Julgamento de Cristo (1973), Quem tem medo de Lucy Camelo (1974), AÍ (1978), o Que vai fazer, chamar a Policia? (1983); configura como algumas das peças que foram proibidas de serem exibidas nas cidades paraibanas. Segundo a autora, a maioria dessas peças foi proibida por motivos políticos¹⁹⁷.

Já no campo da inteligência e repressão somos informados pela pesquisa realizada pelo Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade que a Policia Federal desde 1969 estava envolvido na perseguição e repressão dos militantes do PCBR¹⁹⁸ na Paraíba. Ações repressivas estas que geraram diversas torturas aos integrantes deste grupo. No já citado relatórios finais da CVE-PB são apresentados diversos casos de torturas físicas e psicológicas realizadas no interior da delegacia da Policia Federal de João Pessoa¹⁹⁹.

Os depoimentos tomados de Eraldo Fernandes, Rômulo Araújo, Eric Jenner Rosas e Manoel Cícero de Oliveira ainda no período da ditadura militar sobre as torturas física e psicológica que sofreram nas dependências da Policia Federal não nos deixa em dúvida sobre o perfil repressivo deste órgão, ao contrário do que defendem alguns autores que minimizam o aspecto repressivo da Policia Federal. Que os

¹⁹⁶ NETO, Evandro Elias de Barros Neto. **Teatro e ditadura em Campina Grande: História e memória (1970-1985)**. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Humanidades. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

¹⁹⁷ SILVA, Rosa Maria Carlos. **A arte censurada: teatro e ditadura no estado da Paraíba nos anos de 1964 a 1968**. 202 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. João Pessoa, 2014, p. 138.

¹⁹⁸ O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário foi criado em 1968 por Mario Alves e outros comunistas brasileiros no Rio de Janeiro após uma dissidência interna no PCB. Na Paraíba o PCBR foi criado no mesmo ano por integrantes do PCB da Paraíba, entre eles, Eduardo Ferreira Lima, o Batata, Rômulo de Araújo Lima, que foi enviado para a reunião no Rio de Janeiro que criou o PCBR, José Emilson Ribeiro e Eraldo Fernandes dos Santos. in: Relatório final / Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; Paulo Giovanni Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017, p. 140.

¹⁹⁹ Relatório final / Paraíba. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**; Paulo Giovanni Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017, p. 300-301.

depoimentos de Chicão e Ovildio Raimundo e de muitos outros nas audiências públicas realizadas pela CEVPM-PB sobre as terríveis torturas sofridas nas dependências da Polícia Federal sejam as provas definitivas da sórdida atividade repressiva realizada pela instituição da Polícia Federal na Paraíba²⁰⁰.

Nos meados dos anos 70 a polícia política federal da ditadura também participou de operações repressivas contra camponeses que reivindicavam o direito à moradia e de poder trabalhar nas terras em que viviam há anos com suas famílias e era fonte de seu sustento. Uma dessas ações repressivas da PF aconteceu no ano de 1975, com a atuação dessa polícia ao lado das forças armadas contra os agricultores da Fazenda de Mucatu, localizada no município de Alhandra. Essa ação repressiva em favorecimento do grupo Lundgren é apresentada na pesquisa organizada por Emília Moreira sobre os conflitos agrários na Paraíba²⁰¹.

Na cidade de Campina Grande também ocorreu diversas ações repressivas por parte da Polícia Federal. A professora Maura Ramos Pires, em 1974, foi sequestrada por homens que se identificaram como agentes da Polícia Federal e foi torturada na Granja do Terror²⁰². Se nesse caso não podemos ter total certeza do envolvimento da Polícia Federal, apenas podemos conjecturar; isso não se aplica a invasão de policiais federais ao Campus II da UFPB (atual UFCG), em agosto de 1977, para prender quatro estudantes, Carlos Alberto Silva (Carlinhos da Volta), Antônio Neto, Socorro e Bernadete. De acordo com o depoimento de Carlinhos da Volta a ADUFCG²⁰³, para a Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades Representativas da Universidade Federal de Campina Grande²⁰⁴, os quatro foram presos por venderem o

²⁰⁰ Ibidem, p. 52.

²⁰¹ MOREIRA, Emília. **Por um Pedaco de Chão Vol.** I João Pessoa: editora universitária João Pessoa, 1997, p. 199-200.

²⁰² Relatório final / Paraíba. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**; Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017, p. 300-301, p. 313.

²⁰³ Depoimento do professor Carlos Alberto Silva à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, no dia 25/06/2014 em Campina Grande. Link do depoimento: <https://www.youtube.com/watch?v=yHQstC8O17A> Acessado em: 02/03/2021

²⁰⁴ A comissão foi criada em junho de 2013, com o objetivo de investigar os impactos da ditadura na UFCG (antiga campus II da UFPB), mas suas atividades só começaram no ano seguinte, entre o período de fevereiro de 2014 e fevereiro de 2015. Nesse um ano de intenso trabalho a comissão, composta por Luciano Mendonça de Lima (ADUFCG) e Carlos Roberto de Lima (ADUFCG-Patos), representando o segmento docente; Agnaldo Ferreira da Silva e Arijames Soares de Góes (SINTESPB/UFCG), representando os técnicos-administrativos; Valéria da Silva Sousa e Mayara Rayane Veras de Siqueira Góes (DCE/UFCG), representando o corpo Discente; tendo como suplentes Carlos Edisio Torres Leite e Mateus Gomes de Moraes (DCE/UFCG); entre diversos outros, realizaram 33 entrevistas com ex-alunos, professores e técnicos que estudaram ou trabalharam na universidade ao longo da ditadura, desde a

jornal clandestino Movimento, na cidade de Campina Grande. Os jornais foram confiscados e os quatro foram presos e levados numa van para a delegacia da Policia Federal, que nos anos setenta ficava na Rua Maciel Pinheiro, abaixo da Câmara Municipal, no subsolo. Lá os quatro foram interrogados por três horas e sofreram ameaças e intimidações, mas segundo Carlinhos da Volta não chegaram a ser torturados fisicamente, embora um agente da polícia federal tenha incitado um traficante, que estava preso no local, a ferir Carlinhos, pois o agente teria contado para ele que Carlinhos que tinha denunciado o traficante para a polícia.

Outro caso da ação truculenta da Policia Federal na cidade de Campina Grande se deu no começo dos anos oitenta. Em 1983, os membros do PCdoB da Paraíba: Manoel Donato, sua esposa na época, Maria Marly de Castro Costa, Luciano Romero Soares de Lima, Francisco Carlos Brasileiro e José de Anchieta Ferreira Lopes foram presos no bairro do Alto Branco pela Policia Federal por colarem faixas e cartazes do PCdoB. A filha de Maria Marly, Raquel Costa Goldfarb, que na época tinha 17 anos, também foi presa pela Policia Federal no mesmo dia por esta fazendo pichações (não sabemos se era contra a ditadura ou pichações do PCdoB) e quando foi levada para a Delegacia da Policia Federal encontrou sua mãe e seu padrasto também presos²⁰⁵. Segundo o depoimento de Manoel Donato a ADUFCG²⁰⁶, que realizava oitivas para a Comissão Estadual da Verdade na Paraíba, ele e seus companheiros e esposa foram algemados e encostados em uma parede. Um policial federal mascarado ameaçava sua esposa com agressões físicas e elas iriam ocorrer se Donato não tivesse chamado atenção dos agentes para si mesmo, provocando-os. Manoel Donato continua seu relato no vídeo gravado pela ADUFCG que a sorte dele, de sua esposa e de seus companheiros foi que passantes virão toda abordagem policial e pessoas que ele conhecia o reconheceram sendo preso, pois se isso não tivesse acontecido ninguém ia

implantação do golpe até os anos finais do regime. Essas audiências, que mostraram que o segmento estudantil foi o mais atingido no antigo campus II, não foram os únicos trabalhos realizados pela comissão, que também trabalhou em arquivos procurando novos documentos produzidos pelos órgãos da ditadura e também pelos produzidos pela UFPB e pela UFCG (antigo campus II da UFCG) no período da ditadura e pela realização de inúmeros eventos para divulgar os resultados das investigações realizadas nos arquivos e das audiências públicas. In: **Relatório parcial das atividades da Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades representativas da Universidade Federal de Campina Grande**. Março-2015

²⁰⁵ **Relatório final / Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**; Paulo Giovanni Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017, p.483.

²⁰⁶ Depoimento do professor Manoel Donato à Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades da UFCG, no dia 11/09/2014 em Campina Grande. Link do depoimento: <https://www.youtube.com/watch?v=a6LOsFcCV68> Acessado em: 03/03/2021

saber da prisão deles. No fim todos foram levados para delegacia da Policial Federal de Campina Grande, que em 1983 estava localizada no Açude Velho. Eles ficaram presos por uns dias, mas devido à repercussão da prisão nos jornais e da pressão de advogados, cidadãos e entidades sociais, eles foram dia após dia, liberados, sendo o último liberto Manoel Donato. Todo esse caso relatado por Donato a Comissão da Verdade, da Memória e da Justiça das Entidades Representativas da Universidade Federal de Campina Grande foi adicionado ao relatório final da CVE-PB e pode ser encontrado lá também.

Neste capítulo especificamente veremos mais sobre atuação dessa instituição policial no final do regime militar, uma vez que a documentação que tivemos acesso sobre este órgão abrange somente este período, o que de certa forma nos impõe uma temporalidade específica para analisar as ações dessa polícia política durante a ditadura militar aqui no estado paraibano.

Essa atuação ocorreu entre o final do governo Tarcisio Burity, último governador eleito de forma indireta no Estado Paraibano e do seu vice, Clóvis Cavalcanti, que assumiu o cargo depois que Burity saiu para concorrer à câmara dos deputados e também do primeiro governador eleito pelo voto direto depois de mais de uma década, Wilson Braga²⁰⁷, do partido PDS, que era apoiado pela ditadura, pelos

²⁰⁷. Wilson Braga nasceu em 18 de junho de 1931 na cidade de Conceição, localizada na região metropolitana do Vale do Piancó. A família de Wilson Leite Braga tinha forte tradição política na cidade, sendo seu pai, Chico Braga, comerciante e tabelião da cidade, um dos criadores da UDN na cidade. A família Leite detinha grande poder e influência na região do Vale dos Piancó. Aos 23 anos, Wilson Braga tornou-se deputado estadual pela legenda conservadora e oligarca da UDN, primeiro suplente de deputado em 1959, até de fato assumir o posto em 1961, devido à morte do deputado América Maia. Até o começo dos anos 60 esteve ligado a este partido, quando por eleitorais mudou para o PSB, outro grande partido paraibano e elegeu-se por essa legenda em 1962. Após o golpe militar e o AI-2 implantado pela ditadura brasileira, Wilson Braga entrou para o ARENA, partido da ditadura e foi deputado estadual em 1966, 1970, 1974, 1978. Em 1982, com o retorno do pluripartidarismo e das eleições diretas para governador, ele disputou contra Antônio Mariz (PMDB), ganhando com uma diferença de 150 mil votos. Mas como lembra a pesquisa de Josenildo Marques, o partido da ditadura (PDS) sucessor do ARENA, foi bastante beneficiado pela fragmentação da oposição, pela voto vinculado, que obrigava o eleito votar em todos os candidatos da mesma legenda e pela lei falcão, que impedia o uso dos meios de comunicação na campanha eleitoral. Durante o governo Wilson Braga, o mesmo tentou se mostrar um “político do povo”, embora seu governo tenha sido marcado por medidas antipopulares e autoritárias e contou com o apoio do Jornal da Paraíba, a qual seu vice, José Carlos da Silva Júnior, era um dos donos e do jornal do Cariri, que tinha como dono, Leomarques Francisco da Silva um aliado político de Wilson Braga. SILVA, Josenildo Marque da. **As duas faces: a construção da imagem pública de Wilson Braga em Jornais Paraibanos (1980-1986)** Dissertação (História) UFCG. Campina Grande, 2015, p. 21-29.

grandes proprietários de terras e pelas empresas de construção²⁰⁸. Durante esses dois governos, que eram extremamente alinhados com a ditadura militar, os conflitos por terra que começaram na década de 70 continuaram a explodir pelo campo paraibano nos anos 80, sendo que a luta dos trabalhadores rurais eram diversas vezes reprimidos pelos poderes privados e públicos. A questão da moradia também era grave nas cidades e uma onda de ocupações passou a acontecer aos conjuntos habitacionais construídos pelo governo. Todos esses problemas sociais eram acompanhados de perto pela luta de recuperação dos direitos políticos e sociais dos brasileiros que tiveram seu fim com o golpe de 1964 e com a movimentação da população brasileira pelo fim da ditadura militar. É nesse clima de efervescências da luta de classes no Brasil e na Paraíba que os órgãos repressivos passaram atuar na busca de anular essas lutas. A Polícia Federal na Paraíba desempenhou um papel bastante ativo na vigilância desses movimentos sociais reivindicatórios como veremos mais adiante.

Mas reconstruir essa vigilância e repressão da PF durante este período é bastante complexo devido à escassa documentação deste órgão. A dificuldade de obter os documentos da Polícia Federal se deve a um problema discutido na introdução sobre o difícil acesso aos documentos produzidos pelos órgãos de espionagem e repressão da ditadura militar. Muitos deles foram destruídos pelos agentes da ditadura e outros escondidos. A falta de pressão e de autoridade dos governos no pós-ditadura sobre as forças armadas fez com que estas não entregassem os documentos ao acesso público e mesmo com o governo Dilma que foi o que mais avançou na luta pelo acesso a esses documentos, inclusive obrigando por lei os serviços secretos das forças armadas entregassem seus arquivos, mas apenas recebeu mentiras e recusas por parte do alto escalão militar e nada pode fazer. O acesso aos documentos produzidos pelos órgãos de informação, de repressão e das policiais políticas da ditadura militar que hoje esta disponível em muitos sites da internet não compõe o grosso do que foi produzido pelo regime militar e mesmo assim foi obtido através da luta e da mobilização da sociedade civil e de entidades sociais na tentativa de esclarecer diversos crimes ainda não solucionados perpetrados pelos agentes da repressão a serviço da ditadura do grande capital e encontrar dezenas de restos mortais daqueles que caíram perante a violência do regime para que enfim possam descansar em paz. A busca pela verdade e justiça no

²⁰⁸ MELLO, José Octávio de Arruda. **Sociedade e poder político no nordeste. O Caso da Paraíba 1945-1964**. João Pessoa: editora universitária, 2001, p. 425.

Brasil acerca dos crimes históricos da ditadura militar ainda tem um caminho longo pela frente.

Nos tópicos seguintes vamos analisar essa documentação que foi obtida pela CEV-PB e que se encontra disponível no acervo digital do Arquivo Nacional, e mesmo fragmentada e abrangendo apenas a atuação da PF nos anos finais da ditadura aqui na Paraíba entre os anos de 1977 a 1985, ainda contém informações valiosas que podem esclarecer mais sobre o real sentido da atuação deste órgão e contra quem ele era mais direcionado. Nos documentos produzidos pelos agentes da PF e os jornais recortados por eles transformados em produtos de inteligência identificamos três principais temas dos quais a polícia política federal da ditadura mais se deteve em vigiar e investigar no estado paraibano nesses anos finais da ditadura militar. O primeiro deles que será apresentado ao leitor é relacionado à figura da advogada e política Tereza Braga e da sua defesa em prol dos direitos e das causas dos trabalhadores rurais e urbanos do Estado e como essa sua defesa dos interesses dos trabalhadores paraibanos chamou atenção do grande olho da ditadura. O segundo se refere à vigilância dos agentes da Polícia Federal nos casos das ocupações dos conjuntos habitacionais em diversas cidades paraibanas por populares pertencentes em sua grande maioria às classes subalternas e como a PF vinculava essas ocupações, principalmente a mais famosa delas, a ocupação das Malvinas, a um “plano subversivo do PT e da Comissão de Justiça e Paz”. O terceiro tema é justamente sobre os novos partidos políticos (especialmente PMDB e PT) que lutavam por melhores condições de vida para os proletários rurais e urbanos da Paraíba e que foram constantemente vigiados e acusados de subversão pela polícia política federal da ditadura no estado da Paraíba nos anos finais do regime e mesmo depois que este acabou.

2. 1 Teresa Braga e as causas trabalhistas e humanitárias na mira da Polícia Federal

No primeiro contato que tivemos com as fontes da PF referentes aos primeiros anos da década de 80 um nome aparecia constantemente nos recortes de jornais destacados pelos agentes da polícia política. Esse nome era o da advogada Teresa Braga. Nascida no Estado do Rio Grande do Norte, Teresinha Braga Capim de Miranda desde sua época de graduanda em direito se preocupava com a educação da população carente e chegou a participar do programa alfabetizador “Campanha de Pé no Chão

também se Aprender a ler”²⁰⁹. Em 1963 conseguiu o diploma de direito e de acordo com a Comissão Estadual da Verdade foi chamada para trabalhar na Prefeitura de Natal, na época sob a gestão de Djalma Maranhão, que foi cassado logo após o golpe 64. Teresa também sofreu com o golpe e perdeu seu emprego e ficou em prisão domiciliar²¹⁰. Devido às ameaças que sofreu nos primeiros anos da ditadura militar no seu estado natal resolveu migrar para a Paraíba para fugir da repressão. No estado paraibano ela virou advogada da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Campina Grandes entre os anos de 1968 e 1977 e depois participou ativamente da Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica, que tinha como um dos objetivos defender os direitos dos trabalhadores paraibanos²¹¹ e também se envolveu na luta contra o esquadrão da morte conhecido como Mão Branca que atuou em Campina Grande no começo dos anos oitenta²¹².

Na leitura do dossiê BR BSB HC. 001 do DPF ficou perceptível que essa participação de Teresa Braga na Comissão de Justiça e Paz em prol dos trabalhadores e posteriormente o uso de seu mandato de vereadora para reivindicar os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais foi o que chamou atenção da Polícia Federal. Nos 91 recortes de jornais organizados nesse dossiê podemos ver que as falas e discursos da advogada registrados pela imprensa paraibana foram acompanhados bem de perto pelo

²⁰⁹ **Relatório final / Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**; Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017, p. 628.

²¹⁰ . ibidem, p. 628.

²¹¹ Ibidem, p. 628.

²¹² Grupo de extermínio que no ano de 1980 cometeu diversos assassinatos hediondos contra criminosos da cidade de Campina Grande, divulgando uma primeira lista no mês de Abril de 115 pessoas que seriam mortas para a imprensa da cidade e ligando toda vez que realizava um assassinato, para indicar onde estava corpo da vítima. A ligação era feita por um homem que se identificava como “Mão Branca”. Advogados, membros da Igreja Católica e integrantes da Comissão de Justiça e Paz, como Tereza Braga, foram ameaçados por ousarem enfrentar o Esquadrão da Morte, sendo que a casa da advogada foi metralhada e a mesma, assim, como outros, receberam diversas ameaças para parar de investigar o Mão Branca. Mas nem com essas ameaças Tereza Braga e Cia pararam o que levou a descoberta da identidade do Mão Branca, que era composto por cinco policiais civis, entre eles o próprio Chefe da Instituição Policial. Mas segundo Carlos Magno dos Santos Souto: “ficou claro que os supostos assassinos contavam com uma ampla rede de proteção nos altos escalões da polícia e da política estaduais. Quando finalmente foram julgados, em 1982, o resultado foi surpreendente. Apesar das abundantes provas, que além dos assassinatos incriminavam os réus em diversos outros delitos, quatro foram absolvidos e apenas o investigador Zezé Basílio foi condenado a mais de cem anos de prisão. Mas o ponto mais importante do julgamento foi o seguinte: concluiu-se que o grupo de extermínio Mão Branca nunca teria existido”. SOUTO, Carlos Magno dos santos. **A Mão que mata: considerações sobre o grupo de extermínio Mão Branca na cidade de Campina Grande – PB (1980 – 1982)**. XXVII Simposio Nacional de História. Conhecimento Histórico e dialogo social. Natal – RN. 22 à 26 de junho de 2013, p.3. O que deixa claro em minha opinião como esse grupo de extermínio foi protegido pela ditadura militar, pelas autoridades locais e instituições policiais.

órgão policial. Uma prova disso é um recorte do jornal Gazeta do Sertão de outubro de 1982 que traz uma fala de Tereza comentando sobre a CJP e criticando a violência contra os trabalhadores rurais do estado. No jornal ela diz:

A comissão de justiça e paz tem em suas assessorias pessoas integradas e interessadas no debate da questão social brasileira. Nasceu também da necessidade de apoio jurídico aos grupos evangelização nos campos, **diante da crescente violência dos proprietários contra os trabalhadores e posseiros da zona rural. Sabemos que, a partir do golpe de 1964, a investida do capitalismo no campo resultou na expulsão de milhares de famílias camponesas (...)**²¹³.

Podemos conjecturar que essa notícia no jornal chamou atenção do agente da PF por conter o discurso de Teresa Braga em que a advogada refere-se a “revolução de 64” como golpe de 1964 e também que o projeto econômico político da ditadura resultou na expulsão de milhares de camponeses do campo na Paraíba e no Brasil de modo geral. A crítica à violência dos latifundiários contra os agricultores paraibanos é outro ponto que deve ter chamado atenção do agente. Na mentalidade das informações essa declaração de Teresa Braga deve ter sido bastante subversiva e que por causa disso mereceu transformar o jornal em um produto de inteligência e mais uma “prova” contra ela. Mas nesta análise não podemos esquecer e nem perder de vista que o jornal mesmo transformado em um produto de inteligência ainda continua sendo um jornal e suas notícias e publicações não são isentas de interesses políticos e econômicos e carregam intencionalidades e finalidades e segundo Gramsci são portadores dos interesses e da ideologia da classe ou fração de classe com que os proprietários dos jornais pertençam ou simpatizem²¹⁴. O Gazeta do Sertão, terceiro jornal com este nome na Paraíba²¹⁵ criado em 1981 pelo empresário e economista Edvaldo do Ó²¹⁶, não foge a regra dessa análise gramsciana. O dono do Gazeta do Sertão nasceu no seio da classe empresarial e era formado em economia. Ele ocupou diversos cargos na administração pública paraibana e seus interesses políticos e econômicos estavam bastante vinculados com os

²¹³ (GZ- 17/10/82). Arquivo Nacional.

²¹⁴ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere II**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²¹⁵ O primeiro foi criado ainda no século XIX, por Irineu Joffiy e Francisco Soares Retumba em 01 de setembro de 1888 e funcionou até 1891. In: LIMA, Luciano Mendonça. História e poder nas páginas de um jornal: 1971/2011. O segundo foi criado em 1923 por Horácio de Almeida, mas durou apenas cinco meses e o terceiro e último jornal com este nome foi fundado pelo empresário Edvaldo do Ó. P. 5

²¹⁶<https://www.ifpb.edu.br/cabedelo/noticias/2016/06/cartunista-fred-ozanan-apresenta-sua-arte-no-campus-cabedelo>.

setores industriais e comerciais. Sua participação na criação de universidades paraibanas esteve intrinsicamente envolvido com esses interesses e o mesmo afirmou que queria que a elite campinense pudesse estudar na Paraíba e não precisasse deslocar-se para Pernambuco²¹⁷. Do Ó também estava interessado na educação da classe média para melhorar a mão-de-obra para o trabalho²¹⁸. Nesses discursos a classe subalterna ficava totalmente excluída. O que já demonstra que o empresário representava os interesses da classe dominante e da classe média campinense. Nesses discursos a classe subalterna ficava totalmente excluída. O que já demonstra que o empresário representava os interesses da burguesia e da classe média campinense.

Dotado de bastantes recursos e capitais, pois na era do jornalismo industrial era preciso ter os dois para um abrir um grande jornal, como bem nos lembra, Werneck Sodré, o economista Edvaldo do Ó fundou o Gazeta do Sertão em 1981 e através desse grande imprenso campinense passou a difundir e defender os interesses de sua classe social ou fração de classe, que no caso era fração industrial e comercial. Mas além de “levar em conta os indivíduos singulares e sua atividade”²¹⁹, como Gramsci diz, é preciso também levar em conta o período histórico em que o jornal é publicado e o contexto sócio-político e econômico em que está inserido.

O jornal de Edvaldo do Ó, como já foi dito, surgiu no início da década de 80 e esse contexto temporal diz muito sobre as publicações deste imprenso. Como vimos na matéria de 17/10/1982, o jornal abre espaço para a fala de Teresa Braga, que não só crítica o poder a nível nacional, representado pela ditadura, como também a nível local, representado pelos latifundiários. O teor crítico dessa fala, principalmente em relação ao regime militar, não seria publicado no final dos anos 60 e durante a década de 70 no Brasil, devido à grande censura realizada pela Polícia Federal aos jornais e também por ter sido os anos mais duros e brutais do regime ditatorial. Mas o ano de publicação dessa matéria do Gazeta do Sertão coincide com o período da abertura política encabeçada pelo governo Figueiredo(1979-1985). Por ter nascido no momento mais caloroso das lutas sociais contra a ditadura podemos perceber um tom mais progressista deste jornal burguês, mas isso não implica dizer que o jornal fosse totalmente

²¹⁷ LIMA, Rômulo de Araújo. **A LUZ QUE NÃO SE APAGA: a Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico**. Universidade Federal da Bahia – UFBA Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Tese (doutorado em Ensino e Filosofia e História da Ciência) Salvador, 2009 p.158.

²¹⁸ Ibidem, p. 159.

²¹⁹ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere II**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

progressista. Até mesmo entre os jornais paraibanos mais antigos essa fase “progressista” era recente e nem sempre dominante. Muitos deles apoiaram o golpe, a ditadura e os interesses da classe dominante paraibana por longos anos e mesmo quando foram se afastando da imagem da ditadura ainda mantiveram pautas conservadoras e reacionárias nas suas publicações. Mas disso discutiremos mais a frente. Retornemos ao olhar vigilante da PF sobre Teresa Braga.

A Polícia Federal acompanhou bem de perto as reportagens do Gazeta do Sertão e do Diário da Borborema acerca da posse de Teresa Braga como vereadora de Campina Grande no lugar do vereador José Peba Pereira dos Santos, do PMDB, que deixou o cargo para tratar da saúde. Os dois jornais publicaram a notícia em um espaço bem pequeno e justamente este espaço foi recortado pelos agentes. Isso demonstra que a leitura desses jornais pelos agentes da PF era bem rigorosa e não deixavam escapar nada que fosse publicado em relação à pessoa que vigiavam. No caso do recorte do Diário da Borborema, jornal pertencente aos Diários Associados do empresário das comunicações Assis Chateaubriand²²⁰, os agentes possivelmente o recortaram a notícia também pela fala de despedida do vereador José Peba. Na fala o vereador faz críticas ao novo pacote econômico da ditadura, que iria beneficiar mais ainda os domínios do FMI e dos bancos privados internacionais sobre a economia brasileira e resultaria no aumento do desemprego e de mais problemas para a vida da população. O jornal publicou o discurso de Peba em que ele diz que:

Cabe um posicionamento do povo brasileiro, contra essas políticas anti-nacional e anti-popular. Temos que nos unir para lutar pelos seguintes objetivos: cancelamento da dívida externa, nacionalização dos bancos estrangeiros, estatização do comércio exterior, e acabar com todos os tipos de discriminações, sejam políticos-ideológico, religiosa ou racial²²¹.

Percebe-se novamente que o recorte do jornal foi realizado por conter críticas ao novo pacote econômico da ditadura e incentivar o povo ao protesto contra essas políticas-econômicas e sociais do regime. Os agentes da polícia federal tinha o modus operandi de selecionar as partes dos jornais que continham críticas à ditadura militar e possivelmente a partir desses indícios começavam a investigar as pessoas que proferiam essas críticas. Se o alvo fosse alguém publicamente conhecido como Peba e que

²²⁰ Chateaubriand também era dono do Jornal O Norte, de João Pessoa, que é citado no capítulo um deste trabalho.

²²¹ (DB - 08/06/83). Arquivo Nacional.

possivelmente já deveria esta na lista dos “subversivos” da PF por outras declarações como essa, o recorte do jornal serviria como mais uma “prova” do caráter “subversivo” do alvo.

Mas com Peba afastado, a advogada Teresa Braga, devido ao seu histórico de defender os trabalhadores na justiça e pelo seu trabalho na Comissão da Justiça e Paz passaria a ser mais visada ainda pela Polícia Federal depois que assumiu o cargo de vereadora de Campina Grande.

O envolvimento de Teresa Braga com as lutas sociais e em prol da defesa dos abandonados pelo poder público chamava atenção do DPF na Paraíba. Isso pode ser observado na reportagem do Gazeta do Sertão de 21/07/83, em que 20 famílias carentes estão sendo expulsas de uma favela conhecida como “Umburana”, localizada no município de Esperança. Esse caso de expulsão de trabalhadores pobres das terras em que moravam há anos se somava há centenas de outros no estado paraibano e essa prática de expulsão exercida pelos poderes privado e público foi bastante frequente durante todo o período da ditadura militar e continuou após o fim do mesmo²²². Os moradores de Umburana estavam sendo constantemente ameaçados pelo proprietário da terra vizinha, Carlos Ribeiro da Silva e devido isso a Comissão de Justiça e Paz buscou apoiar as famílias. A presença de Teresa Braga no local noticiada pelo Gazeta, que traz uma foto da advogada com as famílias, orientando-as a lutarem por seus direitos.

Essa reportagem se tornou mais um produto de inteligência nas mãos dos agentes da PF. O fato de Teresa Braga aparecer na notícia já é um forte indício que a PF acompanhava seus passos, mas acreditamos que nesse caso específico, foi a sua defesa dos trabalhadores pobres da favela de Umburana e o incentivo moral e jurídico da integrante da comissão de Justiça e Paz para que eles lutassem pelos seus direitos, que deduzimos que chamou atenção da polícia política federal. Isso na mentalidade distorcida dos agentes repressivos da ditadura militar era considerado subversão e incentivo a subversão. Eles provavelmente interpretavam que por trás dessas ações tinha um “plano comunista” e os moradores estavam sendo influenciados a se rebelarem pela advogada. A doutrina de segurança nacional absorvida pelos agentes era na verdade pela segurança da ordem burguesa e qualquer tentativa das classes subalternas reivindicarem direitos sociais mínimos era visto com “subversivo” e “comunismo”.

²²² MOREIRA, Emília. **Por um Pedaco de Chão Vol. I** João Pessoa: editora universitária João Pessoa, 1997.

Essas duas palavras ocultavam os pobres e os excluídos da realidade concreta e esse era justamente o intento de luta “anticomunista”, que na verdade era luta contra as classes subalternas brasileiras. Luta esta que tornou a classe dominante mais rica e poderosa durante o regime ditatorial, enquanto que grande parte da população empobreceu e muitos como no caso dos moradores da favela de umburana mal tinham o que comer.

A luta de Teresa Braga no tocante a ampliação dos direitos sociais das camadas mais pobres também foi observada por um agente da PF no Jornal da Paraíba de 26/08/83. Este Jornal, criado no dia 05 de setembro de 1971, e como demonstra Luciano Mendonça, apoiou fortemente a ditadura militar e a classe dominante paraibana em diversas passagens de suas publicações²²³. No período de abertura política na década de 80 podemos ver que o Jornal da Paraíba, assim como os ratos que abandonam um navio naufragando, começou a se afastar do regime, passando a publicar reportagens mais críticas, embora ainda mantendo um tom mais conservador do que os outros jornais paraibanos no que se refere às políticas mais locais, possivelmente pelo fato do dono do JP na época ter sido o vice-governador da Paraíba, José Carlos da Silva Júnior, que também era dono da São Brás e bastante atuante na defesa das classes patronais e industriais da cidade de Campina Grande²²⁴.

Nessa edição de 26/08/1983 o jornal noticia uma briga política entre Luciano Figueiredo do PMDB e Teresa Braga também do PMDB envolvendo o apoio do primeiro ao assassinato de um preso dentro de um presídio por policiais. Ela critica os discursos que dizem prometem ajudar os pobres, mas que na realidade não fazem nada e condena a violência policial cometida contra o povo campinense. Ela diz que o político Luciano Figueiredo “não conhece campina, pois ao invés de combater a dizimação do povo pela violência policial flagrante do dia a dia, vai de encontro à tranquilidade da sociedade”. Essa fala da vereadora Teresa Braga foi sublinhada no jornal e conjecturamos que tenha sido feita por um agente da PF, por ser justamente uma crítica às forças policiais e isso na ordem ditatorial, mesmo na sua fase final, ainda era considerado um ato de subversão. Podemos também deduzir que o Jornal da Paraíba

²²³ LIMA, Luciano Mendonça. História e poder nas páginas de um jornal: 1971/2011.

²²⁴ CAVALCANTI, Jean Lucas Marinho. Os jornais e a luta de classes pesquisa histórica em uma perspectiva gramsciana. In. **Antônio Gramsci e os desafios do marxismo no mundo contemporâneo**. (Orgs) José Luciano de Queiroz Aires, Luciano Mendonça de Lima e Jean Lucas M. Cavalcanti. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020, p. 352.

não tinha nada há perder em mostrar uma briga interna do partido rival do seu dono, que pertencia ao PDS, partido sucessor do ARENA e que era aliado a ditadura.

Uma entrevista que certamente foi vista pelos agentes da PF como um ataque direto a ditadura foi à declaração de Teresa Braga para o Diário da Borborema na edição do dia 25 de junho de 1984. Nessa entrevista que chamou atenção da Polícia Federal, Teresa Braga afirma que “Só um Governo eleito pelo povo terá respaldo para as reformas”²²⁵. Além de falar que apoiou as Diretas Já, a advogada também comenta sobre o golpe de 64, no qual ele designou como um “complô das classes dominantes contra o governo de Jango”²²⁶ e que “Igreja, burguesia e latifúndio e imperialismo irmanados para impedir o avanço do povo brasileiro. Hoje infelizmente, afóra o latifúndio e o imperialismo, estamos todos contra os frutos de 64”²²⁷. Nessa mesma entrevista Teresa Braga ainda reafirma sua luta pela classe trabalhadora e diz que:

Como há 20 anos, continuo pugnando pela reforma agrária e comprometida com a luta dos camponeses. Continuo a opor-me à violência e ao arbítrio, a defender intransigentemente a devolução da cidadania a todo o povo brasileiro. Defendi e continuo a defender os trabalhadores e todas as camadas marginalizadas pelo sistema arbitrário, como os moradores da Malvinas e do Pedregal etc.²²⁸

O apoio de Teresa as Diretas Já, as críticas ao golpe, à ditadura e principalmente sua defesa aos camponeses, trabalhadores e marginalizados deve ter sido visto como um prato cheio de “subversão” pelo agente que transformou esse jornal num produto de inteligência. O que reforça a ideia de que defender causas sociais e os interesses da classe trabalhadora tornava indivíduos como Teresa, representante dos trabalhadores, alvo da vigilância de classe dos órgãos da ditadura.

A vereadora de Campina Grande em diversas vezes mostrou seu apoio aos trabalhadores e isso foi notado pela PF e num pequeno recorte de jornal da Paraíba do dia 12/09/1985, em que Teresa Braga mostra seu apoio a greve dos bancários e ainda crítica à ditadura “oficialmente” acabada, mas com instituições ditatoriais ainda em funcionamento, tais como o SNI e o próprio DPF que continuava a vigiar e produzir informações sobre os “inimigos subversivos”. No trecho do jornal ela diz:

²²⁵ (DB-25/06/1984)Arquivo Nacional.

²²⁶ Ibidem.

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ Ibidem.

é muito merecedora a classe bancária nacional entrar em greve a partir de hoje (ontem). Por que suas principais reivindicações versam sobre aumento salarial, por um piso de Crs 1.300.00, que é o mínimo real atual: a estabilidade para os trabalhadores, instituto que foi destruído quase que totalmente pelo arbítrio da ditadura²²⁹

Essa defesa de Teresa Braga em prol dos trabalhadores e das causas sociais resultou em diversas ameaças e ataques contra ela por parte de forças policiais e privadas e que se tornara destaques em diversos jornais paraibanos. O DPF acompanhou bem de perto as notícias sobre as ameaças e os ataques contra Teresa Braga e seus desdobramentos na imprensa paraibana. Muitos dos recortes de jornais que encontramos no dossiê BR BSB HC. 001 é sobre esses atentados e ameaças e as suas repercussões. Até que ponto a PF estava envolvida nessas ameaças e ataques não podemos dizer, mas não é algo que possa ser excluído uma vez que essa polícia política federal já torturou alguns paraibanos em suas delegacias na fase mais dura da ditadura e teve participações em ações de repressão no estado durante o período ditatorial.

As ameaças e atentados noticiadas contra Teresa Braga também demonstram que os grandes jornais paraibanos não eram tão progressistas assim e quando a questão começou a envolver poderes locais e o governo estadual, jornais como Gazeta do Sertão, Diário da Borborema e Jornal da Paraíba começaram a publicar notícias que diziam que a advogada forjou os atentados e depois passaram a publicar reportagens sobre o envolvimento de Teresa Braga num duplo assassinato em Natal.

Se a imprensa nos anos finais do regime militar já estava fazendo isso com os representantes das causas sociais, com a ditadura recém-acabada, a grande Imprensa burguesa paraibana não precisava mais da máscara progressista, pois sua finalidade de mobilizar a opinião contra a ordem ditatorial que já não lhe beneficiava economicamente e nem seus anunciantes já tinha cumprido seu objetivo. Por causa disso os atores sociais que ganharam espaço nas páginas dos jornais paraibanos no período final da ditadura começaram a ser mais atacados e criticados. É bom lembrar, como bem colocou Nelson Werneck Sodré, que um grande Jornal “é uma empresa capitalista de grandes proporções”²³⁰ e por causa disso esta afinada com os interesses das classes dominantes e representa tais interesses nos seus conteúdos impressos. Logo,

²²⁹ (JP-12/09 1985) Arquivo Nacional.

²³⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da Imprensa No Brasil**. 4ª edição com Capítulo inédito. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 11.

se representa esses interesses estará contra a classe trabalhadora, como há décadas atrás gritou Gramsci para o mundo, ao alertar para os trabalhadores pararem de comprar jornais burgueses²³¹.

Se no começo da década de 80, Teresa Braga ganhava espaço nos jornais paraibanos por suas lutas sociais, críticas à ditadura e em prol defesa dos trabalhadores, no pós-ditadura, a mesma passou a ser atacada pela imprensa e reportagens como a do Jornal da Paraíba da Borborema de 25/09/85 que traz como título: Tereza Braga censura na Câmara secretários Milton e Greryton²³². O diário da Borborema também traz uma matéria de 05/10/1985 intitulada: Tereza Braga pede censura contra secretários, mas não recebe apoio²³³. Nos recortes de jornais a partir de 1985 até 1986 as notícias foram se tornando cada vez mais negativas sobre a advogada dos trabalhadores.

Através dessas fontes que são tanto jornais quanto produtos de inteligência, podemos perceber quais os assuntos que levavam os agentes da policial federal da Paraíba selecionar páginas dos jornais e como as declarações de Teresa Braga e reportagens sobre ela foram transformadas em “provas” de subversão. As intencionalidades e finalidades originais dos jornais também puderam ser vislumbradas, mas veremos melhor sobre elas no próximo tópico acerca da vigilância do Departamento de Polícia Federal sobre os movimentos de ocupação nos espaços habitacionais nos primeiros anos da década de 80.

2.2 De olho nas ocupações: o problema de moradia na paraibana transformado em plano “subversivo” dos inimigos do regime

O problema referente à moradia na Paraíba se agravou bastante durante a ditadura militar e por causa dela. Devido à político-econômica da ditadura de produzir álcool para amenizar os efeitos da crise do petróleo resultou no aprofundamento dos conflitos agrários entre trabalhadores rurais e proprietários, pois o incentivo do governo através do Proálcool fez com que diversos grandes latifundiários expulsassem através da violência privada e policial milhares de trabalhadores das terras em que moravam e plantavam. Mas o problema referente à moradia não atingiu somente a zona rural da Paraíba. Muitas cidades paraibanas também estavam passando por problemas

²³¹ GRASMCI, Antonio. **Os Jornais e os operários**. Transcrição de Alexandre Linares In: Marxista. Org. com. br.

²³² (JP-25/09/85) Arquivo Nacional.

²³³ (DB-05/10/85) Arquivo Nacional.

relacionados à moradia, (principalmente depois do êxodo rural imposto pelos grandes latifúndios na década de 70) e eles estavam se tornando cada vez mais intenso nos primeiros anos da década de 80.

De acordo com Octavio Ianni a ditadura não ignorou totalmente os problemas sociais, certamente não movidos por razões humanitárias, mas porque temiam perder o controle da população caso não oferecessem no mínimo alguma ajuda. Mínima mesma. Para evitar isso, segundo o sociólogo marxista, os governos militares criaram planos e programas para amenizar os problemas sociais, e não resolvê-los. O Banco Nacional de Habitação criado em agosto de 1964 foi um desses programas. Nas palavras de Ianni sobre o BNH:

No início das suas atividades, o BNH dispunha de poucos recursos para desenvolver suas atividades. Em 1966, no entanto, os governantes criaram uma fonte notável de recursos. Ao criar o Fundo de Garantia do Tempo por Serviço (FGTS), pela lei n. 5.107 de 13 de setembro de 1966, encaminharam a resolução de dois problemas importantes da economia política da ditadura. Ao mesmo tempo que carregavam vultuosos recursos financeiros para o BNH, acabavam com a estabilidade do assalariado no emprego, segundo as normas trabalhistas vigentes até 1964. A verdade é que o FGTS permitiu que a burguesia manipulasse ainda mais a seu favor os movimentos de exército industrial de reserva. Nem por isso, no entanto, resolveu-se o problema da habitação popular. Os recursos financeiros recolhidos por intermédio do FGTS ajudaram a financiar habitações para grupos sociais de renda média e alta, em lugar de habitações para famílias de menor renda. (...) ²³⁴

Ou seja, os recursos do Banco Nacional de Habitação vinham da severa política econômica da ditadura imposta a força aos trabalhadores, que pagavam pelas casas construídas através do BNH, mas em muitos casos não usufruíam dessas moradias, que eram destinadas em grande parte para a classe média e classe média alta. Na Paraíba a política habitacional passou a se intensificar no período pós-1968, segundo Doralice Sátyro Maia ²³⁵. Principalmente na capital do estado e em segundo plano a cidade de Campina Grande. De acordo Luciano Mendonça a prioridade de urbanizar e industrializar a capital era uma das estratégias da política dos militares em investir com

²³⁴ IANNI, Octávio. **A ditadura do Grande Capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019, p. 47.

²³⁵ MAIA, Doralice Sátyro. Habitação popular e o processo de periferização e de fragmentação urbana: uma análise sobre as cidades de João Pessoa-PB e Campina Grande-PB. Geosul, Florianópolis, v. 29, n. 58, p 89-113, jul./dez. 2014, p. 97.

prioridades nas capitais do país e isso explicaria o fato de outras cidades paraibanas, inclusive Campina Grande, terem tido um papel secundário nesses planos²³⁶. Esse aumento populacional nas cidades paraibanas na segunda metade da década de sessenta deve ser visto como uma das consequências do incentivo da ditadura a concentração fundiária e a perseguição brutal que a mesma realizou as ligas camponesas e aos trabalhadores rurais.

Mas o fato é que, devido a essas políticas econômicas da ditadura do grande capital, intensificou os problemas por moradia nas cidades e o BNH que na teoria seria uma forma do regime militar amenizar esse enorme problema social, no final se mostrou mais um projeto que beneficiava na grande maioria das vezes a classe média e média alta. Esse descaso fez com que os conflitos sociais por moradia fossem ganhando mais força até eclodir ao ano de 1983, ano em que diversos conjuntos habitacionais foram ocupados por uma população paraibana cansada das injustiças sociais e da miséria.

Durante a investigação dos recortes dos jornais do dossiê HC. 0.0.2 do Departamento de Polícia Federal da Paraíba, notamos que este órgão estava bastante atento a esses conflitos relacionados à moradia nas cidades paraibanas. Primeira prova disso é o recorte feito pelos agentes do órgão da página quatro do Jornal da Paraíba 06/05/83, que traz a notícia “invasores do conjunto ‘Iraque’ vendem casas por 150 mil”. Localizado na cidade Souza, o conjunto habitacional construído pela Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) foi ocupado em grande parte pela população carente do município. No próprio título da matéria podemos observar como o Jornal da Paraíba retrata essa ocupação como “invasão” e os ocupadores pertencentes às classes subalternas e excluídas pelo sistema ditatorial como “invasores”. O jornal tendenciosamente diz que os “invasores” estariam vendendo as casas para terceiros que não participaram da ocupação e lucrando bastante. Segundo o JP:

Por sinal, notícias que chegam de Souza, dizem que o comércio das casas do “Iraque”, continuam de vento em pôpa, rendendo muito dinheiro, para algumas pessoas inescrupulosas, que invadiram o local e agora estão fazendo negociata para terceiros.²³⁷

Como produto de inteligência essa matéria nos revela a preocupação da PF com as ocupações dos conjuntos habitacionais realizados por pessoas de baixa renda e

²³⁶ LIMA, Luciano Mendonça. História e poder nas páginas de um jornal: 1971/2011.

²³⁷ (JP- 06/05/83) Arquivo Nacional.

como imprenso jornalístico revela a tentativa do Jornal da Paraíba de desqualificar a ocupação e buscando convencer seu público leitor que os “pseudo-proprietários”, termo que usa também para os moradores do Conjunto, na verdade não estavam ali porque eram precisavam de um lugar para morar, mas simplesmente para lucrar em cima das casas ocupadas. A visão burguesa do Jornal da Paraíba foi determinante para que essa ocupação atraísse a atenção da Polícia Federal e um recorte fosse feito dessa reportagem pelos agentes.

Outra ocupação que atraiu os olhos da PF foi a do conjunto Habitacional da cidade de Monteiro. O recorte feito da edição do Jornal da Paraíba do dia 19/04/83 que traz informações sobre a ocupação das 153 residências pelos habitantes sem moradia própria de Monteiro. Novamente o JP retrata o caso como “invasão” e os ocupantes como “invasores”. Mas não é apenas o Jornal da Paraíba que trata as ocupações como “invasões” e buscam demonizá-las. O Diário da Borborema se refere a essa ocupação do conjunto habitacional de Monteiro como invasão, como pudemos notar no recorte feito pela PF do DB do dia 19.04. 83.

Uma ocupação que também foi observada pela PF foi a do município de São José do Cariri. Encontramos apenas um recorte de Jornal sobre essa ocupação popular e foi à edição do dia 10. 05. 83 do Gazeta do Sertão cujo título era “invadido conjunto da Cehap”, em que relata sobre a ocupação das 50 casas do Conjunto Habitacional pelos moradores pobres do município. O Gazeta do Sertão também se referia as ocupações e aos moradores como invasores e buscava criar uma imagem negativa do moradores.

Mas dentre todos os casos de ocupações de conjuntos habitacionais que ocorreram na Paraíba no ano de 1983, o que mais chamou atenção da Polícia Federal foi a da ocupação do conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz, as Malvinas, no dia 23 de março de 1983 pelos moradores sem casa própria da cidade de Campina Grande. A maioria dos recortes de jornais do dossiê HC. 0.0.2 da PF é referente ao caso das Malvinas.

Os problemas acerca da moradia na cidade de Campina Grande já vinham se acumulando desde as décadas de 60 e 70 devido à política de expulsão dos campos realizada pela ditadura em aliança com o grande latifúndio paraibano, pelas secas e pelo próprio crescimento demográfico pelo qual a Rainha da Borborema estava passando nessas décadas. Nos anos sessenta a população campinense somando a zona urbana e

rural era de 207.274 habitantes. Já nos anos setenta esse número total caiu para 195.974 habitantes, devido à falta de emprego na cidade e da política de expulsão dos campos, o que resultou na procura de emprego no sudeste do país por milhares de campinenses. Mas na observação desses mesmos números do IBGE, podemos ver que da passagem da década de sessenta para setenta a população urbana da cidade cresceu bastante e a população rural diminuiu radicalmente²³⁸. A zona rural campinense que na década de 1960 contava com 81.171 habitantes passou para 27.929, enquanto que a população urbana em 1960 registrava o número de 126.274 e na década de 1970 passou a registrar 168.045 habitantes²³⁹. No recenseamento do começo dos anos oitenta o número total de habitantes chegou à marca impressionante de 255.232 habitantes, sendo só na zona urbana o número era de 235.385 habitantes²⁴⁰. O que demonstra que mesmo com os altos índices de desemprego na cidade a população urbana campinense cresceu rapidamente num curto espaço de tempo.

A diminuição de recursos públicos para Campina Grande é outro ponto que deve ser levado em consideração nesse cenário de crise social e habitacional na cidade. Essa diminuição de dinheiro público para os municípios foi uma política da ditadura que centralizou os impostos na esfera federal e as cidades que mais se beneficiaram dessa concentração de recursos foram as capitais. Os dois interventores, Manoel Paz de Lima e Luiz Mota, que assumiram a prefeitura no final dos anos sessenta até 1973 e o prefeito eleito por voto direto, Evaldo Cavalcanti da Cruz, que administrou a cidade de 1973 a 1977, foram servos fieis da ditadura e em nada criticaram essa política que diminuía as verbas públicas para a rainha da Borborema.

Essa diminuição extrema dos recursos para Campina Grande e para as cidades de médio e pequeno porte no Brasil de forma geral é aprofundada magistralmente pela pesquisa de Damião Lima, que demonstra como o projeto de centralização política, econômica e administrativa da ditadura prejudicou a Rainha da Borborema e encerrou o

²³⁸ Segundo Damião Lima isso ocorreu também por causa da emancipação de algumas áreas mais rurais da cidade que se transformaram em novos municípios. in: LIMA, Damião. Campina Grande sob Intervenção: A ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012, p. 137.

²³⁹ MARQUES, Thiago Trindade. Do desenvolvimentismo ao alinhamento à conduta militar: as peripécias da política campinense (1963-1969). João Pessoa. 2012. P. 36. Utilizamos-nos do gráfico do IBGE apresentado nessa pesquisa referente ao crescimento demográfico nos anos sessenta e anos setenta em Campina Grande para fazer essa leitura.

²⁴⁰ IBGE. Sinopse preliminar do censo demográfico. IX recenseamento geral do Brasil -1980. Volume I. Tomo I. Número 10. Paraíba. Rio de Janeiro, 1981p. 7 ou p. 34

projeto desenvolvimentista encabeçado e representado pelo Prefeito de Campina na época do golpe, Newton Rique, que foi cassado. Lima mostra que o impulso para a industrialização que Campina Grande teve nos anos 40, 50 e começo dos anos 60 foi interrompido pela ditadura militar e que as reformas políticas, econômicas, fiscais e administrativas da ditadura que beneficiavam as capitais brasileiras acabou com o sonho desenvolvimentista campinense e colaborou em muito para crise econômica e social que a cidade viveria nos anos setenta e oitenta²⁴¹.

Durante todo o período ditatorial conseguimos localizar apenas dois momentos em que a questão da moradia na cidade de Campina Grande recebeu alguma atenção do poder municipal, estadual e federal. A primeira durante a gestão do vice de Newton Rique, Willians Arruda, que através da companhia administrativa municipal, a COHABCG, construiu entre 1965 e 1969, 1500 moradias²⁴². Mas se voltarmos para o número de habitantes da cidade nos anos sessenta, fica evidente que essa política de Arruda tentava tapar o sol com uma peneira. Era uma medida paliativa para o problema habitacional. Se compararmos com a política habitacional que a cidade de João Pessoa teve no final dos anos sessenta²⁴³, a política habitacional campinense nesse período foi bem inferior, porém não devemos esquecer que a Capital Federal estava recebendo mais verbas e investimentos devido à política centralista da ditadura de privilegiar as capitais do país. Mas também não devemos perder a perspectiva, de que em ambos os casos, não passavam de medidas paliativas para os problemas habitacionais dessas duas cidades. A ditadura nunca realmente se preocupou em resolver esses problemas sociais e habitacionais, que na realidade, foram intensificados pela transformação capitalista do tipo monopolista imposta pela ditadura ao país.

O segundo momento de políticas habitacionais durante o período ditatorial em Campina Grande se deu no final dos anos setenta, na gestão do prefeito do ARENA-PDS, Enivaldo Ribeiro (1977-1983). A ditadura já estava passando por um enorme desgaste político, econômico e social. O período do “milagre”, que não tinha nada de

²⁴¹ LIMA, Damião. **Campina Grande sob Intervenção: A ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

²⁴² Ibidem, p.121.

²⁴³ MAIA, Doralice Sátyro. Habitação popular e o processo de periferização e de fragmentação urbana: uma análise sobre as cidades de João Pessoa-PB e Campina Grande-PB. Geosul, Florianópolis, v. 29, n. 58, p 89-113, jul./dez. 2014, p. 47.

milagroso²⁴⁴, tinha passado. A economia brasileira no final dos anos setenta estava em crise devido às políticas-econômicas da ditadura, crise esta que iria se agravar e levar o Brasil e grande parte da classe trabalhadora para uma década perdida no campo econômico e social, como foi batizada a década de oitenta.

De acordo com Damiano de Lima, a ditadura, por está com sua imagem desgastada no exterior devido às inúmeras acusações de assassinatos políticos e torturas, e internamente, entre o setor médio, do qual ela tinha certo respaldo, e estava perdendo-o devido à crise econômica, buscou amenizar esse quadro, realizando certas “políticas sociais”, para tentar melhorar sua imagem e fortalecer seus aliados locais, para que nas próximas eleições, o partido da ditadura continuasse com a mão firme e forte no volante da transição política²⁴⁵. Uma dessas “políticas sociais” se deu no tocante aos projetos urbanísticos e habitacionais. O PNCPM e o Projeto Cura foram os principais programas sociais do governo neste período e muitos prefeitos do ARENA-PDS foram presenteados com as verbas desses programas. Como foi o caso do prefeito de Campina Grande Enivaldo Ribeiro. Tudo isso motivado pelo interesse de fortalecer seus aliados locais e promover uma boa imagem da ditadura militar.

A região nordeste foi à região mais visada por essas políticas. O nordeste foi visitado em inúmeras vezes pelo próprio ministro do Interior do Ditador João Figueiredo, o Coronel Mario Andreazza, que era o preferido de Figueiredo para suceder-lhe. O historiador Damiano Lima conjectura que essa que essa promoção de Andreazza em cima das obras sociais do governo era tudo uma estratégia para lhe favorecer politicamente no Nordeste, local em que o partido ARENA e depois PDS era mais forte e era preciso manter essa força²⁴⁶. A amizade do mesmo com diversas lideranças políticas no nordeste era destacada. O próprio Enivaldo Ribeiro Lima se tornou um grande amigo e aliado de Mario Andreazza²⁴⁷.

Mas voltando para essa segunda fase de políticas habitacionais da ditadura na cidade de Campina, é preciso destacar, como chama atenção Damiano de Lima, que o

²⁴⁴ “Milagre” econômico que só favoreceu as classes dominantes, o capital multinacional e em menor proporção, segmentos da classe média, que tiveram durante esse período um poder de crédito e consumo maior.

²⁴⁵ LIMA, Damiano. **Campina Grande sob Intervenção: A ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012, p. 188.

²⁴⁶ Ibidem, p. 213-214.

²⁴⁷ Ibidem, p. 213.

projeto Cura e o PCCPM só beneficiaram as classes médias em Campina Grande, pois a reforma urbanística do projeto Cura acabou desapropriando as casas de diversos moradores pobres e os expulsando do centro da cidade para as periferias e criando novas favelas²⁴⁸. Tudo para embelezar o centro e certos bairros para os cidadãos campinenses abastados. O PCCPM complementou esse projeto ao construir casas bastante precárias para esses moradores nos cantos periféricos da cidade, para garantir que lá permanecessem²⁴⁹. Ao invés de melhorar a condição acerca da moradia na cidade o projeto Cura e o PCCPM agravaram ainda mais o problema.

Com o mergulho de vez da ditadura na crise econômica as verbas para os projetos habitacionais e urbanísticos foram minguando cada vez mais para o Estado da Paraíba e para Campina Grande. O que atrasou diversas obras, entre elas, as obras da Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), que como vimos nas fontes, estava construindo conjuntos habitacionais em algumas cidades paraibanas, inclusive em Campina Grande.

A construção do Conjunto Álvaro Gaudêncio de Queiroz foi uma resposta tímida do governo estadual para amenizar essas reivindicações populares que aumentavam cada vez mais no período da abertura política na cidade de Campina Grande. A demora do CEHAR em finalizar as obras e entregar o conjunto aos moradores foi determinante para que os campinenses desprovidos de uma casa própria optassem por se organizar e iniciar eles mesmo um movimento com o intuito de assegurar as casas que o governo tinha prometido. Entretanto, assegurar a posse de casas foi uma batalha árdua, marcada por diversas repressões policiais e intimidações, e falta de assistência social do Estado.

A repressão policial, por parte da polícia militar, foi além da dura violência física contra os moradores, e também pode ser vista no cerco realizado pelos PMs ao conjunto habitacional, que cercou o conjunto com arame farpado e impossibilitou que alimentos e água entrassem no Álvaro Gaudêncio de Queiroz, assim como jornalistas e outras pessoas²⁵⁰. O cerco policial ao conjunto foi comparado a um campo de concentração, devido aos buracos cavados por trator ao redor da área e a falta de

²⁴⁸ Ibidem, p. 222, 239

²⁴⁹ Ibidem, p. 239

²⁵⁰ (?? -28/03/83) Arquivo Nacional.

liberdade dos moradores, que tiveram que lidar com a fome, a sede e a perda do direito de ir e vir²⁵¹.

A ocupação das Malvinas pela classe subalterna campinense ganhou bastante destaque na imprensa, na maioria das vezes bastante negativo, diga-se de passagem. Além das já citadas expressões como “invasão” e “invasores” para referir-se a ocupação e aos moradores, os jornais burgueses paraibanos buscaram desqualificar a luta dos campinenses sem moradia própria, numa clara tentativa de dessensibilizar os setores médios em relação ao conjunto Álvaro Gaudêncio.

No recorte do jornal do diário da Borborema de 1983, do qual não conseguimos identificar o mês e o dia, cujo título é: “Denúncia na assembleia: Há pessoas de boa situação financeira interessada em comercializar as chaves das residências”, em que o jornal abre espaço para a fala do deputado João Ribeiro do PDS²⁵² na qual o político diz que várias pessoas de boas condições financeiras e com casa própria estão no conjunto apenas para vender as casas que ocuparam. O jornal apresenta diversos casos relatados pelo deputado que indicaria que indivíduos estariam lucrando com essa ocupação. Não encontramos nos recortes nenhuma reportagem do DB que foi investigar de fato essas “denúncias” e esses “casos” citados pelo deputado e deduzimos que seja mais uma forma da imprensa burguesa deslegitimar a ocupação das Malvinas para o seu público alvo.

Desqualificar as ocupações por denúncias de que muitos dos ocupantes estavam lucrando com a venda das casas foi apenas uma das formas de ataque da imprensa paraibana ao movimento de ocupação. A iniciativa da ocupação pelos populares também foi posta em xeque-diversas matérias dos grandes jornais. Encontramos cinco reportagens, duas do Gazeta do Sertão, uma do Jornal da Paraíba, uma do Diário da Borborema, e uma última que não conseguimos identificar o imprenso, em que é noticiado que a ocupação não foi planejada pela cidadãos campinenses sem casa própria, mas por uma “ação política”.

O Gazeta do Sertão de 08 de abril de 1983 cujo título é: “Milanez vê ação planejada na invasão do ‘Álvaro Gaudêncio’”, informa que o então secretário de segurança pública do estado paraibano, Fernando Milanez, depois de visitar as

²⁵¹ (??-07/04/83) Arquivo Nacional.

²⁵² Deputado estadual de Campina Grande pelo PDS. Um empresário com atuação em Campina Grande.

habitações da Malvinas conclui que: “houve uma ação planejada e bem orientada na invasão daquele núcleo habitacional”. Segundo o jornal o secretário disse que essa “ação política” buscava desestabilizar o governo de Wilson Braga. No mesmo jornal, mas noticiado em outra página, nos é informado que o secretário de segurança pública já avisou o governador dessa “ação política”. O Jornal da Paraíba do dia 08 de abril de 1983 também publica a essa declaração do secretário de segurança pública de que “o episódio não foi espontâneo. Há alguém por trás disso. Todos foram incitados à invadir num hora propicia as instalações do Álvaro Galdino”.

No Diário da Borborema de 08 de abril de 1983, intitulado “invasão do conjunto ato organizado”, conseguimos mais informações acerca dessa teoria da “ação política”. No jornal é dito que:

Em torno do assunto, um observador político garantiu ontem, que a posse das casas pelos desabrigados ou sub-habitados, foi uma atitude organizada por elementos vinculados a grupos ativistas e que tudo precisa ser esclarecido. Para o analista, a invasão do conjunto foi mesmo um expediente organizado por elementos militantes da política local, tentando obstacular a organização social do Estado e o desenvolvimento da administração estadual no setor habitacional. (...) o observador garantiu que o problema surgido no conjunto é um fato que merece ser investigado pelas autoridades com a finalidade de constatar a influencia de setores indispostos com o governo²⁵³

O jornal continua:

Justificando sua opinião, o observador disse que o pessoal invasor, não tem consciência para tomar uma atitude desse tipo, e admirou como é que três mil famílias se organizaram tão rápido, para invadir o núcleo habitacional ao mesmo tempo. Em seu pensamento, o Partido dos trabalhadores, Comissão de Justiça e Paz, além de setores contrários a política desenvolvimentista do governo do Estado, podem ser os responsáveis pela invasão do Conjunto. Ele justificou que o pessoal invasor não tem uma preparação política ou mesmo social, para tomar tal atitude criando, sem uma solução mais urgente pelo governo, um problema grave no aspecto social²⁵⁴

Da fala dessa fonte anônima do Diário da Borborema podemos destacar em primeiro lugar, a tentativa de transformar o problema social da falta de moradia em

²⁵³ (DB- 08 /04/83) Arquivo Nacional.

²⁵⁴ Ibidem.

Campina Grande em uma trama subversiva, que necessita da intervenção das forças de segurança pública da ditadura para resolver esse “plano” em ação de militantes locais e indispostos com o governo; em segundo lugar, a subestimação desse observador político em relação aos ocupantes das Malvinas, pois segundo o mesmo eles não teriam capacidades para se organizar e planejar a ação que ocupou o conjunto habitacional, o que cristaliza a imagem que as classes dominantes têm da classe subalterna, como uma classe que não tem iniciativa social e política e quando têm é por alguma influência ou manipulação subversiva esquerdista; e em terceiro, a associação dessa suposta influência e/ou manipulação aos grupos, entidades e partidos que lutam pelos direitos da classe trabalhadora e que na fase da abertura política estavam mais atuantes. A fonte do DB acusa com uma fanática convicção que o Partido dos Trabalhadores, a Comissão de Justiça e Paz e outros grupos sociais estariam por trás das ocupações.

O caráter de classe desses jornais fica mais evidente nessas notícias que abrem espaço para acusações sem nenhuma prova e indícios contra partidos, grupos e movimentos que defendem os interesses da classe subalterna paraibana. Possivelmente a intenção desses impressos era estigmatizar e criar uma imagem negativa do partido dos trabalhadores e da Comissão de Justiça e Paz na mente e nos corações da classe média paraibana, especificamente da campinense, que era o público alvo dos jornais da cidade.

A conspiração que os jornais paraibanos ajudaram a disseminar foi levada adiante pela polícia política federal, e podemos constatar isso através do protocolo da Delegacia da Polícia Federal de Campina Grande, do dia 06 de junho de 1983, intitulado: Relação de pessoas envolvidas c/invasão do conjunto “Álvaro Gaudêncio”²⁵⁵. Nesse documento são listados os nomes de treze pessoas que os agentes da PF “concluíram” que estavam envolvidas com a ocupação.

Os nomes das pessoas vigiadas e investigadas que constam no documentão: Carlos Roberto de Oliveira, ex-funcionário da construtora Estela, e descrito na fonte como o “o primeiro elemento a invadir o Conjunto”; Charles Michel Marie Joseph Beylieur, Professor da UFPB/CG e Vigário de Santa Rosa, que era acusado de ter “orientado a invasão do Bairro de Santa Rosa”; Simão Almeida Castro Neto, presidente da AFUPB, CG/PB, apontado no documento por ter “orientado a invasão no Bairro do

²⁵⁵ HC 0.0. 2 SR. DPF/PB -0002. Fundo da Delegacia de Polícia Federal em Campina Grande (Paraíba). Arquivo Nacional.

Bodocongó”; Ledo Leite Fontes, Docente da UFPB, acusado de orientar “a invasão no bairro do Centenário”; Nilson Araújo de Souza, Professor UFPB, descrito pelos agentes como “muito unido ao Padre Carlos, teria orientado invasão bairro de Santa Rosa com o mesmo”; Edgar Afonso Mallagodi, Ex-candidato prefeitura de Campina Grande, docente da UFPB, acusado de ser “um dos mentores da invasão por Bodocongó”; Idalmo da Silva, Professor secundarista e membro da AMPEP, descrito no documento como “um dos ‘cabeças’ do movimento”; Marcio Tarradt Rocha, vereador PMDB, apontado como “um dos incentivadores do movimento”; João Fernandes da Silva, deputado estadual pelo PMDB, acusado de ser “um dos principais incentivadores da invasão”; José Peba Pereira dos Santos, vereador de Campina Grande pelo PMDB, tido pelos agentes como “outro articulador do movimento”; Antônio de Carvalho Souza, Vice prefeito de Campina Grande, apontado como “um dos principais insufladores da invasão”; Terezinha Braga Capim de Miranda, advogada da CJP/JC e do sindicato dos trabalhadores de Alagoa Nova e Campina Grande, apenas o seu nome é citado, assim como Sanny Ribeira Japiassú, também advogada da CJP/CG.

Podemos conjecturar a partir do nome de alguns alvos e devido as suas atividades em prol dos trabalhadores, que essa “investigação” simplesmente associou as pessoas que já trabalhavam por melhorias sociais em Campina Grande e que eram observadas há tempos pela PF como os elementos que estariam “certamente envolvidos”, isto na mente dos agentes da repressão, na ocupação das Malvinas. No próprio documento não são apresentados provas ou detalhes maior da suposta participação dessas pessoas, é dito apenas que elas eram articuladoras, insufladoras, incentivadoras e/ou mentoras da ocupação. Possivelmente a presença e o trabalho humanitários, pastorais e de assistência jurídica e política dessas pessoas com as comunidades mais carentes de Campina Grande já configurassem para os agentes da PF como um “forte indício” da participação e liderança dessas figuras no movimento de ocupação das Malvinas. Mas também devemos refletir que a tentativa de elaborar uma teoria conspiratória de “ação política” por de trás do movimento de ocupação das Malvinas pela imprensa paraibana e pela Polícia Federal seja mais uma forma de associar reivindicações sociais e a luta da classe subalterna campinense pelos seus direitos com “atividades subversivas” e “perigo comunista” e marginalizar ainda mais tais movimentos, negando que eles eram iniciados pelos próprios cidadãos sem lar e taxando-os como manipulados e peças de xadrez de grupos subversivos, que buscavam

desestabilizar o governo de Wilson Braga, político do PDS, aliado estadual da ditadura militar.

Desse documento também podemos destacar que mesmo no ano de 1983 a Polícia Federal ainda estava bastante atuante nas atividades de informação e vigilância na Paraíba, principalmente contra os movimentos sociais e contra pessoas associadas diretamente ou indiretamente com esses movimentos. Mas a PF não era o único órgão no estado paraibano atuando no sentido de monitorar os acontecimentos em relação às Malvinas, pois no já citado dossiê HC. 0.0.2 dessa instituição policial, encontramos um informe confidencial nº 047 -S/2 do IV exército, produzido pelo 31º Batalhão de informação Motorizado (31º BTM MTZ) no dia 13 de abril de 1983²⁵⁶, em que agentes desse batalhão militar se infiltraram no comitê de apoio aos ocupantes do conjunto Álvaro Gaudêncio e aos camponeses de Alagoa Nova.

No documento de oito páginas conseguimos observar que os agentes infiltrados anotaram as falas das pessoas que discursaram no comitê, desde a primeira a última, assim como registraram o número de pessoas presentes, a hora que começou o evento, a distribuição de panfletos e do jornal a Hora do Povo²⁵⁷, e por fim elaboraram uma lista com os nomes e a ocupação de figuras atuantes em movimentos sociais que compareceram no comitê. Os nomes que contam nesta lista são os de: Iêdo Leite Fontes, professor universitário; Idailmo da Silva, Professor secundarista; Francisco de Souza Ribeiro, economista; Sanny Ribeiro Japiassu leal, advogada da Comissão Justiça e Paz; Carlos David de Carvalho Lobão, estudante universitário; Simão de Almeida Nato, Funcionário da UFPB; Francisco Hélio Bezerra Lavern, estudante universitário; e Milton Alves de Souza, presidente do comitê do PMDB do bairro de Santa Rosa.

Sobre as falas e discursos proferidos, os agentes chamaram atenção para a fala de abertura de Iêdo Leite Fontes, que pediu solidariedade ao coronel Rufino da policia militar, por não ter obedecido a ordens superiores de expulsar os ocupantes do Conjunto Álvaro Gaudêncio, e que por não cumprido essas ordens sofreu críticas políticas. Os espiões 31º BTM MTZ também transcreveram as falas de Iêdo em que ele crítica à violência contra os camponeses, assim como a expulsão destes de suas terras para

²⁵⁶ HC 0.02 nº047 -S/2. Fundo da Delegacia de Polícia Federal em Campina Grande (Paraíba). Arquivo Nacional.

²⁵⁷ Esse jornal semi-clandestino pertencia à organização MR8 e que atuava no interior do MDB e depois no PMDB.

favorecer as classes dominantes. A defesa da reforma agrária “total e imediata” e a revisão da lei de segurança nacional e outros pontos do discurso de Iêdo também foram anotados pelos agentes.

Em seguida a essa fala de abertura de Iêdo, os agentes militares também transcreveram as falas que consideravam mais “subversivas” do representante da AMPSP, Francisco Lopes da Silva; do representante do jornal Hora do Povo, cuja identidade era desconhecida dos agentes; do representante da Federação das Mulheres Paraibanas, de identidade também não reconhecida pelos espões; do Representante do bairro de Santa Rosa, também não identificado; do Representante do DCE da URNE, João Arnaldo da Silva; do Representante do SJ/PMDB, Joe Valtécio Brandão da Silva; do representante da associação provisória dos moradores das Malvinas, de identidade não reconhecida; do representante do PT, Idailmo da Silva; e do camponês expulso do sítio Cosme da Rocha, Antônio Cassiano.

As falas que pediam o fim da ditadura, que criticavam o regime ditatorial a nível nacional e estadual, a crítica à violência nos campos contra os camponeses, a falta de liberdade para os jornalistas, as reivindicação de reforma agrária total, fim da impiedosa lei de segurança nacional, moradias decentes para os trabalhadores, Diretas já e retorno a democracia com uma nova constituição foram uns dos principais pontos registrados pelos espões do 31º BTZ infiltrados em meio à multidão.

O informe além de mostrar a técnica de infiltração dos agentes da 31º BTZ MTZ, também nos mostra como eles ficaram atento às falas de todos os oradores e buscaram registrar tudo que puderam. Os principais pontos destacados, fora as críticas e os pedidos pelo fim da ditadura e pelas Diretas Já, foram às reivindicações sociais para os trabalhadores, principalmente os rurais, e o direito à moradia para a população sem um lar próprio. As pautas sociais abordadas no ato público eram registradas como provas de subversão, o que demonstra mais uma vez que lutar por melhorias sociais era visto como um atentado a ordem ditatorial, a ordem burguesa, e por isso os órgãos da ditadura militar sempre buscavam identificar, investigar e anular qualquer movimentação, greve ou protesto popular que surgisse, gastando fortunas do dinheiro público para vigiar o povo brasileiro, em especial a classe trabalhadora e subalterna, com o objetivo de controlá-la e com isso obter lucros enormes à custa da miséria da

maioria da população. Mesmo nos anos finais da ditadura militar essa vigilância de classe perdurou e mostrava-se bastante atuante como pudemos notar.

A posse da Polícia Federal desse informe do 31º BTZ MTZ reforça o compartilhamento de informações entre os órgãos da comunidade de informações e que a comunidade mesmo no período da abertura estava operando na Paraíba.

Nesses documentos da Polícia Federal ou de outros órgãos em sua posse, assim como nas matérias de jornais recortados por ela, conseguimos observar que as ocupações que aconteceram em diversas cidades paraibanas e principalmente a ocupação do Conjunto Álvaro Gaudêncio em Campina Grande, foram observadas e acompanhadas bem de perto por essa polícia política e seu setor de informações; tanto através da mídia paraibana, que pelo seu forte viés classista, noticiava essas ocupações como invasões organizadas por grupos políticos contrários ao governo estadual, quanto em ações de espionagem e vigilância, procurando associar as lutas por moradia nas cidades paraibanas como uma trama subversiva, visando destruir a ordem política e social da Paraíba.

2.3 A vigilância da Polícia Federal sobre os novos partidos políticos

No dossiê BR NA BSB HC. 0.0.4 da Polícia Federal, identificamos nos recortes de jornais e nos documentos confidenciais a atuação vigilante do setor de informações desta polícia em relação às atividades políticas na Paraíba durante o período da abertura política. Essa atuação ia desde investigar possíveis membros ou adeptos do PCB no estado (partido ainda posto na ilegalidade) à vigilância sobre os políticos dos novos partidos.

Estes surgiram devido à reforma partidária realizada no início do governo do ditador João Baptista Figueiredo. O bipartidarismo vigente desde 1966 foi extinto e em dezembro de 1979 através da Lei Federal nº 6.767 o pluripartidarismo retornou ao país depois de 12 anos. A volta dos partidos políticos e de uma maior oposição destes a ditadura militar deve ser compreendida dentro desse contexto da abertura política encabeçada pelo governo Figueiredo e que continuava o projeto político do governo do ex-ditador Ernesto Geisel, de uma distensão lenta, segura e gradual. A distensão realizada por Geisel e a abertura por Figueiredo não se deve ao “amor” destes ditadores pelo retorno a democracia, mas pelo próprio desgaste político, econômico e social que a

ditadura vinha sofrendo nos últimos anos. O maior aliado da ditadura brasileira até então, os Estados Unidos, principalmente durante a gestão Carter²⁵⁸, passou a se afastar das ditaduras sul-americanas e exigir o fim das violações aos direitos humanos e apurações de crimes contra humanidade. Internamente, frações da burguesia brasileira associadas ao capitalismo monopolista já avaliavam um retorno ao sistema democrático burguês por entender que o modelo autocrático burguês na forma de ditadura militar já tinha interrompido os avanços sociais exigidos por setores das classes subalternas no começo dos 60 e imposto às reformas no estado brasileiro e na economia que atendiam aos interesses da classe dominante e do capital monopolista. O prolongamento da ditadura para essas frações da burguesia nacional e internacional só estava deteriorando a economia depois do “milagre brasileiro” e criando espaços para reivindicações sociais que a burguesia brasileira mais temia e buscava sempre anular. Outras frações da burguesia não ligadas ao grande capital monopolista, como aponta David Maciel, também exigiam o retorno à democracia por não terem se beneficiado tanto da política econômica da ditadura e chegaram a se alinhar com o MDB²⁵⁹. O fim da ditadura pelo “alto”, de forma controlada e sem por em risco o modelo de estado burguês foi o que aconteceu nos anos finais do regime, por temer que os protestos contra a ditadura, que ganhavam força cada vez mais, não conseguissem ser controlados. Para controlar esses protestos e enfraquecer o MDB, que antes era uma oposição de fachada e passou a ser desde meados dos anos 70 de fato uma oposição, pelo menos por parte de uma ala do partido, que passou a ganhar mais apoio da classe subalterna, de setores da classe média e até do pequeno e médio capital, a ditadura resolveu, segundo o raciocínio de Anderson Deo, acabar com o bipartidarismo com o objetivo de fragmentar essa oposição²⁶⁰ e com isso manter o máximo de controle possível sobre a transição, que mesmo que tenha sido

²⁵⁸ Mas a política externa norte-americana durante o governo Carter continuou a financiar ditaduras, tal como a ditadura de Pol Polt no Camboja, que mesmo após ser derrotada pela invasão vietnamita, “que restaurou um governo humano em 1978, - a China e o bloco americano continuaram a apoiar os restos do regime de Pol Pol, por motivos antissoviéticos e antivietnamitas”. HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p.438. O governo Carter também agiu em El Salvador e na Guatemala “ Nesses dois países a administração Carter forneceu treinamento e assistência norte-americanas. ANDERSON, Perry. **A política externa-norte americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 94. internamente a histórica violência policial contra negros norte americanos e outras minorias continuou acontecendo durante a gestão Carter, sem que esta, dita progressista e pró direitos humanos, tomasse medidas mais duras para combater essas atrocidades históricas, que infelizmente até hoje assombram os Estados Unidos.

²⁵⁹ MACIEL, David. Aliança democrática e a transição política no Brasil. In: **Ditadura: o que resta da transição** (org) Milton Pinheiro. São Paulo: Boitempo 2014, p. 277.

²⁶⁰ DEO, Anderson. Uma transição à long Terme: a institucionalização da autocracia no Brasil. In: **Ditadura: o que resta da transição** (org) Milton Pinheiro. São Paulo: Boitempo 2014, p. 316.

realizada pelo alto, como já comentamos, não significou dizer que a ditadura não sofreu com a pressão da população, de entidades da sociedade civil e do próprio MDB que reivindicavam o retorno ao sistema democrático e as eleições livres e diretas para presidente.

Com o pluripartidarismo restabelecido, o ARENA e o MDB foram extintos e do partido da ditadura, surgiu o PDS, que manteve seu apoio ao regime e quase a mesma força política do seu antecessor, enquanto que do MBD, assim como previu a ditadura, fragmentou-se em diversos partidos, o maior deles e que compunha a maioria dos antigos medebistas foi o PMDB, mas do MDB também surgiu PTB, PDT e o PP. Nesse cenário de criação de novos partidos, muitas lideranças sindicais das greves operárias que estavam acontecendo no Brasil no final dos anos 70 e destacados membros da esquerda brasileira criaram o Partido dos Trabalhadores, o PT, que surgiu para representar os interesses dos trabalhadores brasileiros, interesses esses ignorados pela ordem ditatorial²⁶¹. Mesmo que todos esses novos partidos fossem a favor do fim da ditadura e do retorno a democracia, suas divergências, conflitos e desentendimentos corroboraram para que os militares conseguissem impor seu projeto de transição e garantissem que as forças armadas e os aliados da ditadura ficassem impunes completamente na Nova República.

Mas se por um lado esses novos partidos, no caso, os derivados do MDB, para agilizar a volta à democracia e não ter risco do processo de transição ser ameaçado por um novo golpe optaram por conciliar com os militares e assegurar que não haveria retaliações, realizando uma transição pactuada de conciliação e que tem seus efeitos maléficos até hoje na sociedade brasileira; por outro, esses mesmo partidos, especialmente o PT, tiveram papéis importantes nas lutas sociais que estavam eclodindo por todo o país, nas eleições disputadas contra o partido do regime e pela oposição a ditadura em conjunto com a população brasileira que pedia Diretas Já!

²⁶¹ Ordem ditatorial que aliada ao empresariado nacional e multinacional, empobreceu a população trabalhadora, aumentou sua jornada de trabalho, diminuiu seu acesso a uma alimentação com um mínimo de calorias necessárias para sobreviver, devido ao arrocho salarial que reduzia a capacidade de compra da classe trabalhadora, além de prejudicar a saúde do trabalhador e não lhe oferecer uma mínima segurança nos ambientes de trabalho, como demonstra a pesquisa de Ana Beatriz sobre os acidentes de trabalho durante a ditadura militar, em que o Brasil foi bicampeão mundial nos anos de 1974-75. O surgimento do PT naquele período foi uma resposta à situação precária em que a ditadura militar impôs a classe trabalhadora. BEATRIZ, Ana. **O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, precarização e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)** Tese (Doutorado em História). UFPE. Recife, p 404. 2016

Na Paraíba, mesmo no período da abertura, a perseguição política continuava atuante e os órgãos repressivos da ditadura militar também. Estes, no contexto da abertura, viam-se cada vez mais desesperados para mostrar “serviço” e muitos políticos paraibanos dessas novas legendas mais progressistas e à esquerda acabaram por se tornar alvos desses órgãos. Seja porque discursavam contra a ditadura, ou por se envolverem com movimentos sociais ou simplesmente dá apoio às reivindicações populares que ganhavam cada vez mais fôlego no estado. Tivemos um vislumbre disso no tópico referente à vigilância da Polícia Federal a Tereza Braga, mas ela definitivamente não foi à única política observada pela polícia política federal e seu setor de informações.

Entretanto, antes de entrar na vigilância da Polícia Federal sobre os políticos do PMDB e principalmente do PT, é importante lembrar que a perseguição aos comunistas e partidários do Partido Comunista do Brasil, que mesmo com a reforma partidária e o retorno do pluripartidarismo em 1979, ainda se encontrava na ilegalidade, continuou sendo realizada pela Polícia Federal no estado paraibano. O informe confidencial de nº 015/82/SI/ DPF2/CG/PB de 1982 demonstra bem que a perseguição política e ideológica ainda estava bem operante na Paraíba. No informe cujo assunto é: Manifestação de aniversário do PC do Brasil²⁶², um agente relata que:

Durante a noite do dia 21.03, foram apostos em diversos lugares desta cidade [Campina Grande], cartazes com slogan do partido comunista do Brasil, em manifestação à data de seu aniversário, dia 25.03, o qual completava 60 anos de fundação²⁶³

O agente da polícia federal continua o relato reportando que no dia 25. 03 novos panfletos foram espalhados pelo calçadão da Rua Cardoso Vieira e deduz que os panfletos foram jogados do Edifício Lucas. Na continuação do documento, o agente, que possivelmente ficou de tocaia na rua, reportou que mais panfletos foram jogados pela janela do prédio, confirmando sua suspeita, e nessa mesma noite presenciou a entrada de Willians Capim Miranda no edifício, as 21: 18 da noite e depois do professor Flamaryon Tavares Leite, da UFCG, as 21: 40. No informe os dois são descritos pelo agente como:

²⁶² Ele se refere ao Partido comunista do Brasil: PCB.

²⁶³ HC. 0.0.4 nº015/82/SI/DPF2/CG/PB. Fundo da Delegacia de Polícia Federal em Campina Grande (Paraíba). Arquivo Nacional.

O elemento Willians, mais conhecido pela alcunha de Capim é simpatizante e atuante do PC do Brasil (...) Prof. engenheiro eletrônico da Betonit União Nordeste (...) casado com a advogada Tereza e Brito Braga, a qual é membra da Comissão de Justiça e Paz (...) o segundo elemento identificado como sendo o professor Flamayron é simpatizante e atuante do PC do Brasil, tendo feito um curso em Moscou (...)²⁶⁴

Não sabemos o desenrolar desse caso e se os dois foram presos ou se tiveram que depor na Delegacia da Policia Federal de Campina Grande (o que é bastante provável), mas podemos observar a partir desse documento confidencial a descrição em etapas de uma operação de vigilância e também a apresentação de dados pessoais sobre os alvos, que ou foram coletados depois dessa ação ou já faziam parte anteriormente dos arquivos secretos do setor de informações da PF.

O fato é que o clima de caça as bruxas aos membros ou simpatizantes do PCB no estado paraibano não cessou com abertura política e a postura de policia política e ideológica da Polícia Federal fica bem evidente nesse caso. A expressão pública de uma ideologia política diferente da pregada pela ditadura ainda era caso de policia nos anos finais do regime e exemplos como esse só reforçam como esta errada a tese revisionista de Daniel Aarão Reis de que a ditadura acabou com o fim do AI-5²⁶⁵. A liberdade política que é o essencial em uma democracia ainda não tinha retornado ao Brasil e mesmo com o pluripartidarismo ressuscitado, os partidos oposicionistas da ditadura foram vigiados e seus membros espionados pela comunidade de informações, liderada pelo SNI, que nunca esteve tão poderoso e imenso quanto durante o governo do ditador João Figueiredo²⁶⁶.

Uma fonte documental que atesta mais ainda essa vigilância e espionagem sobre o PT e PMDB no estado paraibano, no caso, na cidade de Campina Grande, pode ser visto numa série de listas elaboradas em dezembro de 1984 com nomes de pessoas que deveriam ser investigadas, com o objetivo de verificar se elas eram ou não filiadas ao PMDB e o PT. Essas listas também fazem parte do dossiê BR NA BSB HC. 0.0.4 da Policia Federal e na primeira costa o nome de 25 pessoas que deveriam ser verificadas, sendo que apenas três nomes foram circulados: Edgar Afonso Malagodi, Teresa de Brito

²⁶⁴ Ibidem.

²⁶⁵ FILHO, Daniel Aarão Reis. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2000, p. 69.

²⁶⁶ FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Braga e Simão de Almeida Castro Neto. O primeiro tentou-se eleger prefeito em Campina Grande pelo PT nas eleições de 1982, mas ficou em quarto lugar. Teresa Braga como já foi apresentada nesta pesquisa, assumiu o cargo de vereadora como suplente de Peba em 1983 e o terceiro e último, Simão de Almeida Castro Neto, um militante do PCdoB e devido a sua luta contra a ditadura teve que viver na clandestinidade até anistia política em 1979. A circulação desses nomes possivelmente se deu por serem mais conhecidos pelos agentes da ditadura.

Já na segunda lista que conta com vinte e um nomes, pode-se notar que foi realizada uma investigação mais aprofundada, pois ao lado dos nomes, estava escrito a caneta se a pessoa pertencia ou não ao PMDB ou o PT. Se a pessoa não pertencia a nenhum dos dois a marcação ao lado do nome recebeu dois “N” e se pertencia ao PMDB a marcação era representada por “Sim PMDB” e no caso de pertence ao PT “Sim PT”. Das vinte e umas pessoas investigadas quatorze receberam dois “N”, duas foram identificadas como filiadas ao PT, quatro foram identificadas como filiadas ao PMDB e uma não ficou claro se pertencia mesmo ao PMDB, pois a marcação que recebeu foi de “Não PMDB N”.

Na terceira lista, que data de 10 de dezembro de 1984, que tem a ordem de verificar “junto à 16º Zona Eleitoral, se as pessoas abaixo relacionadas são filiadas ao PMDB ou PT”, tem o nome de vinte pessoas, muitas dos quais já apareceram na primeira e na segunda lista, contendo apenas alguns outros nomes novos. Ela tem duas marcações escritas à caneta ao lado do nome de Brinaldo Antônio Duarte Guimarães e Mario de Sousa Araújo Filho, que os identifica como ligados ao PMDB. E na quarta e última lista, intitulada “Pessoas registradas em partidos políticos em Campina Grande”²⁶⁷, tem cinco nomes de pessoas registradas na 17º zona eleitoral pelo partido do movimento democrático brasileiro e pelo partido dos trabalhadores três nomes. A lista segue com o nome de três políticos da 16º zona eleitoral, que são identificados como Teresa de Brito Braga, José Peba Pereira dos Santos e Simão de Almeida Castro Neto, que pelas informações anteriormente sabemos que eram do PMDB paraibano.

Dessas listas, que apontavam os alvos que os agentes da PF tinham que investigar, demonstra novamente a capacidade desses agentes em coletar informações sobre seus alvos. Também fica claro que o PMDB e o PT eram os mais partidos mais

²⁶⁷ HC 0.0.4. Fundo da Delegacia de Polícia Federal em Campina Grande (Paraíba). Arquivo Nacional.

visados na Paraíba, pois não encontramos nenhum indício nessa documentação sobre os outros partidos. Deduzimos que por terem filiados e políticos mais dedicados e engajados nas causas sociais, que representavam e defendiam os interesses da classe trabalhadora, estes partidos, principalmente o dos trabalhadores, era visto como subversivo ou potencialmente subversivo pelos órgãos da ditadura militar e ameaças a ditadura, que mesmo no processo de abertura ainda tinha forças e grupos que não queriam o retorno do estado democrático de direito.

A partir desses indícios é possível deduzir que a vigilância sobre esses dois partidos e sobre seus políticos se deu muito mais por causa de quem eles buscavam representar e lutar ao lado. A ditadura e a classe burguesa por trás dela sempre se preocuparam que pessoas de outros segmentos sociais se associassem com a classe subalterna, pois temiam que incentivassem ou reforçassem a luta, muitas vezes já em andamento, dos trabalhadores brasileiros por melhorias sociais. A vigilância de classe nesses casos, embora não apareça explicitamente como uma operação de vigilância, espionagem e coleta de informações sobre trabalhadores, movimentos sociais e etc; era ativada quando membros da classe média e média alta, como políticos, autoridades religiosas, estudantes e professores passavam a se envolver com as causas sociais e humanitárias, o que era considerado um comportamento subversivo, descrito pelos agentes como “instigar a luta de classes”. A existência desses órgãos era justamente para anular essas lutas de classes no interior da sociedade brasileira. Mesmo com a ditadura querendo acabar com a luta de classes no Brasil para que a acumulação de capital da burguesia nacional e do capital multinacional continuasse ocorrendo de forma segura e sem reivindicações, ela não conseguiu acabar com a luta de classes, justamente pelos efeitos terríveis que essa acumulação capitalista teve na vida de muitos trabalhadores urbanos e rurais, que mesmo sob a forte repressão policial-militar, continuaram lutando e reivindicando seus direitos, mesmo que isso custasse, como custou em muitos casos, suas vidas. Como bem disse Marx: “[A] Medida que, com a acumulação do capital, desenvolve-se a luta de classes e, por conseguinte, a consciência de si [*Selbstgefühl*] dos trabalhadores”²⁶⁸.

Mas voltando a vigilância do DPF sobre os políticos paraibanos no período da abertura, das investigações individuais sobre esses políticos mais engajados nas lutas

²⁶⁸ MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 886.

sociais e nas reivindicações das classes subalternas, encontramos apenas nos dossiês recortes de jornais sobre a vereadora Teresa Braga do PMDB, que vimos no segundo tópico deste capítulo, sobre Márcio Tarradt Rocha, vereador eleito também pelo PMDB e sobre o ex-candidato a prefeito de Campina Grande pelo Partido dos trabalhadores, Edgard Malagodi. Sobre Márcio Rocha, o único desses três políticos que encontramos um informe de inteligência, que não identifica o órgão que o produziu, e que diz:

Foi lançado pelo setor jovem do PMDB/CG, como candidato a vereador, sendo eleito, nas eleições de 15 de novembro de 1982. Presidente do setor jovem do PMDB e membro do diretório municipal do PMDB/CG; Sextanista do Diretório acadêmico da Faculdade de Medicina em 1979; Delegado Estudantil ao Congresso de Reconstrução da UNE; participou da Coordenação de grupo comunitário para “conscientização popular para conquista da saúde”, em bairros desta cidade; delegado no “Encontro Científico dos Estudantes de Medicina” – ECEM, realizados nos anos de 79, 80 e 81; Tem artigos publicados na imprensa local, sempre criticando a política do governo e defendendo programas esquerdistas; consta ser militante do PCdoB em Campina Grande²⁶⁹

Nas primeiras linhas do informe acima podemos constatar que o órgão de inteligência investigou o histórico estudantil, militante e político de Márcio Tarradt Rocha ao longo dos anos e que devido a suas críticas a ditadura e da sua luta em prol de melhorias sociais para a classe trabalhadora foi denominada como defesa de “programas esquerdistas”. O que novamente reforça na mentalidade das informações que a defesa e reivindicações desses direitos sociais pelas classes subalternas era considerado um comportamento subversivo ou manipulável por grupos políticos.

Encontramos diversos recortes de jornais em que Márcio Rocha era referenciado como autor de requerimentos e moções de apoio. No primeiro caso elaborou um requerimento que clamava por justiça pelo assassinato da líder sindical Margarida Alves pela mão do latifúndio de Alagoa Grande em 1983²⁷⁰ e no segundo caso uma moção de apoio à legalização da UNE²⁷¹. Claramente ficar do lado dos oprimidos e reivindicar justiça por suas mortes e também lutar pelo retorno da UNE e de uma maior autonomia e representação para os estudantes era tido pela polícia política federal como “comportamento esquerdista e perigoso”.

²⁶⁹ HC. 0.0.4. Fundo da Delegacia de Polícia Federal em Campina Grande (Paraíba). Arquivo Nacional.

²⁷⁰ (DB-16/08/83) Arquivo Nacional.

²⁷¹ (DB-12/08/83) Arquivo Nacional.

Diversas declarações de Márcio Rocha registradas pelos jornais locais também se transformaram em produtos de inteligência pelas mãos do DPF. Exemplo disso é a reportagem do Diário da Borborema do dia 09 de setembro de 1983, intitulada “Edil: Brasil nunca foi independente, em que a Márcio Rocha diz que: “Não podemos nos considerar uma nação totalmente livre, onde todas as suas riquezas são expostas ao domínio do capital estrangeiro e onde seu povo não tem o direito de discutir o que é melhor para si”²⁷². O vereador nessa fala registrada pelo DB ainda criticou o acordo do Brasil com FMI e que segundo Márcio Rocha “acabou de nos deixar totalmente dependentes do capital estrangeiro”²⁷³.

Em outro do jornal do DB recortado pela PF, publicado no dia 01 de novembro de 1983, o vereador Márcio Rocha também crítica o decreto 2.065 do governo Figueiredo, que segundo ele:

O governo que ai está, não tem condições de continuar conduzindo a economia do nosso país. Continua o desemprego, a inflação, o sucateamento do nosso parque industrial, uma política agrícola para exportação, enfim, permanece a deterioração da economia, e por consequência, das condições de vida de milhares de milhões de brasileiros (...) ²⁷⁴

Nessa mesma matéria observada pelo DPF o vereador Márcio Rocha afirma “de que o governo tome consciência que não possui mais condições de governar autoritariamente a economia nacional”²⁷⁵ e que “é fundamental para a retomada da democracia uma solução política que parte de uma ampla negociação” ²⁷⁶.

Márcio também denunciou nos jornais paraibanos locais o aumento da alíquota do ICM sobre mercadorias e que isso iria diminuir o poder de compra dos assalariados ²⁷⁷ e também criticou os empresários brasileiros por comercializarem a saúde do povo brasileiro²⁷⁸.

As críticas à política econômica do governo, subserviente ao imperialismo e ao capital multinacional e que conseqüentemente resultava em péssimas condições de vida

²⁷² (DB-09/09/83) Arquivo Nacional.

²⁷³ Ibidem.

²⁷⁴ (DB-01/11/83) Arquivo Nacional.

²⁷⁵ Ibidem.

²⁷⁶ Ibidem.

²⁷⁷ (DB-10/12/83) Arquivo Nacional

²⁷⁸ (JP-20/10/83) Arquivo Nacional.

para a população brasileira, e as exigências pelo retorno ao Estado democrático configuravam umas das muitas críticas do vereador e que foram recortadas para montar um dossiê policial sobre ele.

As falas do vereador Márcio Rocha no plano político também foram acompanhadas de perto pela Polícia Federal. Na matéria do Diário da Borborema publicada no dia 28 de fevereiro de 1984 e intitulada “rumo à Brasília”²⁷⁹, um artigo assinado por Márcio Rocha sobre as Diretas Já e em prol da defesa da emenda Dante de Oliveira, que iria garantir o voto direto e popular para a escolha de um novo presidente. O vereador pede para que a população pressionasse os parlamentares do partido do governo não votassem contra a emenda. Infelizmente, a emenda não foi aprovada e as eleições para o primeiro presidente civil depois de 21 anos se deu pela linha indireta e com um pacto burguês de não retaliações as forças armadas.

Discursos na grande mídia paraibana favoráveis às diretas já na Paraíba eram visados pela DPF, como já vimos no caso de Tereza Braga no começo deste capítulo. As Diretas era um enfrentamento popular e da sociedade civil à ordem ditatorial e buscava o retorno ao estado democrático de direito. Esse movimento muito possivelmente era considerado “perigoso”, “contestador”, “político” e “subversivo” para o Departamento de Polícia Federal e os outros órgãos repressivos da ditadura. Políticos como Márcio Rocha que se alinhassem com as Diretas Já e a defendessem acabavam caindo nas listas dos mais visados desses órgãos. Possivelmente tais figuras políticas eram consideradas como incentivadores para que a população fizesse tal movimentação político-social, numa lógica que acredita que o povo é manipulável e massa de manobra política.

Outra figura política visada pela Polícia Federal na Paraíba foi Edgard Malagodi. Filiado ao PT da Paraíba, Malagodi, como já foi dito anteriormente, tentou se eleger prefeito da cidade de Campina Grande em 1982, perdendo a eleição para Ronaldo Cunha Lima. No dossiê BR NA BSB HC. 0.0.4 encontramos apenas seis recortes de jornais sobre o professor universitário da UFPB e político petista. Num recorte do Jornal da Paraíba publicado no dia 26 de junho de 1983, cujo título é “Malagodi acusado de induzir camelos a retornar o centro”²⁸⁰, pode-se perceber como o próprio

²⁷⁹ (DB-28/02/84) Arquivo Nacional.

²⁸⁰ (JP-26/06/83) Arquivo Nacional.

jornal burguês incentiva e endossa uma imagem “subversiva” do político do PT. Se a Polícia Federal já suspeitava de qualquer político ligado ao PT, com as reportagens tendenciosas e classistas da mídia local essa suspeita provavelmente aumentava ainda mais. No jornal é dito:

A invasão do Centro comercial de Campina Grande, localizado na rua Maciel Pinheiro feita pelos camelos em dias da semana passada, poderá ter sido articulada pelo membro do PT local, professor Edgar Malagodi, conforme comentários surgidos em torno do assunto²⁸¹

O jornal da Paraíba não apresenta provas e nem os nomes das pessoas que fizeram tal denúncia, apenas joga a informação para desqualificar a imagem do membro do PT e do partido. Nessa mesma notícia é dito ainda que Malagodi era o principal suspeito de ser o mentor da ocupação do Conjunto Habitacional Álvaro Gaudêncio. Acusação essa também que o imprenso não tem provas.

Dos recortes de jornais locais que tivemos acesso nesse dossiê apenas o Diário da Borborema abre espaço para um artigo do professor e militante do PT se defender das acusações sobre o PT está por trás da ocupação das Malvinas²⁸²; Mas possivelmente os agentes quando lerem esse artigo de Malagodi devem ter mais enxergado as críticas dele a ditadura, do que a sua defesa do partido dos trabalhadores.

O DPF também prestava atenção na mídia sobre o papel exercido por Malagodi como professor universitário na UFPB campus II (atual UFCG) e uma pequena nota do Diário da Borborema atesta isso. Na nota é dito que o professor, ao lado de outros docentes, participou de uma assembleia geral dos estudantes, o que era estranho, segundo a nota, já que era uma reunião de interesse dos alunos e não dos professores. Essa nota talvez estivesse alegando uma interferência ou influência de Malagodi e dos outros professores na reunião dos estudantes. Se esse era o intuito, isso chamou atenção da Polícia Federal, que transformou essa pequena nota em produto de inteligência e material para incriminar Malagodi no futuro, como era uma práxis desses órgãos, que durante anos juntava bastante “provas” sobre um indivíduo, que isoladamente não

²⁸¹ Ibidem.

²⁸² (DB-13/05/83) Arquivo Nacional.

significava nada, mas após anos reunindo “evidências” de “subversão”, poderia se transformar em algo contra a pessoa judicialmente²⁸³.

Depois de termos vislumbrado o conteúdo de alguns dos recortes de jornais paraibanos feitos pela Polícia Federal, e de alguns informes secretos produzidos pelo órgão ou por outros da comunidade de informações, podemos ver que as críticas que os políticos dos novos partidos, principalmente os do PMDB e PT, faziam a ditadura, eram transformadas em “provas de subversão”. A defesa que políticos como Teresa Braga, Márcio Rocha e Edgard Malagodi faziam dos movimentos sociais paraibanos e das lutas por terra, moradia e por melhorias no custo de vida da classe trabalhadora eram vistas com suspeição pela Polícia Federal. Até a existência desses movimentos era considerado como criação por parte desses políticos para desestabilizar a ditadura em âmbito estadual, como vimos no caso das ocupações por moradia que aconteceram em diversas cidades paraibanas no ano de 1983. A tese de que o PT e indivíduos subversivos estavam por trás dessas ocupações foi divulgada pela grande mídia paraibana, que não devemos esquecer que é burguesa e que muitas vezes alimentou as paranoias dos agentes da Polícia Federal com os movimentos sociais e as lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida. Pois, tentamos demonstrar que a maior preocupação destes órgãos na verdade não eram com os políticos que eles vigiavam, mas sim com as causas sociais que eles defendiam, e temiam que as classes subalternas ganhassem mais força por causa desse apoio político. A ditadura e seus órgãos repressivos buscaram juntamente por todo o período ditatorial minar essa força das classes subalternas e desencorajar quaisquer ações por melhorias salariais, sociais e humanitárias.

²⁸³ FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e policia política.** São Paulo: Editora Record, 2001, p. 101.

3. Atuação do DOPS-PB na Paraíba

3.1 A origem dos DOPS e a sua reestruturação e ampliação de poderes pela ditadura empresarial-militar

Nos dois primeiros capítulos desta dissertação vimos como a ditadura criou órgãos como Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Departamento de Polícia Federal para vigiar e reprimir todos aqueles que se opusessem ao regime, principalmente os pertencentes às classes subalternas. Tudo em prol do projeto político, econômico e social das classes dominantes e do grande capital nacional e multinacional. Mas a máquina ditatorial também se aproveitou das antigas estruturas repressivas do estado brasileiro, as delegacias de ordem política e social dos estados, para realizar o controle político e social sobre a sociedade brasileira e conter as lutas de classes no Brasil.

A maioria dessas polícias políticas estaduais surgiu nas décadas de 1920 e 1930 e apesar de terem nomenclaturas diferentes dependendo do estado, ficaram mais conhecidas como DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social. Essas delegacias/departamentos foram responsáveis por produzir informações, vigiar e reprimir com bastante violência os sujeitos considerados pela ordem dominante como “inimigos do estado brasileiro” e também os grupos sociais marginalizados e tidos como perigosos.

Essas práticas de suspeição e violência das polícias políticas não eram nenhuma novidade no Brasil. Diversos estudos e pesquisas demonstram como nos primeiros anos da Primeira República as classes subalternas foram sempre visadas e consideradas “perigosas” pelo poder público e pelos seus representantes nas ruas, os agentes de polícia. Para conseguir manter as classes subalternas, principalmente aqueles egressos do cativeiro sobre o controle, os órgãos policiais republicanos herdaram do período imperial a mesma característica repressiva contra negros, mulatos e trabalhadores pobres. Todos eles eram vistos com suspeitas e discriminação. Mesmo sem ter uma polícia política especializada propriamente dita às classes dominantes brasileiras sempre fizeram com que as forças policiais reprimissem greves, mobilizações populares e os movimentos anarquistas e sindicalistas presente entre os trabalhadores brasileiros.

Em 1910 foi criada no Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil na época, uma proto-polícia política na rua da relação nº40, que passou a produzir informações sobre indivíduos considerados ameaças políticas e sociais²⁸⁴. Mas vai ser somente na década seguinte, com nascimento do DOPS em 1924, que se institucionalizou uma polícia especializada em crimes políticos e sociais. O DOPS no seu próprio nome já diz a que veio e se especializa na luta contra as reivindicações sociais das classes subalternas e das políticas e ideologias divergentes do projeto autocrático burguês brasileiro.

O primeiro DOPS nasceu durante o governo do presidente Artur Bernardes, no estado de São Paulo, pela lei estadual nº 2.034/1924 criada pelo governador Carlos de Campos e anos depois foi regulamentado pelo Decreto nº 4.405-A/1928. O DOPS-SP foi o primeiro de muitos outros DOPS estaduais criados no decorrer dos anos 20 e 30 do século XX.

Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, o empresariado paulista comemorou a criação do DOPS paulista, pois antigamente as próprias empresas tinham que produzir arquivos com nomes de trabalhadores que lutavam por melhores salários e direitos trabalhistas. O relatório da CNV apresenta uma nota do centro de Indústrias de Fiação e Tecelagem parabenizando a criação do DOPS e dizendo:

“Agora a Delegacia de Ordem Política e Social está identificando todo o operariado de São Paulo – da capital e do interior. Dentro de algum tempo o Centro passará a fornecer uma ficha completa dos indesejáveis – arquivo em que haverá o nome do delinquente, sua filiação, estado civil, impressão do polegar e fotografia”²⁸⁵.

Essa declaração reforça o caráter de classe do DOPS e a sua real função: servir aos interesses das classes dominantes. O DOPS pode ser entendido como uma reação da elite brasileira aos acontecimentos internacionais como a Revolução Russa de 1917 e nacionais com a criação do Partido Comunista do Brasil em 1922. A Ascensão ao poder do Fascismo e Nazismo nos anos 20 e 30 com suas violentas polícias políticas a criação de órgãos similares aqui no Brasil. Uma resposta mais autoritária para as greves, para os movimentos anarquistas e sindicalistas e para quaisquer reivindicações sociais vindas

²⁸⁴ PADRAL, Fernanda Ferreira. **A “justiça de transição” no Brasil: o caso do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2017. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. P. 54.

²⁸⁵ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Volume I. Brasília: CNV, 2014, p. 162.

das classes subalternas. Se nos primeiros anos da República velha as forças policiais já desempenhavam esse papel, agora o DOPS por excelência tinha como missão primordial erradicá-los.

Mesmo com a mudança política que ocorreu com a “revolução de 30”, que acabou com a República Velha, e inaugurou o começo da primeira Era Vargas, não alterou as funções desempenhadas pelas delegacias de ordem política social. Muito pelo contrário. Diversos órgãos de polícias políticas estaduais foram criados durante a década de 30 e todas tiveram suas estruturas e poderes ampliados. A primeira Lei de Segurança nacional no Brasil criada em 1935 por Vargas reforçava o poder dessas polícias políticas e isso ficou mais evidente durante a ditadura do Estado Novo implantada por Getúlio em 1937. Se a caça aos comunistas já tinha sido intensificada depois da intentona de 1935, durante a ditadura estado-novista as ações violentas e repressivas das delegacias de polícia política chegaram ao auge e diversas torturas e assassinatos foram realizados. Trabalhadores grevistas, comunistas, anarquistas, (japoneses e alemães naturalizados brasileiros no período da segunda guerra mundial) e quaisquer opositores ou críticos da ditadura de Vargas passaram a ser vigiados pelas delegacias de ordem política e social espalhadas pelos estados brasileiros.

As DOPS sobreviveram à derrocada do Estado Novo e continuaram a exercer suas operações na autocracia mascarada²⁸⁶ intitulada democracia de 1946. Como já foi dito anteriormente nesta dissertação, trabalhamos com o conceito de autocracia burguesa formulada por Florestan Fernandes, por compartilharmos com o sociólogo marxista da interpretação de que no Brasil devido as suas particularidades históricas e sociais, nunca teve de fato uma democracia burguesa, mas sim uma autocracia, que pode se apresentar mascarada de “democracia”, como foi a do período de 1946-1964 e a atual que vivemos hoje em dia. No caso da República de 1946, que continuou excluindo os analfabetos, que compunham grande parte da população da época, do direito ao voto; que pôs em 1947 o partido comunista brasileiro na ilegalidade, enquanto que por outro lado permitiu a existência do partido de extrema direita, o PRP (Partido de Representação Popular), criado pelo Integralista Plínio Salgado e principalmente por não ter extinguido as delegacias de Ordem Política e Social. O fato de ter mantido essas polícias políticas estaduais estabelecia os limites dessa “democracia”.

²⁸⁶ FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores

Embora as DOPS da República de 1946 não tivessem a mesma força e a liberdade para realizar torturas e assassinatos como no período do Estado Novo, elas continuaram a realizar atividades de vigilância política e produzir informações sobre “comunistas” e pessoas consideradas ameaças a ordem sócio-político. A Guerra Fria que se iniciou em 1947 entre Estados Unidos e URSS e que mergulhou o mundo nesse conflito também reforçou o poder de vigilância e espionagem dessas delegacias na República de 1946. O PCB foi colocado novamente na ilegalidade e seus membros que nunca saíram das listas dos Dops foram vigiados mais intensamente por esses órgãos.

Neste período entre ditaduras as DOPS assim como outros órgãos policiais também tiveram suas estruturas modernizadas e seus agentes receberam treinamento e equipamentos mais modernos para realizar suas atividades repressivas. O governo dos Estados Unidos com intuito de combater a “ameaça comunista” no Brasil ajudou a modernizar os órgãos policiais brasileiros, com diversos programas de intercâmbio de policias para os EUA, assim como o envio de agentes da CIA e do FBI para treinar os policiais brasileiros.

Com a ditadura instalada após o golpe de 1964, que derrubou o presidente constituído João Goulart e democracia limitada de 1946, as Dops, que já agiam nas atividades de informações e espionagem, tiveram seu papel redimensionado pela ditadura militar, e voltaram agir repressivamente como nos tempos do Estado Novo, possivelmente com um poder ainda maior, sendo um dos principais órgãos repressivos do regime. Essas polícias políticas estaduais foram responsáveis por inúmeras prisões, sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos ao longo da ditadura.

Nesta nova configuração da autocracia burguesa brasileira, que agora já não usa mais máscara, as DOPS se integraram na estrutura repressiva criada pela ditadura empresarial militar e muitas vezes realizaram missões em conjuntos com esses novos órgãos. Como no caso da Operação Bandeirante (OBAN), em São Paulo, em que a DOPS-SP trabalhou os outros órgãos da ditadura e recebeu o financiamento de grandes empresários paulistas para caçar os opositores do regime. Novas pesquisas também apontam as relações das DOPS com Empresas nacionais e multinacionais. Como no caso da relação da empresa Cia das Docas, em Santos, em que um órgão privado de vigilância e informação da empresa, o DVI (departamento de Vigilância e informações), colaborava com o DOPS e as Forças Armadas, tanto no setor das informações como no

da repressão²⁸⁷. Mas a Cia das Docas não foi à única. Há o caso de cooperação da Volkswagen Brasil com o DOPS também. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade o setor de segurança interna da multinacional enviava documentos para o DOPS sobre seus funcionários²⁸⁸.

Esses casos apontam de colaboração e cooperação entre empresas e um órgão repressivo da ditadura reforça mais ainda o caráter de classe da mesma e dos seus órgãos de informação e repressão, que estão a serviço dos grandes empresários e do capital nacional e multinacional, reprimindo qualquer reivindicação que contrarie os interesses dessas forças políticas-econômicas.

Ainda sobre o novo papel dos DOPS na ditadura, de acordo com Caroline Almeida Sodré, eles serviram também como base da comunidade de informações da ditadura empresarial-militar. No topo da pirâmide estava o SNI e os DOPS estaduais que estavam na base da pirâmide alimentavam o Serviço Nacional Informações com informes e outros tipos de documentos produzidos tanto pelos seus setores de informação quanto de repressão. Segundo a autora “O novo contexto político brasileiro fez com que os órgãos repressivos anteriores ao regime (como as DOPS), que detinham certa autonomia de ação entre si, se tornassem uma estrutura única (...)”²⁸⁹.

Ou seja, além do poder repressivo das DOPS ter sido devolvido pela ditadura militar, esta reestruturou esses órgãos policiais e os inseriu como mais uma peça da sua máquina de vigilância e repressão.

O processo de militarização do DOPS foi outra transformação que este órgão sofreu nas mãos da ditadura. De acordo com Caroline Bauer:

A militarização da burocracia policial acompanhou o processo mais amplo da militarização da sociedade brasileira. O Secretário de Segurança Pública do Estado passou a ser um militar, e outros cargos importantes dentro da secretaria passaram a ser ocupados por militares. Esse processo, no

²⁸⁷ SANTOS, Adriana Gomes, NETO, Antônio Fernandes. Companhia Docas de Santos e sua responsabilidade nos atos de terrorismo de Estado e crimes de lesa humanidade. In: **Empresariado e Ditadura no Brasil**. (Orgs.) Pedro Henrique Pedreira Campos, Rafael Vaz de Motta Brandão, Renato Luís de Couto Neto e Lemos. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020, p.435-436.

²⁸⁸ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Volume II. Brasília: CNV, 2014, p.67.

²⁸⁹ SODRÉ, Caroline Almeida. **DESCRIÇÃO, ACESSO E DIFUSÃO DOS ACERVOS DAS DOPS NO BRASIL**. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – FCI PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCINF. Brasília p.94. 2016.

entanto, deve ser entendido não somente como a ocupação por militares de cargos estratégicos dentro da administração da segurança pública²⁹⁰

A presença militar dentro dos próprios Dops é outro aspecto dessa militarização, assim como a cooperação desses órgãos com agentes militares.

As polícias políticas estaduais só foram extintas na década de 80, momento em que a ditadura já mostrava grandes sinais de desgaste e perda de força. Segundo Maria Aparecida de Aquino, vitória de alguns governadores opositores ao regime na primeira eleição direta para o cargo de governador após mais de uma década sem eleições diretas para esse cargo pode ter sido um dos motivos que levaram as extinções das DOPS. A ditadura temia que a documentação produzida por essas polícias políticas estaduais caíssem nas mãos de seus opositores do MDB, agora eleitos, pois as DOPS respondem as Secretárias de Segurança Pública (SSP) e essas conseqüentemente ao governador empossado. Por isso, antes que políticos como Leonel Brizola no Rio de Janeiro e Franco Montoro em São Paulo assumissem os seus postos de governadores, as DOPS desses estados foram extintas e seus documentos foram transferidos para Polícia Federal²⁹¹.

Mas houve casos em alguns estados, como no Rio Grande do Sul, da grande maioria dos documentos do DOPS-RS ter sido incinerada e destruída²⁹². A operação limpeza visava através da destruição, ocultação ou transferência de documentos desses órgãos para a guarda Polícia Federal, esconder os crimes cometidos pela ditadura e seus agentes.

Grande parte da documentação produzida por esses órgãos, que consistia em atestados de antecedentes políticos e sociais, ficha Individuais, dossiês pessoais e temáticos, guias de identificação, recortes de jornais transformados em produtos de inteligência. Só após muita luta das organizações das vítimas da ditadura, dos familiares dos mortos e desaparecidos e de algumas entidades da sociedade civil que a documentação de alguns desses DOPS foram liberados no começo dos anos noventa,

²⁹⁰ BAUER, Carolina Silveira. **AVENIDA JOÃO PESSOA, 2050 – 3º ANDAR: TERRORISMO DE ESTADO E AÇÃO DE POLÍCIA POLÍTICA DO DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO RIO GRANDE DO SUL (1964-1982)** Porto Alegre. 2006. Dissertação em história. P. 70-71

²⁹¹ AQUINO, Maria Aparecida. **ADEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. Percalços do aparato repressivo estadual – o DEOPS/SP.** P. 5

²⁹² BAUER, Carolina Silveira. **AVENIDA JOÃO PESSOA, 2050 – 3º ANDAR: TERRORISMO DE ESTADO E AÇÃO DE POLÍCIA POLÍTICA DO DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO RIO GRANDE DO SUL (1964-1982)** Porto Alegre. 2006. Dissertação em história. p. 111-112.

com o lançamento da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, conhecida como lei dos arquivos, que obrigou que as documentações dos DOPS fossem enviadas para os arquivos públicos estaduais.

Cabe lembrar que o ano de liberação desses documentos variou de estado para estado e tem uns até hoje que não contam com acervos públicos dos documentos dos antigos DOPS. São Paulo e Rio de Janeiro foram os primeiros estados brasileiros que liberaram a documentação dos DOPS devido à pressão dos movimentos já citados no parágrafo anterior e da Lei nº 8.159. O acervo do DOPS-SP ficou sob a guarda da Secretária de Cultura de São Paulo a partir do ano de 1991²⁹³ e o do Rio de Janeiro ficou sob a guarda da APERJ (Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro) em 1992²⁹⁴.

No caso da Paraíba, o acesso ao público só se deu após o projeto de lei do deputado estadual do Partido Comunista, Simão de Almeida Neto, que buscava torna pública a documentação do DOPS-PB. Esse projeto virou a lei Lei nº 5.450, de 6 de setembro de 1992, assinada pelo governador Cicero de Lucena Filho²⁹⁵. Mas o problema é que a documentação dessa polícia política continuava nas mãos da Secretária de Segurança Pública (SSP-PB), entidade criada em 1963 no estado e que foi um órgão-chefe do DOPS-PB. Isso só foi resolvido no ano seguinte, em 1993, com o Decreto nº 15.237, de 27 de abril de 1993, assinado pelo Governador Ronaldo Cunha Lima, que entregou a documentação do DOPS-PB ao Conselho Estadual dos Direitos do Homem e do Cidadão no mesmo ano²⁹⁶.

Atualmente esses documentos se encontram no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, na UFPB, vinculada ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da universidade. Existe uma restrição de acesso aos documentos que se encontra em fase de organização, mas espera-se que no futuro, esses documentos também sejam digitalizados e possam ser de acesso fácil e prático ao público.

²⁹³ AQUINO, Maria Aparecida. **ADEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. Percalços do aparato repressivo estadual – o DEOPS/SP.** P.6

²⁹⁴ PADRAL, Fernanda Ferreira. **A “justiça de transição” no Brasil: o caso do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2017. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. P. 104

²⁹⁵ Relatório Final da comissão da Verdade e Justiça da Paraíba. P.37.

²⁹⁶ FERREIRA, Lucia de Fátima Guerra. **Reflexões sobre os registros da repressão: o arquivo DOPS-PB.** ANPUH Brasil XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social, Natal, p. 6, jun.2013.

Houve casos também que a transferência da documentação do DOPS demorou bem mais, como no caso do DOPS-MG, que só foi liberada em 1998, pois as autoridades policiais insistiam que tinham incinerado toda a documentação, sendo preciso que uma CPI fosse instaurada para fazer valer a lei de arquivos de 1991 e os documentos fossem liberados para o arquivo de Minas²⁹⁷.

A resistência por parte dos antigos agentes da ditadura em entregar os documentos dos DOPS fica nítido nesse caso, e mais ainda porque até hoje existem estados que não contam com acervos públicos dos DOPS ou com essa documentação. Segundo o levantamento feito por Caroline Almeida só 14 estados da Federação brasileira tem acervos públicos do DOPS. Esses estados são: Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe²⁹⁸.

Outro problema discutido em relação a essa documentação é sobre o tempo que ela ficou nas mãos da Polícia Federal ou de outra entidade da ditadura militar e a restrição que foi imposta inicialmente para o acesso a eles nos arquivos públicos estaduais. Pois de acordo com Maria de Aquino:

ficou explícito para pesquisadores e familiares que o acervo havia sofrido interferência. Tanto o GTNM/RJ quanto um médico legista, indicado pelo governo para assessorar a investigação, constataram a retirada da documentação ou a inserção de documentação adulterada em pastas dos militantes desaparecidos na ditadura²⁹⁹.

Para fechar essa parte em relação aos acervos e documentos do DOPS, é preciso lembrar que a diferença de um acervo para o outro é enorme. Os acervos do Rio de Janeiro e São Paulo são compostos por milhões de documentos³⁰⁰ enquanto que o acervo da Paraíba é composto segundo Lúcia Guerra por 6.583 mil fichas cadastrais e 697 processos, tratando de brasileiros e estrangeiros considerados suspeitos ou

²⁹⁷ BARBOSA, Júlia Letícia Camargos. **CONHECENDO O INIMIGO: CRIMINALIDADE POLÍTICA E SUBVERSÃO, O DOPS MINEIRO NA DITADURA MILITAR (1964-1973)**p. 22-23. Dissertação em História Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João Del Rei São João Del Rei 2012.

²⁹⁸ PADRAL, Fernanda Ferreira. **A “justiça de transição” no Brasil: o caso do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2017. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. P. 31.

²⁹⁹ PADRAL, Fernanda Ferreira. **A “justiça de transição” no Brasil: o caso do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2017. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. P. 104.

³⁰⁰ AQUINO, Maria Aparecida. **ADEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. Percalços do aparato repressivo estadual – o DEOPS/SP**. P. 6P. 8 cerca de dois milhões de documentos armazenado.

subversivos³⁰¹. O que demonstra o quão fragmentaria e escassa é a documentação que tivemos acesso do DOPS-PB, muito possivelmente pela destruição, ocultação e roubo de grande parte dessa documentação pelos agentes da ditadura em solo paraibano. Isso fica mais evidente também por não ter muitos documentos relativos às décadas de 60 e 70, apenas sobre a década de 80. Ou seja, os anos mais duros e sombrios do regime simplesmente desapareceram da documentação.

No tópico seguinte abordaremos brevemente a criação do DOPS na Paraíba e as suas atuações repressivas durante a ditadura militar no estado paraibano. Para tornar a leitura menos confusa, optamos por usar apenas a sigla DOPS-PB para se referir ao órgão policial, uma vez que ao longo da ditadura, este teve sua nomenclatura alterada diversas vezes, tais como Delegacia Especial de Ordem Política Social Econômica (DEOPSE), Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e Centro de Informações Policiais e de Segurança (CIPS).

3.2 A criação do Dops na Paraíba e a sua trajetória de perseguição política e violência

No estado paraibano a Delegacia de Ordem política e Social (DOPS) só foi criada em outubro de 1935, na capital, durante o governo do interventor de Vargas, Argemiro Figueiredo, um ferrenho anticomunista³⁰². A Paraíba foi um dos últimos estados brasileiros a criar um DOPS e antes quem lidava com as reivindicações sociais e políticas do estado era a polícia da capital³⁰³. Mas após a promulgação da primeira lei de Segurança Nacional Brasileira (a lei n. 38/1935 de 4 de abril de 1935), Vargas estimulou a criação de mais polícias especializadas na repressão política e social contra ideias políticas e manifestações sociais contrárias a ordem burguesa vigente. O surgimento de um Dops na Paraíba e em outros estados durante a década de 30 é reflexo desse projeto varguista de reprimir e eliminar seus inimigos.

O Dops-PB, liderado pelo delegado Praxedes Pitanga, caçou, prendeu e reprimiu diversos membros paraibanos da ANL e trabalhadores membros dos movimentos

³⁰¹ FERREIRA, Lucia de Fátima Guerra. **Reflexões sobre os registros da repressão: o arquivo DOPS-PB**. ANPUH Brasil XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social, Natal, p. 6, jun.2013, p. 6.

³⁰² SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. **Autoritarismo, repressão e propaganda: a Paraíba no Governo Argemiro de Figueiredo (1937-1940)**. Dissertação (História) Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa, 2017, p. 60

³⁰³ Ibidem, p. 67.

grevistas. Essa perseguição se tornou mais forte após a intentona comunista, realizada entre os dias 23 e 27 de novembro de 1935 e a instauração da ditadura varguista em 1937, o Estado Novo.

Durante a ditadura de Vargas, principalmente depois da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, a repressão destinada aos comunistas, trabalhadores e aos opositores do regime se estendeu para os estrangeiros alemães, italianos e japoneses e os descendentes que moravam aqui no Brasil há décadas. Na Paraíba durante o governo do Interventor Ruy Carneiro também ocorreu essa perseguição e repressão aos estrangeiros pelo DOPS-PB. De acordo com Jean Patrício da Silva:

Por último destacamos a perseguição empreendida a estrangeiros com ampla colaboração do exército e da seccional do Dops (departamento de ordem política e social) na Paraíba comandada pelo chefe de policia Manoel Morais. O alvo principal eram as fábricas e o comércio de origens alemães e italianas, como a ERFM (indústria reunidas Francisco Matarazzo) localizada em João Pessoa, as têxteis pertencentes a família Lundgren em Rio Tinto e lojas pertencentes a família Zaccara entre outros.³⁰⁴

A perseguição política e social da DOPS-PB não parou após o fim do Estado Novo e a redemocratização do país com a República de 1946. Observamos em algumas fichas do DOPS-PB que o órgão policial continuou a fichar paraibanos por serem comunistas e/ou trabalhadores grevistas.

As greves e os trabalhadores que as compunham continuaram sendo vigiadas pelo DOPS-PB, como no caso da greve dos padeiros de 1948, que infelizmente só encontramos uma ficha mencionando-a³⁰⁵, e greve na fábrica de Rio Tinto, em dezembro de 1951. Essa última é mencionada em algumas fichas dos operários que aderiram a esse movimento grevista. Alguns desses operários são descritos nessas fontes como elementos exaltados e/ou comunistas.

Embora continuasse com suas atividades repressivas ao longo de toda República de 1946, foi apenas com a instauração da ditadura empresarial militar em 1964 que

³⁰⁴ SILVA, Jean Patrício. **A dupla face do Estado Novo na Paraíba: O Argemirismo e o Ruysmo (1937-1945)**. Anpuh.org. ST02. p.7

³⁰⁵ Delegacia de ordem política e social. Jose Cabral Batista. Funcionário público. Tomou parte ativa na greve dos padeiros de 1948.

poder vigilante e repressivo do DOPS da Paraíba alcançou novos patamares de violência e perseguição política.

Já podemos vislumbrar isso no dia 31 de março de 1964, quando o DOPS-PB voltou a agir com total liberdade e truculência como fazia nos tempos do Estado Novo. A prisão e tortura do estudante, bancário e membro do PCB, Boanerges Timóteo, pelas mãos do delegado do DOPS da Polícia Civil da Paraíba, Sílvio Neves Ferreira, é uma prova disso³⁰⁶. Prova de que sob a nova ordem ditatorial essas policiais políticas estaduais voltaram a ganhar carta branca e o poder para perseguir, torturar e matar os inimigos da ditadura. Timóteo foi uma das primeiras vítimas deste órgão policial, que lhe deixou com sequelas psíquicas pelo resto da vida.

O DOPS-PB estava tão alinhado com a nova ordem ditatorial instaurado que muitas lideranças políticas paraibanas buscaram proximidade com os delegados do órgão policial e com os militares golpistas, tal como o caso citado pela Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa, em que prefeito de João Pessoa no ano do golpe, Domingo Mendonça Netto, procurou se aproximar do delegado do DOPS, Sílvio Neves e do Coronel do 15-RI, Rubens Pereira³⁰⁷. O delegado Sílvio Neves, o mesmo que torturou o estudante Boanerges Timóteo e que recebeu elogios do Coronel Ednardo D'Ávila Mello, um dos principais nomes do golpe na Paraíba. O coronel elogiou o delegado publicamente no jornal Correio da Paraíba, na data de 21 de maio de 1964, manutenção da ordem³⁰⁸.

Essa colaboração entre DOPS-PB e os militares golpistas fica mais evidente com um ofício circular analisado pela CMV-JP e que segundo essa análise:

Em 20 de maio de 1965, o delegado responsável pela DEOPSE da Paraíba, Bel. Sílvio Neves Ferreira, enviou ofício ao Tenente coronel Ferdinando de Carvalho, informando dados relacionados à Paraíba solicitados pelo responsável pelo IPM através de um ofício circular. (...) Ou seja, o que o delegado documenta é que atuou, na repressão política que se seguiu imediatamente ao Golpe de 1964 em João Pessoa, em estreita colaboração

³⁰⁶ Comissão Municipal da Verdade. P. 27.

³⁰⁷ Comissão Municipal da Verdade. P. 83.

³⁰⁸ Comissão municipal da verdade. p. 84.

com a Guarnição Federal de João Pessoa, então comandada pelo Coronel Ednardo D'Ávila (...) ³⁰⁹

Logo, não restam dúvidas que o delegado Silvio Neves e o DOPS-PB foram cruciais para repressão que se instalou na Paraíba após o golpe e pela preservação da nova ordem ditatorial.

Na documentação encontramos algumas fichas com datas de aberturas que remontam ao ano de 1964, meses após o golpe. O que demonstra que nesses primeiros meses de ditadura o DOPS-PB já estava classificando em suas fichas os cidadãos paraibanos considerados pelo órgão como “subversivos” e “elementos perigosos”. Membros das Ligas Camponesas, profissionais liberais que apoiavam as Ligas, operários, políticos não alinhados com o novo regime, professores do CEPLAR e estudantes críticos ao regime foram alguns dos primeiros alvos da vigilância e repressão deste órgão policial.

A “operação limpeza” realizada pela ditadura no seu primeiro ano buscou aniquilar totalmente qualquer ameaça de oposição à nova ordem ditatorial e na Paraíba o DOPS foi um dos órgãos responsáveis por isso: produzindo informações, e auxiliando as Forças Armadas na realização de prisões e torturas.

Nesses primeiros anos de ditadura, O DOPS-PB buscou reprimir qualquer ato de insubordinação política ou crítica ao regime e produziu fichas e realizou prisões por causa de pichamentos contra a ditadura³¹⁰ e de discursos críticos ao governo realizados nos bares e botecos³¹¹.

O DOPS-PB também teve uma participação bastante ativa na repressão às passeatas estudantis realizadas no ano de 1968. Essas passeatas tiveram como estopim a morte do estudante secundarista Edson Luís, pela Polícia Militar no estado do Rio de Janeiro, fato este que desencadeou uma série de passeatas e protestos contra a ditadura durante todo ano, espalhados por diversas cidades no Brasil. Na missa do sétimo dia de

³⁰⁹ Comissão municipal da verdade, p. 119.

³¹⁰ FLAVIO ROBERTO TAVARES DE MELO. JOÃO PESSOA PB. ESTUDANTE. FLAGRADO PIXANDO MUROS “CASTELO É BRANCO, MAS A FOME É PRETA”. DEPSE. DA:66; ANTÃO LINO DOS SANTOS FILHO. MONTEIRO. PICHAMENTOS.

³¹¹ EDSON FONSECA DE QUEIROZ. GUARABIRA. COMERCIANTE E MECANICO. DA: 68. DEPSE. PRESO POR TER BEBIDO E TER DITO QUE ERA COMUNISTA; ROGÉRIO ROBERIO TOSCANO. REUNE-SE CONSTANTEMENTE COM OUTROS COMUNISTAS, NO BAR LUZEIRINHO, À AV VASCO DA GAMA, EM JAGUARIBE JOÃO PESSOA, SEGUINDO TODOS A ALTAS HORAS DA NOITE PARA A RESIDENCIA DE JOÃO MANOEL DE CARVALHO, A RUA RIBEIRO DE MORAES (ANTIGA CASTRO ALVES), N 51. DEPSE. DA: 1965.

Edson Luiz, cidades como Campina Grande e João Pessoa tiveram passeatas estudantis em protesto, sendo duramente reprimidas pela Polícia Militar, Polícia Federal e DOPS-PB. Em Campina Grande, a PM impediu o protesto dos estudantes e apreendeu cartazes e prendeu seis pessoas³¹². Na capital João Pessoa, os protestos estudantis também foram reprimidos pela pelos agentes do DOPS-PB e a Polícia Federal³¹³

A repressão do DOPS-PB e dos outros órgãos policiais e militares se tornou mais intensa na Paraíba após a decretação do AI-5, no final do ano 1968, que deu início ao período mais sombrio e duro, conhecido como os anos de Chumbo. O AI-5 foi à resposta da alta cúpula da ditadura as greves, as passeatas e os protestos contra o regime que ocorrera ao longo de 1968. Na documentação do DOPS-PB verificamos algumas fichas sobre os cidadãos atingidos pelo AI-5, principalmente políticos paraibanos opositoristas que tiveram seus direitos políticos cassados³¹⁴ e juizes das comarcas paraibanas que foram aposentados compulsoriamente³¹⁵. Todos que não se alinharam a ordem ditatorial foram punidos com essa nova onda de cassações.

Foi neste período de maior vigilância e repressão que alguns setores das esquerdas brasileiras decidiram agir contra a máquina ditatorial e pegaram em armas, com o intuito de derrubar a ditadura e estabelecer um estado comunista e democrático no Brasil. Na Paraíba, o grupo armado de maior atuação foi o PCBR e o DOPS-PB teve uma participação ativa ao lado de outros órgãos do regime na produção de informações dos membros do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Isso pode ser observado em algumas fichas produzidas pela polícia política³¹⁶.

³¹² LINS, Erica. Campina Grande (1964-1968): um estudo sobre o movimento universitário campinense. in: **O golpe civil militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. (Org.) Paulo Giovanni Antonino Nunes, Rodrigues Freire Carvalho e Silva. Editora da UFPB, João Pessoa, 2014, p. 158.

³¹³ Comissão estadual da verdade. P. 473

³¹⁴

³¹⁵ HELENA ALVEZ DE SOUZA MEDEIROS. JUIZA DE DIREITO. DEPSE. DA:69. FOI APOSENTADA DO CARGO DE JUIZA DE DIREITO DA COMARCA DE CABEDELO, POR FORÇA DO AI5; HUMBERTO CAVALCANTI DE MELO. JUIZ DE DIREITO. DEPSE: 69. JUIZ APOSENTADO PELO AI5; IJAIME LEITE GOMES. JUIZ DE DIREITO. DOPS. APOSENTADO PELO AI5. DA: 69; JOÃO DE DEUS MELO. JUIZ DE DIREITO. APOSENTADO PELO AI5. DEPSE. DA: 69; JOÃO STÉLIO PIMENTEL. CAMPINA GRANDE. JUIZ DE DIREITO. FOI APOSENTADO DO CARGO DE JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE COREMAS PELO AI-5. DEPSE. DA: 69, LUIZ GOMES DE ARAÚJO. JUIZ DE DIREITO. FOI APOSENTADO DO CARGO DE JUIZ DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DA CAPITAL POR FORÇA DO AI5. DEPSE. DA: 69, MANUEL AUGUSTO DE SOUTO LIMA. JUIZ DE DIREITO. FOI APOSENTADO DO CARGO DE JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE ESPERANÇA POR FORÇA DO AI-5. DEPSE. DA: 69.

³¹⁶ P.133.

O DOPS-PB também realizou prisões dos membros do PCBR. A Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa realizou entrevistas com alguns ex-membros do grupo, como foi nos casos de Washington Rocha e João Fragoso. O Primeiro foi preso em 1968 pelo DOPS-PB da policia civil na saída de um cinema³¹⁷ e o segundo foi detido pela policia política paraibana em 1969, após ter participado do assalto ao carro forte companhia de cigarros de Santa Cruz, ficando um dia preso na delegacia do DOPS-PB.

Infelizmente, grande parte da documentação produzida pelo DOPS-PB durante os anos de chumbo não se encontra disponível, pois possivelmente foi destruída ou ocultada. Os militares e/ou os agentes da policia política paraibana fizeram uma limpeza cirúrgica para garantir que esses documentos, que muito provavelmente os incriminava em diversos crimes, sumissem do mapa, e com eles, diversas respostas e informações sobre atuação do DOPS-PB no estado paraibano no período mais sombrio da ditadura.

Nos poucos documentos do DOPS-PB da década de 70 que tivemos acesso, uma das atividades realizadas pelo órgão policial nos chamou atenção e foi à vigilância sobre as correspondências dos cidadãos paraibanos. Através das fontes do DOPS-PB pudemos observar que o órgão produziu no começo dos anos setenta, informações sobre as pessoas do estado paraibano que recebiam correspondência do mundo socialista³¹⁸ ou que escutavam e/ou eram correspondentes da Rádio Moscou da URSS e da Rádio Polonesa³¹⁹. Violar as correspondências particulares dos cidadãos e até conseguir identificar quem escutava rádios estrangeiras demonstra o tamanho do poder que este órgão de policia política, assim como os outros órgãos da comunidade de informações, tinha sobre a sociedade brasileira.

³¹⁷ P.216

³¹⁸SOFIA PICOZKOLAN. ARARUNA. SEU NOME CONSTA DA RELAÇÃO DAS PESSOAS DESTE ESTADO, QUE RECEBEM CORRESPONDENCIAS DO MUNDO SOCIALISTA (MANTÉM CORRESPONDENCIA REGULAR). DEPSE. DA: 71; WALBERTO VILLAR. SEU NOME CONSTA DA RELAÇÃO DOS ELEMENTOS RESIDENTES NESTA CAPITAL QUE RECEBEM CORRESPONDENCIAS DO MUNDO SOCIALISTA (CUBA) MANTÉM CORRESPONDENCIA

³¹⁹ ALVARO CASTELO BRANCO DA SILVA. SANTA RITA-PB/JOÃO PESSOA. AGENTE FISCAL APOSENTADO. OUVINTE DO RADIO DE MOSCOU COMO CORRESPONDENTE. DOPS; GESIRALDO GOMES DA SILVA. JOÃO PESSOA. ESTUDANTE. DOPS. DA: 72. SEU NOME FOI MENCIONADO NA RÁDIO MOSCOU URSS, COMO CORRESPONDENTE DAQUELE RÁDIO. INF ARE SNI; VALTER LACERDA CAVALCANTI. JOÃO PESSOA. ENCANADOR. DOPS. CORRESPONDENTE DA RÁDIO MOSCOU (URSS); PADRE BOLESLAU BIERNACKI. TEIXEIRA PB. SACERDOTE. CIPS. DA: 72. SEU NOME FOI MENCIONADO NA RÁDIO POLONESA, COMO CORRESPONDENTE DAQUELA RÁDIO.

Outra forma de controle sobre os cidadãos e que identificamos em algumas das fichas analisadas foram às menções aos atestados de ideologia política/atestados de bons antecedentes para conseguir um emprego público ou trabalho em alguma empresa³²⁰.

O atestado de ideologia política/atestado de bons antecedentes não foi uma invenção da ditadura e já era utilizado pelas polícias políticas estaduais, o que demonstra mais uma característica autocrática do sistema político brasileiro, e que durante o regime foi largamente utilizado e prejudicou milhares de brasileiros, que por terem ideologias políticas diversas da defendida pela ditadura, tinham suas carreiras e sonhos frustrados pela sentença autoritária da máquina ditatorial.

A vigilância aos jornais paraibanos foi outra atividade desenvolvida pelo órgão policial. Assim como outros aparelhos repressivos do regime, o DOPS-PB também tinha agentes para ler o que era veiculada na imprensa paraibana e de outros estados, com um duplo intuito: monitorar o que era escrito nos impressos e se tinha alguma crítica contra o governo e também transformar muitos desses jornais em produtos de informações.

Em colaboração com outros órgãos da comunidade de informações, o DOPS-PB também buscou eliminar a existência da imprensa alternativa, que era crítica à ditadura. Nas fichas do órgão, notamos que a malha repressiva da ditadura não mediu esforços para aniquilar os jornais de resistência, tais como “Companheiro”, “A voz do povo é a voz de Deus”, “Voz operária”, “Grito Estudantil”, que são citados em algumas fichas, e muito provavelmente outros impressos alternativos também foram alvos do DOPS-PB e da comunidade de informações.

A venda desses jornais e a ter a sua posse era considerado “caso de polícia” e os cidadãos suspeitos de vender ou distribuir eram vigiados e diversas prisões foram realizadas pelos órgãos da ditadura contra pessoas que foram pegas em flagrante de posse desses impressos³²¹.

³²⁰ DERALDO DE OLIVEIRA ATESTADO DE IDEOLOGIA POLÍTICA. JOÃO PESSOA PB. DOUTORANDO EM MEDICINA. 1973; DR. FRANCISCO CHAGAS LOPES. JOÃO PESSOA. ENGENHEIRO. PEDIU E GANHOU ATESTADO DE BONS ANTECEDENTES.

³²¹ JOSE PADILHA DA NOBREGA. CIPS. PRESO PARA AVERIGUAÇÕES E INTERROGATORIO. O NOMINADO É SUSPEITO NA CONFEÇÃO DE BOLETIM DE MOVIMENTO “A VOZ DO POVO É VOZ DE DEUS”, NA QUAL HÁ CRITICAS CONTRA O GOVERNADOR E O INTERVENTOR DAQUELA CIDADE. JOÃO DE SOUZA COSTA. DEPARTAMENTO DE CULTURA DO DCE/UFPB. CIPS. DA: 81. FOI DETIDO. VENDENDO JORNAIS CLANDESTINOS E CRITICOS AO GOVERNO.

Na última fase de atuação da polícia política paraibana, no começo dos anos oitenta, em que o DOPS-PB foi extinto em 1980 e no seu lugar foi criado o Centro de Informações Policiais e de Segurança (CIPS)³²², observamos que mesmo no período de abertura política, sua produção de informações foi bastante intensa³²³. Segundo Lúcia Guerra a maioria dos documentos do DOPS-PB “está concentrada na década de 1980”³²⁴. Isso reforça o argumento já apresentado neste trabalho de que mesmo nos seus anos finais, a ditadura e seus órgãos não estavam mortos e continuaram a vigiar, reprimir e produzir informações sobre seus inimigos políticos e de classe.

Notamos em algumas das fichas do DOPS-PB a preocupação deste órgão com a implantação das sedes do Partido dos Trabalhadores na Paraíba. A ficha individual do CIPS sobre Erinaldo Fernandes de Melo, com data de abertura de 11/06/81, sem número de prontuário, nos informa que:

Conforme nota publicada no Jornal “A UNIÃO”, de 10-05-81, o nominado juntamente com outros elementos da comissão provisória, instalaram

LUIZ GONZAGA DA SILVA. CATOLE DO ROCHA. ESTUDANTE. PRESO E AUTUADO EM FLAGRANTE DELITO NA CIDADE DE CATOLÉ DO ROCHA PELO DELEGADO DE POLICIA LOCAL, FOI APREENDIDO BOLETINS E LIVROS SUBVERSIVOS. DOPS
MARIA EUNICE FIGUEIREDO NEVES. JOÃO PESSOA. CIPS. DA: 81. DO CISA, NOMINADA FOI PRESA EM JOÃO PESSOA, PELA PM, POR SER DISTRIBUIDORA DO JORNAL “COMPANHEIRO”.
MARLENE DOS SANTOS. ESTUDANTE DA UFPB. DOPS. 1981. DETIDA VENDENDO PANFLETOS, JORNAIS COM MATÉRIA CONSTESTATORIA AO REGIME VIGENTE
SEVERINO GOMES DE OLIVEIRA. (VULGO BICO ABERTO) CIPS. DA: 81. O NOMINADO É SUSPEITO DA CONFECÇÃO DE BOLETIM DO MOVIMENTO “ A VOZ DO POVO É VOZ DE DEUS” NO QUAL A CRITICAS AO CONTRA O GOVERNADOR E O INTERVENTOR DAQUELA CIDADE.
SEVERINO HENRIQUE DE FREITAS. EM DATA DE 15-8-69, FOI APREENDIDO EM SUA RESIDENCIA DOIS JORNAIS “VOZ OPERARIA” DATADO DE 1968 E JANEIRO DE 1969, RESPECTIVAMENTE JORNAIS RECONHECIDAMENTE COMUNISTAS.
MAGNO JOSE GUEDES BARRETO. ESTUDANTE DA UFPB. O NOMINADO FOI DETIDO NO DIA 27-01-81 QUANDO DA REALIZAÇÃO DA SEMANA UNIVERSITARIA DE SOLANEA, POR SE ENCONTRAR VENDENDO JUNTAMENTE COM OUTRAS PESSOAS, PANFLETOS, JORNAIS E CALENDARIOS, COM MATERIA CONTESTATÓRIA AO REGIME VIGENTE. DOPS. DA: 81.
AGOSTINHO JORGE DE LIMA/MONTEIRO PB/ É ALUNO DA SEGUNDA SÉRIE –TURMA 26- TARDE- LICEU PARAIBANO, PRESIDENTE DO CENTRO CIVICO DO LICEU PARAIBANO. DA: 1981. JORNALECO GRITO ESTUDANTIL. O NOMINADO PARTICIPA JUNTAMENTE COM UM GRUPO DE ALUNOS DE ALGUNS COLÉGIOS DE JOÃO PESSOA.

³²² FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Ditadura militar na Paraíba: documentos e memórias. O golpe civil militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania (Org.) Eder Dantas, Paulo Giovanni Antonino Nunes, Rodrigues Freire Carvalho e Silva. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 270.

³²³ Embora a maioria das Datas de Abertura (DAs) das fichas do DOPS-PB sejam dos anos de 1980 e 1981, elas contém informações e históricos de seus alvos, de anos anteriores, que remontam até mesmo ao ano do golpe de classe perpetuado pela classe empresarial e militares.

³²⁴ FERREIRA, Lucia de Fátima Guerra. **Reflexões sobre os registros da repressão: o arquivo DOPS-PB.** ANPUH Brasil XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social, Natal, p. 7, jun.2013.

oficialmente no dia 07-06-81 (domingo), a sede oficial do PT na cidade de GUARABIRA/PB, localizada à praça de João Pessoa³²⁵.

A criação do Partido dos Trabalhadores na Paraíba e dos outros novos partidos, que surgiram com o retorno do pluripartidarismo na fase da lenta abertura política, fizeram com que a comunidade de informações acompanhasse de perto os movimentos dessas novas legendas.

Os comícios desses novos grupos políticos eram vigiados pelo grande olho da ditadura, como ilustra a ficha individual do DOPS-PB sobre José Altino de Lemos Coutinho, com número de prontuário 027 e que aponta para a participação do mesmo no comício do PMDB: “Também estive presente na digito no comício do PMDB ocorrido em Campina Grande no dia 25 de maio de 1980”³²⁶.

Outros eventos de contestação política e social contra a ditadura e que ocorreram na Paraíba nos anos finais do regime também aparecem nas fichas do DOPS-PB. Tais como as Marchas Contra a Carestia, realizadas no dia internacional da mulher, no dia 08 de outubro de 1983, nas cidades de Campina Grande e João Pessoa, e que protestava contra a fome e a carestia produzida pelo projeto econômico dos militares que naquele período mergulhou o Brasil numa superinflação. Políticos e muitos outros indivíduos que compareceram nessas Marchas foram fichados por estarem num evento que criticava o governo e seus mandatários³²⁷.

Nas 6.215 fichas do DOPS-PB que analisamos não encontramos menções ao movimento das Diretas Já no estado paraibano, mas não duvidamos que os membros da polícia política estadual da Paraíba tenham vigiado e produzido informações sobre os cidadãos paraibanos que participaram da campanha das Diretas no estado. Mas, infelizmente, por não contarmos com tal documentação, podemos apenas deduzir isso.

³²⁵ ERINALDO FERNANDES DE MELO. CIPS. 91 SOBRE A INSTALAÇÃO DA SEDE DO PT EM GUARABIRA. VICENTE BARBOSA DA SILVA. CIPS. DA: 81. A SEDE OFICIAL DO PT NA CIDADE DE GUARABIRA.

³²⁶ JOSÉ ALTINO DE LEMOS COUTINHO. JOÃO PESSOA. DOPS. E/2 DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO/1GPT E ESTADO MAIOR. É CONSIDERADO PEDERASTA. TAMBÉM ESTEVE PRESENTE NO COMICIO PMDB OCORRIDO EM CAMPINA GRANDE NO DIA 25 DE MAIO DE 80.

³²⁷ JOSE JOFFILY BEZERRA DE MELO. ADVOGADO. CIPS. DA: 69. O NOMINADO ORGANIZOU NESTA CAPITAL A FRENTE DEMOCRATICA. O NOMINADO TOMOU PARTE NO ATO PÚBLICO DENOMINADO MARCHA CONTRA A CARESTIA
PEDRO GONDIM. ADVOGADO. CIPS.DA: 81. O NOMINADO TOMOU PARTE NO ATO PÚBLICO DENOMINADO “ MARCHA CONTRA A CARESTIA”, REALIZADO NO DIA 23-07-81, AS 16.00 HS, NESTA CAPITAL, OCASIÃO QUE FEZ PRONUNCIAMENTO ABORDADO VÁRIOS TEMAS, FAZENDO VER AOS PRESENTES QUE A SITUAÇÃO EXISTENTE NO PAÍS CABIA, TÃO SOMENTE AO MINISTRO DO PLANEJAMENTO E AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Como pudemos ver brevemente, foi intensa a produção de informações do DOPS-PB durante o governo do ditador João Figueiredo e de acordo com o Guia de Archivos y Fondos Documentales do Instituto de Políticas Publicas En Derechos Humanos (IPPDH), o CIPS, a última nomenclatura que o DOPS-PB, produziu fichas e processos sobre pessoas vigiadas no período de 1979 a 1987³²⁸. Ou seja, mesmo após o fim da ditadura, o órgão de policia política continuou espionando os cidadãos paraibanos e produzindo informações sobre eles. O que reforça a tese de muitos historiadores críticos que a ditadura não acabou definitivamente em 1985, com a passagem do governo para um civil, que no caso era José Sarney, um assecla da ditadura e que permitiu que órgãos como SNI e CIPS (DOPS-PB), continuassem existindo e operando nas sombras.

Segundo o IPPDH, A CIPS só foi extinta definitivamente com o Decreto N°577 de 11 de junho de 1991 e no seu lugar criou-se a Subdivisão de Informações da Policia Civil³²⁹. O fim do órgão de policia política da Paraíba, que foi criado em 1935, e atravessou duas ditaduras violentas e repressivas e um intervalo entre elas de uma democracia por muito limitada, encontrou seu último suspiro na recém-democracia inaugurada em 1988 com a constituição mais democrática já vista em solo brasileiro, mas que também carrega marcas e entulhos autoritários da longa autocracia burguesa em que vivemos.

Ao longo de sua trajetória violenta e repressiva, que desrespeitava as liberdades individuais dos cidadãos paraibanos, observamos que durante a ditadura, o DOPS-PB colaborou bastante com os outros órgãos criados pelo regime. Muitos das fichas que analisamos se tratava de cidadãos brasileiros de outros estados, o que demonstra como a comunidade de informações estava muito interligada e trocava informações com o intuito de maior controle sobre a sociedade brasileira e também para fechar o cerco sobre os cidadãos que eram caçados por eles³³⁰. De acordo com Lúcia Guerra:

³²⁸ <http://atom.ippdh.mercosur.int/index.php/delegacia-de-ordem-politica-e-social-do-estado-da-paraiba-dops> in: IPPDH – INSTITUTO POLÍTICAS PUBLICAS EM DERECHOS HUMANOS MERCOSUR. GUIA DE ARCHIVOS Y FONDOS DOCUMENTALES.

³²⁹ Ibidem.

³³⁰ Também notamos nessa documentação do DOPS-PB diversas fichas sobre estrangeiros que estavam no Brasil ou sobre estrangeiros “perigosos” que poderiam entrar em território brasileiro. Os estrangeiros que mais aparecem nesses documentos são os argentinos e cubanos. No caso desses últimos é bastante comum a seguinte legenda nas fichas: “Seu nome consta da relação dos cidadãos identificados como elementos cubanos altamente perigosos”. Isso se deve ao fato de que Cuba ter se

Muitas fichas se referem ao registro de informações recebidas, de caráter preventivo, ante a possibilidade de passagem pela Paraíba daquelas pessoas procuradas em outros estados, demonstrando o funcionamento articulado de uma rede de inteligência e informações, fundamentada na doutrina da Segurança Nacional³³¹.

Essa articulação da comunidade de informações é notável nas fontes do DOPS-PB, que colaborava fortemente com a Segunda Seção da Polícia Militar da Paraíba, Polícia Federal, SNI ARE-Recife, SNI Núcleo de Agência de João Pessoa, DOI-CODI do IV Exército e outros órgãos militares, tais como 1º GPT e 15º RI da capital. Muitas das fichas do DOPS-PB foram construídas a partir das informações fornecidas pela malha repressiva do regime e o órgão policial também forneceu informes para o restante da comunidade. O que reforça o quão vigiado e monitorado era a sociedade brasileira e no nosso caso, a sociedade paraibana da época.

No próximo tópico vamos demonstrar aspectos dessa vigilância e repressão realizada pelo DOPS-PB sobre algumas categorias sociais específicas da sociedade paraibana, pois a análise que fizemos das 6.215 fichas do DOPS-PB seguiu o mesmo critério teórico e metodológico utilizado nas fontes dos outros dois órgãos analisados nos capítulos anteriores. Buscamos identificar quais foram os perfis sociais mais visados pelo DOPS no estado paraibano durante a ditadura militar.

O primeiro passo necessário para isso foi selecionar entre essa documentação apenas os documentos referentes ao período de 1964 a 1985. Como já mencionamos, a documentação do DOPS-PB é composta por documentos que datam da época da sua criação, em 1935 e atravessam os anos até chegar aos últimos anos da ditadura militar e os primeiros anos da Nova República. Por isso tivemos que excluir dessa nossa análise os documentos referentes aos anos 30 e os produzidos na democracia limitada de 1946.

O segundo passo dado foi escolher entre as fichas dos DOPS-PB aquelas referentes à produção de informação apenas sobre pessoas que se encontravam em solo

tornado uma nação socialista e na lógica da ditadura brasileira, um inimigo a ser temido e uma potencial ameaça ao país.

³³¹ FERREIRA, Lucia de Fátima Guerra. **Reflexões sobre os registros da repressão: o arquivo DOPS-PB.** ANPUH Brasil XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social, Natal, p. 7 jun.2013P.

paraibano. Já vimos que diversas dessas fichas eram sobre estrangeiros considerados ameaças ou sobre brasileiros de outras regiões no Brasil.

Após selecionar as fichas referentes aos paraibanos ou pessoas que se encontravam na Paraíba durante a ditadura brasileira, observamos que a maioria das informações produzidas era sobre indivíduos das classes baixas e médias. A classe trabalhadora paraibana, formada por operários, camponeses, pequenos comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos e etc.

Os poucos casos de produção de informações sobre indivíduos da classe dominante se referem principalmente aos políticos paraibanos representantes dos interesses dessa classe e os juízes das comarcas, com uma ausência gritante dos membros econômicos desta classe, tais como os grandes empresários, usineiros, grandes proprietários de terra, os representantes do grande capital paraibano. Raras são as fichas sobre algum membro desta casta, como no caso do banqueiro e ex-prefeito da cidade de Campina Grande, Newton Rique³³² e do empresário Edvaldo de Souza do Ó³³³, que mesmo muito possivelmente foram fichados mais por conflitos internos da classe burguesa paraibana, do que por serem uma forte ameaça ou oposição à ditadura, mas mesmo assim vale as menções.

A vigilância com sentido de classe defendida ao longo deste trabalho dissertativo ganha mais força por constatamos que os agentes econômicos do grande capital paraibano ficaram de fora das fichas produzidas pelos DOPS-PB (pelo menos das fichas que sobraram da limpeza) e conseqüentemente dos olhos vigilante do órgão de informação e repressão. Será que era porque não representavam ameaça a ordem ditatorial? Ou porque essa ordem ditatorial na realidade os beneficiava e tinha como proposito defender seus interesses de classe?

Durante a investigação das fichas individuais notamos que duas categorias profissionais eram constantemente fichadas pelo DOPS-PB: Os professores e os operários. Para ser mais específico, os professores e os operários que realizaram greves durante a ditadura no estado paraibano e reivindicavam seus direitos e condições de uma vida melhor e digna.

³³² NEWTON VIERA RIQUE. DOPS.

³³³ EDVALDO DE SOUZA DO Ó. DOPS.

Por já termos abordados nos capítulos anteriores a vigilância e produção de informação acerca dos trabalhadores rurais, membros ou não das ligas camponesas, que lutaram por terra e por seus direitos, assim como também dos religiosos e dos políticos paraibanos progressistas que auxiliaram em muitas dessas lutas, e também protestaram contra a própria ditadura, resolvermos neste capítulo dá destaque para os trabalhadores urbanos e seus embates por melhores condições salariais e sociais e como o DOPS-PB acompanhou essas reivindicações e as preocupações que tinha acerca delas, uma vez que as via como atos de subversão, como veremos nos próximos dois tópicos.

3.3 A produção de informações do DOPS-PB sobre os trabalhadores urbanos paraibanos e movimentos grevistas

Vimos brevemente nos tópicos anteriores deste capítulo que o DOPS-PB desde sua criação buscou vigiar os movimentos grevistas no estado da Paraíba. Afinal, essa era uma das suas principais funções das DOPS estaduais, impor “ordem social”, impedindo que as classes subalternas lutassem por seus direitos, criminalizando muitas das vezes suas lutas e pautas, em prol da manutenção da ordem burguesa. Podemos ver isso já no ano de nascimento do DOPS-PB, através de uma ficha individual cujo data de abertura é de 13-11-1935. O documento que tem o número de prontuário 5-1321 e se refere ao ferroviário José Luiz da Silva, aponta para a participação do mesmo na greve dos ferroviários daquele ano. Nas palavras do agente do DOPS-PB “tomou parte na saliente greve dos ferroviários verificada em novembro de 1935³³⁴”

Dessa simples frase podemos deduzir que essa greve dos ferroviários foi monitorada bem de perto pela policia política e possivelmente muitos dos participantes foram fichados, isso no melhor dos cenários.

No período da ditadura empresarial-militar, em que a ordem burguesa estava mais forte do que nunca pela presença de empresários e militares alinhados com o capital multinacional no controle do Estado, o DOPS-PB, que ao longo dos anos exerceu monitorou e reprimiu os movimentos grevistas no estado paraibano, ganhou mais força e poder para exercer tal atividade, com militarização do Estado e consequentemente com a militarização das forças policiais.

³³⁴ JOSE LUIZ DA SILVA. FERROVIARIO. DOPS. DA: 1935. TOMOU PARTE DA GREVE DOS FERROVIARIOS EM NOVEMBRO DE 1935.

Essa militarização intensificou ainda mais o papel desses órgãos policiais como ferramentas da dominação burguesa e segundo Florestan Fernandes há diferenciações entre as forças repressivas do estado antes da militarização de suas funções e depois dela:

O elemento saliente, nesta diferenciação, não é a institucionalização da violência (o mesmo tipo de violência e a sua institucionalização estavam presentes na armadura anterior do arsenal opressivo e repressivo do estado nacional). Mas a amplitude e a qualidade das funções e subfunções, que ligam o Estado Nacional e a militarização de muitos de seus serviços e estruturas a uma concepção de segurança fundada na ideia de guerra permanente de umas classes contra as outras³³⁵.

Dentro dessa lógica de guerra permanente entre as classes sociais, qualquer contestação social, reivindicação econômica e social dos trabalhadores paraibanos, era visto como potencial “declaração de guerra” à ordem vigente estabelecida pela ditadura e pelo que observamos na documentação do DOPS-PB, este órgão se prontificou de espionar e produzir informações sobre os trabalhadores grevistas, “soldados da subversão”, que na lógica do regime, “ameaçavam” a paz social, o que na realidade, era uma ameaça aos lucros dos seus patrões.

Desde o começo da ditadura que segmentos da classe trabalhadora buscaram lutar por seus direitos e contra a política do arrocho salarial e diversas greves foram realizadas ao redor do país durante os anos de 1964, 1965, 1966, 1967 e finalmente no ano de 1968, com as grandes greves de Osasco, em São Paulo e Contagem, em Minas Gerais³³⁶. O AI-5 decretado no final de 1968 buscou eliminar por definitivo qualquer oposição contra a ditadura, incluindo as lutas dos trabalhadores, e que segundo o economista Edmilson Costa, não obteve êxito total nisso, pois:

Com a derrota da greve de Osasco, o movimento operário entrou num longo período de refluxo e acumulação de forças. Refluxo, mas não inatividade, pois mesmo nos momentos mais severos da repressão, os trabalhadores manifestaram de alguma forma seu descontentamento contra o arrocho salarial. São raríssimos os registros de greves ou movimento de protesto dos

³³⁵P. 344

³³⁶ COSTA, Edmilson. **A Política salarial no Brasil**. P. 183-18.

trabalhadores na chamada grande imprensa, principalmente porque até 1975 tanto jornais, quando rádio estavam sob censura³³⁷.

Na documentação do DOPS-PB encontramos algumas fichas sobre os operários e funcionários públicos que participaram de algumas greves ou reivindicaram seus direitos sociais, econômicos e políticos durante os anos de chumbo.

Mesmo nesse período de maior repressão política e com o maior número de prisões, torturas e assassinatos realizados pelo regime ditatorial, a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida não cessou ano estado da Paraíba, como pode ser visto numa ficha individual do órgão policial de número de prontuário 1259, cuja data de abertura é de 1969, e que trata sobre o operário José Sabino da Silva da fábrica de Tibiri, na cidade de Santa Rita. Segundo o relato do agente do DOPS-PB:

Ouvido nesta DOPSE em termos de por ter sido denunciado de incentivar os trabalhadores na indústria de Fiação e Tecelagem de Santa Rita na recente crise da Fabrica de Tibiri. Costa, digo, consta também cópia autenticada do Termo das declarações de José Sabino, prestado no dia 21 de maio 1969 na subdelegacia regional Polícia Federal³³⁸.

Desse relato notamos que o simples ato de José Sabino da Silva de incentivar os seus companheiros fabris para lutar possivelmente por uma reivindicação salarial ou por direitos, tornou-se caso de policia, para ser mais preciso, de policia política e social, em que o operário teve que depor tanto no DOPS-PB, que na época da produção desse documento era denominado Delegacia Especial de Ordem Política Social Econômica (DOPSE), quanto na Subdelegacia Regional da Policia Federal.

O termo crise associado a fábrica de Tibiri pode ser referência a uma situação econômica difícil que a fábrica estava passando e que se refletiu nas condições de vida dos trabalhadores, que talvez quisessem negociar com os patrões uma saída mais justa para ambos os lados, ou também pode ser sobre uma greve ou tentativa de greve deflagrada por eles e que foi denominada pelo agente do DOPS-PB de crise da fábrica de Tibiri. Mas, de qualquer modo, podemos ver que qualquer tentativa de mobilização dos trabalhadores virava caso de policia política, com os nomes mais evidentes de tal mobilização tendo que depor nos órgãos polícias e ser fichado como um subversivo e

³³⁷ Ibidem, p. 189.

³³⁸ JOSE SABINO DA SILVA. CABEDELLO. OPERÁRIO BUROCRATA. DEPSE. DA. 69.

ameaça a ordem política, social e econômica imposta aos trabalhadores pela máquina ditatorial.

Outro operário que também foi fichado pelo DOPS-PB por ser acusado de incentivar a subversão entre os trabalhadores das fábricas Wallig Nordeste e Dnocs, na cidade de Campina Grande, foi o padre francês Charles Michel Marie Josep Beyler. Na sua ficha individual de número de prontuário 1248 e que data de 1970, é descrito que: “Foi demitido da WALLIG NORDESTE – CAMPINA GRANDE-PB por ação subversiva. Ingressou na DNOCS e foi expulso por agitação entre os operários. Conforme enc. nº231/NAJP/SNI de 22 de SET 70”³³⁹.

A Wallig Nordeste S.A era uma empresa de grande porte produtora de fogões e Gás Liquefeito, que segundo Damião Lima “chegou a produzir 22.500 fogões por mês e a oferecer 1500 empregos diretos. Era a maior e mais importante indústria campinense no início dos anos 70”³⁴⁰. A forma como o padre operário foi demitido pela empresa, por “ação subversiva”, demonstra que a Wallig Nordeste não aceitava que florescesse no seu chão de fábrica, possíveis exigências de melhorias salariais ou uma organização mais sindical de seus trabalhadores. Deduzimos que tenha sido por algum desses motivos que levou o padre operário a ser demitido por “subversão”, pois se fosse subversão política, ou até, relacionada com ações da luta armada, dificilmente o Charles Michel Marie Josep Beyler iria apenas ser fichado pelo DOPS-PB.

Na ficha do DOPS-PB também menciona que o padre operário foi demitido do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), órgão público que foi transferido para a cidade de Campina Grande³⁴¹. Sua demissão se deu por “agitar” os operários da DNOCS. Trabalhadores com consciência de classe e que buscavam despertar essa consciência nos companheiros, para que se organizassem, lutassem por melhorias salariais e sociais, eram rapidamente removidos das empresas privadas e públicas e monitorados pelos órgãos da ditadura, como pudemos observar.

Não é de se espantar que nos anos de chumbo, período do “milagre econômico”, para as classes dominantes e de um intenso arrocho salarial para as classes subalternas, que surgissem operários com mais consciência de classe e que esses conversassem e

³³⁹ CARLOS CHARLES MICHEL PADRE .CAMPINA GRANDE PB. . 1970. DOPS

³⁴⁰ LIMA, Damião. Campina Grande sob Intervenção: **A ditadura de 1964 e o fim do sonho regional/desenvolvimentista**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. p. 134.

³⁴¹ Ibidem, p.30.

buscassem incentivar outros operários a reivindicar um pedaço do “bolo”, nem que fosse pequeno, mas as empresas nacionais e multinacionais, com apoio total da ditadura, não estavam com a vontade de ceder nem as migalhas do “bolo” e para isso buscavam cortar pela raiz e demitir os “trabalhadores subversivos” e coloca-los nas listas dos órgãos de informação e repressão, tudo para garantir o lucro máximo que a política do arrocho salarial lhes gerava.

Outro caso de trabalhadores fichados pelo DOPS-PB por serem considerados “provocadores de greves” pode ser visto nos documentos referentes a alguns funcionários públicos do Porto de Cabedelo. O órgão de polícia política e social com informações procedentes do SNI produziu fichas no ano de 1971 sobre os funcionários Durval Leal de Araújo, Luís Moraes Fragoso e Marcos Torres Cordeiros³⁴². Os três escriturários que faziam parte da Secretária do Conselho Portuário da Administração do Porto de Cabedelo foram descritos nas suas fichas individuais como agitadores e provocadores de greves no porto de Cabedelo.

Ter algum envolvimento com greves, ou mesmo, organizando-as, já era o suficiente para se tornar um subversivo aos olhos da malha repressiva da ditadura militar.

Podemos ver isso mais claramente no caso da greve realizada pelos operários da firma Concisa³⁴³ no ano de 1974. Durante análise das fontes, percebemos que algumas fichas individuais tinham um denominador comum, o fato dos fichados serem operários grevistas da firma Concisa. O primeiro documento que encontramos nesse sentido foi à ficha individual com nº de prontuário 150, referente ao trabalhador braçal Antônio Januário de Sousa, que foi fichado pelo DOPS-PB por ter sido “Participante ativo em um movimento grevista na Firma CONCISA no dia 30-10-74”³⁴⁴.

A segunda ficha do DOPS-PB sobre a greve realizada pelos trabalhadores dessa firma foi a de Argemiro André dos Santos, descrito na ficha individual com nº de prontuário 150, como o “chefe de um movimento grevista na firma CONCISA no dia

³⁴² DURVAL LEAL DE ARAUJO. JOÃO PESSOA PB. FUNCIONÁRIO PÚBLICO. DEPSE.
LUIS MORAES FRAGOSO. FUNCIONÁRIO PÚBLICO. DEPSE.

MARCOS TORRES CORDEIRO. JOÃO PESSOA. ESTUDANTE E FUNC. DO PORTO DE CABEDELLO. DEPSE.

³⁴³ Realizamos algumas pesquisas na internet para obter mais informações sobre a firma Concisa, mas infelizmente não conseguimos obter mais informações sobre ela.

³⁴⁴ ANTONIO JANUARIO DE SOUZA. BREJO DE AREIA-PB. BAYEUX PB. TRABALHADOR BRAÇAL.
PARTICIPANTE ATIVO EM UM MOVIMENTO GREVISTA NA FORMA CONCISA NO DIA 30-10- 1974. DOPS.

30-10-74”³⁴⁵. Essa descrição mostra como o órgão de polícia política estava bem informado sobre a estrutura do movimento grevista da Concisa, por informar quem estava à frente dos operários grevistas.

Para o deleite da nossa investigação, encontramos após dezenas e dezenas de documentos, mais duas fichas individuais sobre a greve da firma Concisa. A primeira referente ao trabalhador braçal João Medeiros dos Santos, que tem o mesmo número de prontuário dos casos anteriores, e fichado porque “participou de um movimento grevista firma CONCISA no dia 30-10-74 na cidade de João Pessoa-PB”³⁴⁶. Nessa fonte descobrimos que o movimento grevista na firma Concisa aconteceu na capital do estado paraibano, uma informação que não constava nas duas fichas anteriores. De fato, uma greve numa cidade de grande porte como João Pessoa, que na década de 70 já superava Campina Grande no quesito econômico e Industrial³⁴⁷, chamaria atenção dos órgãos da ditadura militar, que criminalizava as greves, mesmo as de caráter econômico-salarial, por irem contra os interesses das classes dominantes, no caso aqui, dos empresários, que fazia uso do aparato repressivo do regime para aniquilar as reivindicações dos trabalhadores.

A última ficha do caso do movimento grevista contra a firma Concisa que nos deparamos foi a sobre Miguel Tavares da Silva, que também se tornou alvo do DOPS-PB por ter participado “(...) de um movimento grevista na firma Concisa no dia 30-10-74 na cidade de João Pessoa”³⁴⁸. Infelizmente em sua ficha individual não traz mais detalhes e informações sobre a greve. Provavelmente o DOPS-PB produziu mais informações sobre outros operários que participaram dessa greve, mas devido ao caráter fragmentário dessa documentação por causa da destruição e/ou ocultação, essas informações podem estar perdidas para sempre.

Depois de vislumbramos essas fichas que não foram destruídas, que mostram uma greve realizada na Paraíba por trabalhadores de instrução primária, ocorrendo no ano de transição entre o governo Médici para o governo Geisel, anos que a repressão

³⁴⁵ ARGEMIRO ANDRÉ DOS SANTOS. TRABALHADOR BRAÇAL. PEDRA DE FOGO PB. BAYEUX PB. CHEFE DE UM MOVIMENTO GREVISTA NA FIRMA CONCISA NO DIA 30-10-74. INSTRUÇÃO PRIMÁRIA. DA: 74. DOPS.

³⁴⁶ JOÃO MEDEIROS DOS SANTOS. SAPÉ. TRABALHADOR BRAÇAL. PRIMÁRIA, PARTICIPOU DO MOVIMENTO GREVISTA NA FIRMA CONCISA 30-10-NA CIDADE DE JOÃO PESSOA. DOPS. DA: 74

³⁴⁷ LIMA, Damião.

³⁴⁸ MIGUEL TAVARES DA SILVA. SANTA RITA. TRABALHADOR BRAÇAL. DOPS. DA: 1974. PARTICIPOU DE UM MOVIMENTO GREVISTA NA FIRMA CONCISA NO DIA 30-10-1974 NA CIDADE DE JOÃO PESSOA.

chegou ao seu auge, observar-se que a luta dos trabalhadores, mesmo nesses anos sombrios, não foi totalmente aniquilada pela ditadura e pelos seus órgãos de informação e repressão. Pequenas greves como esta da Concisa, aconteciam, mesmo com o risco de seus componentes serem fichados, vigiados e reprimidos pelos órgãos policiais e militares. O que demonstra a coragem desses homens, que em busca de melhores condições de vida para suas famílias, ousavam realizar greves contra seus patrões, no período que a ditadura estava mais forte e que os movimentos grevistas estavam criminalizados e considerados atos subversivos contra a ordem política, social e econômica. A vigilância e repressão ditatorial buscaram acabar com a luta de classes no Brasil, mas mesmo assim a luta dos trabalhadores não cessou e mesmo que fragilizada e diminuída pelo projeto político-econômico dos empresários e militares que estavam à frente do regime, ela não parou e avançou, aos poucos.

Mesmo com a escassez de fontes sobre as lutas da classe trabalhadora durante os anos de chumbo e a vigência do AI-5, por causa da extrema repressão e censura, conseguimos através de documentos sensíveis produzidos pelos órgãos repressivos da ditadura, tais como esses do DOPS-PB, trazer para as páginas da história casos em que os operários paraibanos buscaram lutar contra o arrocho salarial e até de realizar greves. Fontes que originalmente buscaram criminalizar tais lutas, agora, analisadas a contrapelo, servem para evidenciar que houve resistência dos trabalhadores paraibanos às imposições salariais da ordem ditatorial e as greves no estado paraibano não foram totalmente anuladas pelo aparato repressivo do regime.

3.4 A produção de informações do DOPS-PB sobre as manifestações e greves dos professores paraibanos

Muitos professores paraibanos ou que atuavam na Paraíba foram fichados pelo DOPS-PB ao longo dos 21 anos de ditadura. Os primeiros docentes que entraram na mira do DOPS-PB foi os que participaram da Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR).

O CEPLAR funcionou entre os anos de 1961 a 1964 e educava os setores sociais mais pobres da população paraibana, com grande foco na alfabetização de adultos e através da pedagogia de Paulo Freire, essa campanha, que era uma colaboração do governo do estado com estudantes universitários, visava um projeto de uma educação

crítica, capaz de formar cidadãos com consciência política e produzir uma verdadeira transformação social³⁴⁹.

Trabalhadores com consciência política e de classe era tudo o que a alta cúpula empresarial e militar que tomou o controle do estado não queria e tinha pavores. O desmantelamento do CEPLAR na Paraíba e de outros projetos educacionais de cunho mais político e social no restante do país e a implantação de um modelo educacional subserviente aos interesses da ditadura e do capital tinha um duplo propósito: despolitizar uma já despolitizada população e formar apenas mão de obra para as empresas nacionais, multinacionais e para os grandes proprietários de terra.

Por isso não é de espantar que docentes envolvidos com o CEPLAR e esse modelo de educação crítica se tornaram alvos da ditadura e do DOPS-PB. Podemos ver isso na ficha com número de prontuário 1037 e com data de abertura 136-03-1969, sobre a professora Aurizete Nóbrega Pessoa: “Seu nome consta da relação das pessoas que foram fichadas em 1964 pela Polícia de Campina Grande, por exercerem atividades na Campanha de Educação Popular (CEPLAR)”³⁵⁰. Outra ficha com o mesmo número de prontuário e data de abertura, só que desta vez sobre a docente Yara Mâcedo Lyra, também relata a participação dessa professora no CEPLAR³⁵¹.

Esses dois documentos foram produzidas pelo DOPS-PB no ano de 1969, anos depois que as professoras foram fichadas e mesmo assim elas ainda estavam na lista dos órgãos de informação, muito possivelmente por serem consideradas ameaças por causa do seu método de ensino crítico e que vai de contra o modelo educacional da ditadura.

Identificamos outras duas fichas na documentação do órgão de policia política sobre professores da Campanha. A ficha individual sobre a docente Maria Salete Agra Ramos, com número de prontuário 1026, sem data de abertura (atuação) e que diz que a professora foi “fichada pela policia militar do Estado da Paraíba, por exercer em 1964, atividades na Campanha de Educação Popular (CEPLAR)”³⁵².

³⁴⁹FAÇANHA, Sabrina Carla Mateus. **A alfabetização de jovens e adultos no estado da Paraíba: Registros político-pedagógica de experiência da década de 1960.** (Dissertação). Universidade Federal da Paraíba. Centro Educação. Programa de Pós graduação em educação. João Pessoa, 2013, p. 29

³⁵⁰ AURIZETE NOBREGA PESSOA. DOPS. DA: 69.

³⁵¹ YARA MACEDO LYRA. DOPS. DA: 69

³⁵² MARIA SALETE AGRA RAMOS. PROFESSORA. DOPS

Essas atividades eram vistas como “subversivas” e “comunistas” pelo regime e pelos seus órgãos de informação e repressão, como fica mais claro na ficha sobre o professor Leopoldo Brasileiro de Lima Filho, com número de prontuário 119 e sem data de atuação, que informa que o docente:

*Integrava a equipe da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) de Campina Grande, responsável pela elaboração das fichas de roteiro de politização de teor subversivo. Participava do Movimento de Ação Popular do Estado. Era esquerdista que atuava sem cessar em proveitos do comunismo (...)*³⁵³

Mas não foram apenas os docentes que participaram do CEPLAR que foram vigiados e fichados pelo DOPS-PB, os professores paraibanos que fizeram manifestações e/ou greves em busca de melhorias salariais também se tornaram alvos do órgão policial.

O caso do comício dos professores membros Associação Magistério Público (AMPEP) na Cidade de Santa Rita-PB foi uma dessas manifestações docentes que foram registradas nas fichas da polícia política. Nas três fichas individuais do CIPS que encontramos sobre o caso, os professores são acusados de atirar pedras em um colégio e atrapalhar as aulas. Como o conteúdo das três fichas sobre os docentes Alcivan de Tal³⁵⁴, José Alves³⁵⁵ e José Edison Amorim, são idênticas, vamos apresentar aqui somente a produzida sobre este último, que é o presidente da AMPEP, e que aparece da seguinte forma na ficha:

*Conf. OFICIO Nº066/81 de 05-05-81 do Com. Geral da PMPB, o nominado presidente da AMPEP, reuniu-se sobre com outros membros e procuraram prejudicar as aulas do Colégio Enéas de Carvalho (S. Rita), com a instalação de um carro com possantes altos falantes, fazendo um mini-comício. Durante esse evento foram atiradas pedras contra o Colégio, não chegando a causar danos*³⁵⁶.

Fica claro que a manifestação dos professores é descrita na ficha de forma negativa e até qualificada de vândala. O simples ato de se manifestar e exigir direitos

³⁵³ LEOPOLDO BRASILEIRO DE LIMA FILHO. DOPS.

³⁵⁴ ALCIVAN DE TAL. CIPS. 81

³⁵⁵ JOSÉ ALVES. CIPS. DA: 81.

³⁵⁶ JOSE EDILSON AMORIM. CIPS. DA: 81

são tratados por esses órgãos como atividades “subversivas” e contrárias à ordem social estabelecida pelo regime.

Chama atenção também o fato desta informação ter sido produzida originalmente pela Polícia Militar e encaminhada para o CIPS e transformada numa ficha individual. Em muitos documentos vimos essa colaboração entre o DOPS-PB e a Segunda Seção da Polícia Militar da Paraíba. A conexão entre os órgãos policiais da malha repressiva da ditadura militar era forte no estado paraibano.

O DOPS-PB também produziu informações sobre a greve do magistério público realizada em 1981 pelos professores paraibanos. Essa greve liderada pelo o órgão já mencionado aqui anteriormente, a Associação Magistério Público (AMPEP), era uma das centenas de greves dos professores que eclodiram no país entre o final da década de 70 e no começo dos anos 80.

As greves do ABC paulista realizadas nos anos finais da década de 1970 deu o pontapé inicial para os movimentos grevistas das demais categorias profissionais retornassem com maior força e adesão nos anos finais do regime. Já vimos que ao longo da ditadura, mesmo sendo proibidas e reprimidas, ocorreram algumas greves nos primeiros anos do regime, como no caso das grandes greves de Osasco e Contagem, em 1968 e mesmo após a decretação do AI5 e com o aumento da violência e repressão ditatorial durante os anos de chumbo, movimentos grevistas ainda eram organizados pelos trabalhadores, que lutavam contra o arrocho salarial contra seus pagamentos³⁵⁷. Mas foi somente com a deflagração das greves nas fábricas da Scania, Ford e de outras grandes empresas estrangeiras automobilísticas, que os movimentos grevistas voltaram com tudo e passaram a confrontar o projeto político-econômico da ditadura militar, que se encontrava em lento declínio e desgastada, política e economicamente, embora não estivesse morta e com bastante poder repressivo.

Os movimentos grevistas do ABC paulista tiveram que encarar a violência policial, prisões, demissões e intervenções em sindicatos³⁵⁸. Mesmo diante de tanta repressão os trabalhadores brasileiros não se intimidaram e greves de outras categorias começaram a ganhar forma e maior adesão.

³⁵⁷ COSTA, Edmilson. A política salarial no Brasil. São Paulo, Boitempo. 1997. 189.

³⁵⁸ NETTO, José Paulo. Pequena história da ditadura (1964-1985). P 25 e 26.

As greves dos professores das redes públicas e privadas começaram a eclodir em diversos estados brasileiros no ano de 1979, tais como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Paraná. Os movimentos grevistas dos profissionais da educação adentraram os anos oitenta lutando contra a política do arrocho salarial da ditadura militar e reivindicando outros direitos negados a categoria.

É nesse cenário novo cenário de lutas sindicais, que a greve dos professores públicos no Estado da Paraíba realizado no ano de 1981 se insere. O DOPS-PB ao lado de outros órgãos fichou os professores membros da Ampep que estavam organizando e dirigindo esse movimento grevista e que também estavam engajados para que a greve não fosse suspensa.

Podemos visualizar isso na ficha individual do CIPS sobre o professor estadual Ebenese pernambucano. Nas observações do documento sem número de prontuário e com data de abertura 30/04/1981 é dito que o docente era: “Componente do Conselho Regional da AMPEP, em Guarabira está instruído o professorado e conclamando-o, em Guarabira, a continuar na greve encabeçada pela AMPEP”³⁵⁹.

Outro membro da Ampep que também foi fichado pela policia política foi o docente estadual Waldir Duarte³⁶⁰. As observações escritas sobre ele são iguais ao do seu companheiro de órgão citado no paragrafo acima e não nos oferece mais nenhuma informação adicional. Muito provavelmente outros membros organizadores da greve foram fichados pelo DOPS-PB, mas na documentação só encontramos esses dois casos e também sobre Margarida Alacoque Leite, a segunda vice-presidente da Ampep³⁶¹ e Moacir Coelho de Melo, membro do Conselho Fiscal da entidade³⁶², mas nas fichas desses dois últimos não há nada escrito. Mas só eles já nos revelam como o DOPS-PB e os outros órgãos da comunidade de informações buscaram identificar o obter informações sobre o quadro dos membros da Ampep.

Isso se comprova mais ainda com outro documento produzido pela policia política estadual intitulado “Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMPEP)”, com número de prontuário 0569/81, com data de abertura 22/06/81 e que

³⁵⁹ EBENESE PERNAMBUCANO. DA: 81. CIPS.

³⁶⁰ WALDIR DUARTE. CIPS. DA: 81.

³⁶¹ MARGARIDA ALACOQUE LEITE. CIPS. DA: 81

³⁶² MOACIR CAMELO DE MELO. CIPS. DA: 81.

traz uma lista com alguns membros da Ampep já citados nos parágrafos acima e outros mais como podemos ver abaixo:

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

- José Edilson de Amorim - Presidente
- Agamenon Viera da Silva – 1º vice presidente
- Margarida Alacoque Leite – 2º vice pres.
- Manoel Amaro Viera – 1º sec
- Osmar Apolinário do Nascimento – 2º sec
- João Lucena Montenegro – 1º tes
- Anita Garibaldi Machado Leite – 2º tes

CONSELHO FISCAL

- Moacir Camelo de Melo
- Maria Zoetania da Nobrega Medeiros
- Constância Neta Silva
- José Edilson³⁶³

Entretanto, o órgão policial não fichou apenas os docentes que organizaram a greve, mas também os que participaram e que lutavam para que o movimento continuasse até que suas reivindicações fossem atendidas. Na ficha do CIPS acerca do Professor Edilson Amorim, sem número de prontuário e com data de abertura 04/08/1981:

Conf. INFE Nº 148/81 de 15-05-80 da SR/DPF/PB, o nominado posicionou-se radicalmente sobre a suspensão do movimento grevista deflagrado pelos professores do magistério público, no dia 23/04/81, pelo atendimento das reivindicações a nível nacional e nível estadual (PROT. Nº0443/81)³⁶⁴

Observar-se desse documento, que foi elaborado a partir de um encaminhamento da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal da Paraíba ao CIPS, que se manifestar a favor da continuação do movimento grevista é descrito como um

³⁶³ Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMPEP). CIPS. DA: 81

³⁶⁴ JOSE EDILSON AMORIM. CIPS. DA: 81

posicionamento radical. Nas fichas individuais dos docentes Irlandio Pereira³⁶⁵ e Jaemio Carneiro³⁶⁶, que também se manifestaram a favor da continuação da greve, o termo radical também é utilizado para se referir ao posicionamento de ambos.

O que demonstra que a visão desses órgãos policiais paraibanos sobre a greve dos professores era negativa. Fichar professores por participarem de uma greve que luta por melhorias na sua categoria profissional se inseria dentro da lógica da ditadura que criminalizava as greves, e os trabalhadores participantes eram vistos como radicais e eram tratados com suspeição e fichados como criminosos. Como já dissemos antes, desde sua criação que os DOPS estaduais tinham como uma das suas funções o combate as reivindicações dos trabalhadores. As greves se tornavam casos policiais

Nesses três documentos sobre esses docentes que declararam seu apoio a manutenção da greve (e provavelmente muitos outros docentes grevistas também foram fichados), também é descrito que esses profissionais da educação estavam lutando pelo “atendimento das reivindicações a nível nacional e estadual”. Ou seja, a luta desses professores paraibanos ultrapassavam as reivindicações estaduais e confrontava diretamente o projeto educacional da ditadura e a forma como esse regime tratava os educadores, que tinham que viver com baixos salários, longas jornadas de trabalhos e com a constante preocupação de alguma de suas aulas se tornarem assunto de policia política.

Lamentavelmente não encontramos mais documentos do DOPS-PB acerca da greve dos professores estaduais da Paraíba realizada no ano de 1981 e que poderiam nos revelar mais detalhe da atuação do DOPS-PB em reação a essa greve e também mais detalhes do próprio movimento grevista.

Mas esses não são os únicos documentos pela policia política estadual da Paraíba sobre professores. Identificamos em algumas fichas que os professores universitários que tinham pautas que se mobilizavam a favor da categoria se tornaram também alvos dos órgãos do regime.

Nas fichas individuais do CIPS sobre Hermano Nepomuceno³⁶⁷, Edgar Malagodi³⁶⁸ e Mário Araújo Filho, ambos com fichas sem número de prontuário e com

³⁶⁵ IRLANDIO PEREIRA. PROFESSOR. CIPS. DA: 81.

³⁶⁶ JAEMIO CARNEIRO. PROFESSOR. CIPS. DA: 81

datas de aberturas referentes à 14/04/81, os docentes universitários são fichados por participaram de uma chapa em prol dos direitos dos professores, como se pode ver na descrição sobre um deles: “conforme notícia publicada no Diário da Borborema de 11-04-81, o nominado foi eleito suplente, pela chapa 2 “Em Defesa dos Interesses dos Professores”, na ADUFPB-interior Campina Grande”³⁶⁹.

Percebe-se primeiramente do conteúdo dessa ficha que o DOPS-PB assim como outros órgãos da malha repressiva também fazia uso das notícias dos jornais para elaborar produtos de informação sobre seus alvos. Outro ponto importante que podemos extrair desse documento é o fato de que os professores universitários provavelmente foram fichados por terem como um Slogan de sua chapa o tema “em Defesa dos Interesses dos Professores”. Claramente se posicionar acerca dos interesses dos profissionais da educação era visto com maus olhos pelo órgão policial e pela ditadura que ele defendia e representava.

A simples existência de um grupo que se mobilizava em prol dos direitos dos professores universitários já entrava na mira da suspeição dos órgãos repressivos do regime.

Só que essa não é a única vez que membros da ADUFPB apareceram nas fichas individuais do DOPS-PB. Percebemos que diversos professores que compõem a estrutura administrativa da entidade foram fichados.

Assim como no caso da Ampep, ADUFPB teve sua estrutura administrativa e organizacional bem observada e estudada pela policia política estadual. Observamos que os docentes membros da ADUFPB do campus de Campina Grande e João Pessoa foram os mais fichados e as posições e funções que eles exerciam dentro do órgão era bem especificada nas fichas individuais.

Em relação à diretoria da ADUFPB de Campina Grande, localizamos as fichas sobre Noema Soares de Castro, Diretora Executiva³⁷⁰; Wandrellei de Souza, 1º suplente³⁷¹; Rosa Tânia Menezes Vaz, 2º suplente³⁷²; Wagner Braga Batista,

³⁶⁷ HERMANO NEPOMUCENO. CIPS: 81.

³⁶⁸ EDGAR MALAGODI. CIPS. DA: 81

³⁶⁹ MARIO ARAUJO FILHO. PROFESSOR. CIPS. DA: 81

³⁷⁰ NOEMA SOARES DE CASTRO. CIPS. DA: 81

³⁷¹ WANDRELLEI DE SOUZA. CIPS. DA: 81

³⁷² ROSA TÂNIA MENEZES VAZ. CIPS. DA: 81

Secretário³⁷³ e Aderbal da Costa Villar Filho, Diretor Tesoureiro³⁷⁴. As fichas sobre esses professores não contém nenhuma informação na parte do histórico e o que chama atenção mesmo é a descrição do cargo que ocupam dentro da entidade que representa os docentes universitários.

Notamos a mesma coisa em relação às fichas individuais dos membros da ADUFPB de João Pessoa. A única diferença é que o DOPS-PB também elaborou uma ficha temática sobre a ADUFPB da capital paraibana. Vamos utiliza-la aqui para ilustrar a vigilância da malha repressiva da ditadura sobre os docentes da entidade. O documento intitulado “ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE DA PARAÍBA (ADUFPB)”, com data de abertura de 30/06/81 e que relata o apoio do órgão aos trabalhadores rurais da Paraíba e ao mesmo tempo traz uma lista sobre os membros que compõem a estrutura administrativa da entidade, como podemos observar abaixo:

Conf. INFÃO. N°242/80 de 27-10-80 do CINFO/SSP/PB, o órgão em apreço fez um pronunciamento no dia 10-10-80, em apoio aos camponeses residentes na fazenda de CAMUCIM-PITIMBU/PB, sobre os litígios dos mesmos com os representantes da AGRO-INDUSTRIAL TABU LTDA. COMPOSIÇÃO DA ADUFPB/JOÃO PESSOA – INFE N° 186/81 de 25-06-81 da SI/SR/DPF/PB (PROT. 0577/81)

- JOSE CHASIN – Presidente

- RUBENS PINTO LYRA – Vice-Presidente

- FRANCISCO FOOT HARDMAN – Diretor p/Assuntos Jurídicos

- CARLOS ALBERTO JALES COSTA – Diretor p/Assuntos Culturais

- MIRIAM MOENA FILGUEIRA PINHEIRO – Diretora Imprensa e Divulgação

- ROSA MARIA NADER VERONESE – Secretário Geral

- LAERCIO LOSANO – Tesoureiro

- LUIZ CARLOS ROCHA DE ALMEIDA – Assessor

- JUAREZ TORRES DUAYER - Assessor

- MARIA DE FÁTIMA MAROJA- Assessora

³⁷³ WAGNER BRAGA BATISTA. CIPS. DA: 81

³⁷⁴ ADERBAL COSTA VILLAR FILHO. CIPS. DA: 81

A partir dessa informação que tem origem no Departamento de Polícia Federal da Paraíba e que foi processada e transformada em uma ficha pelo DOPS-PB demonstra como esses órgãos de polícia política estavam por dentro da estrutura organizacional das entidades representativas dos docentes paraibanos. Chama atenção também no documento que o apoiou dado pela ADUFPB da capital à luta dos trabalhadores rurais da Paraíba também atraiu o olhar vigilante do regime para as atividades da entidade docente.

Mas possivelmente o temor maior dos órgãos policiais em relação à ADUFPB era referente à possibilidade desta entidade realizar uma greve. O apoio de alguns docentes da ADUFPB à greve dos professores estaduais foi registrado nas fichas individuais, como no caso da ficha individual sobre o Vice Presidente da ADUFPB, que segundo o relato da ficha “o nominado tomou parte do ato público realizado no dia 29-04-81, no Ponto Cem Réis, em solidariedade ao movimento paredista contra a suspensão da greve dos professores do magistério público. (PROT. N°04436/81)”³⁷⁵.

O apoio da ADUFPB à greve dos professores estaduais e a possibilidade da entidade também aderir algum movimento grevista fez com que a comunidade de informações da ditadura vigiasse as atividades do órgão docente e produzisse os diversos documentos que pudemos vislumbrar.

Infelizmente não encontramos fontes na documentação do DOPS-PB acerca da greve dos professores das Universidades Federais realizada no ano de 1982 e da participação da ADUFPB no movimento grevista. Mas mesmo assim podemos conjecturar que tal movimento grevista foi acompanhado de perto pela política estadual e os outros órgãos repressivos da ditadura aqui no estado paraibano.

Portanto, pudemos perceber ao longo deste tópico que as mobilizações e as greves realizadas pelos docentes na Paraíba durante nos anos finais do regime foram vigiadas e monitoradas tanto pelo DOPS-PB (que na época estava com a nomenclatura de CIPS) e por outros órgãos da ditadura, que produziram fichas, informes e outros documentos sobre os professores paraibanos que se engajaram nestas lutas sociais por melhores condições para a categoria.

³⁷⁵ RUBENS PINTO LYRA. CIPS. DA: 81

Assim como muitos operários e funcionários públicos, os professores da Paraíba não fugiram da luta e protestaram contra a política educacional do regime e pela defesa de seus interesses, mesmo que o preço desses atos fosse à repressão e a presença de seus nomes nas listas do DOPS-PB, como se fossem criminosos comuns e ameaças potências a ordem política e social, mas agora, seus nomes, antes associados à subversão, entram para a história como trabalhadores que lutaram e ousaram fazer greves em tempos de ditadura.

A vigilância do DOPS-PB e da comunidade de informações sobre os trabalhadores paraibanos grevistas gerou muito dos documentos analisados nesta pesquisa e indicam que este órgão policial ao longo da ditadura continuou a exercer uma das principais funções que motivou sua criação: vigiar e reprimir greves e reivindicações da classe trabalhadora brasileira. A vigilância de classe que este órgão exerceu desde sua criação em 1935 até o seu fim oficial em 1991 variou dependendo do período e do sistema político vigente, mas foram durante as duas ditaduras, Estado Novo (1937-1945) e Ditadura Empresarial Militar (1964-1985), principalmente em relação a está última, que essa vigilância de classe ganhou mais força e poder e buscou anular a luta de classes no Brasil através da espionagem e repressão.

No decorrer da longa autocracia em que vivemos as DOPS tiveram um papel crucial para atender os interesses das classes dominantes, seja em períodos de semidemocracia ou em tempos de ditaduras. Muitas das atribuições das DOPS hoje em dia são realizadas pelas polícias militares e por outros maquinários de repressão do Estado brasileiro, que continua vigiando, torturando, matando e reprimindo as parcelas mais marginalizadas da população brasileira, sendo os negros as vítimas preferenciais da violência estatal. AS DOPS podem não existir mais, mas seu legado sombrio continua sendo praticado, agora sob uma autocracia novamente mascarada, que através de novos instrumentos e novas técnicas, continua buscando impedir uma verdadeira transformação social no Brasil. Tudo com o intuito de preservar as estruturas que aprofundam as desigualdades sociais e econômicas que assolam historicamente o país.

Conclusão

Ao longo desta dissertação buscamos demonstrar como a ditadura empresarial militar implantada em 1964 por um golpe de classe buscou acabar com a luta de classes no Brasil. Para realizar esse objetivo a fração da classe burguesa associada ao grande capital estrangeiro e os militares golpistas das Forças Armadas buscaram anular as reivindicações sociais, econômicas e políticas das classes subalternas e de qualquer oposição que ousasse desafiar o projeto político econômico ditatorial. Projeto este que aumentou à já enorme desigualdade social no Brasil e favoreceu mais que nunca os interesses das grandes empresas multinacionais e nacionais, assim como também as velhas oligarquias rurais. Facilitando para esses grupos a exploração dos trabalhadores urbanos e rurais e agravando problemas históricos como a concentração de terra e a concentração de renda. A política do arrocho salarial, a intervenção em sindicatos e a criminalização das greves são outros elementos que apontam claramente para uma “ditadura de classe de classe aberta e rígida”.

Nessa nova face da autocracia burguesa no Brasil – conceito este formulado por Florestan Fernandes para buscar explicar as particularidades da burguesia brasileira e de sua “democracia” burguesa e que durante todo este trabalho guiou nossa concepção sob o real caráter do Estado Brasileiro e os limites do seu projeto liberal – uma face que não usa mais máscara de democracia restrita e que não tolera as mínimas exigências políticas e sociais das classes subalternas. Buscamos demonstrar que aparelho repressivo do Estado foi usado sem restrições e com mais poder contra os inimigos de classe da burguesia brasileira. Durante a ditadura buscou-se o controle total da sociedade - principalmente das classes subalternas – com o intuito de anular os protestos e reivindicações desses segmentos sociais.

Vimos que para realizar esse controle social e político e vigiar e reprimir qualquer mero perigo de insatisfação, revolta e protestos, a ditadura criou órgãos como o SNI e a Polícia Federal, assim como diversos outros órgãos de informação e repressão que formaram a malha repressiva do regime. A ditadura empresarial militar também reestruturou as antigas policcias políticas estaduais, as DOPS, que passaram a atuar ao lado dos órgãos criados pela máquina autoritária.

No estado paraibano a atuação desses três órgãos foi bastante intensa e ao lado de outros órgãos da malha repressiva do regime buscaram o controle político e social da

sociedade paraibana. Desde período do golpe notamos como as oligarquias agrárias da Paraíba se favoreceram com a implantação da ditadura. Seus principais inimigos de classe – os membros das ligas camponesas- foram perseguidos, presos, torturados e alguns assassinados brutalmente pelo regime.

Vimos neste trabalho que ao longo do regime muitos trabalhadores rurais da Paraíba sofreram com a violência privada dos grandes fazendeiros, que contou em muitos casos, com o apoio das forças policiais, e quando essas injustiças se tornavam reivindicações e os camponeses paraibanos passaram a lutar por um pedaço de terra e por seus direitos, estes eram vistos como subversivos e agitadores pelos órgãos repressivos. Por outro lado os grandes proprietários não eram sequer tratados como alvos.

Os operários, funcionários públicos, professores e diversos outros tipos de trabalhadores urbanos do Estado da Paraíba que reivindicaram melhores condições salariais contra seus chefes e a política salarial do governo através de protestos individuais, mobilizações e até mesmo greves, se tornaram alvos da ditadura e foram fichados e vigiados por seus órgãos. Ausência do outro lado do conflito na documentação produzida por esses órgãos – tais como os grandes empresários, industriais e patrões - também fica evidente. Pelo menos nessa documentação que tivemos acesso.

Foram esses casos e em diversos outros narrados e analisados no decorrer da pesquisa dessa pesquisa que reforçou e alimentou ainda mais a hipótese da vigilância com sentido de classe já levantada de modo similar por autores como Lucas Figueiredo e José Serra Padrós. Os dois defendem que o serviço secreto brasileiro e os demais órgãos da ditadura militar sempre tiveram como alvos principais os setores mais pobres da população, ou seja, a grande maioria da população brasileira. O principal dever desses órgãos na visão desses autores era (ainda é) sufocar os protestos e movimentos sociais que surgiam a partir das insatisfações e reivindicações dessa população marginalizada.

Através das fontes do SNI agência de Recife, da Superintendência Regional da Polícia Federal da Paraíba e da Delegacia de Ordem Política e Social da Paraíba buscamos evidenciar ao longo desta dissertação a hipótese-problema que move essa pesquisa: A natureza de classe da vigilância e repressão desses órgãos da ditadura.

Observamos nesses documentos sensíveis uma grande presença de indivíduos e grupos das classes subalternas da Paraíba (os alvos preferências da vigilância e repressão do regime no estado) e de seus aliados políticos e religiosos. Notamos também ao mesmo tempo a ausência gritante de grandes empresários (brasileiros e estrangeiros), dos banqueiros e dos grandes proprietários de terra na documentação dos órgãos de informação e repressão, com salva raras exceções, como foi evidenciado no capítulo 3. O que reforça o sentido de classe dessa vigilância e repressão e para quem elas serviam de fato.

Os políticos paraibanos também marcaram forte presença nessas fontes, principalmente aqueles atrelados as reivindicações dos trabalhadores rurais e de outros segmentos das classes subalternas. Vimos que a postura crítica desses políticos (as) contra a ditadura também os tornava alvos frequentes da vigilância do regime. Mas pesquisas recentes como a da historiadora x que demonstrou através de documentos do SNI-ARE que alguns políticos do Partido ARENA, aliados da ditadura, também foram vigiados pelos órgãos do regime. Só que autora reconhece que a vigilância sobre os políticos de oposição eram bem mais profunda e diferenciada. Nas palavras dela:

Evidentemente que políticos sobre os quais se conhecia ligações diretas com aqueles que os militares consideravam “subversivos” e “comunistas” a vigilância era mais atuante por estes serem considerados verdadeiros “perigos” à “segurança da nação”. Assim, somava-se à uma suspeição prévia derivada do pertencimento à legenda, a observação da trajetória, relações, ações, etc³⁷⁶

Essa diferenciação também foi observada em outros casos, como por exemplo, o da extrema violência e vigilância sobre os trabalhadores rurais paraibanos, enquanto que seus aliados do clero progressistas e também muitos políticos engajados na causa não tinham o mesmo tratamento pelos órgãos repressivos. O que demonstra que os segmentos sociais mais pobres – como sempre- são os alvos preferências da violência estatal e em tempos de ditadura empresarial militar esta repressão de classe se tornou ainda mais forte e dura.

³⁷⁶ SOARES, Maria Teresa Dantas Bezerra. A política paraibana vigiada. Políticos e Militantes sob os olhos do SNI. (1964-1985) Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2020, p.215..

Sobre os papéis desempenhados no esquema da repressão no estado paraibano pelos órgãos analisados nessa pesquisa, percebemos ao longo da pesquisa que, embora o papel de maior repressão na Paraíba ficasse a cargo de aparelhos militares como o 1GPT e 15 RI e DOI-CODI do IX exército, vimos que o SNI Agência Recife, a Superintendência Regional da Polícia Federal da Paraíba e o DOPS-PB eram responsáveis muitas vezes pelo processo inicial de repressão, com a produção de informações sobre os alvos e no caso desses dois últimos: a realização da primeira prisão e em alguns casos, primeiras torturas, antes de passar os presos para outros órgãos repressivos.

Notamos em alguns casos que a trilha da repressão na Paraíba começava normalmente com órgãos como SNI-ARE, SNI-NJ, DOPS-PB, Polícia Militar, Polícia Federal, 15 RI, 1GPT e DOI-PB, e terminava nos porões do DOI-CODI do IV exército, em Recife. Ou seja, em diversos casos as pessoas eram presas e a sessão de interrogatório e tortura começava na Paraíba, para depois serem encaminhados para o DOI-CODI em RECIFE, onde eram submetidas às novas torturas e interrogatórios.

A intensa cooperação entre os órgãos da comunidade de informações e repressão que atuaram na Paraíba foi outro ponto importante que observamos durante análise dos documentos do SNI-Agência Recife, Polícia Federal e DOPS-PB. Esses três órgãos trocaram bastante informes sigilosos entre si e também com outros aparelhos da malha repressiva da ditadura.

A separação entre atividades de informação e de repressão elaborada por certas interpretações historiográficas não se prova concreta ao observamos que dois órgãos que compunham a comunidade de informações, o DOPS-PB e a Polícia Federal, agiram nos dois setores. Cabe destacar que a Superintendência Regional da Polícia Federal da Paraíba teve um papel bastante ativo nas operações repressivas realizadas no estado Paraibano.

Mesmo o SNI Agência-Recife, do qual não encontramos evidências que o ligassem diretamente as práticas de tortura e repressão, forneciam informes e informações que indiretamente colocava muito dos seus alvos em salas de interrogatório, celas de prisões e porões de tortura.

Por fim, não esperamos que essa discussão se esgote com este trabalho, que se propõe muito mais a contribuir com o debate e a pesquisa historiográfica acerca da atuação dos órgãos de informação e repressão na Paraíba e no Brasil. No cenário político que estamos vivendo hoje em dia, necessitamos de pesquisas críticas que combatam as interpretações revisionistas em relação ao golpe de 1964 e a ditadura, que infelizmente são hegemônicas nas universidades, nas revistas científicas, nas editoras e na grande mídia.

Essas teses revisionistas não são apolíticas como muito dos seus criadores gostam e afirmar e defendem, assim como outras vertentes historiográficas, uma visão de mundo e um projeto político voltado para o presente e que busca no passado legitimação. O historiador Eurelino Coelho aponta para o fato de que muitos desses historiadores revisionistas, conscientes ou não disso, defendem a hegemonia burguesa e se tornaram uma esquerda para o Capital. O autor formula a hipótese que muito dessas teses revisionistas produzidas por historiadores profissionais e que ganha amplo espaço em grandes editoras e nos grandes jornais é na realidade um dispositivo de hegemonia burguesa³⁷⁷. Hegemonia esta que busca através dessas teses revisionistas uma condenação das esquerdas, dos movimentos sociais e das reivindicações das classes subalternas, taxando-as de radicais e que empurraram o Brasil para o golpe e a ditadura. Tudo isso para desqualificar essas lutas no passado e demonstrar como podem ser perigosas no presente para a nova “democracia liberal” vigente atualmente no país.

Concordamos com Eurelino Coelho quando o mesmo diz que não devemos duvidar da repulsa de muitos desses historiadores revisionistas acerca do golpe e da ditadura militar, mas também não podemos abrir mão de fazer o debate acerca dos equívocos teóricos e metodológicos da historiografia revisionista brasileira e também chamar atenção para o projeto político defendido por muitos desses historiadores. Um projeto que de certa forma respalda os privilégios, as concentrações de renda e as enormes desigualdades socioeconômicas que assolam nosso país.

Na delicada situação em que o Brasil se encontra, desolado por mais 600 mil pessoas mortas pela pandemia de Covid-19, auxiliada pela política genocida do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, que em tempos de pandemia, não

³⁷⁷ COELHO, Eurelino. Uma nova história no futuro do pretérito? Armas e sutilezas da nova historiografia do golpe de 1964. In: Contribuição à crítica da historiografia revisionista. (Orgs). Carlos Zacarias de Sena Junior, Demian Bezerra de Melo e Gilberto Grassi Calil. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p.135.

escondeu suas intenções golpistas, e que também já muito se aproveitou de algumas teses revisionistas para defender o golpe de 1964 e a ditadura, não devemos fugir do debate e fingir que nas pesquisas historiográficas não existe um debate político acerca do passado e principalmente do presente. Não devemos recuar em honra aos mortos do passado e agora aos mortos do presente e por isso temos que continuar debatendo nos espaços acadêmicos e lutando nas ruas contra essas interpretações falsificadas do passado e contra esse governo de extrema direita que representa o pior lado capital e do poder autocrático burguês no Brasil. Para que de fato uma sociedade justa e igualitária realmente possa florescer na Paraíba e no Brasil.

Referências Bibliográficas

ABREU, José dos Santos. **Operação pequeno príncipe: A ação da polícia política no combate à doutrinação comunista nas pré-escolas Oficina e Oca (Curitiba, 1978)** Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

ALVES, Juliana Ferreira. **Ophélia Amorim e as ligas camponesas na Paraíba: As militantes da esquerda contra atacam.** e-ISSN: 2359-2796, v. 17, n. 1, 2016. XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB, p. 1218- 1219, 1224.

AQUINO, Maria Aparecida. **ADEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. Percalços do aparato repressivo estadual – o DEOPS/SP.**

ANDERSON, Perry. **A política externa-norte americana e seus teóricos.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ANTUNES, Priscila Carla Brandão. **Uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX.** Rio de Janeiro: editora FGV, 2001.

ANTUNES, Priscila Carla Brandão. Amerino Raposo e a Polícia Federal: quando o medo do esquecimento se traduz na obsessão pela imposição de uma narrativa. **FACES DA HISTÓRIA**, Assis-SP, v.6, nº1, p.246-270, jan.-jun., 2019

BANDEIRA, Moniz. **As lutas sociais no Brasil 1961-1964.** Civilização Brasileira, 1978.

BAFFA, Aryton. **Nos porões do SNI. O retrato do monstro de cabeça oca.** Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1989.

BAUER, Carolina Silveira. **AVENIDA JOÃO PESSOA, 2050 – 3º ANDAR: TERRORISMO DE ESTADO E AÇÃO DE POLÍCIA POLÍTICA DO DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO RIO GRANDE DO SUL (1964-1982)** Porto Alegre. 2006. Dissertação em história.

BAUER, Caroline Siveira e GERTZ, René. E. **Arquivos de regimes repressivos. Fontes sensíveis da história recente.** In: O historiador e suas fontes. (Orgs). Carla Bassanezi Pinsky e Tânia Regina de Luca. São Paulo: Contexto, 2009.

BARBOSA, Júlia Letticia Camargos. **CONHECENDO O INIMIGO: CRIMINALIDADE POLÍTICA E SUBVERSÃO, O DOPS MINEIRO NA DITADURA MILITAR (1964-1973)** Dissertação em História Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João Del Rei São João Del Rei 2012.

BEATRIZ, Ana. **O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, precarização e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)** Tese (Doutorado em História). UFPE. Recife, p 404. 2016

BRITO, Alexandra Baharona de. Justiça transicional em câmara lenta: o caso do Brasil. In: O passado que não passa: a sombra da ditadura na Europa do Sul e na América Latina (orgs) Antônio Costa Pinto; Francisco Carlos Palomanes Martinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BRITO Gilvan. A Ditadura na Paraíba. João Pessoa: Patmos, editora, 2014.

CARNEIRO, Ana. Retrato da repressão política no Campo Brasil (1962-1985). Camponeses, torturados, mortos e desaparecidos. Brasília, MDA, 2ª edição, 2011.

CALIL, Gilberto Grassi. Elio Gaspari e a ditadura Brasileira: uma interpretação revisionista. In: Contribuição à crítica da Historiografia revisionista. (orgs). Carlos Zacarias de Sena Junior, Demian Bezerra de Melo e Gilberto Grassi Calil. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

CAVALCANTI, Jean Lucas Marinho. Os jornais e a luta de classes pesquisa histórica em uma perspectiva gramsciana. In. **Antônio Gramsci e os desafios do marxismo no mundo contemporâneo.** (Orgs) José Luciano de Queiroz Aires, Luciano Mendonça de Lima e Jean Lucas M. Cavalcanti. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

CEPIK, Marco. **Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003

CITTADINO, Monique. **Poder Local e ditadura militar: o Governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971).** Bauru, SP: Edusc, 2006.

COBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional – O poder militar na América Latina.** Civilização Brasileira, 1977.

COELHO, Eurelino. Uma nova história no futuro do pretérito? Armas e sutilezas da nova historiografia do golpe de 1964. In: **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. (Orgs). Carlos Zacarias de Sena Junior, Demian Bezerra de Melo e Gilberto Grassi Calil. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

COSTA, Edmilson. **A política salarial no Brasil**. São Paulo, Boitempo. 1997.

Comissão Nacional da Verdade, Brasília: CNV, 2014. 976 p.(Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v.1).

Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; Paulo Giovanni Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017.

Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa: relatório / Marlene Costa Almeida, [et al]- João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

DEO, Anderson. Uma transição à long Terme: a institucionalização da autocracia no Brasil. In: Ditadura: o que resta da transição (org) Milton Pinheiro. São Paulo: Boitempo 2014.

DREIFUS, Rene Armand. **A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FAÇANHA, Sabrina Carla Mateus. **A alfabetização de jovens e adultos no estado da Paraíba: Registros político-pedagógica de experiência da década de 1960**. (Dissertação). Universidade Federal da Paraíba. Centro Educação. Programa de Pós graduação em educação. João Pessoa, 2013

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**, 2ªEd. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1974.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (orgs) Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado, 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

FERREIRA, Olga Larissa Veiga; NUNES, Paulo Giovanni Antonino. O Serviço Nacional de Informações (SNI) e a Vigilância à Igreja Católica e aos movimentos sociais no campo no período da transição Lenta, gradual e segura (1975-1985).

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Ditadura militar na Paraíba: documentos e memórias. In: **O golpe civil militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania** (Org.) Eder Dantas, Paulo Giovanni Antonino Nunes, Rodrigues Freire Carvalho e Silva. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

FERREIRA, Lucia de Fátima Guerra. Reflexões sobre os registros da repressão: o arquivo DOPS-PB. ANPUH Brasil XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social, Natal, p. 6, jun.2013.

FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e policia política.** São Paulo: Editora Record, 2001.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v.9, n.20, p.05-70. Jan./abr. 2017.

FILHO, Daniel Aarão Reis. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum. Militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura militar.** 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005.)** Rio de Janeiro: Record, 2005.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na operação bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975).** Rio de Janeiro: Edusp, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, vol III.** 3º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRASMC, Antonio. Os Jornais e os operários. Transcrição de Alexandre Linares In: Marxista. Org. com. br.

GOMES, Paulo Cesar. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira,** editora Record.

LAGÔA, Ana. **SNI. Como nasceu. Como Funciona.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983

HOBBSBAWN, Eric. J. **Sobre História.** São Paulo: Companhia de bolsos, 2013.

HOBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991**. São Paulo: companhia das letras, 1995.

IANNI, Octávio. **A ditadura do Grande Capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto. A aliança empresarial-militar no Brasil, anticomunismo e segurança nacional (1949-1964) IN: **Empresariado e ditadura no Brasil**. (Orgs) Pedro Enrique Pedreira Campos, Rafael Brandão Renato Luiz do Couto Neto e Lemos. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

LIMA, Luciano Mendonça. História e poder nas páginas de um jornal: 1971/2011.

LIMA, Rômulo de Araújo. **A LUZ QUE NÃO SE APAGA: a Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico-tecnológico**.

LINS, Erica. Campina Grande (1964-1968): um estudo sobre o movimento universitário campinense. in: **O golpe civil militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. (Org.) Paulo Giovanni Antonino Nunes, Rodrigues Freire Carvalho e Silva. Editora da UFPB, João Pessoa, 2014

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Lafonte, 2018.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política. Livro 1**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAIA, Doralice Sátyro. Habitação popular e o processo de periferização e de fragmentação urbana: uma análise sobre as cidades de João Pessoa-PB e Campina Grande-PB. Geosul, Florianópolis, v. 29, n. 58, p 89-113, jul./dez. 2014.

MACIEL, David. Aliança democrática e a transição política no Brasil. In: **Ditadura: o que resta da transição** (org) Milton Pinheiro. São Paulo: Boitempo 2014.

MATTOS, Marcelo Badaró. O sentido de classe do golpe de 1964 e da ditadura: um debate historiográfico. In: **1964: 50 depois – a ditadura em debate**. (Org) Grimaldo Carneiro Zachariadhes. Aracaju: EDISE, 2015

MARQUES, Thiago Trindade. **Do desenvolvimentismo ao alinhamento à conduta militar: as peripécias da política campinense (1963-1969)**. João Pessoa. 2012.

MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão In: A miséria da Historiografia: Uma crítica ao revisionismo contemporâneo. (Org) Demian Bezerra de Melo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELLO, José Octávio de Arruda. Sociedade e poder político no nordeste. O Caso da Paraíba 1945-1964. João Pessoa: editora universitária, 2001.

MORAES, João Quartim de. A natureza de classe do estado brasileiro. In: Ditadura: o que resta da transição. (Org) Milton Pinheiro – 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOREIRA, Emília. Por um Pedaco de Chão Vol. I João Pessoa: editora universitária João Pessoa, 1997.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de janeiro: Zahar, 2014.

NASCIMENTO, Dmitri Felix do. **O serviço nacional de informações (SNI): O Estado de Pernambuco vigiado**. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

NETTO, José Paulo. Pequena História da Ditadura brasileira (1964-198) São Paulo: Cortez, 2014.

NETO, Evandro Elias de Barros Neto. **Teatro e ditadura em Campina Grande: História e memória (1970-1985)**. Campina Grande, 2017.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. A atuação do serviço nacional de informações na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): A vigilância sobre os dirigentes universitários. *SÆCULUM – Revista de História* [39]; João Pessoa, jul./dez. 2018.

PADRÓS, Enrique Serra. Conexão repressiva internacional: O Rio Grande do Sul e o Brasil na Rota do Condor. In: A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e memória. (Orgs): Enrique Serra Padrós, Vânia. M Barbosa, Vanessa Albertine Lopez, Ananda Simões Fernandes. -2.ed., ver. E ampl. – Porto Alegre: Corag, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: **Ditadura e Democracia na América Latina balanço Histórico e perspectivas** (Orgs): Carlos Fico, Marieta de Moraes Ferreira, Maria Paula Araújo e Samantha Viz Quadrat. FGV editora, 2008, p. 174

PADRAL, Fernanda Ferreira. **A “justiça de transição” no Brasil: o caso do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2017. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SANTOS, Adriana Gomes, NETO, Antônio Fernandes. Companhia Docas de Santos e sua responsabilidade nos atos de terrorismo de Estado e crimes de lesa humanidade. In: **Empresariado e Ditadura no Brasil**. (Orgs.) Pedro Henrique Pedreira Campos, Rafael Vaz de Motta Brandão, Renato Luís de Couto Neto e Lemos. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.

SILVA, Jean Patrício. **A dupla face do Estado Novo na Paraíba: O Argemirismo e o Ruysmo (1937-1945)**. Anpuh.org. ST02.

SILVA, Josenildo Marque da. **As duas faces: a construção da imagem pública de Wilson Braga em Jornais Paraibanos (1980-1986)** Dissertação (História) UFCG. Campina Grande, 2015, p. 21-29.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. Recife: Editora UFPE, 2014

SILVA, Rosa Maria Carlos. **A arte censurada: teatro e ditadura no estado da Paraíba nos anos de 1964 a 1968**. João Pessoa, 2014

SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. **Autoritarismo, repressão e propaganda: a Paraíba no Governo Argemiro de Figueiredo (1937-1940)**. Dissertação (História) Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa, 2017.

SODRÉ, Caroline Almeida. **DESCRIÇÃO, ACESSO E DIFUSÃO DOS ACERVOS DAS DOPS NO BRASIL**. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – FCI PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCINF. Brasília p.94. 2016

SOUTO, Carlos Magno dos santos. **A Mão que mata: considerações sobre o grupo de extermínio Mão Branca na cidade de Campina Grande – PB (1980 – 1982)**. XXVII Simposio Nacional de História. Conhecimento Histórico e dialogo social. Natal – RN. 22 à 26 de junho de 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O governo militar secreto**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da Imprensa No Brasil**. 4º edição com Capítulo inédito. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOARES, Maria Teresa Dantas Bezerra. **A política paraibana vigiada. Políticos e Militantes sob os olhos do SNI. (1964-1985)** Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2020.

SOARES, Silmária Fábria de Souza. **ENTRE DADOS E CONTROVÉRSIAS: A influência dos militares na criação e institucionalização de uma polícia federal brasileira**.

ROCHA, Bruno Lima. **A Polícia Federal após a Constituição de 1988: policia de governo, segurança de Estado e policia judiciária**.

TRAVESSO, Enzo. Revisão e Revisionismo. In: **Contribuição à critica da historiografia revisionista**. (Orgs) Carlos Zacarias de Sena Junior, Demian Bezerra e Melo e Gilberto Grassi Calil. Rio de Janeiro: Consequência editora, 2017.

THOMPSON. E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.19, 2004.

ZAREVUCHA, Jorge. Relações civil-militares: O legado autoritário da constituição brasileira de 1988. **O que resta da ditadura**. (Orgs) Edson Teles e Vladimir Safatlen. São Paulo: Boitempo, 2010.

Acervos online consultados

Acervo do Arquivo Nacional:

https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/copy_of_acervos-mais-consultados/acervos-sobre-o-regime-militar-1964-1985

Acervo da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba

<https://cev.pb.gov.br/arquivo-do-dops>

Fontes

SNI


Anexos

Figura 1: Informe do SNI Agência de Recife sobre Ophélia Maria Amorim

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RECIFE

INFORME Nº 264, 76, ABS, 82


3387/82

DATA: 17 DEZ 82
ASSUNTO: OPHÉLIA MARIA AMORIM
ORIGEM: -X-X-
REFERENCIA: -X-X-
AVALIAÇÃO: A/1
DIFUSÃO ANTERIOR: -X-X-
DIFUSÃO: 55/C6
ANEXO: PROFIJÁRIO DA NOMINADA

OPHÉLIA MARIA AMORIM, indicada em IPM instruído para averiguações de atividades subversivas, conseguiu, na época, por intermédio do então Senador JOSÉ AGRIPINO FILHO um passaporte para viajar à EUROPA, mais precisamente RÚSSIA, onde realizaria um curso. Seu regresso estaria previsto durante a gestão daquele Senador como Governador do Estado de PERNAMBUCO quando então assumiria o cargo prometido pelo mesmo.

Toda pessoa que tiver conhecimento
deste documento é responsável pela
manutenção do sigilo. (Art. 3º do
R.D. Nº 18.245/77)

CONFIDENCIAL

Figura 2: Continuação do informe do SNI Agência Recife sobre Ophélia Maria Amorim

P. n.º = 00481 = 3007/82

NOME - OPHÉLIA MARIA AMORIM
 FILIAÇÃO - Osório Teodoro de Amorim e Olga Magalhães de Azevedo
 NATURAL DE - Paraíba
 PROFISSÃO - Advogada

DATA	FONTE	HISTÓRICO
09-11-65	MAJP/SNI	Conseguiu um passaporte por intermédio de João Agripino, destinando-se à Rússia, onde vai tirar um curso, devendo regressar ao Governo do referido Senado, que lhe proporcionar um cargo. Segundo suas próprias palavras irá reiniciar seus movimentos subversivos na "gestão possível" de João Agripino. (Ref. Informação nº 71, de 1-10-65, do SAS/MAJP/SNI). x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.
12-04-66	IPM.	Ideia'ista, deixou-se envolver pelos elementos comunistas. Exerceu suas atividades como advogada das Ligas Camponesas no Interior do Estado. Compareceu a confissões e concessões de caráter subversivo. Foi advogada do Padre Alípio quando de sua prisão em João Pessoa. Fez ligação com os elementos da União no Rio de Janeiro. Compareceu a reuniões do CGP e da FNP onde foram tratados assuntos de caráter subversivo e agitacionista. (arts. 2º, item IV, 5º, 7º, 9º e 12º da Lei nº 1802, da Lei de 1º de janeiro de 1953). (Ref. IPM - GRUPO DOS 11). x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.
04-07-66	ARS/SNI	Residente à rua Floriano Peixoto, 390 - Campina Grande/PB., - Ligada ao movimento subversivo das Ligas Camponesas. (Ref. PB, nº 1385, - SNI/ARS). x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.
10-11-66	ARS/SNI	Soltura com 25 anos. Foi denunciada pelo Promotor da Auditoria da 7ª RM-IPM/Rural-IV-EM, de que foi encarregado o Ten. Cel. Elisidório Paiva, como infrator do art. 2º incisos III e IV, art. 9º, art. 11 da letra g da Lei nº 1802/53. (Ref. Informação nº 62/SNI/ARS - SSI-46/19-01-66). x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.
11-03-68	SSP/PB.	Advogada das Ligas Camponesas, funcionando em companhia de José Gomes da Silva (2º Moacou). (Ref. Ofício nº 4 de 02-01-68 da SSP/PB).
06-09-68	IV-EM.	O SEM concedeu habeas-córpus, por ausência da denúncia, ao elemento acima, denunciado no Processo Rural, cujo encarregado do Inquérito foi o Ten Cel Elisidório Paiva e que temo: na Aud. 7ª RM e nº 33/65. (O Habeas-Córpus com-

Figura 3: Continuação do informe do SNI agência Recife sobre Ophélia Amorim

F. n.º - 004814007/82
(M. 02)

NOME - OPHÉLIA MARIA AMORIM
 FILIAÇÃO - Osório Teodoro de Amorim e Olga Nagalhães de Amorim
 NATURAL DE - Recife
 PROFISSÃO - Advogada

DATA	FONTE	HISTÓRICO
- - - -	- - - -	plote está anexo ao front. nº 01207). (Ref. Informação nº 503/SE-2, de 16-06-68 do IV-Sz)
23-7-73	SAGE/SNI	Anexo: Front. nº 0311 precedente do SNI/MAJP, que foi desativado. x.x.x.x.x.x.x.x.x.x
24.12.76	7ª CJM	O Processo nº 70/64, no qual a nomeada foi indiciada, foi remetido à Auditoria de Correia (20-68), com o ofício nº 1409, de 21.12.68, da Auditoria da 7ª RM/EB. (Ref. Dados colhidos na 7ª CJM, em março de 1971).x.x.x.x.x.x.x.x.x.x
16.03.81	7ª CJM	A nomeada foi denunciada na 7ª CJM (Proc.º nº 70/64), como infrator do art. 2º da Lei 1802/53, tendo sido arquivado a denúncia através de Habeas Corpus. Foi denunciada na 7ª CJM (Proc.º 33/68), como infratora dos arts. 2º, 3º e 11º da Lei 1802/53. O Processo foi trancado através de Habeas Corpus. REF: Dados colhidos na 7ª CJM.

Figura 4: Informe do SNI Agência Recife sobre Vicente Edmundo Rocco.

P. n. 100007- 102983

NOME - VICENTE EDMUNDO ROCCO.
 FILIAÇÃO - Francisco Antônio Rocco e Maria de Paiva Rocco
 NATURAL DE - Paraíba
 PROFISSÃO - Médico do SANGUE em SANGUE.

DATA	FONTE	HISTÓRICO
15/06/66	IPW	Ficou acordado que logo depois de pago da Repartição as revistas e documentos referentes a João Alfredo Dias. Considerando-se a espontaneidade de sua deposição, não se apresenta-se que não seja de má fé, data vinda livre de responsabilidade oriunda. (Ref. Inf. 62/11-1-66)
12-10-66	SNI/ARJ Ref. Inf. 62- SNI/ARJ 17-6-66	Médico dos agricultores João Faba e Ivan Figueiredo, é um laborador dos velhos. Condizia material de preparação de verbas e até armas de pequeno e médio porte para condutas de agricultores e subleitos da Paraíba. Continua trabalhando em São João e em São Paulo. (Ref. Inf. 62/SNI/ARJ - SNI/ARJ/17-6-66)
19/02/67	SNI-ARJ	O médico Vicente Rocco, ex-diretor de SANGUE em São Paulo, afastado daquela órgão por suas atividades subversivas, continua atuando na referida cidade, no mesmo âmbito. Por duas vezes o mesmo médico, tentou associar, com seu automóvel, elemento contrário às suas ideias, mas que nenhum provido. O veículo não foi apreendido. (Ref. Expediente de SANGUE nº 1682/SNI-ARJ (65-6-50/18-7-66))
24.07.73	SNI/ARJ SNI/ARJ	Anexo: Front. nº 0370 procedente do SNI/ARJ, que foi desativado. X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

Figura 5: Continuação do informe do SNI Agência Recife sobre Vicente Edmundo Rocco.

P. n.º 0370-4000/83³


NOME - VICENTE EDMUNDO ROCCO
 FILIAÇÃO - FRANCISCO ANTONIO ROCCO e MARIA DE PAZ ROCCO
 NATURAL DE - PARAIBANO
 PROFISSÃO - MILICO

DATA	FONTE	HISTORICO
17 Set 65	Inf. 62-SAR	<p>Agido Ex-diretor de SANGU na Paraíba, amigo dos agitadores JOEL FUDA e IVAN FIGUEIREDO. Prevalcia-se do cargo de diretor de SANGU na ajuda da "Liga Comunista", conduzia material de propaganda revolta e até armas de pequeno e médio porte para comícios de agitadores em ambulâncias de SANGU. Facibia documentos subversivos destinados a JOEL FUDA e IVAN FIGUEIREDO, e os escondia nos arquivos do SANGU. No dia seguinte ao da Revolução, possui todo material subversivo que não profunde existência na cidade de São-Pé. Por força da Revolução perdeu o cargo de diretor de SANGU. Continua criticando a Revolução e o Exército. Consta que por duas vezes, no seu próprio apartamento, tentou matar um dos melhores intelectuais da cidade de São-Pé.</p>

Figura 6: Informe do SNI Agência Recife sobre João Alfredo Dias

CONFIDENCIAL

SERVICÓ NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RECIFE

4035/83


INFORME N. 09, 16, ARR, 83

DATA: 03 JAN 83
ASSUNTO: JOÃO ALFREDO DIAS
ORIGEM: -X-X
REFERÊNCIA: -X-X
AVALIAÇÃO: A/1
DIFUSÃO ANTERIOR: -X-X-
DIFUSÃO: SS/06
ANEXO: PRONTUÁRIO DO NOMINADO

O nominado, ex-Vereador de SAPE/PE, teve seu mandato cassado. Agitador comunista. Esteve durante 45 dias na CHINA COMUNISTA.

Conhecido por "NEGO FUBA", exercia suas atividades junto as Ligas Camponesas, na qualidade de orador com o fim de apresentar as reivindicações do homem do campo.

Foi denunciado na 7ª CJM como infrator dos artigos 11º, letras "a" e "b" e 12º, da Lei 1802/53. Foi excluído da denúncia através do Habeas-Corpus.

Toda pessoa que tomar conhecimento deste documento é responsável pelo manuseio de seu sigilo. Lei. 2 de 1954 (Lei. 5.000/54) Art. 1º, § 1º (Lei. 7.099/77)

CONFIDENCIAL

Figura 8: Continuação do nforme do SNI Agência Recife sobre João Alfredo Dias

P. n.º 000928
 P. n.º 035/83
 Folha nº 2- 3

NOME - JOÃO ALFREDO DIAS (Pelo nome JOÃO ALFREDO)
 FILIAÇÃO - ALFREDO BRESSER DIAS e ANÍLIA CONSALVES DIAS
 NATURAL DE - SÃO-PÁ, ...
 PROFISSÃO - FUNCIONÁRIO DO SISP/78. -Sapeleiro.

DATA	FONTE	HISTÓRICO
29.01.68	D.O. União	Foi atingido pelo art. 7º de seu Institucional com destituição do cargo de dependente de SISP/78, do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
13.02.68	SSP/78	(Inf. Diário Oficial da União de 07.20.1968) xxxxxxxxxx -Natural de São-Pá, residente à rua 31 de Dezembro, em São-Pá, Sapeleiro, Funcionário do Posto de SISP/78 / São-Pá, lugar conseguido por intermédio de Francisco de Assis Lemos, Brador oficial da Liga Composta de São Pá, onde foi eleito vereador. (Inf. Ofício nº 4 de 2.1.68 de SSP da Paraíba xxxxxxxxxx)
9.9.68	Aut. 7º 28	O SNI concedeu Habere-corpus por ausência de denúncia, em favor do Sr. Sapeleiro do processo São-Pá, cujo Sapeleiro de Inscrição foi o Tenel Sapeleiro "Aiva" e que tomou ao Aut. de 7º 28, a nº 32/68. O Habere-corpus consignado está junto ao Pront. nº 012071. (Inf. Informação nº 600-SR/2, de 16.8.68). X;X;X;X;X;X;X;X;X;X;X
17.07.73	xxxxxx SNI/NAJP	Anexo Pront. nº 0184 procedente do SNI/NAJP, que foi devolvido. xxxxxx
22.11.76	7ª CJM	De Processos nº 70/64 e 32/65, no qual o nominado foi indiciado, foram remetidas à Auditoria da Corregedoria, com os autos nº 1404, de 24.12.68 e nº 918, de 18.08.68, da Auditoria / de 7ª RJ/DE. (Inf. Dados colhidos na 7ª CJM, na sessão de 1971). xxxxxx
20.02.81	7ª CJM	O nominado foi denunciado na 7ª CJM (Proc. 70/64), pelo infrator do art. 3º da Lei 1002/52. Foi excluído da denominação através do Habere-corpus. No Proc. 82/64, a denúncia foi denunciada na 7ª CJM, cujo infrator dos arts. 11º, 10º, 9º e 8º e 7º da Lei 1002/52, foi excluído da denominação através do Habere-corpus. (Inf. Dados colhidos na 7ª CJM).

Os anexos foram destruídos

Figura 9: Última parte do informe do SNI Agência Recife sobre João Alfredo Dias

P. n.º 0184/35/83

NOME: JOAO ALFREDO DIAS (valgo JOAO FUSA)

FILIAÇÃO: ALFREDO ELISEU SOUZA e AMÉLIA SOUZA DIAS

NATURAL DE:

PROFISSÃO:

DATA	FONTE	HISTÓRICO
1965	Cópia de fichário anterior	ALTO Perigoso agitador comunista. esteve na BETA Continental durante um ano, treinando guerrilhas. Na fase pré-revolucionária, quando se dava grande agitação camponesa, no sítio de Canavial paraitano, realizou um curso, tendo comparecido ao mesmo o Deputado Federal HUMBERTO LUCENA.
Processo 14.001.3		- Desempenhava a função de orador da Liga Camponesa de São, visitou a União Popular e a União Soviética e, ao regressar, em sua discursão, fazia elogios ao regime dos países vizinhos. É voz corrente que foi curador de guerrilhas na União Soviética e na China e que, em São, ministrava essas instruções a camponeses. Todavia, não há qualquer prova documental ou testemunhal a esse respeito, parecendo que tais notícias se fundam na conjectura.

Figura 10: Informe do SNI Agência de Recife sobre Francisco Bernardo do Nascimento.

CONFIDENCIAL 418783

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RECIFE

INFORME N.º 093/16 / ABR / 83

DATA: 01 FEV 83

ASSUNTO: FRANCISCO BERNARDO DO NASCIMENTO

ORIGEM: -X-X

REFERÊNCIA: -X-X

AValiação: 4/1

DIFUSÃO ANTERIOR: -X-X

DIFUSÃO: SS/06

ANEXO: PROCTUÁRIO DO NOMINADO

Agricultor, do Estado da PERNAMBURGO, indiciado em IPM, por exercer atividades subversivas infringentes à Lei de Segurança do Estado. Foi condenado pela 7ª CIM em 10 JAN 67, a pena de 05 anos e 06 meses de reclusão, por infração aos arts. 15, 16 e 17 de Lei 1902/53.

Em 26 JUN 67, a sua sentença foi reformulada para 02 anos apenas. O STM então declarou extinta a punibilidade pela prescrição da pena.

Toda pessoa que usar conhecimento desta informação é responsável pela manutenção de sua sigla. (Art. 12 da R.S. 3 - Dec. nº 20.018/77)

CONFIDENCIAL

Figura 11: Continuação do informe do SNI Agência de Recife sobre Francisco Bernardo do Nascimento.

P. n.º - 004903-

NOME - FRANCISCO BERNARDO DO NASCIMENTO
FILIAÇÃO - JOSEPH BERNARDO DO NASCIMENTO e CONDOMINA MARIA DO NASCIMENTO, os
NATURAL DE - Paraíba. SEVERINA MARIA DA CONCEIÇÃO,
PROFISSÃO - Agricultor.

TAMBORE - SUBVERSIVO

DATA	FONTE	HISTÓRICO
26/06/66	SNL/ARE	-Idade no movimento das línguas compostas - Recife em 2ª Zona Santa Rita, em Paraíba de Nova (P).
11/07/66	SNI/ARE	-Recife, estado, com 30 anos de idade, (P), nº 1.385-55/25/83/53/ 13 JUL 66).
9.11.66	SNI	Foi denunciado pelo Promotor da Auditoria da 7ª RM no IPM Rural-IV de, da que foi encaminhado o Insp. Cláudio Faiva, como instrutor do art. 2º, incisos III e IV, art. 9º, art. 11 da Lei nº 1.802/53. (Ref. Inf. 02/531/ARE - 021-65/19.01.66).
18.1.67	SNI	Processo 104/65 - O Conselho Fernando de Justiça do E. servido em sessão de dia 10.1.67, o julgou e condenou a 4 anos e 6 meses de reclusão e mais 1 ano de detenção, de acordo com os arts. 12, 15 e 17 da Lei 1802/53. (Ref. Inf. 31/531/ARE - 001/5315/18/ 13.1.67).
20.02.68	SSP/PE	-Inscrito em ITR, por exercer atividades subversivas e insuportado na Delegacia Auxiliar da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, encaminhado à Justiça. (Ref. -Relatório do Delegado Auxiliar da SSP de Pernambuco, 1964)
4.Set.68	Aud 7ª RM	-Anexo Sentença de Processo nº 106/65, revogada pela Auditoria da 7ª RM, em 25.7.68).
9.Set.68	Aud. 7ª RM	-O STJ concedeu "Habeas-Corpus", por inépcia da denúncia, os elementos acima, denunciado no Processo Rural, cujo Escarrapato de Inscrito foi o ten Cel Eustáquio Paiva e que tomou na Auditoria da Guerra da 7ª RM, e nº 33/65. (O Habeas-Corpus completo está junto ao Prot. nº 01207). (Ref. Informação nº 609-85/2, de 16.8.68).
15.03.75	ARE/SNI	Conforme consta da relação remetida pela 7ª STM, datada de 30.12.75, foi extinta a punibilidade do nominado. (Ref. Dados colhidos pelo CAS/ARE/SNI).x.x.x.
03.12.75	7ª STM	O Processo nº 33/65, do qual o nominado foi inculcado, foi remetido à Auditoria de Correção-GR, com o ofício nº 918, de 34.03.66, da Auditoria da 7ª RM/GR.
29.02.81	7ª STM	Em 10.01.67, o nominado foi condenado pela 7ª STM (Proc. 105/65), a pena de 05 anos e 06 meses de reclusão, por infração dos arts. 12º, 15º e 17º da Lei 1802/53. Em 26.06.72, o STJ prorrogou a sentença para 02 anos de detenção. O STJ declarou extinta a punibilidade pela prescrição da pena. O infrator foi denunciado na 7ª STM (Proc. 33/65) como instrutor dos arts. 2º, 9º e 11º da Lei 1.802/53. O processo foi tramitado através de Habeas Corpus. (Ref: Dados colhidos na 7ª STM)

Figura 14

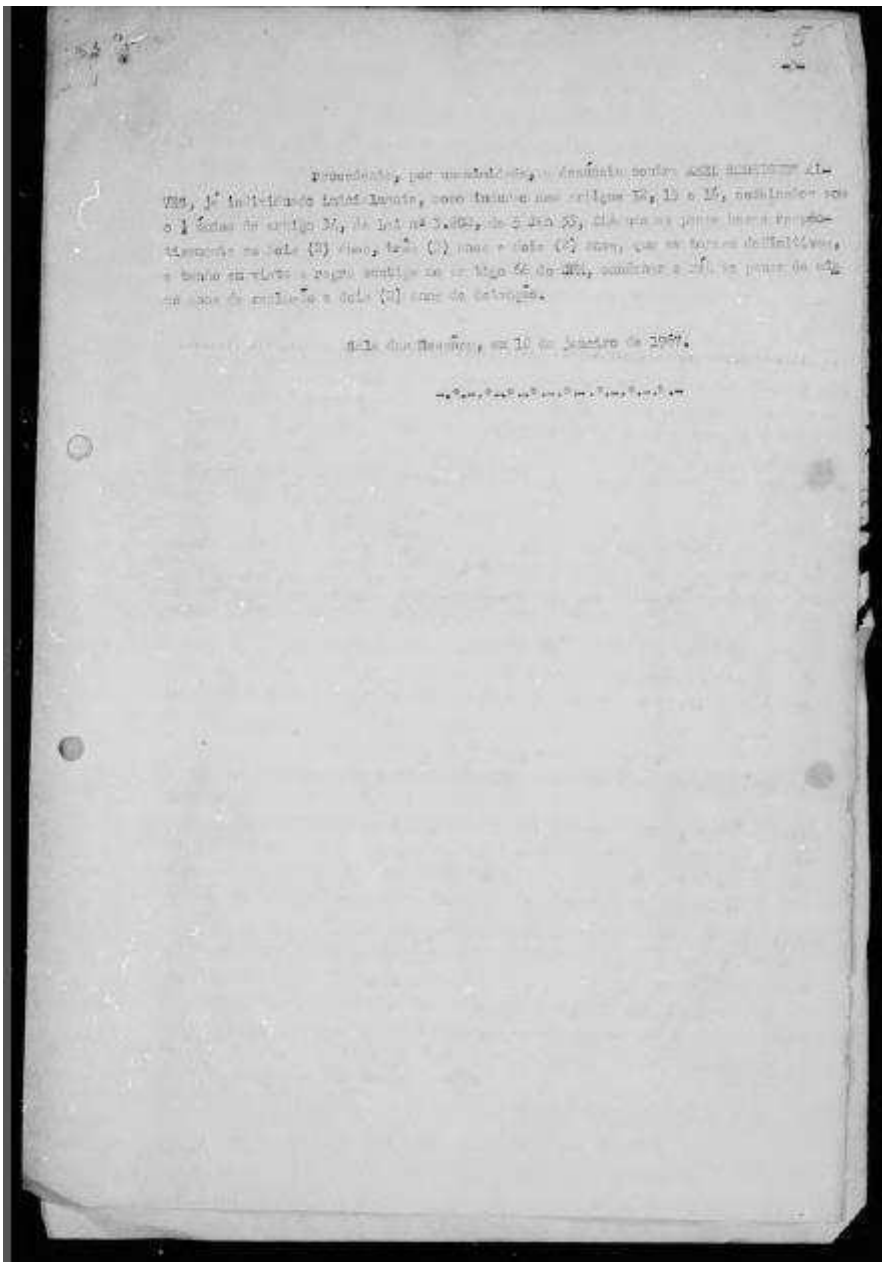


Figura 15: Informe do SNI Agência Recife sobre Ivan Figueiredo de Albuquerque

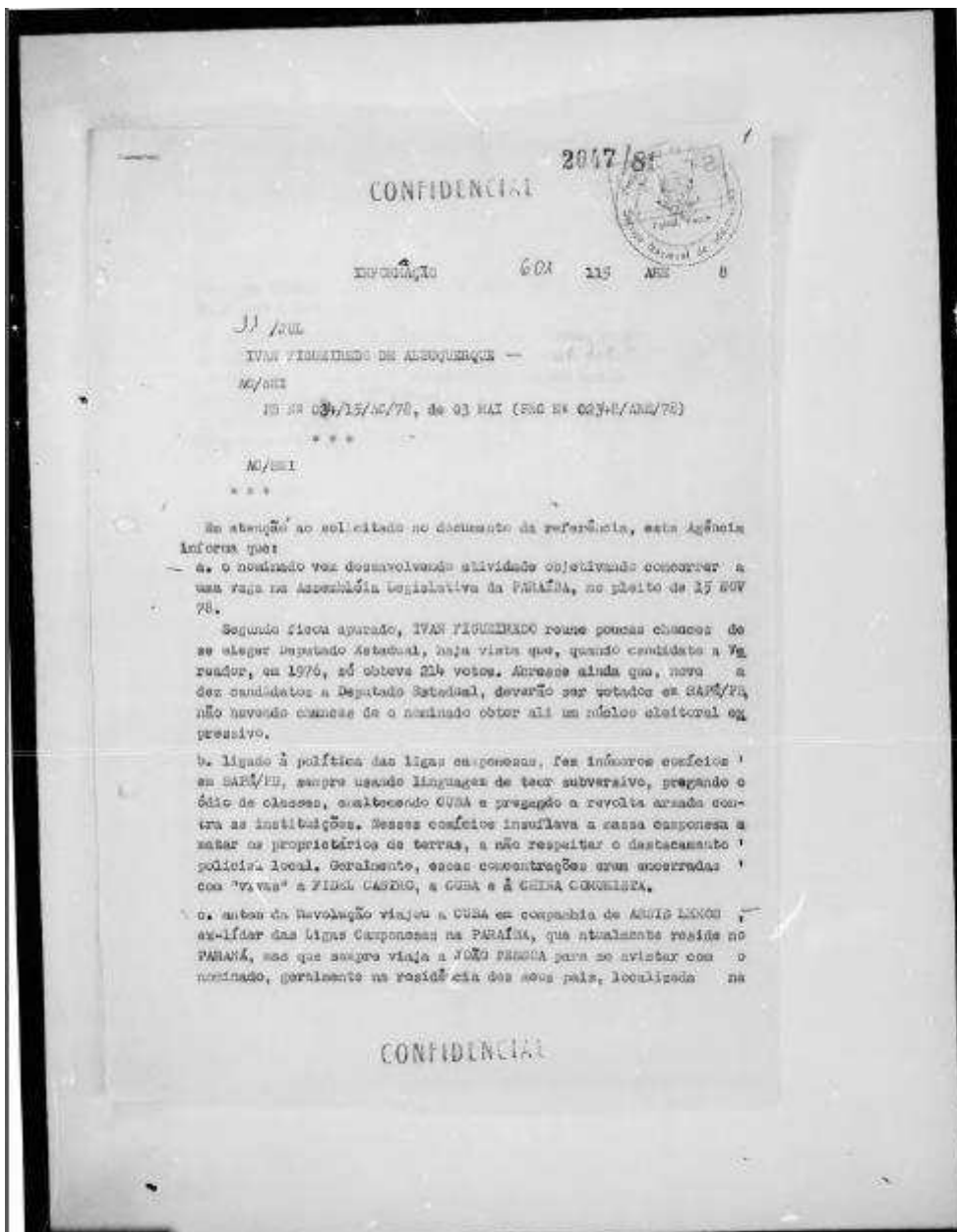
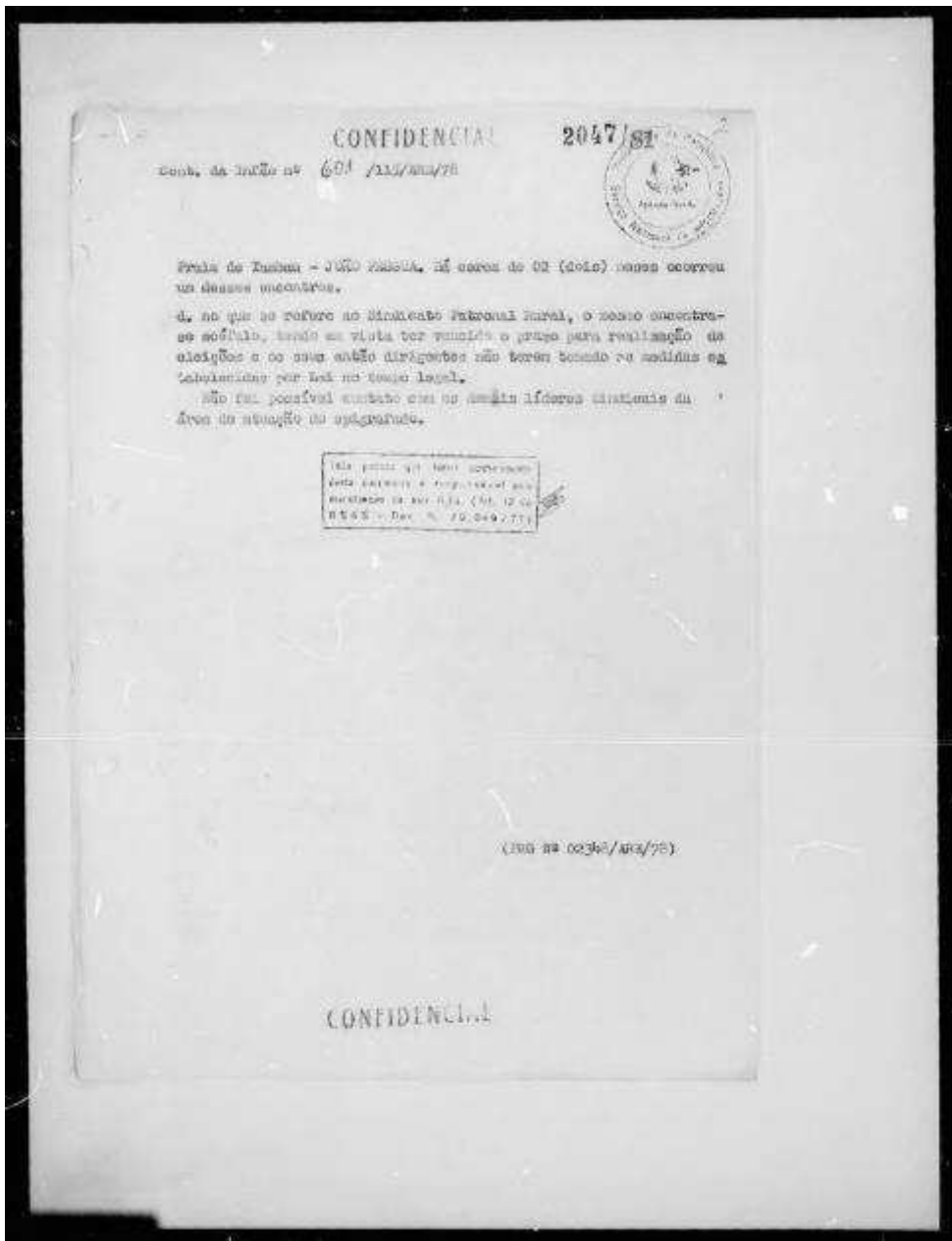


Figura 16



CONFIDENCIAL

2047/81

Cópia da carta nº 604/111/1978



Prata de Tinha - JÚLIO KASSEL, há cerca de 02 (dois) dias ocorreu
um desses encontros.

d. no que se refere ao Movimento Patronal Naval, o mesmo concentra-
se sob o comando de vista ter reunido o grupo para realização de
eleições e os seus atuais dirigentes não foram tomados as medidas as
devidas por lei no tempo legal.

Não foi possível contato com os atuais líderes sindicais da
área de atuação do aparelho.

Esta carta foi emitida em
depoimento de J. K. KASSEL
em 12 de 1978, às 14h 12m
R. S. S. - Div. n. 70.049.771

(100 de 1030/1978)

CONFIDENCIAL

Figura 17

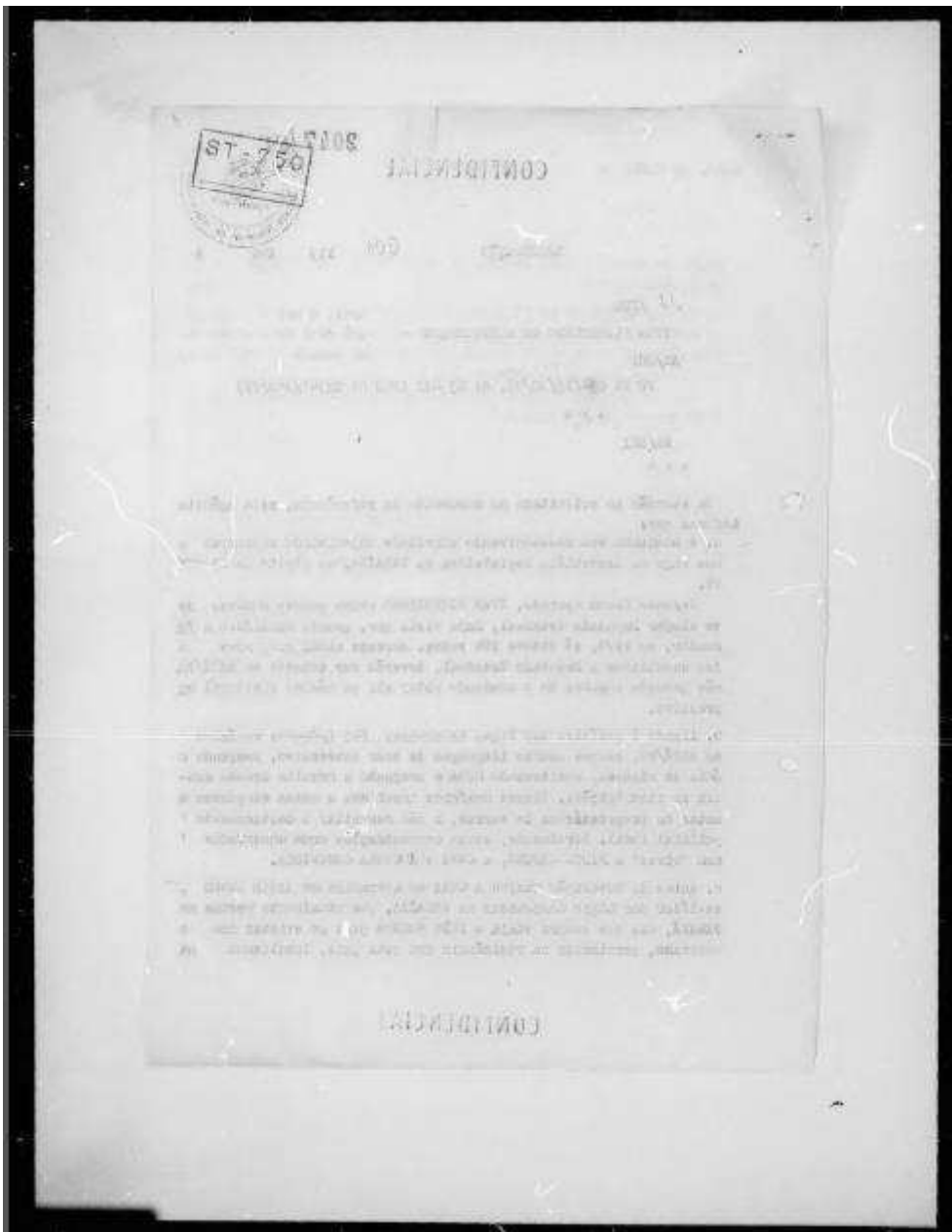


Figura 18: Informe do SNI Agência Central sobre as atividades do Clero no Nordeste

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO MINISTRO
~~SECRETARIA~~
CISA

Em 30 OUT. 1970
S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
019845 - 6 NOV 70
PROTOCOLO

1 ASSUNTO Atividades do Clero no Nordeste
2 DIFUSÃO SNI/AC
3 DIFUSÃO ANT DIS/COMZAP.2 - COMCOS - B As TE - B As IT - B As EF - B As SV
4 ANEXO

52210

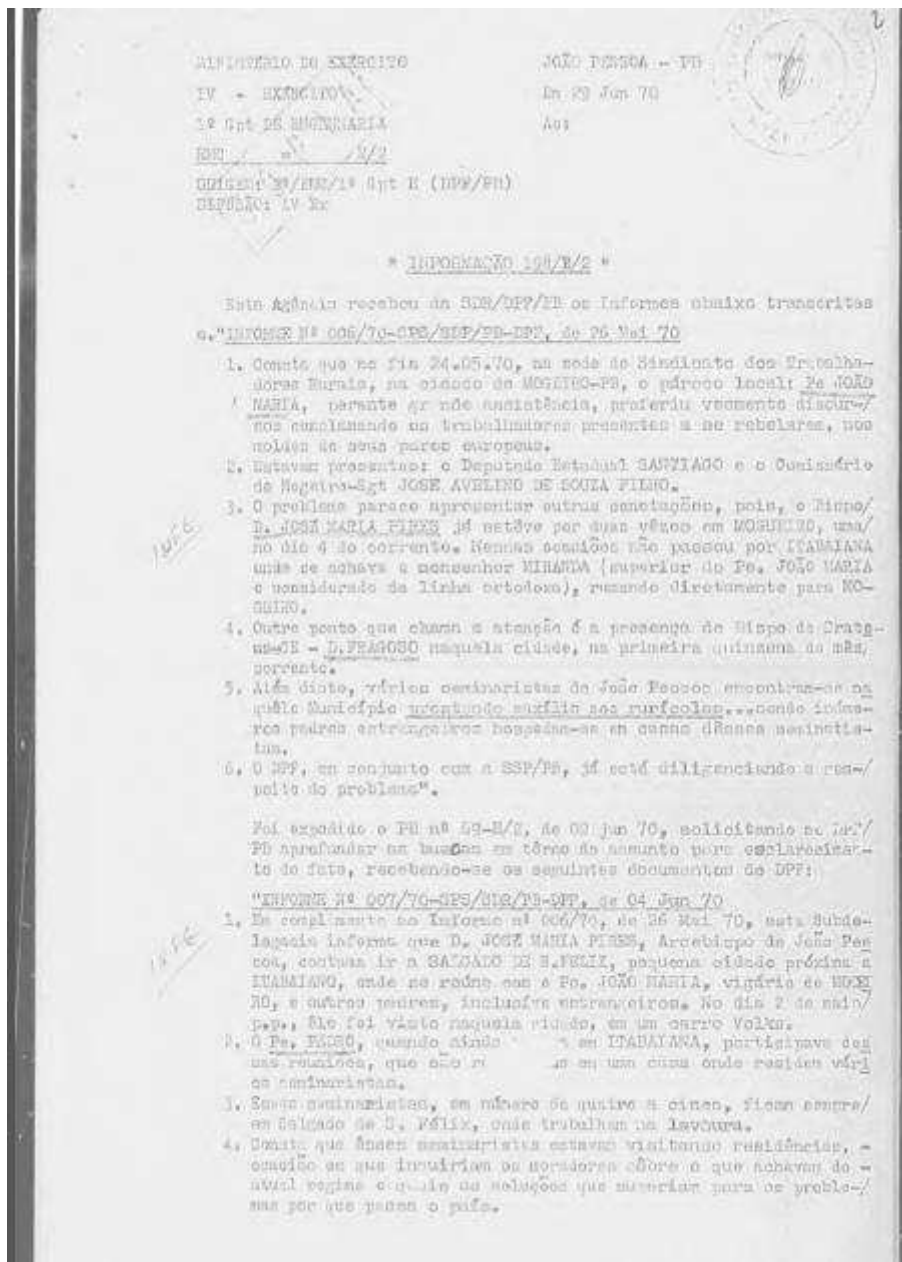
ENCAMINHAMENTO N° 321/KSKX CISA-RJ

Este Centro encaminha cópia da seguinte documentação, que alude às atividades do Clero na Região Nordeste do País:

- Informação nº198/E/2, de 29 Jun 70;
- Encaminhamento nº032/SPS/SDR/PB-DPP, de 17 Jun 70; e
- Informação nº204/E/2, de 02 Jul 70.//

////////////////////////////////////

Figura 19



MINISTERIO DO EXERCITO
IV - EXERCICIO
1º Opt de INDEMNIDADE
ENC - 2 - 2/2

João Pessoa - PE
Em 02 Jul 70
Ass:



OPRESEN: 22/082/1º Opt 2
DIFUSÃO: IV Ex.

INFORMAÇÃO Nº 204-E/2

Ref: Info nº 198-E/2, de 29 Jun 70/1º Opt 2

Em sêmo do assunto tratado na Info de referência, foi procedida uma sindicância pelo Cel Ref 191/PA PAULO GERALDES DE OLIVEIRA, Joadamário de - Itabaiana, que chegou às seguintes conclusões:

- a) Existe em SALGADO DE SÃO FELIX, uma residência em preto (não caia na), usada com obras de varas, onde funciona o suporte técnico da subversão. Segundo informações do Sr Paulo Bezerra, funcionário dos Correios em Salgado de S. Felix, referida casa é frequentada por D. JOSÉ MARIA FERES, que ali vai inconspicuamente aproveitando - viagens a locais próximos; por D. FRAJOSO (filho de CRASSUS); por padres estrangeiros e entre outros a viário de LOGGINS - Pe JOÃO MARIA;
- b) Torna-se difícil colher-se dados sobre as atividades realizadas - no interior da referida casa uma vez que as pessoas da localidade se esquivam de prestar informações, talvez por se tratar de atividades clandestinas. Entretanto, a hipótese de que na referida residência funciona um núcleo de subversão é reforçada pelo fato de ali residirem seminaristas, nos ditos anos de curso, que vivem (embriagados) embriagados nas ruas, deficientemente instalados, trabalhando na agricultura, sob o pretexto de preparar a Igreja vi va. Os citados seminaristas percorrem a zona rural para perguntar aos agricultores se estão satisfeitos com o governo atual e sua orientação;
- c) O Arcebispo D. JOSÉ MARIA FERES, além de várias que comparece a SALGADO DE SÃO FELIX, confabula, na casa acima referida, com SENEZIO DUZÉ FERES, elemento subversivo, ex-Chefe das Ligas Desportivas da localidade e pai do atual prefeito de SALGADO.
- d) D. JOSÉ MARIA FERES convocou uma reunião entre proprietários e um milhão de rurais de SALGADO DE SÃO FELIX e como os proprietários não compareceram e aproveitou disse aos trabalhadores que poderiam se organizar em uma tarefa, pois os Asses não haviam se apresentado.
- e) O Sindicato assistiu uma reunião na Sêmo dos Trabalhadores em Itabaiana e naquela oportunidade D. JOSÉ MARIA FERES convida-os a se unir para uma luta, que o próprio D. JOSÉ não sabia como havia de ser.

Figura 20

5. D. JOSE MARIA sempre vai a SALGADO em caráter informal, em um
veloc, quando de férias.
6. Consta que o filho de CRATERS-SE esteve em SALGADO nos meses
de um mês."

"DETERMINAÇÃO DE QDE/QUE/QUE/PP-PPF, de 17 Jan 70
Zacarias de Almeida em termo de declaração de MORA BEVERINO CAL-
VALCINI DE MIRANDA, viúvo de IPABIANO, onde nasceu religioso/
Tem gravos e sérias acusações de Acadêmico de João Pessoa (Var-
ação 1958).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUBDELEGACIA REGIONAL DA PARAIBA

TERMO DE DECLARAÇÃO que presta o PADRE BEVERINO -
CALVALCINI DE MIRANDA, na forma abaixo: 1-1-1-1-1-1-1-1

Declarante sou de nome de família de mil noventa e sete, na ci-
dade de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba e na Sede da Subde-
legacia Regional do Departamento de Polícia Federal onde se encontra/
presente o Doutor ADELSON ALVES ROCHA, Delegado Regional, policial -
carreira auxiliar de Polícia Federal, de seu cargo adiante declara-
do, e presente o PADRE BEVERINO CALVALCINI DE MIRANDA, brasileiro,
natural da cidade de Alagoas Grande, com 72 anos de idade, exercen-
do suas atividades na Paróquia de Itabiana neste Estado, residência
no Hospital São Vicente de Paula em Itabiana, inquirido e sabendo
por a escrever, BENEZUELA, e declarante Viúvo, há sete meses de
cidade de Itabiana, onde reside há 5 anos; QUE, era o Padre Pedro -
Miguel, de nacionalidade italiana, o ex-vigário da cidade, que re-
tornou ao seu País de origem. QUE, veio a saber através do coronel/
RAUL GONCALVES, comandante de Itabiana, e do Deputado ANTONIO MARIN-
DA SILVA, de incidente ocorrido em dia de sua prisão passado, na
cidade de Novaes, distante de Itabiana dezoito quilômetros, en-
volvendo a Viúvo daquela cidade, PADRE JOAO MARIA DE CAUCHIT; QUE,
conquanto foi informado, durante uma reunião de que falava por a
aquela Viúvo, e citou Deputado SANTIAGO e Baricolas daquela cidade
cidade de Salgado, e PADRE JOAO MARIA usa da palavra a palavra -
fies e, ataca ao Governo da Revolução, visando que se o novo gov-
verno em 1964, hoje ainda estava em situação pior, mas corra-
dor, enquanto que se ficou de tortura mais cinco meses; QUE, confor-
me o termo, as palavras do PADRE JOAO MARIA tiveram o objetivo claro/
de atacar as forças dos trabalhadores rurais contra o Governo Revo-
lucionário; QUE, as palavras do PADRE JOAO MARIA foram contadas,
com grande veemência, tendo a comissão de de retro, cinco, pelo Go-
vernador de Uzeiro e pelo Deputado ANTONIO MARINHA BASTIAGO; QUE,
este último teria protestado de maneira ríspida contra o Padre JOAO
MARIA, chamando-o de forasteiro e inimigo do País de (facism-lida-
do, italiano), visando de público, e atacar o Governo da Revolução; -
QUE, o declarante ao nome o Padre JOAO MARIA de CAUCHIT, há de seis
anos, sabendo que ele tem as mesmas idéias, digo, a época de seis an-
os, sabendo que ele tem as mesmas idéias de D. HILDES DEBORA e de D.
JOSE MARINHA CAUCHIT, ex-vigário de Itabiana pensava que seja como/
o Padre José Maria de Cauchit; QUE, o declarante não concebe, em a-
qualito, com a orientação de D. JOSE MARIA BRES, mais intencional-
de que D. HILDES tem as mesmas idéias deita e orienta o clero da Para-
íba neste sentido; QUE, nas circulares expedidas por Deputado Maria Pi-
res sabe recomendando que os Padres, nas paróquias, procurem conscienti-
zar o povo, e em especial as crianças, mostrando-lhes a fé que -

Figura 21

O Sr. D. José Maria Pires deixa em plena consciência
 no aspecto político e moral, (realmente) realmente apenas o aspeto
 social, mas que o declarante não concorda; III, por isso mesmo, o
 que se nota, é que o Sr. José Maria Pires não concordou com a declaração
 feita; IV, no entender do declarante, a orientação de D. José Maria
 Pires para os seus atos, em alguns pontos com a orientação de D. José
 Pires; V, D. José Maria Pires tem muita relação com os Escravos novos, que
 seguem esta orientação, enquanto que os seus filhos, como é declarado
 no presente, que a família de D. José Maria Pires, antes de tudo a preservação
 de D. José Maria Pires e a manutenção do Sr. através das encomendas, não
 relaciona a plano econômico; VI, acredita e declara que D. José
 Maria Pires tem estado abertamente contra o Governo português re-
 lativamente a Revolução, com o objetivo muito claro de se tornar
 útil, e se vai a ser usado ou pressionado pelas autoridades;
VII, no entanto o declarante de que D. José Maria Pires em seus atos
 nunca, nem nunca nunca que os Padres pregam sobre a possibilidade de
 "LIBERTADE"; VIII, o declarante acha que esta possibilidade é impossível
 seria uma vez que não a possibilidade de esta liberdade, pois todos os
 que o querem, desde que não tenham a lei, no que abrange a
 classe, é de se tratar que os Padres tem sido tratados com todo res-
 peito pelas autoridades constituídas; IX, nunca uma grande surpresa
 no declarante, e muito estranha, o caso de haver D. José Maria Pi-
 res conhecido o Monsenhor Marcelo Cavaleiro para pregar o "EXTINO -
", no Seminário de São Paulo, de três a dezasseis de julho -
 próximo vindouro; X, Monsenhor Marcelo Cavaleiro, de Arquidiocesa
 de Orléans em França, de que é Arcebispo D. Galder Câmara, já está
 em São Paulo, por envolvimento em atividades subversivas, e
 nunca uma boa razão preventiva chegou a ser decretada naquela data;
XI, ao que parece, as acusações que se fazem contra o Monsenhor/
 MARCELO CAVALHEIRO são as mesmas de que se faz a parte da cobertura
 a terroristas, incluindo-se a fuga para o Uruguai; XII, D. JOSÉ M.
 MARIA PIRES vai sempre a Salgado de São Félix, distante cerca de vinte
 quilômetros de Itabirato, a fim de visitar sua Colônia de Semina-
 rização existentes naquela cidade; XIII, desde a extinção, em número
 de seis ou oito, incluindo de uma casa velha, ali cobrem e trabalham
 na agricultura, incluindo o declarante que eles também contatos -
 com os trabalhadores rurais; XIV, o declarante, a seu ver, não se
 pode relacionar com referência as atividades dessas seminações,
 mas o certo é que o Sr. de Salgado de São Félix, ou talvez algumas/
 pessoas daquela cidade desconfiam das atividades dessas seminações;
XV, pessoalmente, sobre o declarante que é um leucura manter cerca/
 o declarante daquela cidade, bem o minist. confere; XVI, há cerca de
 três meses, quando se foi, D. VAGOSO, Bispo de Goiás está em -
 Itabirato, livremente ignorando se Sr. Pires está também em -
 Salgado de São Félix e Itabirato; XVII, o declarante é Monsenhor de São
 Paulo, quando a terceira vez chegou a cidade de Itabirato, e mais
 não ficou. Não se sabe conforme acima com a autoridade e o decla-
 rante em sua presença. Eu, secretário ilegal do Ilustrado e sub-
 ditivo.

A U T O R I D A D E
 autoridade ilegal

O U T O R I D A D E
 autoridade ilegal


Figura 22

Figura 23:

CONFIDENCIAL

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL

ENCAMINHAMENTO Nº 025.771/587/AC
(0819/095)



DATA : 28 JAN
ASSUNTO : Atividades do Clero no Nordeste.

REFERÊNCIA:
DIFUSÃO : ARE - NAJP

Esta Agência encaminha o seguinte: 1
- cópia do encaminhamento nº 511/111-00/70 de 20.10.
sobre atividades do Clero no Nordeste; para as providências a
tomarem por essa Agência.

Ref: PGD 19.865/70

Figura 24

CONFIDENCIAL 007803 30


MINISTÉRIO DO TRABALHO
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
INFORMAÇÃO Nº 256/78/SNM/DSI/MT

DATA: 01 de dezembro de 1978
ASSUNTO: Problemas e agitação no meio Rural da Paraíba

ORIGEM: <u>CNA</u>	SNI AGENCIA CENTRAL
AVALIAÇÃO:	027875 22 DEZ 78
REFERÊNCIA:	PROCOLO

DUPLICAÇÃO ANTERIOR: MA e CNA
DUPLICAÇÃO: AC/SNI
ANEXO: Documento com 20 folhas

 O documento anexo foi dirigido ao Sr. Ministro da Agricultura e cópia do mesmo foi recebida nesta DSI através do Presidente da Confederação Nacional da Agricultura.



CONFIDENCIAL

Figura 25

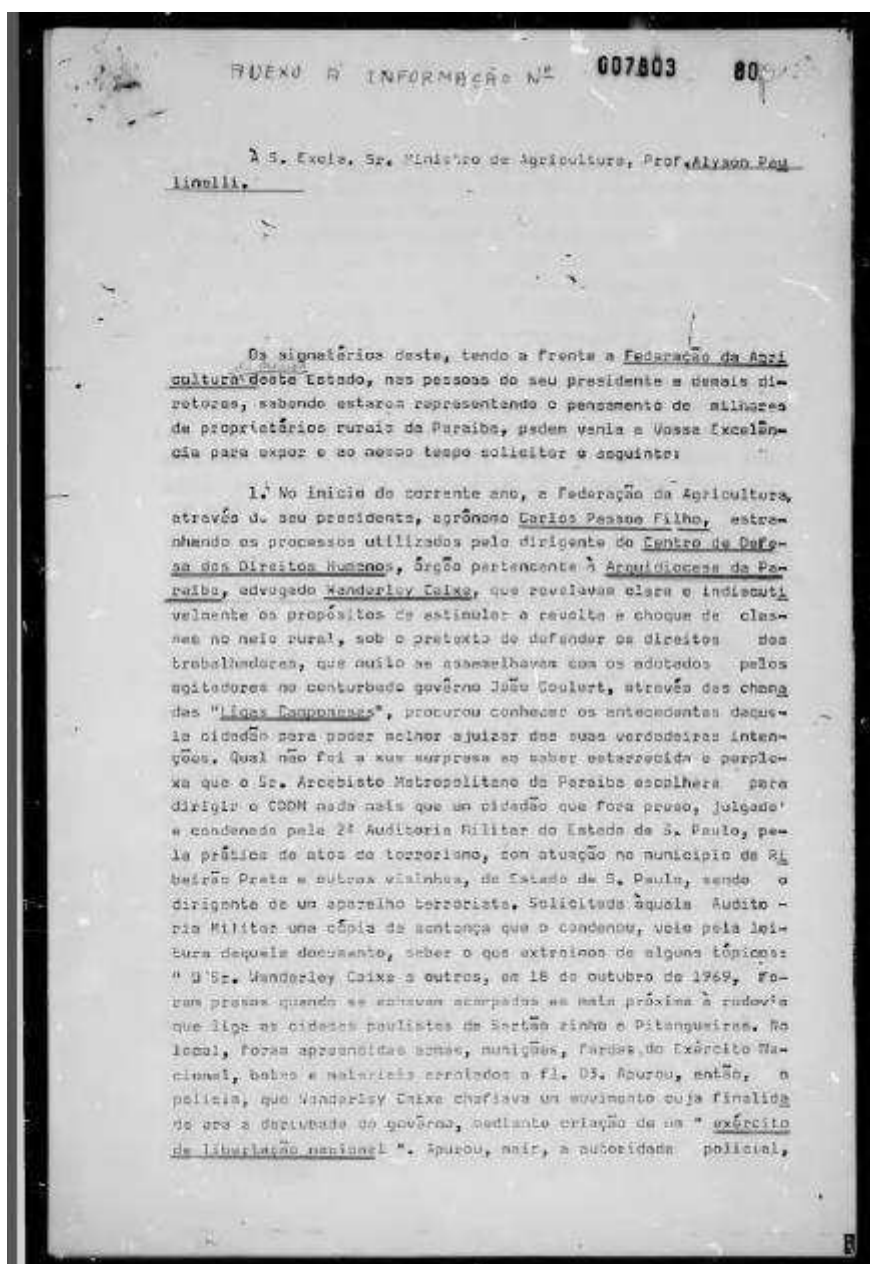


Figura 26

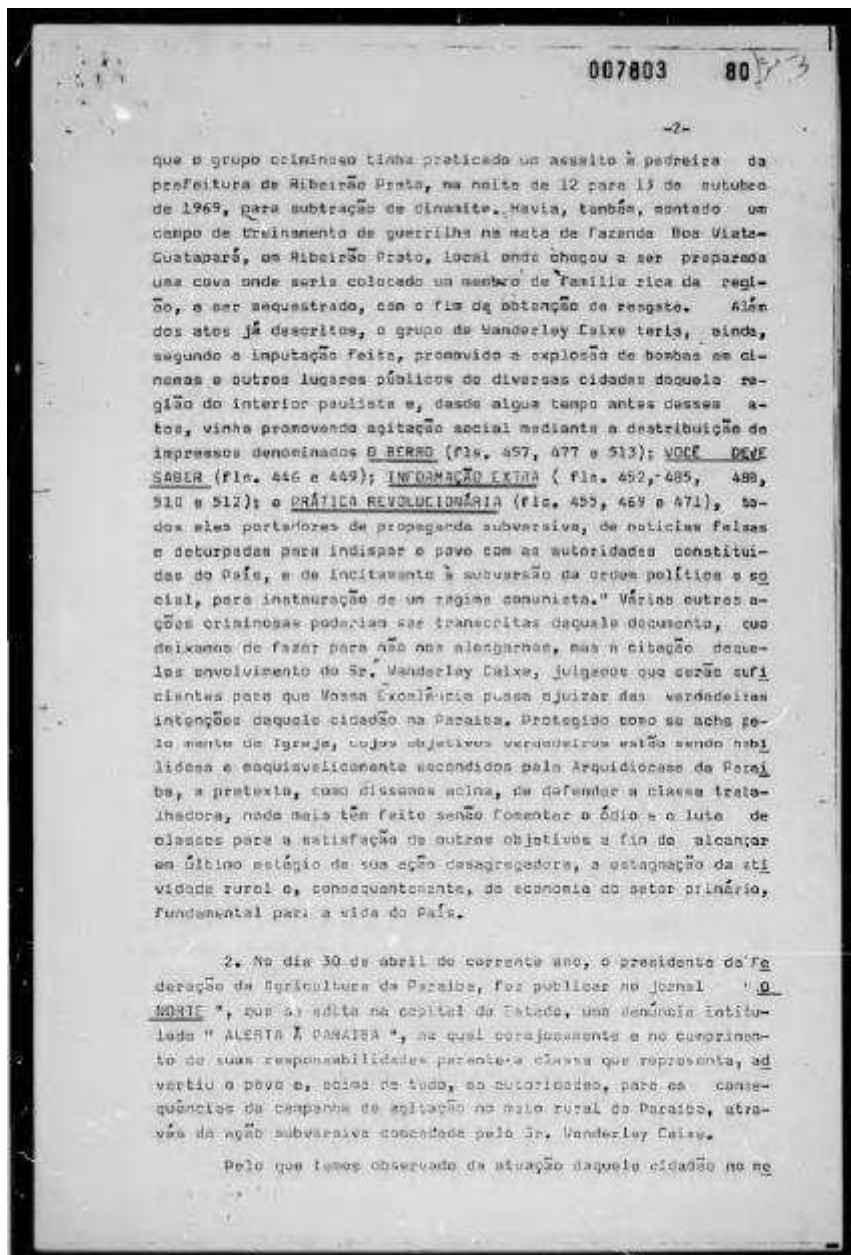


Figura 27

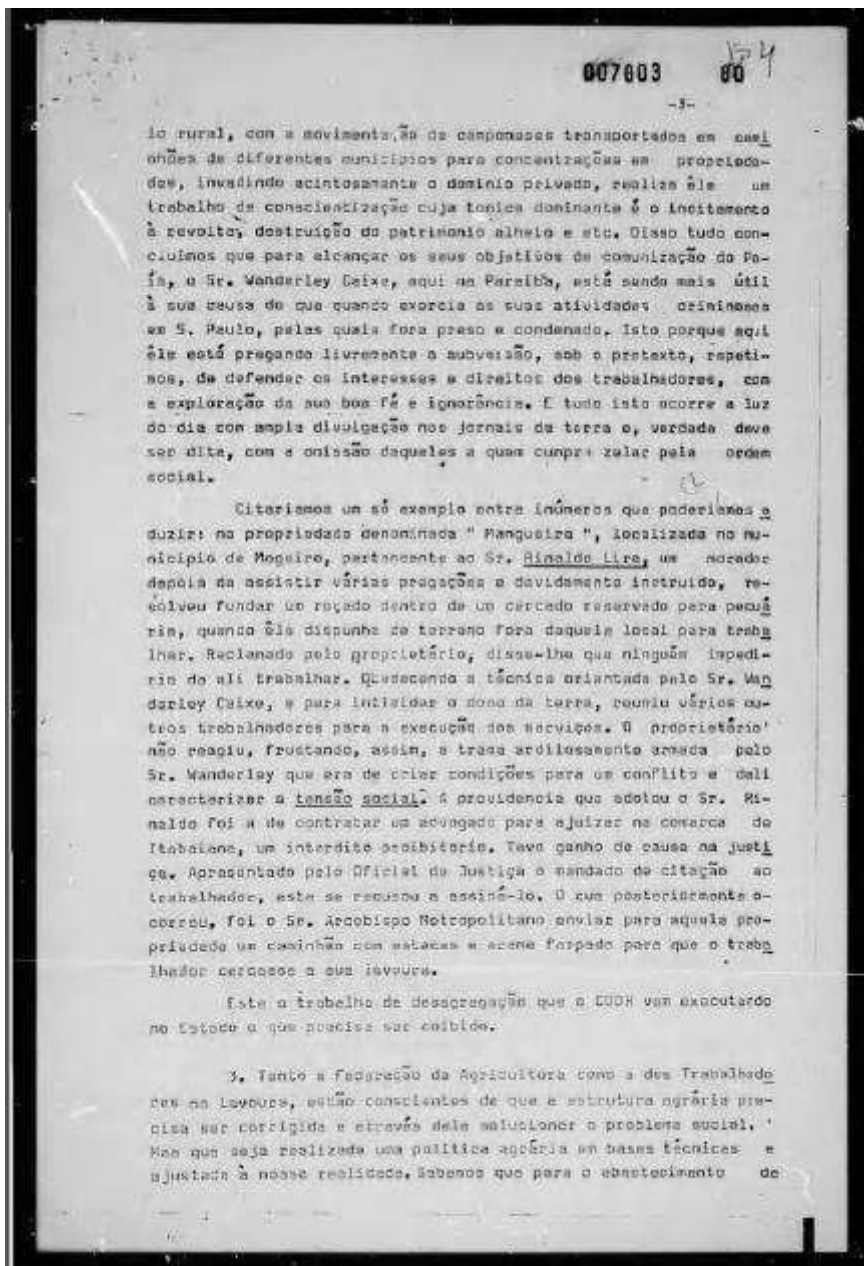


Figura 28

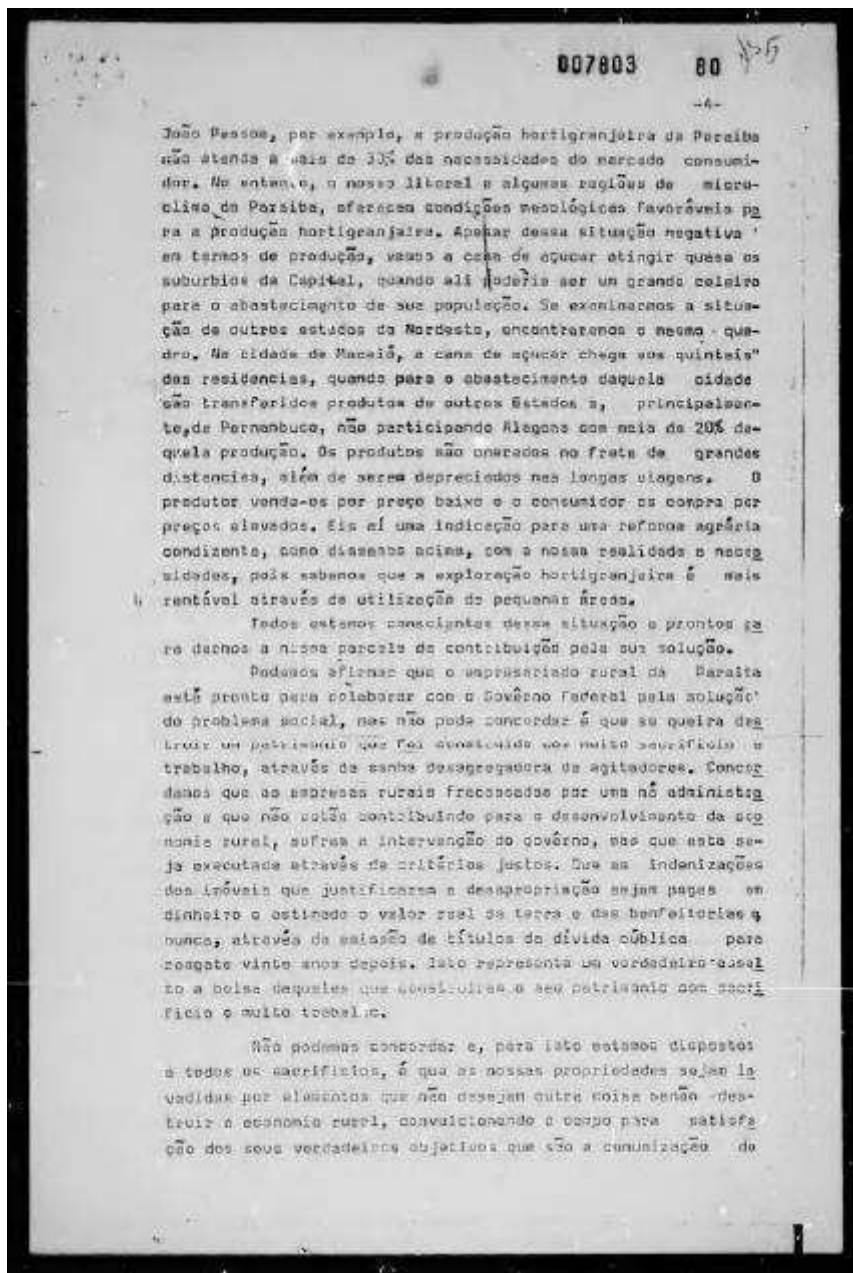


Figura 29

007603 89

-5-

País.

Veja Vossa Excelência como são inocentes aqueles "pregoeiros da verdade", como proclamam, falam em direitos humanos, em liberdade e democracia, enquanto que no púlpito das igrejas proclamam e exaltam o regime comunista de Cuba que é a negação daqueles direitos. Falam em divisão indiscriminada de propriedades com a distribuição das terras aos seus moradores, mas até hoje não distribuíram um palmo de terra das propriedades da Arquidiocese de Paraíba com os rurícolas que nelas residem. Estas atitudes bifrentes denunciam clara e inconfundivelmente os seus reais objetivos.

Será que as autoridades brasileiras não se elertaram para as consequências dessas atividades subversivas? Será que ainda não perceberam que ositindo-se então inadvertidamente contribuindo para alimentar a semente desegregadora daquelas sementes e que, se continuar assim, quando procurarem conter essa onda de agitação, não mais conseguirão? Será preciso que os proprietários rurais, na defesa do seu patrimônio, tenham que se armar para preservá-lo?

Esta é advertência que a nossa consciência reclama que façamos ao Governo Federal, através de Vossa Excelência, confiar de que será levado na devida consideração, a fim de que volte a paz e a tranquilidade no meio rural, necessários para que possamos com o nosso trabalho ajudar o Governo a superar os dias difíceis que a Nação está atravessando.

Apelamos, assim, que Vossa Excelência inteirado de realidade que ora relatamos com exatidão, mas ao contrário, com solidariedade, adote na área de sua competência as medidas que se impõem, solicitando, inclusive, dos órgãos e autoridades responsáveis pela segurança e a ordem social, que investiguem as denúncias que constam deste documento, que possa ser ampliadas com outros fatos de igual natureza, prestando, assim, mais um relevante serviço à causa dos proprietários e trabalhadores rurais, que almejam um clima de ordem e de respeito para que desenvolvam as suas atividades sem as perturbações provocadas por agitadores subversivos e comunistas confessos, como é o caso do Sr. Wanderley Teixeira e seus associados.

Campina Grande, 10 de dezembro de 1978

Wanderley Teixeira
e *Austriano Benício de Araújo*

Figura 30

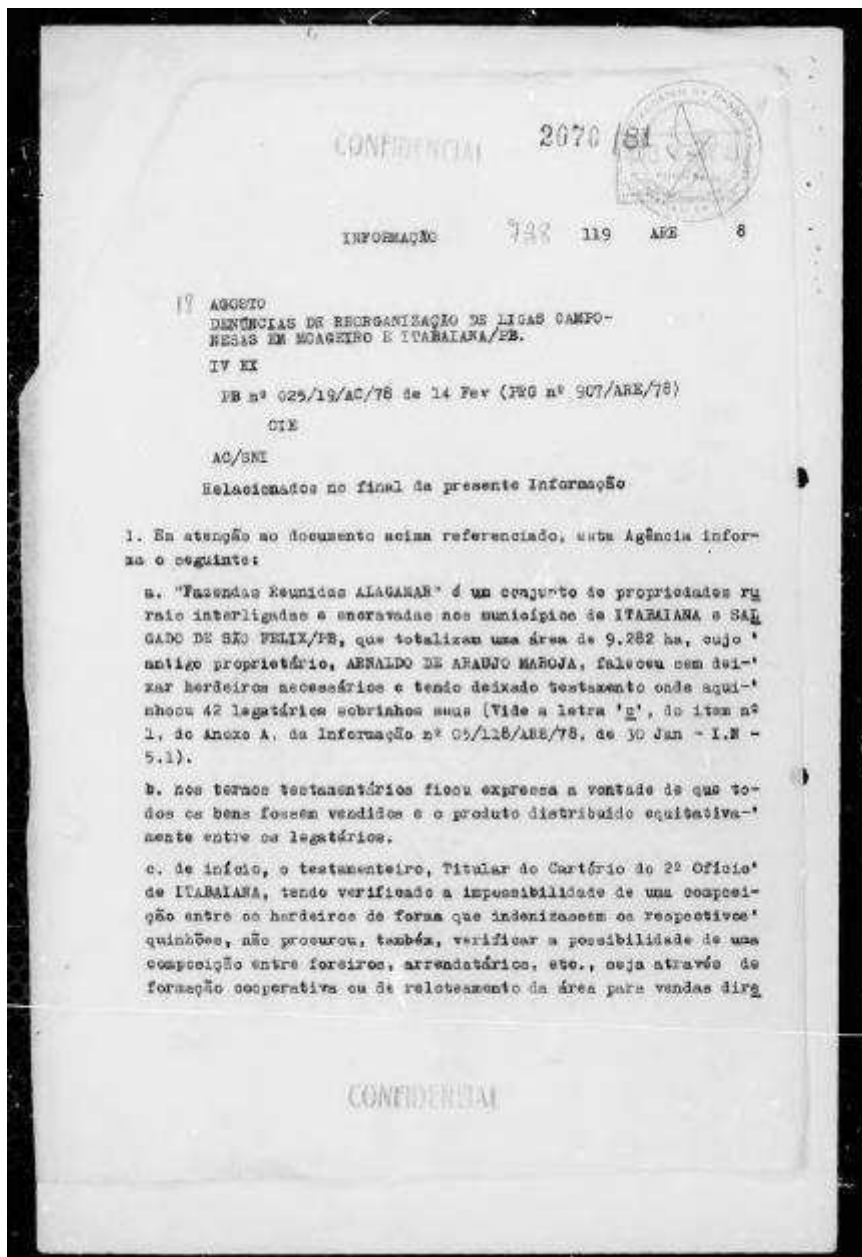


Figura 31

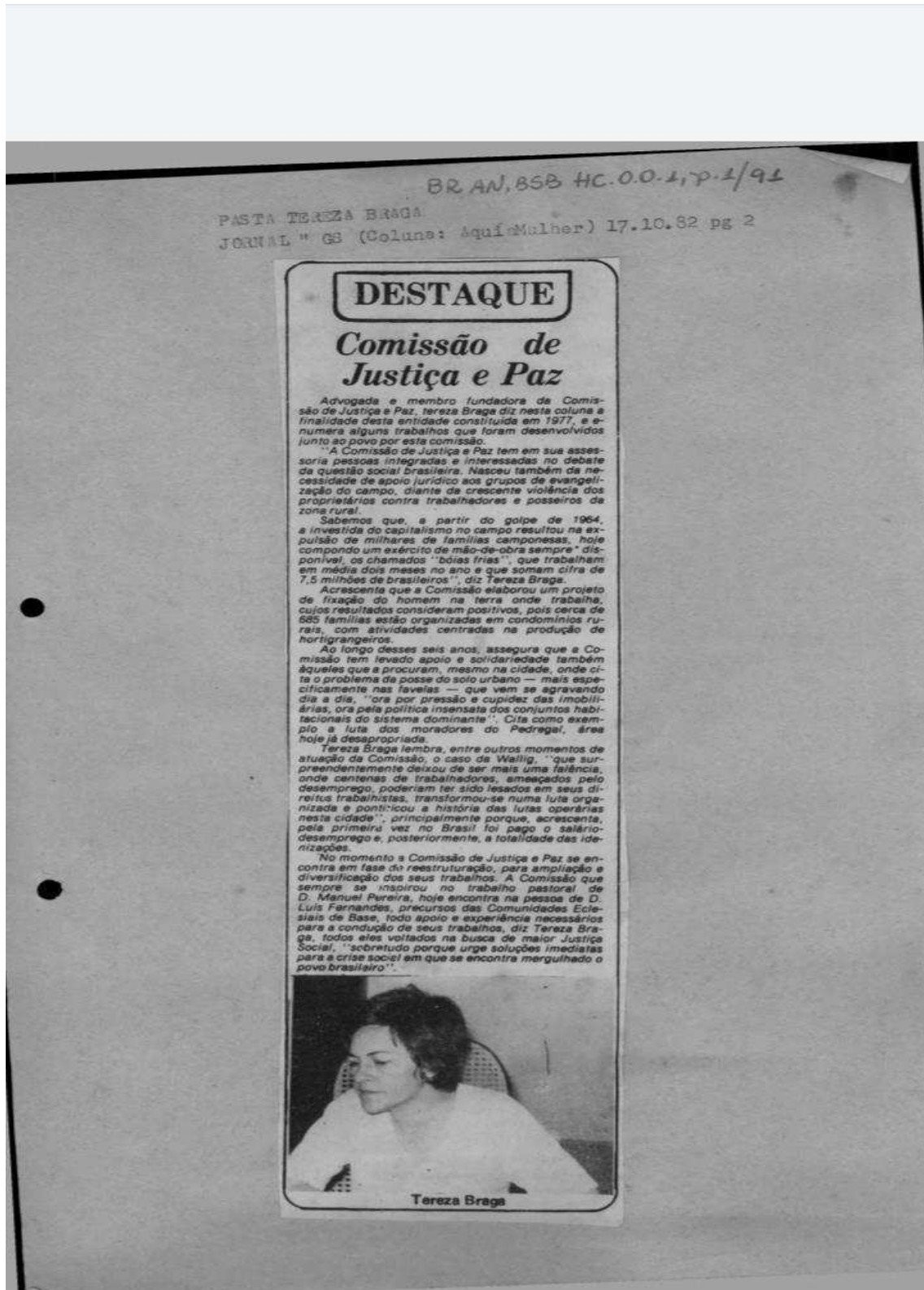


Figura 32



Cerca de 20 famílias estão sendo expulsas das terras

Mais de 20 famílias faveladas que vivem há mais de 5 anos nos escombros de uma favela denominada de "Umburana", na cidade de Esperança, estão sendo pressionadas pelo Sr. Carlos Ribeiro da Silva, proprietário da terra vizinha, através de ação judicial, para desocuparem a área, sendo que a mesma pertence ao Departamento de Estradas e Rodagens - DER. Para tanto já receberam ordem da Comarca daquela cidade para abandono da terra sem que sejam indenizados, uma vez que aquele proprietário alegando ser aquele local brevemente loteado, exigiu judicialmente o despejo dos favelados e, foi portanto, o ganhador da causa.

A Prefeitura Municipal de Esperança, segundo informou o Padre Ribamar, daquela Paróquia, vem tomando providências, no sentido de removê-los para outra área, mas que terão que construir seus casebres com seus próprios esforços, sem nenhuma participação financeira da administração Municipal. Mesmo com essa área demarcada, os favelados de Umburana recusam-se à remoção, uma vez que não dispõem de nenhum recurso para arcarem com tamanha despesa.

Todo apoio vem sendo prestado pela Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Campina Grande, no sentido de orientá-los para que batalhem por seus direitos. Para tanto, no dia de ontem a Advogada Tereza Braga, da Comissão, esteve "in loco", para averiguação do processo que já encontra-se concluído, bem como diagnosticar a real situação econômico-financeira daqueles favelados, que não dispõem sequer de alimentos para suprir as suas necessidades.

CONDIÇÕES DE VIDA - A favela Umburana, localizada há um quilômetro do centro da cidade, nas imediações do Clube Ampetree, é formada por mais de 100 pessoas entre crianças, adolescentes e velhos que já vêm de outras localidades, especialmente do sertão paraibano, e que foram expulsos de suas terras. Na sua maioria, compreendida de desempregados, sendo, portanto, apenas uma minoria provida de um "ganha-pão", alguns agricultores, como é o caso do Sr. Júlio José de Pinho, que dispõe de um roçado onde trabalha de "meia" com o dono da terra.

Por sua vez, os filhos menores, um total de 50 crianças, aproximadamente, não estudam, como explicou dona Maria da Conceição, mãe de 4 filhos, "não podemos colocá-los na escola porque se não temos dinheiro nem para comer, como é que vamos ter condições de educá-los". A desnutrição



Tereza Braga reunida com os favelados.

pode ser sensivelmente observável no semblante de cada um, que perambulam à cata de fixos nos terrenos baldios por necessidades.

LIXO: O SUSTENTÁCULO DOS FAVELADOS - Como somente uma minoria dos favelados consegue trabalhar de "meia" para o patrão, o desespero reinante nos demais, vem submetendo-os a vasculharem detritos nos depósitos de lixo mais próximos, à procura de objetos, utensílios e até mesmo de sobras de alimentos para garantir a sobrevivência da família, enquanto outros arriscaram-se a pedir esmolas no centro da cidade, o que marginaliza-os e a violenta-os ainda mais como favelados.

As condições físicas dos casebres são as mais precárias possíveis, cada barraco mede aproximadamente 6 metros de largura por 8 e meio de tamanho, sem as mínimas condições de abrigar seres humanos e, no entanto, em condições lastimáveis estão sendo ocupados por mais de 20 famílias.

Segundo depoimentos prestados por alguns favelados da "Umburana", bem como de membros do Grupo de Jovens da Paróquia de Esperança, a ação de despejo movida pelo Sr. Carlos Ribeiro da Silva, cujo processo tem a habilitação do Departamento de Estradas e Rodagens, vislumbra apenas o embelezamento da área, que futuramente será loteada. Por outro lado, conversando com nossa reportagem, a jovem Maria do Socorro, relatou que há mais de 3 anos o proprietário Carlos Ribeiro, vem pleiteando para a expulsão dessas famílias, mas como na época, a administração municipal de então, não havia encontrado ainda uma área para a remoção daqueles favelados, foi silenciado. Vindo somente



Sr. Júlio José: "Estamos impossibilitados de sair daqui".

a concretizar-se agora, já que a Prefeitura no Governo atual, demarcou uma área para a ocupação, sem que esta, acrescentou, tenha a mínima condição de alojá-los, visto que encontra-se numa área cheia de pedras.

NÃO TEMEM AMEAÇAS - Apesar das pressões que vêm sofrendo nos últimos meses, para desocuparem o local, inclusive, tendo recebido uma ordem que permite a permanência de 60 dias, prazo esse vencido, não temem ameaças, como falou a sra. Anália Maria, "somos pobres e desamparados, não podemos sair daqui, a não ser, adiantou Sr. Júlio, que passem as máquinas, como andam dizendo, por cima da gente, caso contrário permaneceremos".

Figura 34

HC.00. J. p. 12/91

TEREZA BRAGA
JORNAL DA PARAÍBA
PG. 03 - 26.08.83

Edil pode ser expulso

Com as recentes declarações do vereador Luciano Figueiredo, do PMDB, de que seus colegas Márcio Rocha e Tereza Braga, ambos do mesmo Partido, estavam querendo «aparecer» às suas custas, tachando-os de mentirosos, podem ter mais agravantes, conforme admitiram ontem vários políticos integrantes da sigla partidária.

O episódio surgiu por ocasião da tomada de depoimentos pelo Presidente da Comissão Judiciária, juiz José Martinho Lisboa, sobre a «Chacina do Presídio» que culminou com o fuzilamento do preso José Dias, ocorrido há dias atrás. Ao ser indagado se confirmava o comentário feito na presença de Márcio Rocha e Tereza Braga, quando afirmou que o soldado «Costão» havia revelado ser um dos que eliminou o detento Luciano Figueiredo disse jamais ter feito tal comentário, garantindo que seus colegas de bancadas eram mentirosos.

Mais adiante, Luciano Figueiredo também citou em seu depoimento, o nome dos advogados Félix Araújo Sobrinho e Sanny Japiassu, como integrantes da Comissão de Justiça e Paz tinham ligações com Tereza Braga, esquecendo, segundo peemedebistas, que Félix

lix e Sanny, não têm nada a ver com o problema.

Félix Sobrinho comentou sobre as declarações de Luciano, dizendo que «ele foi muito infeliz, pois ao negar o que afirmara antes na presença de vários colegas, feriu o programa partidário, além de descer a detalhes da vida particular de pessoas que não são parte do processo no qual ele está arrolado como testemunha. Outros membros do PMDB vão mais além, e chegam ao ponto de discutir a expulsão de Luciano do Partido, vez que «se ele não quer cumprir o programa partidário, peça sua desfiliação» comentam.

Ouvida pelo JP, noite passada, a vereadora Tereza Braga, não quis fazer maiores comentários em torno do assunto, alegando apenas que ficou horrorizada com as afirmações de seu colega, tendo em vista que ele demonstrou todo seu despreparo como defensor das causas populares.

Para Tereza Braga, dizer os discursos dos pobres é muito fácil, difícil, porém, é fazer o que os pobres necessitam. Esse rapaz continuou a vereadora já se auto-determina. Acho que com este posicionamento, ele já fez uma declaração do que pensa e é na realidade. Vou questionar o pro

blema a nível de Partido» — disse.

Em tom seco, Tereza afirmou que Luciano não conhece Campina, pois, ao invés de combater a dizimação do povo pela violência policial flagrante no dia-a-dia, vai de encontro a tranquilidade da sociedade e ferindo o programa que aceitou como filosofia de participação na vida da cidade defendendo os princípios da moralidade e do respeito humano.

Mostrando-se decepcionada com a atitude do parlamentar, a advogada afirmou que ele é uma «implosão no PMDB. Segundo Tereza Braga, o Partido precisa tomar um posicionamento em torno do assunto, já que, se não o fizer, perderá a credibilidade perante o povo e cairá em contradição com as pregações feitas de público durante o período de campanha eleitoral.

Finalizando, a vereadora achou um absurdo a negativa de Luciano, pois, para ela, é dever de cada cidadão, colaborar com a justiça, em busca do objetivo maior que é a tranquilidade do povo. Para ela, Luciano está recebendo a influência de terceiros a ponto de jogar o Poder Legislativo Municipal, ao comprometimento com a cidade.

HC.00-1, p. 9/92

Campina Grande, quarta-feira, 25 de julho de 1984

TERESA BRAGA: Só um Governo eleito pelo povo terá respaldo para as reformas

A advogada e primeira suplente de vereador pelo PMDB, Teresa Braga, disse ontem, em entrevista exclusiva ao DIÁRIO que só um Governo eleito pelo povo terá a força e o respaldo necessários "para promover as reformas que o País tanto exige".

Teresa Braga não vê mais chances da realização de eleições diretas para este ano, porque acha que o povo foi desmobilizado após a derrota da emenda Dante de Oliveira. Ela está na vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Mas, no entanto, sustenta que nenhum dos atuais presidentes, tanto do PSD como do PMDB se elegeriam numa eleição direta.

Segue a íntegra da entrevista:

DB - Teresa, como você vê setores da oposição que tanto repudiaram eleições indiretas querendo agora participar do Colégio Eleitoral?

TB - Olha, eu defendo a participação da campanha por eleições indiretas. Continuo a defendê-la. Entendo que só um Governo eleito pelo povo terá a força e o respaldo necessários para promover as reformas que o País tanto exige.

DB - Você ainda vê chances da realização de eleição direta à Presidência da República para este ano?

TB - Não. Porque o povo foi desmobilizado após a derrota da emenda Dante de Oliveira e só a pressão popular poderia forçar o Congresso Nacional a mudar a Constituição.

DB - Você acha que numa eleição direta Tancredo Neves seria o vencedor?

TB - Nenhum dos presidentes eleitos na eleição num pleito direto. Eles sabem disso. A sociedade exige mudanças profundas que um Governo de coalizão ou de consenso não poderá realizar, uma vez que os postulantes à Presidência da República de uma forma ou de outra, sempre gravitarão em torno do poder.

DB - Tancredo Neves vence no Colégio Eleitoral?

TB - Sem dúvida. O esquema está montado para isso.

DB - Você vê chances do surgimento de uma candidatura militar?

TB - Não acredito. A correlação de forças a nível nacional e internacional está determinando mudanças que inviabilizariam o retorno ao regime militar no Cone Sul.

DB - O filme "Jango" mostra realmente a face oculta da história política brasileira?

TB - O filme relata uma época da qual eu participei e vivi intensamente. Em 1964, eu era ferroviária e senti na carne o que foi o complô das classes dominantes contra o Governo de Jango. Igreja, burguesia, latifúndio e imperialismo imandados para impedir o avanço do povo brasileiro. Hoje, felizmente, afóra o latifúndio e o imperialismo, estamos todos contra os frutos de 64.

DB - Teresa, faça uma avaliação das atividades da Câmara Municipal neste primeiro período de 1984.

TB - Nos 120 dias que já passamos constatai uma profunda dicotomia entre o discurso e a ação. Como advogada trabalhista, sempre defendi os interesses reais e concretos dos trabalhadores. Na Câmara, participei de inúmeros debates e a maioria deles não tinha a ver com as reais necessidades da comunidade. Vi muita retórica lisa, porém, não ocorre somente em Campina Grande e nem é privilégio exclusivo das Câmaras Municipais. As Assembleias Legislativas e o próprio Congresso Nacional são vistos hoje

como meros "Forum de Debates", onde nada se decide, onde nada se soluciona. E não poderia ser diferente depois de 20 anos de arbitrio, ao longo dos quais deliberadamente esvaziaram o Poder Legislativo e concentraram todo o poder nas mãos do Executivo.

DB - Quer dizer que o nível da Câmara não foi nada bom?

TB - Nem foi bom e nem ruim. Permaneceu inibido. Poderia ter sido bom, e oportunidades não faltaram para isso. Bastava que a Câmara estivesse, por exemplo, mais atenta aos interesses da comunidade e fosse mais sensível às reivindicações dos servidores municipais, que continuam a perceber salários inferiores ao mínimo instituído por lei.

DB - Isso quer dizer que a Câmara e, principalmente, a bancada do PMDB não estão voltadas para os problemas locais?

TB - Eu acho que a crítica e a auto-crítica são sempre construtivas. Está na hora do PMDB fazer a sua avaliação como Poder em Campina Grande.

DB - Teresa, comenta-se que nenhum vereador da bancada peemedebista tira licença temendo a sua volta à Câmara. Alguns dizem que você causou problemas à bancada.

TB - Eles nunca me disseram isso. Eu acredito que as minhas posições estão em sintonia com o programa do partido. Populista, mobilizante e não pretendo permanecer. Como há 20 anos, continuo pagando pela reforma agrária e comprometida com a luta dos camponeses. Continuo a opor-me à violência e ao arbitrio, a defender intransigentemente a devolução da cidadania a todo o povo brasileiro. Defendo a defender os trabalhadores e todas as camadas marginalizadas pelo sistema escravista, como os acardeiros das Malvinas, do Pedregal, etc. Se para voltar a exercer a vereança é necessário renunciar às minhas convicções e renegar o meu passado, prefero permanecer onde estou.

DB - Faça uma análise da administração Ronaldo Cunha Lima nesse primeiro semestre de 84.

TB - Parece-me que os problemas prioritários da cidade ainda não foram sequer tocados, a exemplo do sub-emprego, do desemprego, das favelas, da saúde, da educação e do menor abandonado. Esses problemas, embora tenham origem conjuntural, reconhecamos, também apresentam características particulares, a nível municipal, logo eu não estou vendo.

DB - Quer dizer que Ronaldo não está fazendo um Governo voltado exclusivamente para o povo.

TB - Veja bem, o problema não é de exclusividade, mas de prioridades.

DB - Você faria algum apelo ao Ronaldo?

TB - Faço um apelo ao Executivo Municipal. O salário mínimo não dá para atender às necessidades mais primárias. Isso é consenso. Pagar abaixo do mínimo é condenar o servidor municipal à fome. Vamos, portanto, atender, ou pelo menos respeitar a lei, pagando o mínimo. Vamos respeitar os níveis salariais das assistentes sociais, que tiveram os seus salários brutalmente achatados de dois para um e fração.

DB - Você acha então que Ronaldo não deu um melhor reajuste foi porque não quis?

TB - A questão não é querer ou não querer. A questão é que nem o mínimo está sendo pago. E isso é ilegal.



Teresa: "combate ao desemprego"

Encontro regional do PMDB será no dia 29

O Escritório de Apoio Parlamentar do deputado estadual João Fernandes divulgou, ontem, a programação oficial do I Encontro Regional do PMDB no Cariri, que será realizado no dia 29 do corrente, domingo, na Casa de show "Os Tropeiros", no município de Monteiro.

Com a presença do senador Humberto Lucena, o Encontro será aberto às 8 horas. Às 9 horas, haverá os informes sobre a situação política nacional, estadual, regional e das Prefeituras.

Às 11 horas, será a divisão

de grupos para discussão sobre a organização interna e atuação político-parlamentar; participação do PMDB jovem aos movimentos populares e a crise; propostas alternativas do partido.

Após o dia haverá o intervalo para o almoço e somente às 14 horas é que os grupos se reunirão para as discussões. Às 18 horas haverá a plenária, e às 18 horas será o encerramento do evento que pretende reorganizar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro no Estado.

Bancada do PDS quer apoio de Wilson para estudantes

A bancada do PDS na Câmara Municipal de Campina Grande, está fazendo gestões junto ao governador Wilson Braga para solucionar os graves problemas da Casa do Estudante "Felix Araújo".

Ontem, toda a bancada se reuniu com os estudantes da instituição e ouviu as reivindicações.

Os estudantes pediram verbas para a recuperação do prédio, mantimentos para a alimentação, além de móveis para os dormitórios.

Após ouvir as reivindicações, o vereador licenciado Robson Dutra endossou o pleito ao chefe do Executivo estadual e aguarda para a próxima semana o sinal verde de Wilson Braga.

Segundo Robson Dutra, a situação da Casa do Estudante está piorando a cada dia com seus moradores não tendo a mínima condições de solucionar os problemas. Garante Dutra que falta tudo aos estudantes desde a alimentação até mesmo carmas.

Figura 36

JP = 12/09/85 — 3A

HC.O.O.1.P.66/91

TEREZA APOIA A GREVE DOS BANCÁRIOS

Através de requerimento de autoria da vereadora Tereza Braga, foi solicitado voto de moção de solidariedade à greve dos trabalhadores em estabelecimentos bancários de diversas cidades brasileiras, comunicando-se inclusive, a decisão da Casa à direção do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários de Campina Grande.

Em suas alusões, assegura Tereza Braga, que, "é muito merecedora a classe bancária nacional entrar em greve a partir de hoje (ontem). Porque, suas principais reivindicações versam sobre aumento salarial, por um piso de Cr\$ 1.300.000, que é o mínimo real atual; a estabilidade para os trabalhadores, instituto que foi destruído quase que totalmente pelo arbítrio da ditadura".

Figura 37



Figura 38

HC-0-0-1, P. 68/92

DB Campina Grande, sábado, 5 de outubro de 1985 P16. 2

Tereza pede censura contra secretários, mas não recebe apoio



Tereza Braga, sem apoio na Câmara

Uma moção de censura contra os secretários Gleryston Lucena, do Planejamento, Milton Soares, das Finanças, e os senhores Ednaldo Agra, Luiz Neves e Antônio Pereira, diretor, chefe e inspetor de Tributos do Município, respectivamente, foi o assunto mais debatido ontem à tarde na Câmara Municipal mas ao final, a propositura, de autoria da vereadora Tereza Braga, foi rejeitada pela unanimidade dos vereadores com assento na "Casa de Félix Araújo."

Ao dar entrada com o requerimento na Mesa Diretora dos Trabalhos, a vereadora não o justificou da tribuna e logo em seguida o presidente da Casa, Lindacy Medeiros, abriu espaço para a discussão da matéria, e a partir desse momento começou um verdadeiro bombardeio de repúdio à parlamentar peemedebista. Apesar da pressão, ela recusou-se em retirar o documento e, ao ser colocado em votação, todos os outros vereadores votaram contra ao requerimento.

No seu requerimento, a vereadora Tereza Braga afirma que os secretários Gleryston Lucena e Milton Soares, juntamente com os funcionários Ednaldo Agra, Luiz Neves e Antônio Pereira vêm promovendo dentro da administração municipal atos antidemocráticos prejudiciais aos demais servidores públicos e sobretudo comprometedores ao comportamento democrático do prefeito Ronaldo Cunha Lima, "que desde 1983 vem trabalhando para eliminar esse mal, principalmente posturas autoritárias."

Após a leitura do documento, pelo 1º secretário da Câmara Municipal, o vereador Márcio Rocha, líder do PCB, foi à tribuna e por várias vezes pediu a retirada do requerimento, por entender que no regime presidencialista, não tem sentido um poder censurar o outro e a mesma coisa de acabar com a sua autonomia, e, principalmente, a sua independência. Ao finalizar a sua explanação, o parlamentar solicitou às demais bancadas que votassem contra a propositura, "pois a vereadora Tereza Braga está tratando de questões pessoais e isto não é bom para nenhum dos senhores."

Depois da fala de Márcio Rocha, Tereza Braga foi à tribuna e afirmou que o seu requerimento não atacava pessoas diretamente, "mas sim através dos atos arbitrários promovidos por elas. Não tiro o requerimento, porque isto é um direito que todos têm quando realmente se vive numa democracia," disse de forma irreversível e insensível a parlamentar "independente" da Câmara Municipal.

Posteriormente, falou o vereador José Peba Pereira dos Santos que, em rápidas palavras disse que "a iniciativa da posse companheira..."

Figura 39

HC.O.A.21P.36/108

INVASÃO DE CONJUNTO RESIDENCIAL
JORNAL DA PARAIBA dia 06.05.83 p-4

Invasores do Conjunto "Iraque" vendem casas por 150 mil

A invasão do conjunto residencial em Sousa, hoje conhecido popularmente como «Iraque», está rendendo juros e correção monetária aos seus ocupantes. Para se ter uma idéia como anda o comércio de invasão naquela cidade seriança, basta dizer que a senhora, Socorro de Olegário, pagou 150 mil cruzeiros por uma ocupação, dando 90 em dinheiro e mais um fogão, novinho em folha, no valor de 60 mil e ainda por cima, recebeu

uma pilhéria do «pseudo» proprietário, dizendo-lhe que o local, estava valendo muito mais do que aquele preço.

Por sinal, as notícias que chegam de Sousa, dizem que o comércio ilegal das casas do «Iraque», continua de vento em pópa, rendendo muito dinheiro, para algumas pessoas inescrupulosas, que invadiram o local e agora, estão fazendo negociata, para terceiros.

Com a palavra, a comissão da CEHAP, que logo mais estará chegando em Sousa, vinda de Cajazeiras, para regularizar a situação dos «pseudos» proprietários dos imóveis ocupados.

Ao que se informa, o conjunto vai ter de ser desocupado completamente, permitindo que haja um perfeito entrosamento entre os técnicos da CEHAP, e as pessoas de baixa renda, que se apropriaram indevidamente daquela unidade residencial.

JP-06.05.83 - pag. 4

Tiroteio ontem nas "Malvinas"

Dois policiais dispararam suas armas, ontem, nas "Malvinas" contra o ladrão conhecido como "Burro Branco", que ileso, conseguiu fugir. O ladrão foi identificado numa mercearia quando oferecia objetos furtados. Os policiais chegaram a travar luta com o gatuno caindo todos, numa fumaça cheia de fezes. Da confusão aproveitou-se "Burro Branco" para fugir deixando os policiais irritados e desorientados.

Figura 40



Figura 41



Figura 42



ESTADUAL

DENÚNCIA NA ASSEMBLEIA:

Há pessoas de boa situação financeira interessadas em comercializar as casas

O deputado João Ribeiro, do PDS, denunciou, ontem, na Assembleia Legislativa, que existem, entre os ocupantes do Conjunto Habitacional Álvaro Gaudêncio, em Campina Grande, "pessoas de boa situação financeira interessadas apenas em comercializar as chaves das residências tão logo regularizem a documentação que lhes garanta a posse dos imóveis".

Há casos, segundo o parlamentar, de pessoas integrantes de uma mesma família mas que ocuparam diversas casas de modo a permitir que um dos seus membros fique com uma das residências ocupadas e os demais vendam, oportunamente, as outras. O deputado advertiu que isto poderá contribuir para o surgimento de "um comércio paralelo de imóveis".

Eu fui informado de que existem famílias compostas de quatro pessoas e cada uma delas ocupa, atualmente, uma residência. O objetivo desse expediente é a venda, oportunamente, de chaves por pessoas integrantes de uma mesma família que ocuparam várias casas, disse o parlamentar pedesista. O deputado denunciou também que várias das residências ocupadas no conjunto Álvaro Gaudêncio estão habitadas por pessoas que já possuem residências noutras áreas de Campina Grande e que têm, igualmente, na sua opinião, idêntico objetivo de comercializar as chaves dos imóveis. Outro problema rela-



A denúncia foi feita por João Ribeiro, na Assembleia

cionado à invasão do núcleo residencial, conforme frisou, é a existência de pessoas, entre os invasores, que têm salários superiores aos daqueles que de fato necessitam das habitações.

-Pude observar, pessoalmente, que muitos daqueles que se mudaram para o conjunto, possuem televisão a cores, serviço de som, e outros bens caros, afirmou o deputado ao enfatizar que esses bens, por si, já demonstram que "existem pessoas em melhores condições financeiras do que

quem casas".

João pode, por falta de habitac.

sua opinião, as mínimas condições para permanência nas casas.

A área não conta até agora com serviço de saneamento, o que acarreta total falta de higiene, e não conta com inúmeros outros serviços indispensáveis ao seu natural funcionamento, concluiu.

DIÁRIO DA BORBOREMA

Luta su

Malgradas intenções já manifestadas pelo presidente Figueiredo, de que se deve protelar ao máximo o desencadear da luta sucessória presidencial, a verdade é que não apenas da parte do lado das oposições, estão se desenvolvendo manobras visando a nomes prováveis candidatos. Há de se reconhecer que o processo, se bem que freado sob certos aspectos, não está e nem pode ser contido em determinadas direções. Do senador Severo Gomes, do PMDB, sabe-se que é designio irreversível no seio de sua agremiação partidária, preocupar-se com as probabilidades de as oposições também apresentarem o seu can-

Opinião F

O que achou de... o Cinema São

José Marcelo Correa — rua Antonio Vieira da Rocha - Bodocongó - Lamento bastante o fim das atividades do Cine São José, e que foi um dos primeiros cinemas da cidade. Os responsáveis pelo São José alegam a falta de público e estão corretos, mas também devemos ver as condições para permanência nas casas.

Figura 43

HC.00-2.p.72/108

INVASÃO DO CONJUNTO A. GAUDÊNCIO
GAZETA DO SERTÃO dia 08.04.83

BRIL DE 1983 1.888 - Irineo Joffly - 1.923 - Hortêncio Ribeiro Cr\$ 70,00



O Secretário da SSP visitou o Conjunto invadido em Bodocongó

Milanez vê ação planejada na invasão do "Alvaro Gaudêncio"

O secretário de Segurança Pública, Fernando Milanez, disse ontem ao visitar o conjunto deputado Alvaro Gaudêncio, que não há dúvidas que houve uma ação planejada e bem orientada por uma ação política na invasão daquele núcleo habitacional, que visa segundo ele, desestabilizar o governo Wilson Braga.

Fernando Milanez depois de constatar com mais fundamentos, sua revelação, admitiu ter conhecimento de "um comércio de chaves" no interior do conjunto, por pessoas que poderão ser enquadradas por extorsão. Ele não confirmou que haverá posteriormente, uma ação para desalojar os invasores, porém, não descartou a possibilidade de uma medida rígida, após um rigoroso levantamento que será feito de casa em casa. (Pág. 8)


Figura 44



Figura 45

HC.0.0.217.23/108

DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL
EM CAMPINA GRANDE, PB



PROTOCOLO N.º 214/83/CG/PB
Em 06/06/83

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Subsistência Regional na Paraíba

Delegacia em Campina Grande

No. 6688
67

RELACÃO DE PESSOAS ENVOLVIDAS C/INVASÃO DO CONJUNTO "ÁLVARO GANDÊNCIO".

- 1) CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA - Ex-funcionário da Construtora Estela, primeiro elemento a invadir o Conjunto.
- 2) CHARLES MICHEL MARIE JOSEPH BEYLIEUR (Padre Carlos), Professor da UFPB/CG e Vigário de Santa Rosa - Teria orientado a invasão no Bairro de Santa Rosa;
- 3) SIMÃO ALMEIDA CASTRO NETO - Presidente da AFUPB/CG/PB, teria organizado invasão bairro de Bodocongó.
- 4) LEDO LEITE FORTES - Prof. UFPB, teria orientado a invasão no Bairro de Centenário.
- 5) NILSON ARAUJO DE SOUSA - Professor UFPB - Muito unido ao Padre CARLOS, teria orientado invasão Bairro de Santa Rosa com o mesmo.
- 6) EDGARD AFONSO MALLAGODI - Ex-Candidato Prefeitura CG - Prof. UFPB, seria um dos mentores da invasão por Bodocongó.
- 7) IDAIMO DA SILVA - Professor secundarista - membro da AMPEP, Seria um dos "cabeças" do movimento.
- 8) MÁRCIO FARRADT ROCHA - Vereador PMDB - seria um dos incentivadores do movimento.
- 9) JOÃO FERNANDES DA SILVA - Deputado Estadual/PMDB - seria um dos principais incentivadores da invasão.
- 10) JOSÉ PEBA PEREIRA DOS SANTOS "PEBA" - Vereador/CG - PMDB - outro articulador do movimento.
- 11) ANTÔNIO DE CARVALHO SOUSA - Vice-Prefeito CG - Seria um dos principais insufladores da invasão.
- 12) TEREZINHA BRAGA CAPIM DE MIRANDA - Advogada da CJP/CG e Sindicatos Trabalhadores Rurais CG e Lagoa Nova/PB.
- 13) SANNY RIBEIRO JAPIASSÚ - Advogada da CJP/CG.

SR/DPF/PB - 0002

Figura 46

HC.O.O. 2, p. 51/108

L
CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
IV EXÉRCITO - 7ª RI/De
7ª BDA INF NOTORIZADA
31ª DEB INF NOTORIZADA
2ª SEÇÃO

INFORME Nº 047 -5/2

1. Data: 13 Abr 83
2. Assunto: ATO PÚBLICO - COMITÊ DE APOIO AOS OCUPANTES DO CONJUNTO
3. Origem: ALVARO GAUDÊNCIO - AOS CAMPESES DE ALAGOA NOVA/PB.
31ª BI Mtz
4. Avaliação: A/1
5. Difusão: 1ª Gpt - Cnst
6. Dif. Anterior: .x.x.x.
7. Referência: .x.x.x.
8. Anexo: 02 (dois) panfletos.

1. O Comitê de apoio aos ocupantes do Conjunto ALVARO GAUDÊNCIO e aos camponeses de ALAGOA NOVA/PB, realizou às 16:45 horas de 12 Abr 83 um Ato Público no Calçadão da Rua Cardoso Vieira, em CAMPINA GRANDE/PB.

2. O evento foi coordenado pelo Profº IZDO LEITE PONTAS, que inicialmente agradeceu às entidades que contribuíram para sua realização, entre estas: Intersindical, Clube de Mães, Federação das Mulheres Paraibanas, Igreja Católica, SABS, UCES, Indústria e Comércio local.

3. Tendo em vista a reduzida assistência registrada no início dos trabalhos - cerca de 50 pessoas -, IZDO passou a convidar os transeuntes a se unirem aos demais naquela reunião tendo usado os seguintes termos: "... venham todos comerciantes, industriais, desempregados e Militares, todos os Patriotas..."

4. IZDO, na abertura dos trabalhos, pediu solidariedade dos presentes ao Coronel EM RUFINO, que "não cumpria ordens superiores no sentido de usar a violência para expulsar os ocupantes do Conjunto ALVARO GAUDÊNCIO, e por isto foi discriminado politicamente". Falou ainda sobre os seguintes assuntos:

CONFIDENCIAL

[Handwritten signature]
[Circular stamp]

Figura 47

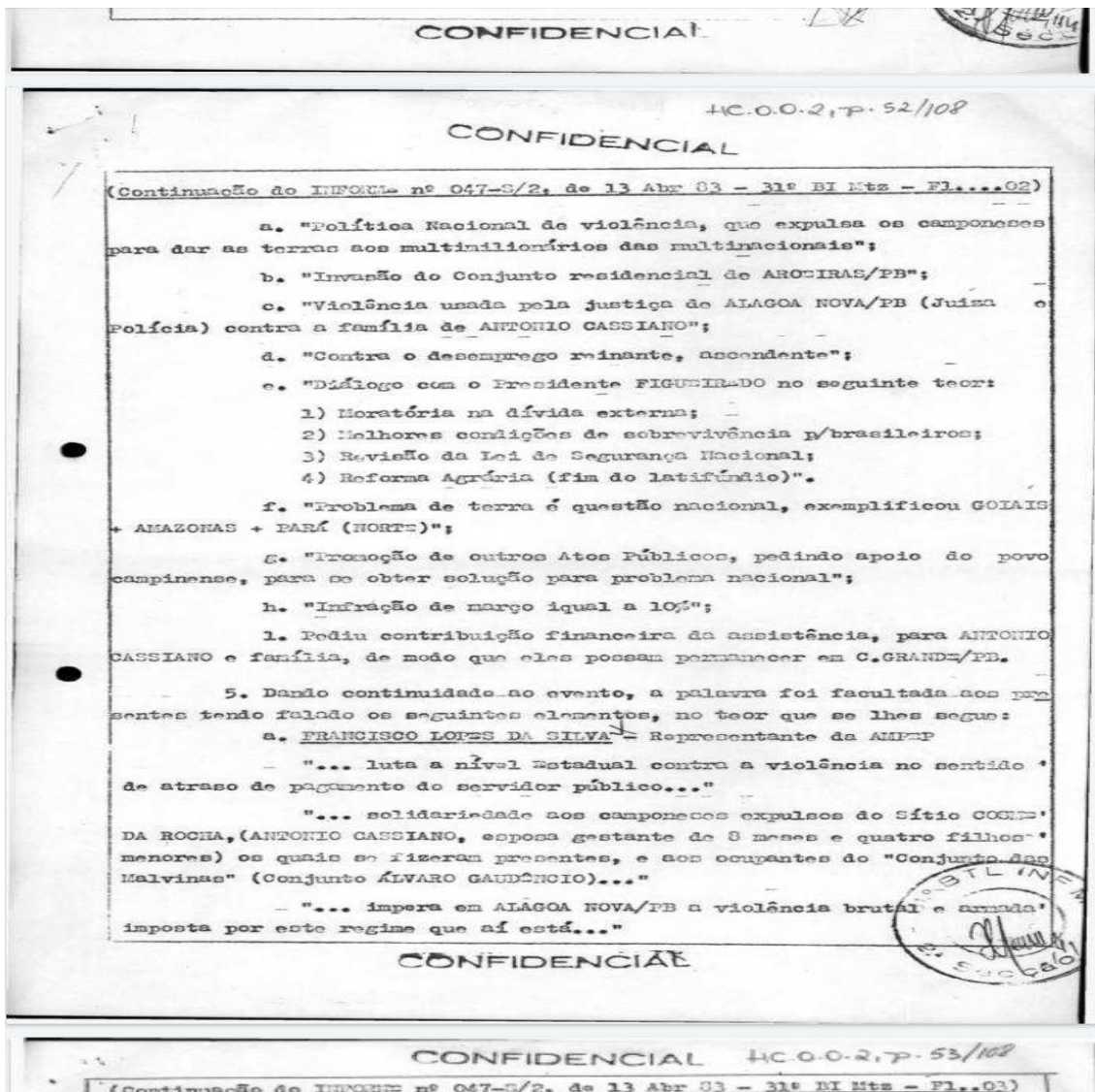


Figura 48

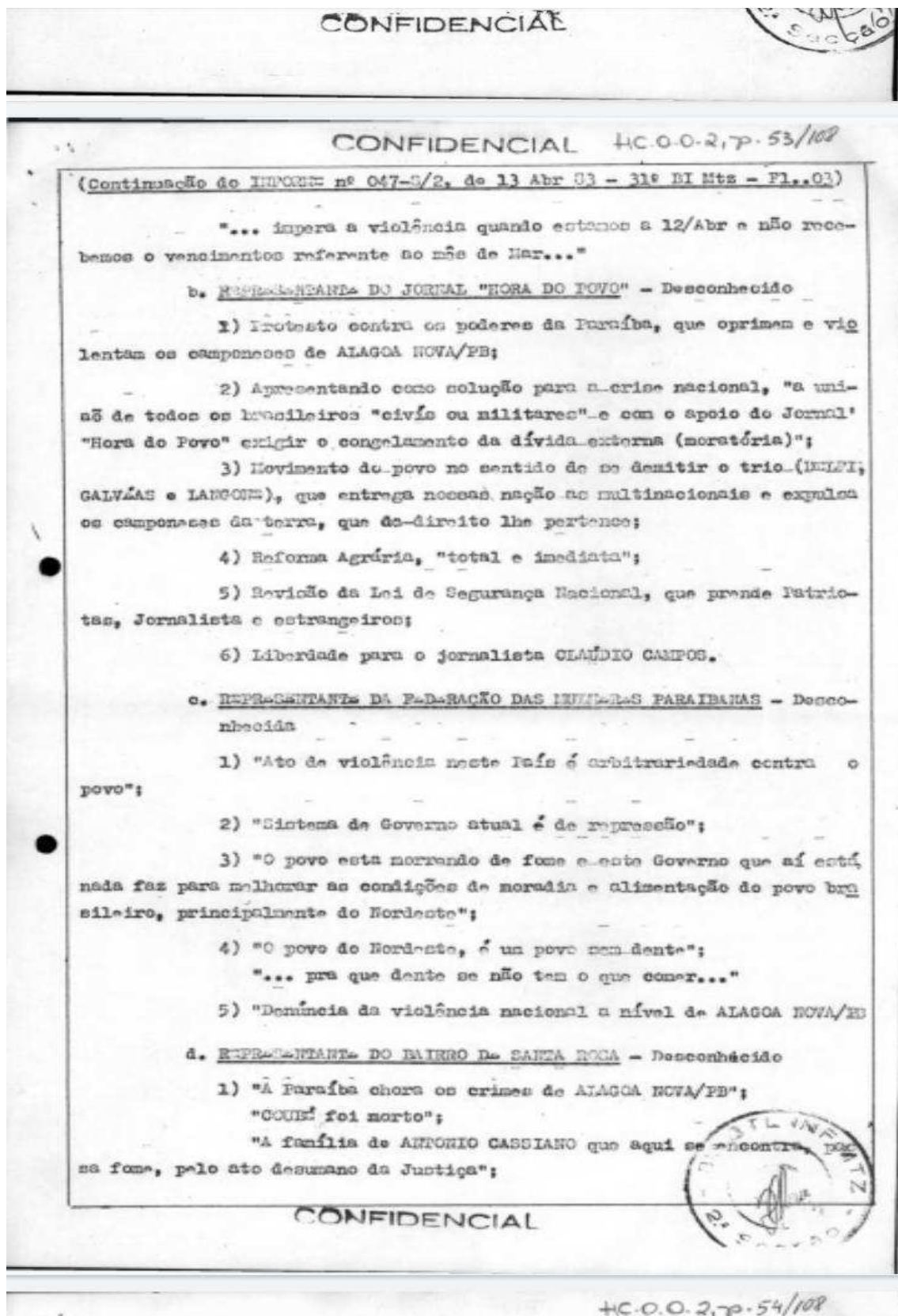


Figura 49

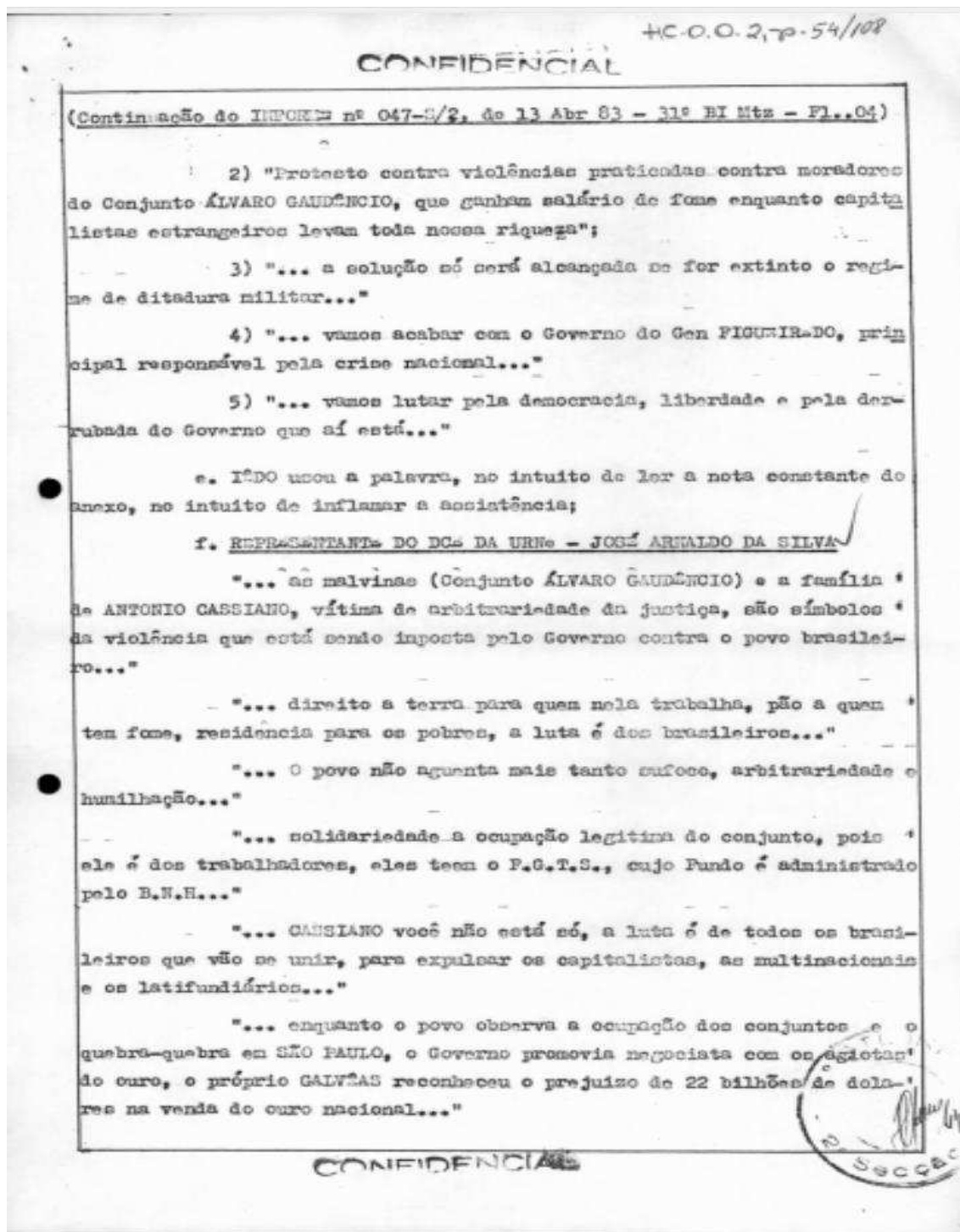


Figura 50

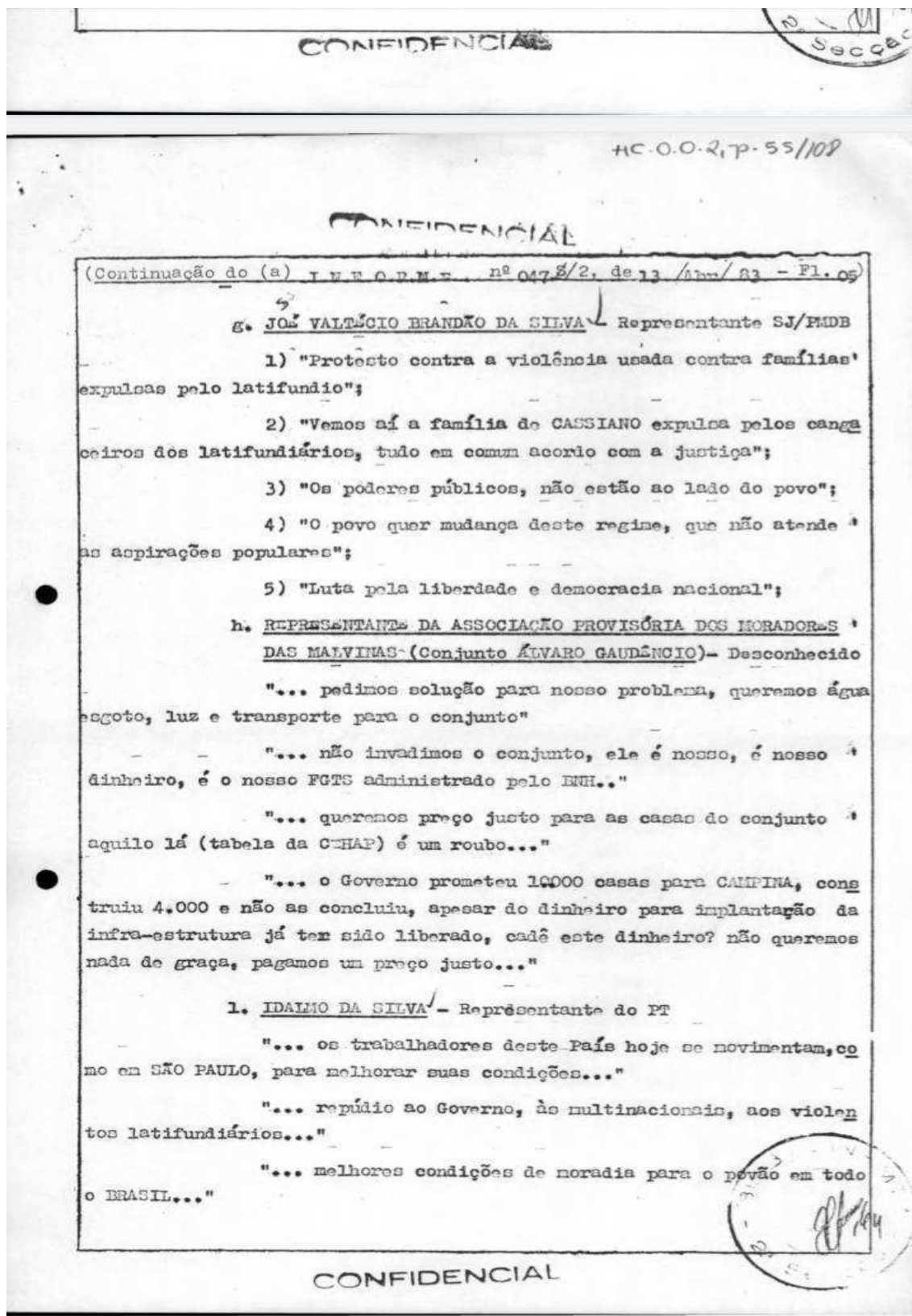


Figura 51

CONFIDENCIAL

HC.O.O.2.P.56/108

CONFIDENCIAL

(Continuação do (a) INFORME nº 0478/2, de 13 Abr/83 - Fl. 06)

"... benefício para o povo que mora debaixo da ponte..."

"... eles têm a ousadia de chamar esse povo de invasores..."

"... se o Governo não beneficia o povo, não merece o seu respeito..."

j. ANTONIO CASSIANO - Camponês expulso do "COQUELA DA ROCHA" (segundo IDALMO - vítima e testemunha da violência no campo)

- Relatou a situação em ALAGOA NOVA/PB e sua atual posição, e o motivo de sua expulsão.

"... fui espancado pela polícia, que ^{me} prendeu na frente da esposa (gestante de 8º mês) e 4 filhos menores..."

"... quando fui solto, minha casa estava destruída..."

"... fui ameaçado de morte pelo dono da terra, caso ^{eu} permanecesse..."

- No final foi bastante aplaudido pela assistência que a essa altura chegava a aproximadamente 300 pessoas.

l. ENCERRAMENTO - Feito por LEDO LEITE FORTES

"... o Governo brasileiro tem tido poucas preocupações para resolver o problema de terra no BRASIL..."

"... a ocupação do conjunto "malvinas", na qual tentaram colocar responsabilidade no Prefeito e alguns Deputados do PMDB/PB, ou mesmo do PDS, não sabemos se é verdadeiro, o que sabemos é que lá existem 12.000 famílias..."

"... aquilo foi construído com dinheiro do povo, através do FGTS, administrado pelo BNH..."

"... no encontro que tivemos (Intersindical, Igreja Católica e Clubes de Mães) ontem (11 Abr) em JOÃO PESSOA/PB, com o Governador WILSON BRAGA, este nos disse "então foram os senhores que insuflaram..."

CONFIDENCIAL

HC.O.O.2.P.57/108

Figura 52

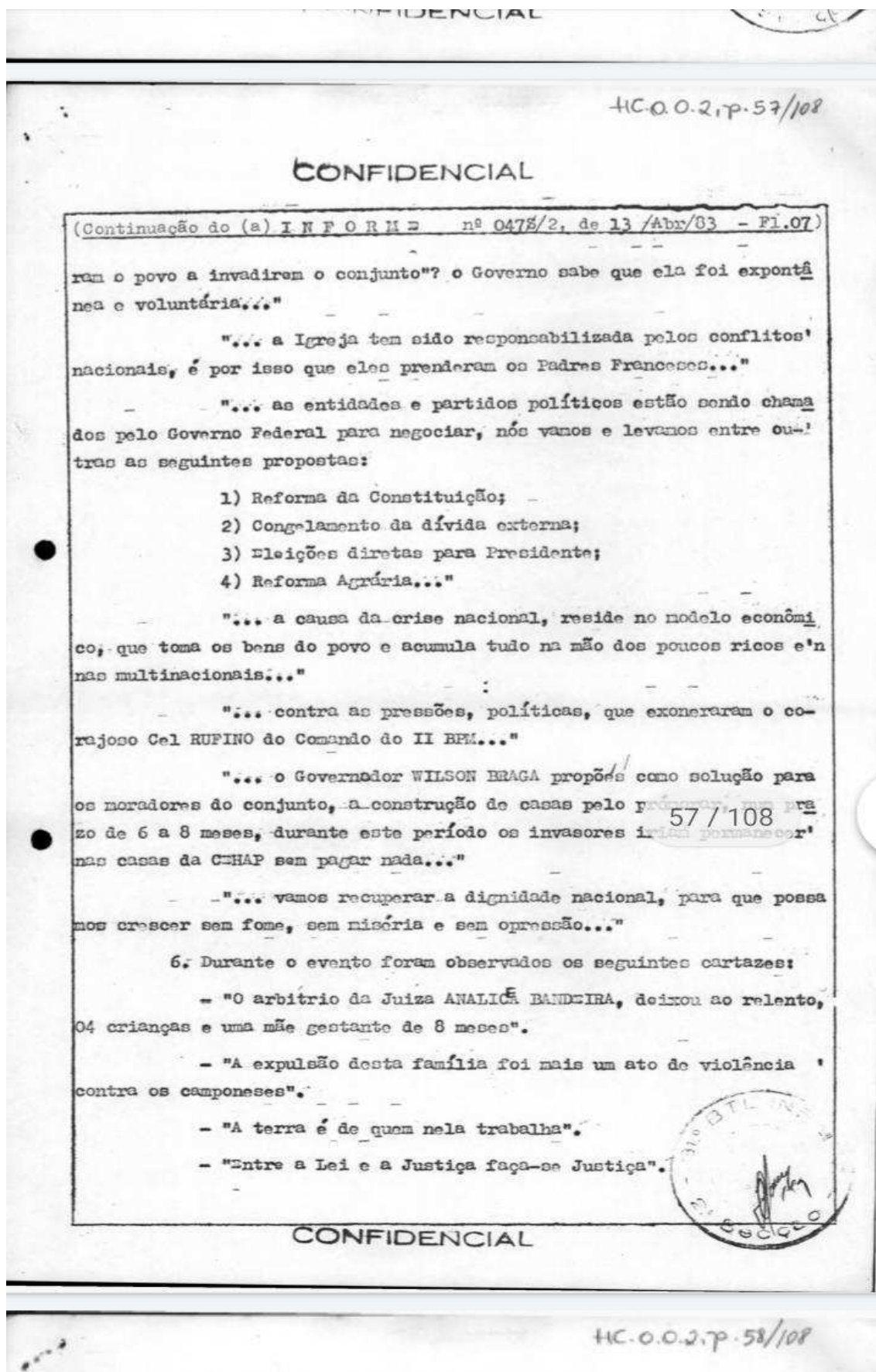


Figura 53

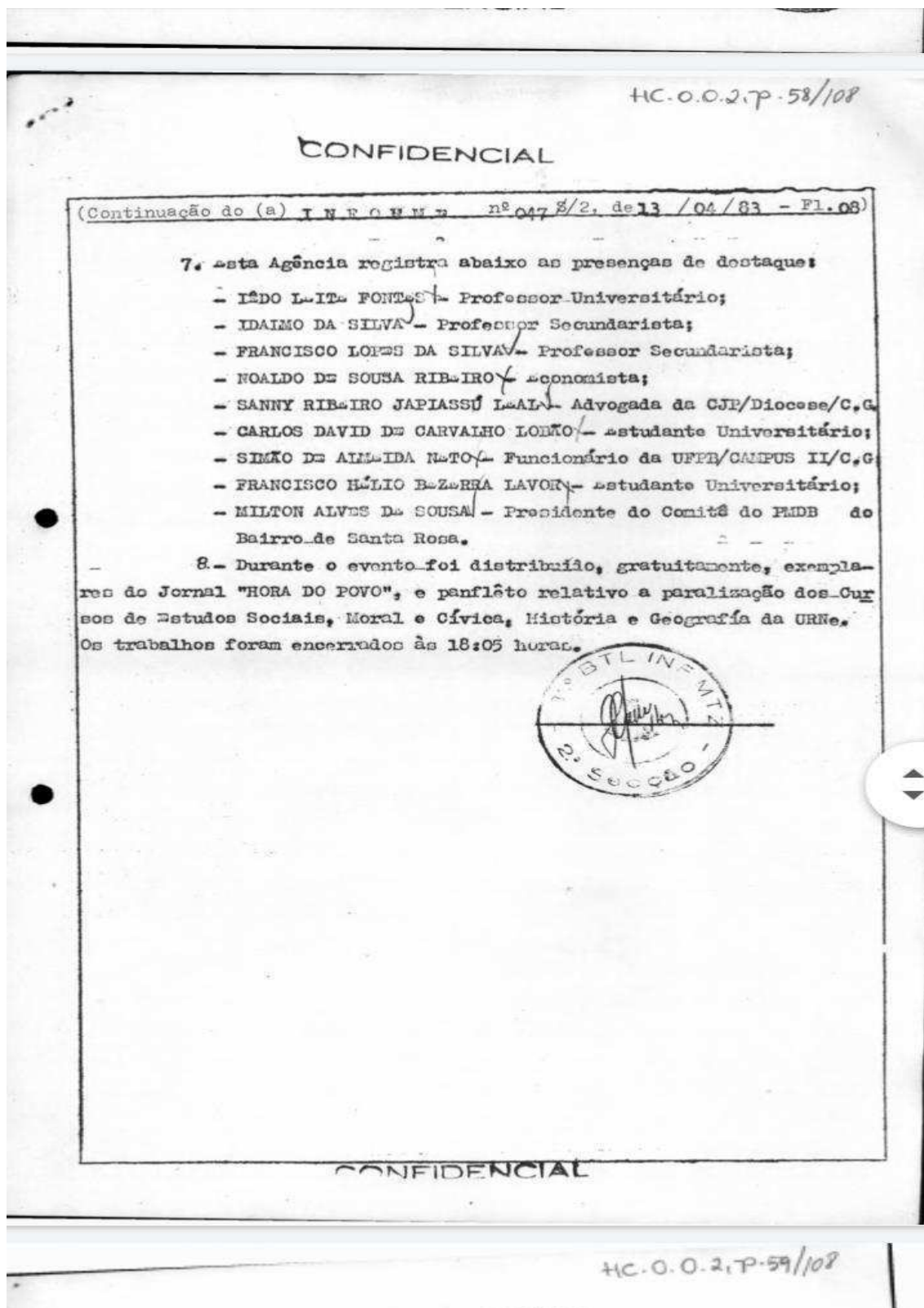



Figura 54

CONFIDENCIAL

HC.O.O.4, p. 153/190


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DA PARAÍBA

INFORME Nº 015/B2/SI/DPE2/CG/PB

DATA : 31 MAR 82
ASSUNTO : MANIFESTAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DO PC DO BRASIL

REFERÊNCIA :
ORIGEM : SI/DPE2/CG
AVALIAÇÃO : B-1
ÁREA :
DIFUSÃO ANTERIOR :
DIFUSÃO : SI/BR/DPE/PB
ANEXOS : UM CARTAZ, UM PANFLETO E UMA FOTOCOPIA DE FOTO DO WILLIAM.

Durante a noite do dia 21.03 próximo passado, foram apostados em diversos lugares desta cidade, cartazes com slogan do Partido Comunista do Brasil, em manifestação à data de seu aniversário, dia 25.03, o qual completava 60 anos de fundação no Brasil.

No dia 25.03 aproximadamente às 17:00 Hs foram detectados vários panfletos do PC do Brasil, espalhados pelo calçadão da rua Cardoso Vieira, que supõe-se tenham sido jogados do edifício Incas, situado no referido calçadão.

Na mesma noite às 21:00 Hs foi jogada outra quantidade dos mesmos panfletos de uma das janelas do mesmo edifício, e de uma altura do 4º andar aproximadamente. Às 21:18 Hs o elemento WILLIAMS CAMPIM DE MIRANDA entrou neste edifício, e logo mais às 21:40 Hs outro elemento identificado como sendo o Prof. FLAMARYON TAVARES LEITE, da UFPE/CG entrava também no mesmo edifício.

O elemento WILLIAMS, mais conhecido pela alcunha de CAMPIM é simpatizante e atuante do PC do Brasil. em a seguinte qualificação:

NOME: WILLIAMS CAMPIM DE MIRANDA
FILIAÇÃO: JOÃO CAMPIM DE MIRANDA E JOSEFA TOSSANO DE BRITO

CONFIDENCIAL

contin. DPF-1137

Figura 55

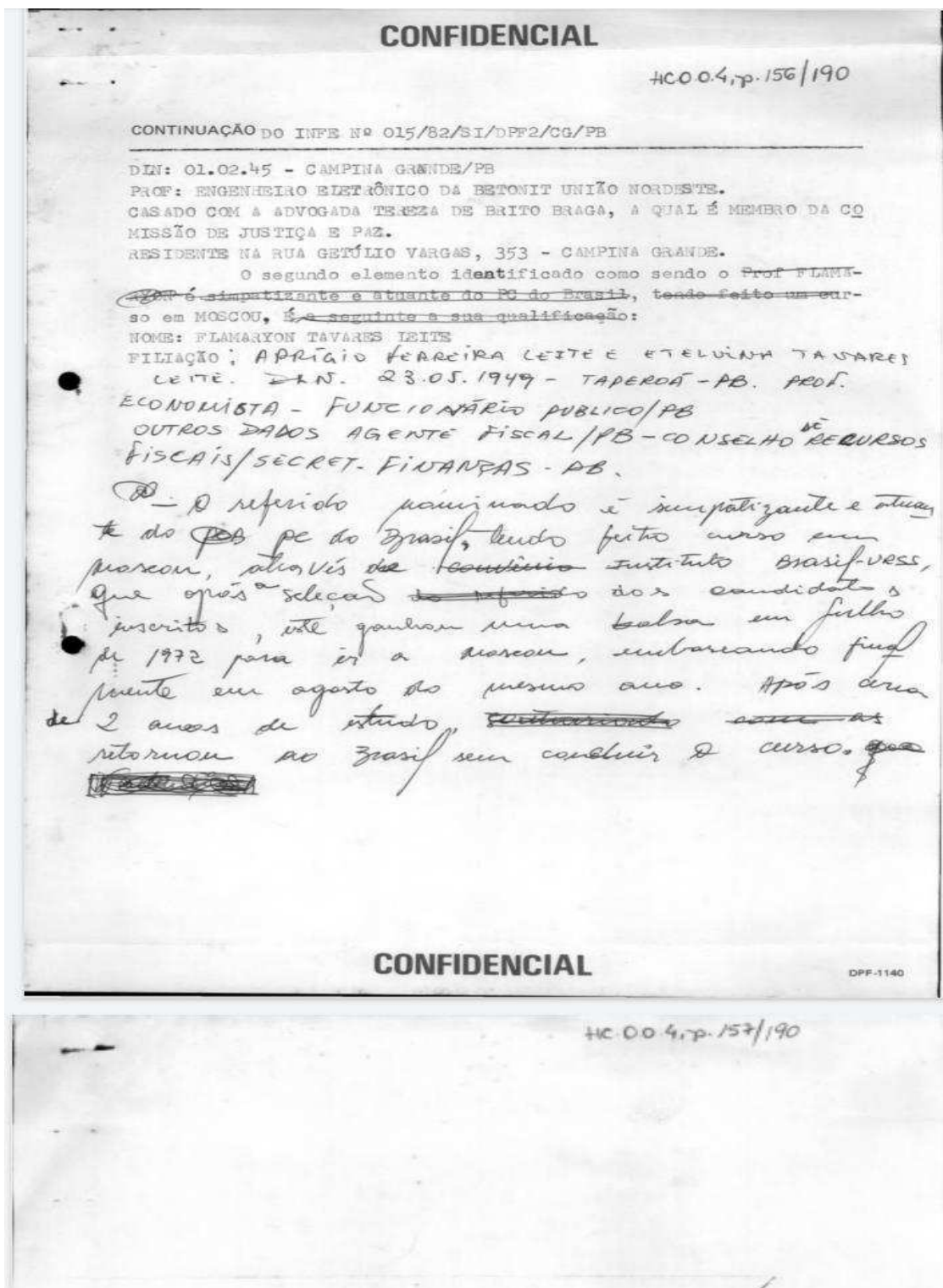


Figura 56

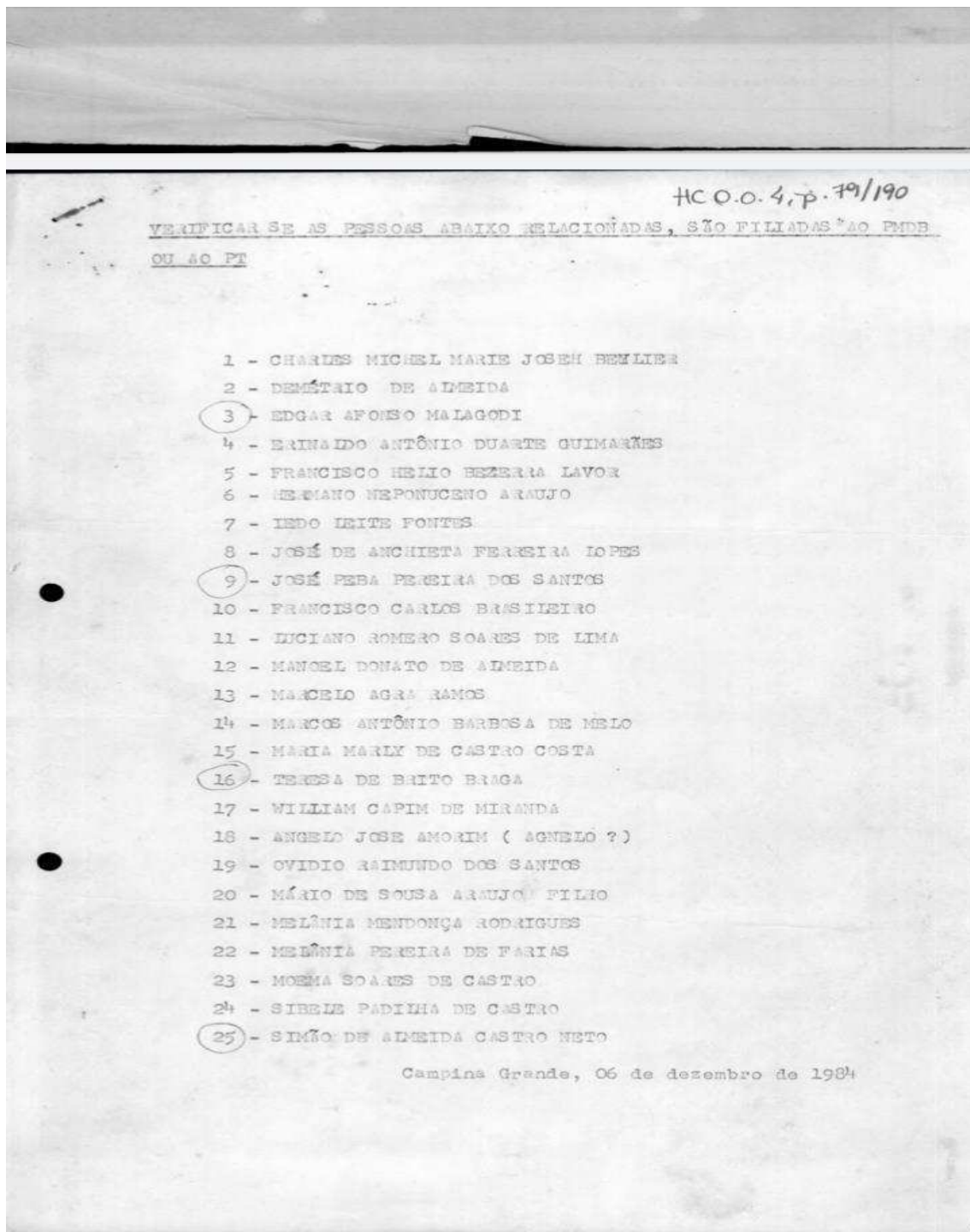


Figura 57

17 = Zona HC.00.4, p. 80/190

VERIFICAR SE PESSOAS ABAIXO RELACIONADAS, SÃO FILIADAS AO PMDB ou PT

1 - CHARLES MICHEL MARIE JOSEH BEYLIER	N	PMDB	N
2 - DEMÉTRIO DE ALMEIDA	N		N
3 - ERINAIDO ANTONIO DUARTE GUIMARÃES	N		N
4 - FRANCISCO HELIO BEZERRA LAVOR	N		N
5 - HERMAMO NEPONUCENO ARAUJO	Sim	- PMDB	
6 - IEDO LEITE FONTES	Sim	" "	
7 - JOSÉ DE ANCHIETA FERREIRA LOPES	N		N
8 - FRANCISCO CARLOS BRASILEIRO	N		N
9 - LUCIANO ROMERO SOARES DE LIMA	N		N
10 - MANOEL DONATO DE ALMEIDA	N		N
11 - MARCELO AGAS RAMOS	N		N
12 - MARCOS ANTONIO BARBOSA DE MELO	N		N
13 - MARIA MARLY DE CASTRO COSTA	N		N
14 - WILLIAM CARIM DE MIRANDA	N		N
15 - ANGELO JOSE AMORIM (AGNELO?)	N		N
16 - OVIDIO RAIMUNDO DOS SANTOS	N		N
17 - MARIO DE SOUSA ARAUJO FILHO	N		N
18 - MELÂNIA MENDONÇA RODRIGUES	Sim	PT	
19 - MELÂNIA PEREIRA DE FARIAS	N		N
20 - MOEMA SOARES DE CASTRO	N	Sim	PT
21 - SIBELE PADILHA DE CASTRO	Sim	PMDB	

Campina Grande, 06 de dezembro de 1984

Figura 58

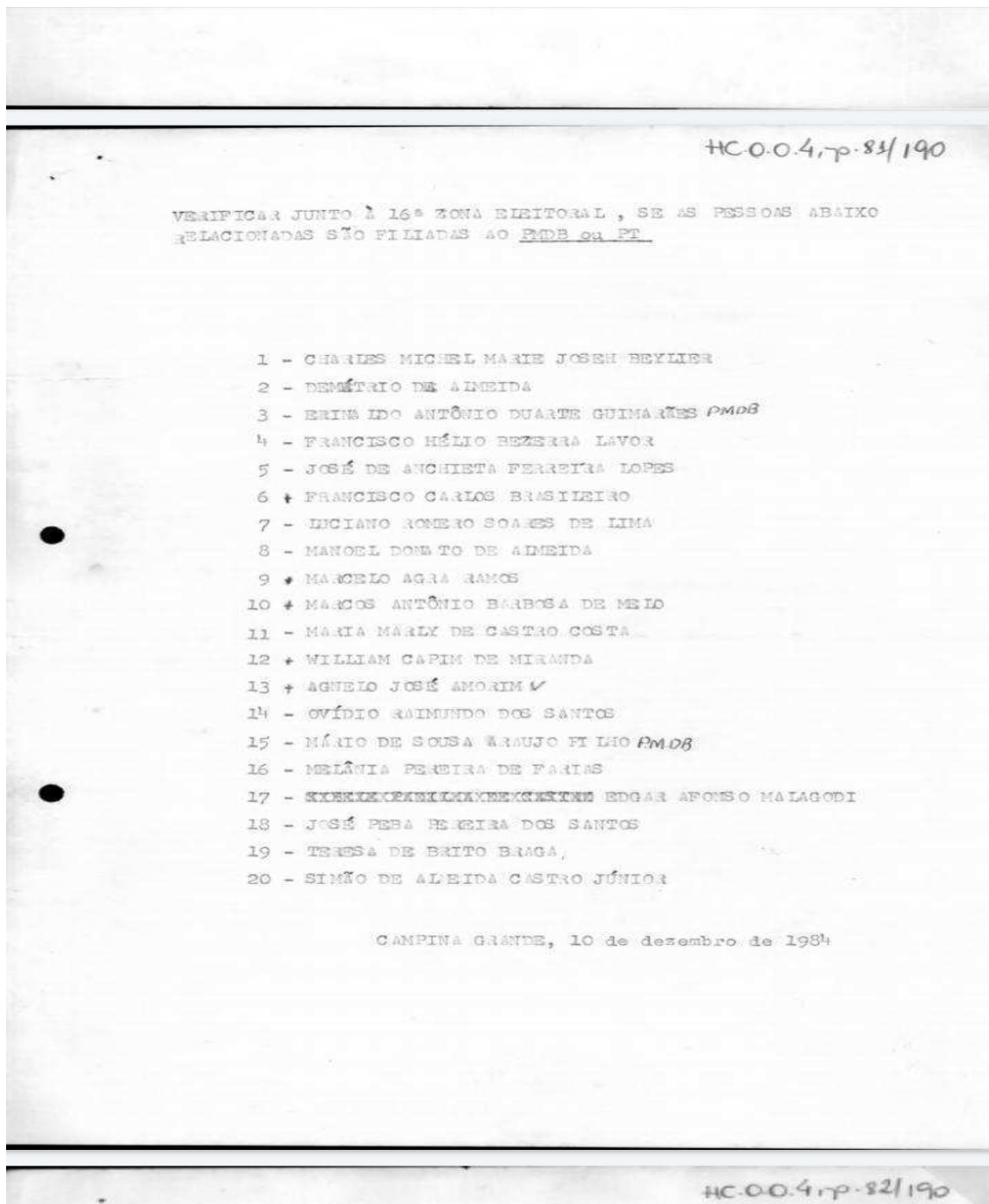


Figura 59

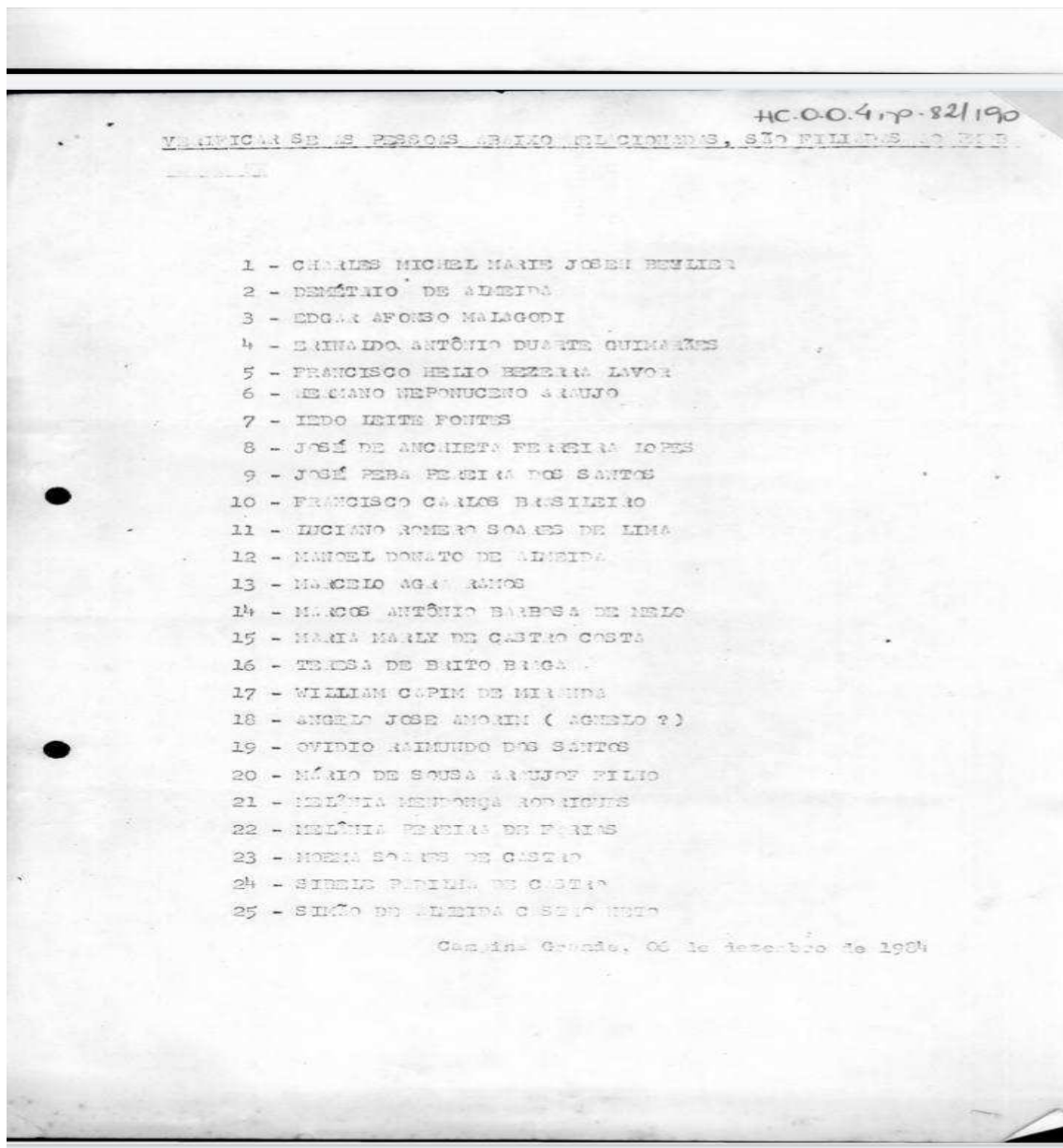


Figura 60

HC.O.O.4.p.83/190

PESSOAS REGISTRADAS EM PARTIDOS POLÍTICOS EM CAMPINA GRANDE

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - PMDB

17ª Zona Eleitoral:

1 - HERMÃO NEPOMUCENO ARAUJO
2 - IEDO LEITE FONTES
3 - SIBELPADILHA DE CASTRO
4 - *Mário de Jesus Filho*
5 - *Guinaldo Brito Duarte Guimarães*
PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT

1 - MELÂNIA MENDONÇA RODRIGUES
2 - MOEMA SOARES DE CASTRO
3 - EDGAR AFRONSO MALAGODI
4 - *C*

16ª Zona Eleitoral

6 - *Teresa J. Brito Braga*
7 - *José Beltrame Pereira dos Santos*
8 - *Silvino J. Almeida Costa Azevedo*

Figura 61

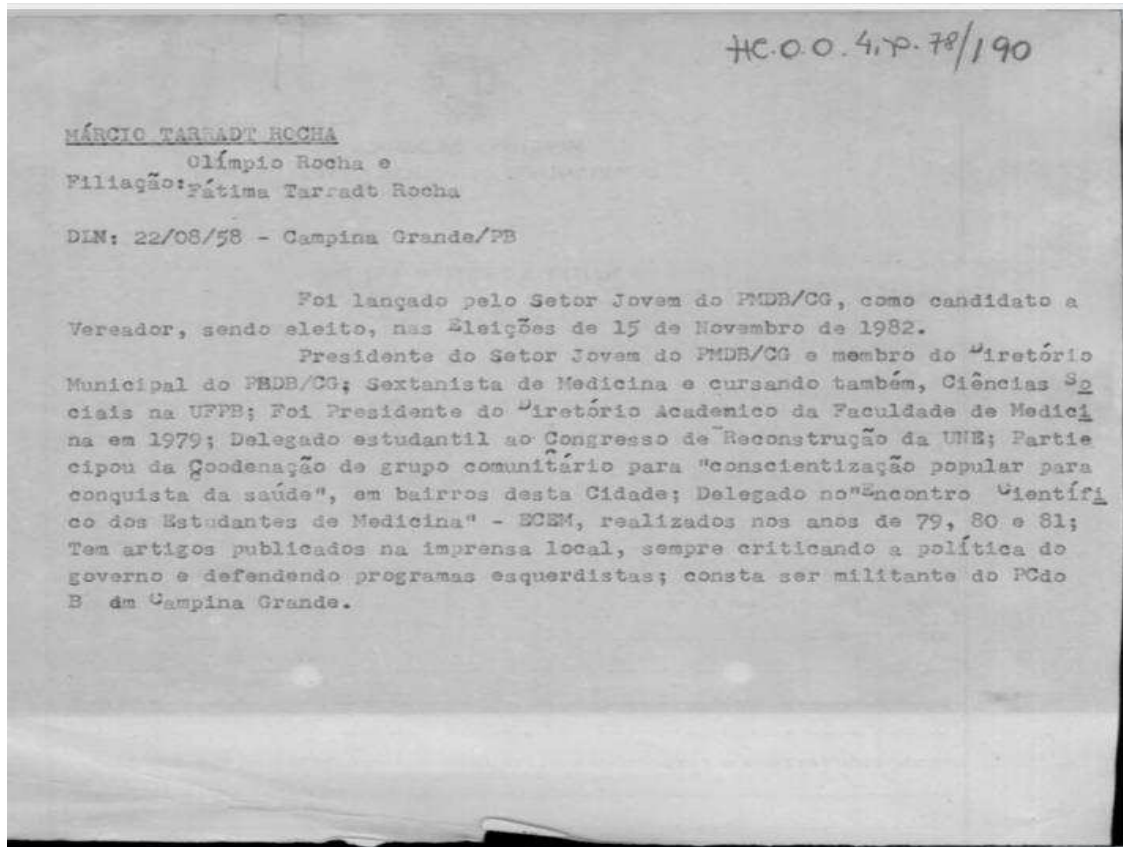


Figura 62

HC.00.4, p. 142/190

MÁRCIO ROCHA

DIÁRIO DA BORBOREMA dia 16.08.83

REPÚDIO

A Câmara Municipal de Campina Grande aprovou requerimento de autoria de Márcio Rocha, repudiando o bárbaro assassinato da senhora Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. A Casa de "Félix Araújo" quer todo o empenho da Secretaria de Segurança Pública para que sejam localizados os culpados.

Figura 63

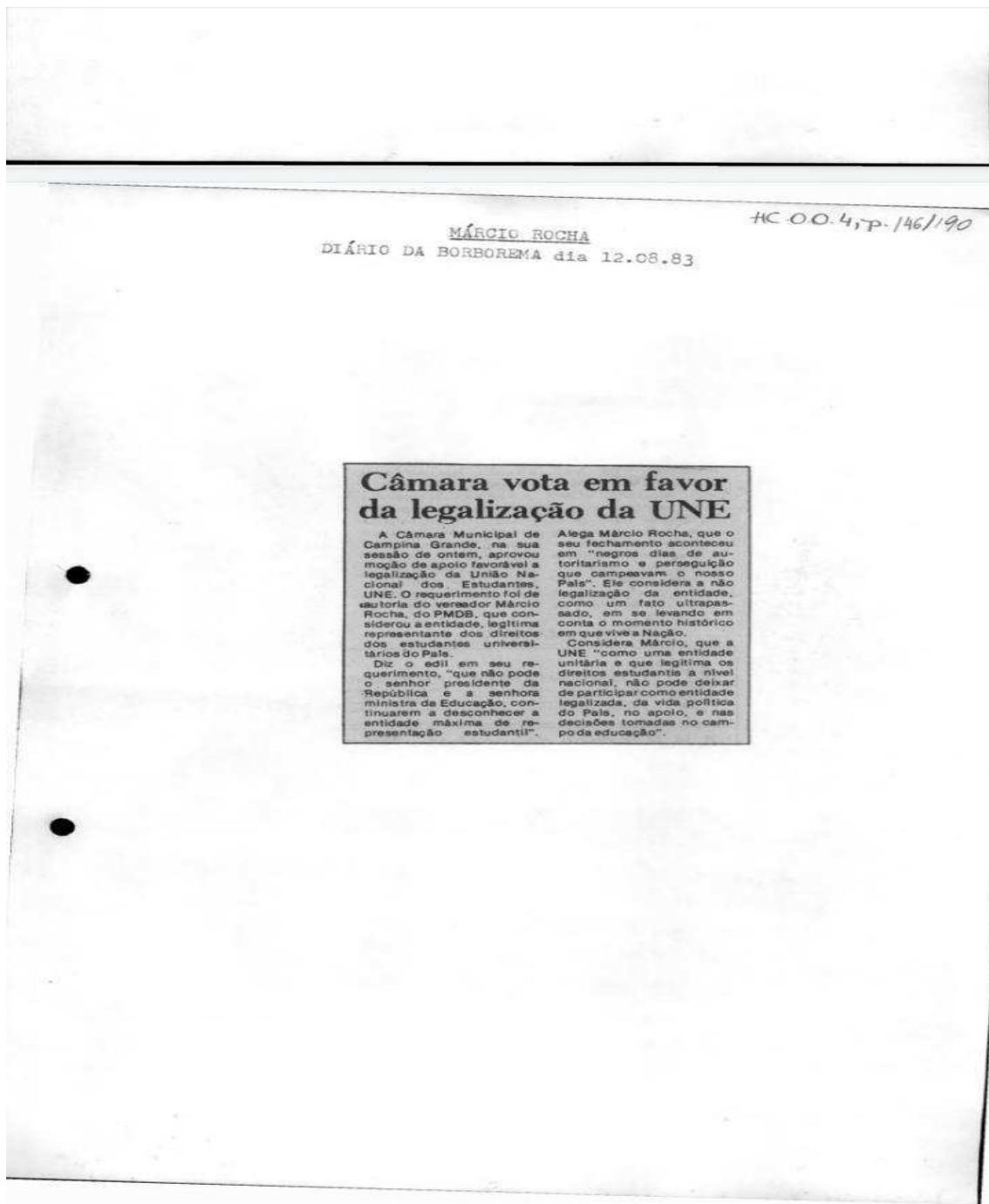


Figura 64

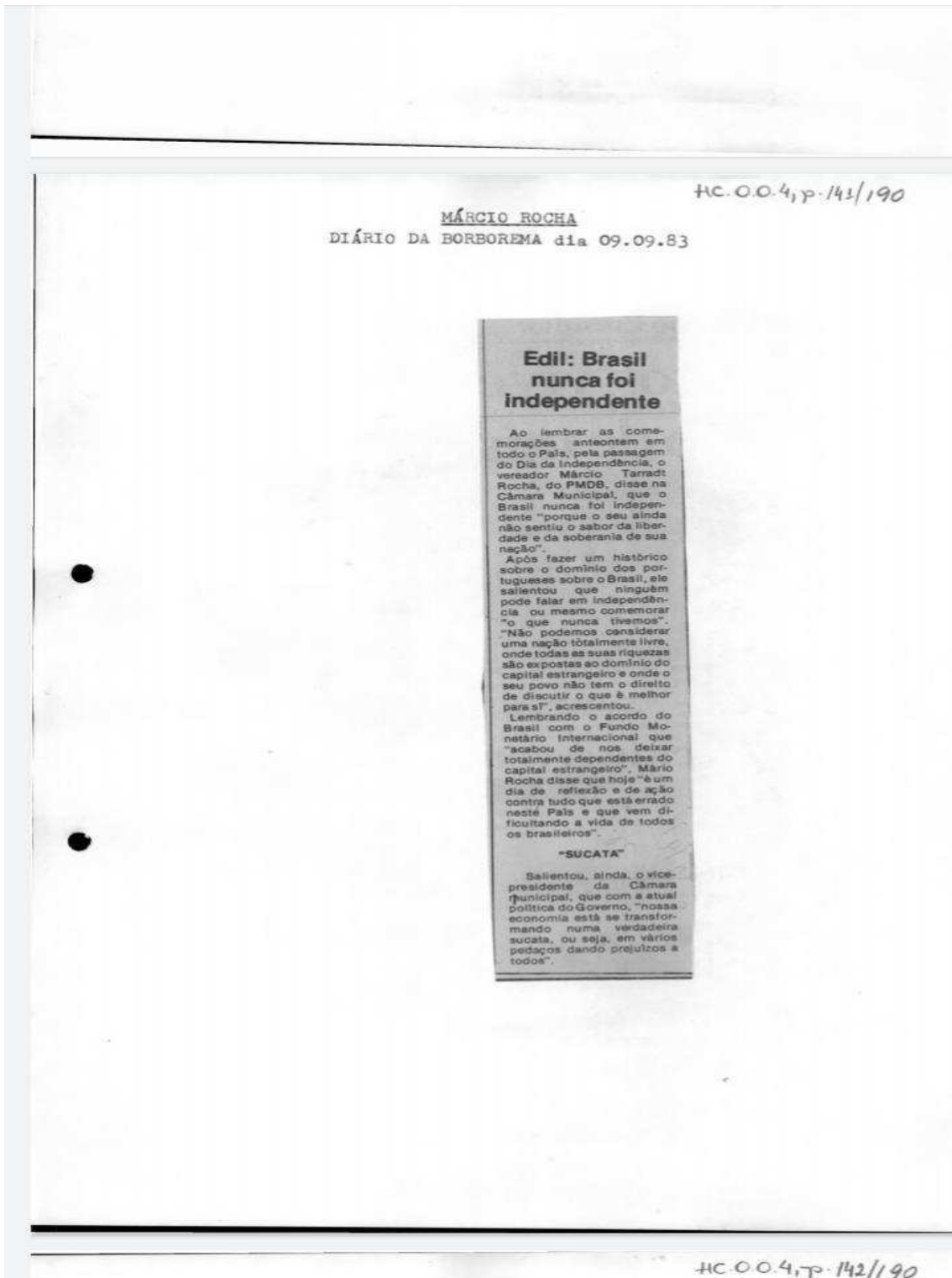


Figura 65



Figura 66



Figura 67



HC. 0.0.4, p. 120/90

MÁRCIO ROCHA
DIÁRIO DA BOREBOMA
DATA: 28.02.84

RUMO À BRASÍLIA

Do final do ano que passou até o momento o País vem experimentando uma nova realidade no combate por todos. A luta pela sucessão presidencial dentro do Partido governista e no seio da sociedade brasileira tomou direções diferentes do que até então se presenciava. De um lado, dentro do PDS, a luta intestinal entre os diferentes grupos e facções levou a chamada passagem da coordenação do processo sucessório pelo Presidente da República, General João Baptista Figueiredo, para a cúpula do PDS. Hoje não se tem o mínimo controle sobre as ações dos "presidenciais", bem como, cresceu no PDS o grupo Pró-diretas.

No campo da sociedade, ganhou e vem ganhando corpo a luta pelo restabelecimento de ELEIÇÕES DIRETAS JÁ! São centenas de milhares de pessoas que vem sendo mobilizadas em comícios, atos públicos, passeatas, debates, votações simuladas e outras atividades mobilizatórias nos quatro cantos do País. Também, é cada vez mais unificada e ativa as manifestações supra-partidárias e inter-partidárias, mostrando a convergência prática das lideranças políticas, sindicais e comunitárias na defesa dos interesses das amplas massas. Com esta atividade unificada se moldou uma certeza: O próximo presidente que não for ungido pelo voto popular não terá condições de governar. Com isto se inviabiliza no horizonte político a manutenção do atual processo indireto e, caso insista o PDS, o próprio Partido e suas principais lideranças nacionais e regionais.

Por outro lado, as dificuldades no campo econômico vem numa espiral crescente, demonstrando na prática a inviabilidade do atual modelo atrelado dos interesses do Capital Financeiro Internacional e do Imperialismo. Permanecem o desemprego, a inflação, o sucateamento do parque industrial, a carestia dos gêneros de primeira necessidade, enfim, aprofunda-se o quadro recessionista que brotou nos últimos anos do auto intitulado "Milagre Brasileiro". A questão Social vem se agudizando, pondo inclusive em risco a integridade do tecido social. Não é sem motivo que aumentaram os índices e violência urbana e rural, os saques, os casos de alcoolismo e uso de drogas, a

Márcio Rocha

postituição, o número de menores abandonados e os casos de medicância. Vivemos num estágio de convivência social que beira o barbarismo e o caos.

Com este quadro econômico, social e político de graves consequências para a maioria absoluta do nosso povo poucas alternativas se vislumbram para o futuro pátrio. E sem nenhuma dúvida, a única que se configura como capaz de estabelecer as premissas necessárias para um novo reordenamento social e econômico é a realização de ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Nenhuma outra proposta política pode trazer para a nação a menor solução parcial de acomodamento das tensões e do confronto que se configura, nem tão pouco será capaz, como já dissemos anteriormente, de mudar a atual orientação de subserviência que vem sendo imprimida a nossa economia.

Portanto, cabe a todos os segmentos da sociedade brasileira comprometidos com a democracia e com a melhoria das condições de vida de trabalhadores e de povo em geral, reforçar e aprofundar as pressões aos parlamentares pedessistas que insistem em votar contra a emenda Dante de Oliveira - que estabelece o pleito direto - para mudar o posicionamento anti-democrático, antipopular e anti-patriótico, destes parlamentares. Neste sentido, como vereador e membro da Diretoria Nacional Provisória da União Brasileira de Vereadores, é que estaremos desenvolvendo todos os esforços no sentido de fazer com que a União de Vereadores da Paraíba assuma a convocação e organização dos vereadores paraibanos para formarem uma caravana à Brasília, dentro da programação já deliberada da MARCHA SOBRE BRASÍLIA. Desta forma, entendemos, que os vereadores paraibanos se unirão mais firmemente aos demais setores da Sociedade que se articulam no sentido de ocupar pacificamente a Praça dos Três Poderes e lá, nas portas do Poder Central do País, demonstrar o sentimento e a aspiração da nacionalidade. Que é as ELEIÇÕES DIRETAS JÁ.

Figura 68



Figura 69

PASTA EDGAR MALAGODI
D. BORBOREMA . PAG. 02 HC.0.4, p. 175/190
Dia 06.03.82.

ESTUDANTE

O professor Edgard Malagodi, da Associação de Docentes do "campus" II da UFPb, integrava a mesa diretora da assembléia geral dos estudantes, anteontem, quando o problema relacionado com o corpo discente era discutido. Muita gente estranhou a presença não só de Malagodi, mas de outros professores na concentração dos alunos.

DOPS

Figura 70

CANCELADA
DELEGACIA ESPECIAL DE ORDEM POLITICA SOCIAL E ECONOMICA
ARQUIVO GERAL

SEGURANCA POLITICA	Nome: FLÁVIO ROBERTO TAVARES DE MELO	982
	Filiação: Arnaldo Tavares de Melo e Otaviana Tavares de Araújo	N. do Prontuário
	Naturalidade: João Pessoa/Pb	
	Residência: Rua Rodrigues de Aquino, 344-Centro	29 abr 66
	Profissão: estudante	Data da abertura

HISTÓRICO

PIXADOR. Flegrado pixando muros e paredes de casas residenciais na praça de Tambaú com os dizeres: "CASTELO É BRANCO MAS A POME É PRETA". Tendo sido preso na ocasião pelo policiamento daquela praça, sendo instaurado inquérito e remetido ao Sr Dr Juiz de Menores desta Capital. Contava com a idade de 17 anos de idade, na época. Cancelada a presente ficha de acordo com despacho exarado pelo Sr. Sec da Seg Pub em data de 17.8.71.

Figura 71

DELEGACIA ESPECIAL DE ORDEM POLITICA SOCIAL E ECONOMICA
ARQUIVO GERAL

SEGURANCA POLITICA	Nome: EDSON FONSECA DE QUEIROZ	979
	Filiação: Bráulio Martâns de Queiroz e Dalvanira Fônsêca de Queiroz	N. do Prontuário
	Naturalidade: Guarabira-Pb- idade: 20-7-1945.	
	Residência: Rua Dr Sales, 26-Guarabira-Pb com 21 anos de idade	19/12/68
	Profissão: Comerciante e Mecânico-	Data da abertura

HISTÓRICO

RELATÓRIO- Verifica-se dos presente autos de prisão em flagrante que no dia 14 do corrente mês na parte da tarde o indivíduo de nome Edson Fonseca de Queiroz depois de tomar algumas bebidas alcoolicas, pronunciava de público que era comunista e na praça de Jeep conforme se vê no depoimento da primeira testemunha este dizia em voz alta que era comunista e ao mesmo tempo dava vivas a Leonel Brázola e Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, e não satisfeito deste seu pronunciamento, ainda se dirigiu ao Bar de propriedade do Sr Edinou Uchoa e ainda dizia em presença de várias pessoas que era comunista, tendo sido observado por algumas pessoas presentes, conforme se vê nos depoimentos da testemunha, conduzido à Cadeia pública, ainda pronunciou continua...vire...

Figura 72

27

DELEGACIA ESPECIAL DE ORDEM POLITICA SOCIAL E ECONOMICA
ARQUIVO GERAL

SEGURANÇA POLITICA

Nome: HELENA ALVES DE SOUZA MEDEIROS	1056 N. do Prontuário
Filiação:	
Naturalidade: Guarabira/PB nasc em 1º março 1923	
Residência:	24 Abr 69 Data da abertura
Profissão: Juiz de Direito	

HISTÓRICO

Foi aposentada do cargo de Juiza de Direito da Comarca de Cabedêlo em 27-2-69, por força do Ato Institucional nº 5.

Figura 73

126

DELEGACIA ESPECIAL DE ORDEM POLITICA SOCIAL E ECONOMICA
ARQUIVO GERAL

SEGURANÇA POLITICA

Nome: HUMBERTO CAVALCANTI DE MELO	1056 N. do Prontuário
Filiação:	
Naturalidade: João Pessoa/Pb nasc em 28 set 1934	
Residência:	24 Abr 69 Data da abertura
Profissão: Juiz de Direito	

HISTÓRICO

Foi aposentado do cargo de Juiz de Direito da Comarca de Monteiro, em 27-2-69, por força do Ato Institucional nº 5.

Figura 74

DELEGACIA ESPECIAL DE ORDEM POLITICA SOCIAL E ECONOMICA		
ARQUIVO GERAL		
SEGURANÇA POLITICA	Nome: JOÃO DE DEUS MELO	
	Filiação:	1056 N. do Prontuário
	Naturalidade: Esperança/PB, nasc. em 28 fev. 1928	
	Residência:	24 Abr 69 Data da abertura
	Profissão: Juiz de Direito	
HISTÓRICO		
Foi aposentado do cargo de Juiz de Direito da Comarca de Picuí, em 27-2-69, por força do Ato Institucional, nº 5.		

Figura 75

DELEGACIA ESPECIAL DE ORDEM POLITICA SOCIAL E ECONOMICA		
ARQUIVO GERAL		
SEGURANÇA POLITICA	Nome: JOÃO STÉLIO PIMENTEL	
	Filiação: Severino Pimentel e Maria de Lucena Pimentel	1056 N. do Prontuário
	Naturalidade: Campina Grande/PB nasc. em 21 Jan 1924	
	Residência: Rua Duque de Caxias, 91-bairro de Prata-CGrande	24 Abr 69 Data da abertura
	Profissão: Juiz de Direito	
HISTÓRICO		
Foi aposentado do cargo de Juiz de Direito da Comarca de Coremas, em 27-2-69, por força do Ato Institucional nº 5.		

Figura 76

DELEGACIA ESPECIAL DE ORDEM POLITICA SOCIAL E ECONOMICA	
ARQUIVO GERAL	
SEGURANÇA POLITICA	Nome: LUIZ GOMES DE ARAÚJO
	Filiação: _____
	Naturalidade: Soledade/Pb nasc em 12 Jun 1911
	Residência: _____
	Profissão: Juiz de Direito
	1056 N. do Prontuário
	24 Abr 69 Data da abertura
HISTÓRICO	
Foi aposentado do cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara da Capital em 27-2-69, por força do Ato Institucional nº 5.	

Figura 77

DELEGACIA ESPECIAL DE ORDEM POLITICA SOCIAL E ECONOMICA	
ARQUIVO GERAL	
SEGURANÇA POLITICA	Nome: MANUEL AUGUSTO DE SOUTO LIMA
	Filiação: _____
	Naturalidade: Umbuzeiro/PB, nasc em 7 Jul 1925
	Residência: _____
	Profissão: Juiz de Direito
	1056 N. do Prontuário
	24 Abr 69 Data da abertura
HISTÓRICO	
Foi aposentado do cargo de Juiz de Direito da Comarca de Esperança, em 27-2-69, por força do Ato Institucional, nº 5.	

Figura 78

DELEGACIA ESPECIAL DE ORDEM POLITICA SOCIAL E ECONOMICA
ARQUIVO GERAL

SEGURANÇA POLITICA

Nome: SOFIA PICOZKOLAN

Filiação: _____

Naturalidade: _____

Residência: Araruna-Pb

Profissão: _____

1273
N. do Prontuário

14-6-71
Data da abertura

HISTÓRICO

Seu nome consta da relação das pessoas deste Estado, que recebem correspondências do mundo socialista (mantém corresp. regular).

Figura 79

Nº do Pront. 1273

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

Atuação _____

NOME WAMBERTO WILLAR

FILIAÇÃO _____

NACIONALIDADE _____ NATURALIDADE _____

DATA DE NASC. _____ DOC. DE IDENT. _____

RESIDÊNCIA Rua Frei Martinho, 237-Jaguaribe - Pb

EST. CIVIL _____ INSTRUÇÃO _____

PROFISSÃO _____ CARACTERES _____

Figura 80

HISTÓRICO

Seu nome consta da relação dos elementos residentes nesta Capital que recebem correspondências do mundo socialista (CUBA)-mantém correspondência regular.

FOTO-
GRAFIA

SEGURANÇA POLITICA.

Figura 81

Nº do Pront. _____
Autuação _____

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

NOME ALVARO CASTELO BRANCO DA SILVA

FILIAÇÃO TOMAZ GOMES DA SILVA E DE CLOTILDE CASTELO BRANCO DA SILVA

NACIONALIDADE BRASILEIRO NATURALIDADE SANTA RITA = PB

DATA DE NASC. 21-10-1920 DOC. DE IDENT. 9.478 IPT/PB

RESIDÊNCIA BUA JOZO DE PESSOA 510 - MIRAMAR JOZA PESSOA/PB

EST. CIVIL CASADO INSTRUÇÃO SIM

PROFISSÃO AGENTE FISCAL APOSENTADO CARACTERES _____

RESERVISTA 332683 1ª RM

Figura 82

HISTÓRICO

Ouvinte da RÁDIO DE MOSCOU (URSS) como correspondente conforme PB Nº 182 /CI/ARE/SNI de 30 SET 74.

EMERRESERVISTA nº 332683 1ª RN, Título de Eleitor nº 39.487 - 1ª ZONA, aposentado do Sec das Finanças pela Lei Federal nº 5.315 em 16-07-1968

FOTO-
GRAFIA

SEGURANÇA POLITICA

Figura 83

Nº do Pront. _____
Autuação _____

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

NOME VALTER LACERDA CAVALCANTI

FILIAÇÃO ALFREDO LEITE CAVALCANTI E DE CELECINA LACERDA CAVALCANTI

NACIONALIDADE BRASILEIRO NATURALIDADE JOÃO PESSOA - PB

DATA DE NASC. 01-01-1950 DOC. DE IDENT. _____

RESIDÊNCIA RUA SIMÃO GOMES Nº 627 - JOÃO PESSOA/PB

EST. CIVIL SOLTEIRO INSTRUÇÃO SECUNDARIA

PROFISSÃO ENCADERNADOR CARACTERES _____

Figura 84

ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇ A PÚBLICA
CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇ A - (CIPS)

Fotografia
3 x 4

FICHA INDIVIDUAL

41
N.º do Prontuário

30 / 11 / 1972
Data da abertura

Nome: Padre BOLES LAU BIERNACKI (SDQ)

Filiação: _____

Data e Local de Nascimento: _____ TEIXEIRA/PB

Identidade n.º _____ Órgão expedidor: _____ Cart. Prof. _____

Título de Eleitor: _____ Secção: _____ Zona: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

Profissão: Sacerdote End. Profissional: _____

Telefone: _____

Observações: _____

Figura 85

HISTÓRICO

Certidão Nascimento n.º 4.720-51 188 Livro 2-8 Estudante do 2º ano Científico do Liceu Paraibano.
Correspondente da RADIO MOSCOU (URSS) conforme PB Nº 17L/CI/ARE/SNI de 19 SET 74.

SEGURANÇ A P O L I T I C A

FOTO-
GRAFIA

Figura 86

HISTÓRICO	
Seu nome foi mencionado na Rádio Polonesa, como correspondente daquela Rádio, conforme INFO Nº 970/CI/ARE/72, de 22-11-72.	

Figura 87

ESTADO DA PARAIBA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)		
FICHA INDIVIDUAL		
Fotografia 3 x 4		
N.º do Pretório		
Data de abertura		
Nome:	JOSE PADILHA DA NÓBREGA (Vereador PADILHA)	
Filiação:	Raimundo Cabral da Nóbrega e Maria de Lourdes Cabral	
Data e Local de Nascimento		C. do Esp. Santo-PB
Identidade n.º	Órgão expedidor:	Cart. Prof.
Titulo de Eleitor:	Seção:	Zona:
Endereço:	Telefone:	
Profissão:	End. Profissional:	Telefone:
Observações:		

Figura 88

HISTÓRICO	
Preso para averiguações e interrogatórios pelo 15º RI,	
Conf. CIRCULAR Nº 02/81 de 24-04-81 do Del. de Polícia de Sapé, o nominado é	
suspeito na confecção de Boletim de Movimento "A VOZ DO POVO É A VOZ DE DEUS",	
no qual há críticas contra o Governador e o Interventor daquela cidade.	

Figura 89

DELEGACIA ESPECIAL DE ORDEM POLITICA SOCIAL E ECONOMICA ARQUIVO GERAL		
SEGURANÇA POLITICA	Nome: LUIZ GONZAGA DA SILVA	1061 -1172
	Filiação: Francisco Gonçalves da Silva e Etelvina Ambrosina de Lima	N. do Prontuário
	Naturalidade: paraibana	23-6-69
	Residência: Sítio Rancho do Povo-Catolé do Rocha-PB	Data da abertura
	Profissão: Estudante, solteiro com 19 anos de idade	
HISTÓRICO		
<p>Foi preso e autuado em flagrante delito na Cidade de Catolé do Rocha pelo Comissário de Polícia local, em poder que foram apreendidos quatro livros de caráter subversivo, fato verificado em 8 de janeiro último. Concluído o auto foi encaminhado à Justiça local, tendo o Dr. Juiz se pronunciado incompetente alegando tratar-se de infração a ser julgada no âmbito Federal. Através de ofício nº 11 de 17 de janeiro, foi encaminhado todas as peças do auto de prisão em flagrante a Subdelegacia Regional do Departamento de Polícia Federal, colocando na oportunidade o referido detento à disposição daquele órgão, a qual por sua vez remeteu o processo ao Exmº Dr Auditor da 7ª RM do Recife. Posto em liberdade em 11 de fevereiro de mesmo ano mediante soltura, digo; ordem de soltura do Exmº Dr Auditor da 7ª RM.</p>		

Figura 90

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)

Fotografia
3 x 4

FICHA INDIVIDUAL

N.º do Prontuário: _____ Data da abertura: 18 / 08 / 1981

Nome: MARIA EUNICE FIGUEIREDO NEVES (SDQ)

Filiação: Diniz Castanheira Guedes e Maria Izaltina Caetano de Figueiredo

Data e Local de Nascimento: 07-08-55 - VÁRZEA

Identidade n.º _____ Órgão expedidor: _____ Cart. Prof. _____

Título de Eleitor: _____ Secção: _____ Zona: _____

Endereço: R. Ronaldo da Silva Coutinho, s/nº - C. Branco - JP/PB Telefone: _____

Profissão: _____ End. Profissional: _____

Telefone: _____

Observações: _____

Figura 91

HISTÓRICO

Conf. PB Nº 042/81 de 29-07-81 do CISA, a nominada foi presa no dia 06-07-81, em JOÃO PESSOA/
PB, pela PM do Estado, por ser distribuidora do Jornal "COMPANHEIRO". (PROT. 0775/81).

Figura 92

Delegacia de Ordem Política Social	
ARQUIVO GERAL	
Nome: MARLENE DOS SANTOS SILVA	
Filiação: Antonio Galdino da Silva e Joana dos Santos Silva	Nº do Prontuário
Data Nascimento: 29-06-51	
Naturalidade: Mamanguape-PB	10-03-81
Residência:	Data da abertura
Profissão: Estudante da UFPB.	

HISTÓRICO

A nominada foi detida no dia 27-01-81, quando da realização da Semana Universitária de Solânea, por se encontrar juntamente com outras pessoas vendendo panfletos, jornais e calendários, com matéria contestatória ao regime vigente. (INFE Nº 03/81/P-2, de 19-02-81, da PM-2 SSP).

CONTINUA

Figura 93


	ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)		Fotografia 3 x 4
	FICHA INDIVIDUAL		
	N.º do Prontuário	09 / 06 / 19 81	Data da abertura
Nome:	SEVERINO GOMES DE OLIVEIRA (vulgo BICO ABERTO)		(SDQ)
Filiação:			
	Data e Local de Nascimento		
Identidade n.º	Órgão expedidor:	Cart. Prof.	
Título de Eleitor:	Secção:	Zona:	
Endereço:			Telefone:
Profissão:	End. Profissional:		Telefone:
Observações:			

Figura 94

HISTÓRICO
Conf. CIRCULAR Nº 02/81 de 24-04-81 do Del. de Polícia de Sapé-PB, o nominado é suspeito na confecção de Boletim de Movimento "A VOZ DO POVO É A VOZ DE DEUS", no qual há críticas contra o Governador e o Interventor daquela cidade.

Figura 95

Nº do Pront. 1078
Autuação _____

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

NOME SEVERINO HENRIQUES DE FREITAS

FILIAÇÃO HENRIQUES FRANCISCO DE FREITAS e INEZ M. CONCEIÇÃO

NACIONALIDADE BRASILEIRO NATURALIDADE PARAIBANO

DATA DE NASC. _____ DOC. DE IDENT. _____

RESIDÊNCIA _____

EST. CIVIL _____ INSTRUÇÃO _____

PROFISSÃO _____ CARACTERES _____

Figura 96

Nº do Pront. 1078
Autuação _____

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

NOME SEVERINO HENRIQUES DE FREITAS

FILIAÇÃO HENRIQUES FRANCISCO DE FREITAS e INEZ M. CONCEIÇÃO

NACIONALIDADE BRASILEIRO NATURALIDADE PARAIBANO

DATA DE NASC. _____ DOC. DE IDENT. _____

RESIDÊNCIA _____

EST. CIVIL _____ INSTRUÇÃO _____

PROFISSÃO _____ CARACTERES _____

Figura 97

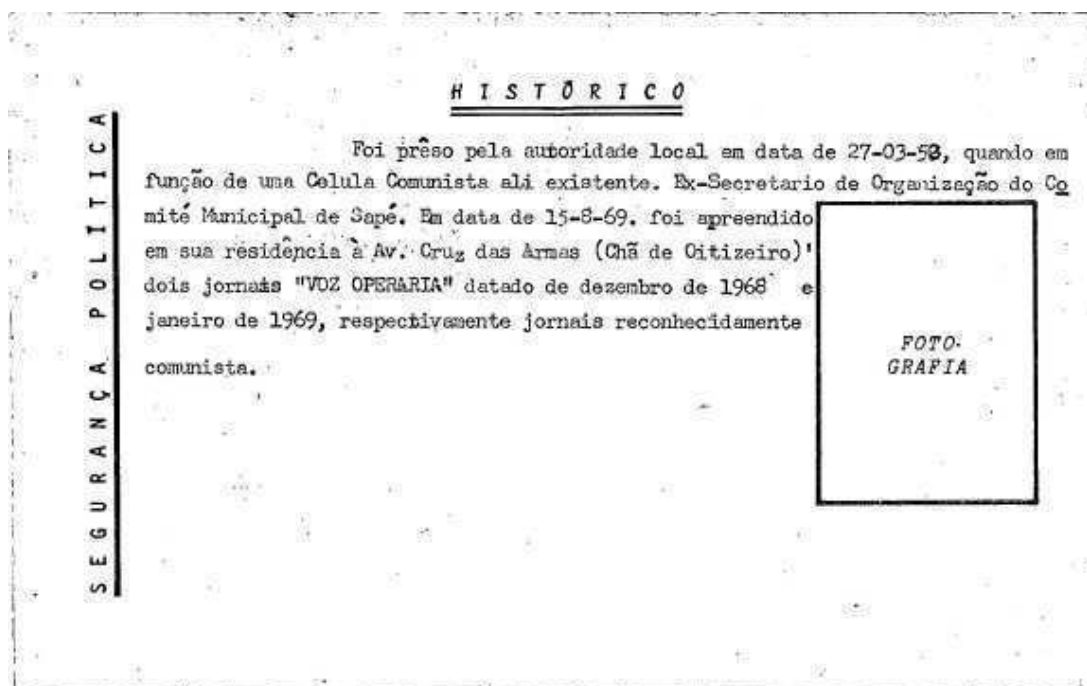


Figura 98

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)

FICHA INDIVIDUAL

11/ 06/ 19 81
Data da abertura

N.º do Pontuário

Nome: ERINALDO FERNANDES DE MELO (SDQ)

Filiação:

Data e Local de Nascimento

Identidade n.º Órgão expedidor: Cart. Prof:

Título de Eleitor: Seção: Zona:

Endereço: Telefone:

Profissão: End. Profissional: Telefone:

Observações:

Fotografia 3x4

Figura 99

HISTÓRICO

Conforme nota publicada no Jornal "A UNIÃO" de 10-06-81, o nominado juntamente com outros elementos da comissão provisória, instalaram oficialmente no dia 07-06-81 (domingo), a sede oficial do PT na cidade de GUARABIRA/PB, localizada à Praça João Pessoa.

Figura 100

FICHADO EM 03-11-80

Delegacia de Ordem Politica Social
ARQUIVO GERAL

SEGURANÇA POLITICA

Nome:	JOSÉ ALTINO DE LEMOS COUTINHO	
Filiação:	JOÃO DE SOUSA COURENHO E CORINA TAVARES LEMOS	027 N. do Prontuário
Naturalidade:	CONCEIÇÃO-PB DEN 20 Mar 46 IDENT Nº 2.926.704	
Residência:	R. José Liberato nº 87 - Miramar - João Pessoa	Data da abertura
Profissão:		

HISTÓRICO

VIRE

Figura 101

HISTÓRICO:

Segundo INFORME Nº 150 E/2 do MINISTERIO DO EXÉRCITO-IV/EXÉRCITO- 1º GPT E ESTADO MAIOR.

O nominado é correspondente do jornal "HORA DO POVO" e trabalha na Coordenação de Extensão do Departamento de Música/UFPE e È considerado pederasta. Também esteve presente na digão no comício do PMDB ocorrido em CAMPINA GRANDE no dia 25 de Maio de 80.

Figura 102


		ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)	Fotografia 3 x 4
FICHA INDIVIDUAL			
N.º do Documento	1072	Data da abertura	22 / 07 / 19 69
Nome:	JOSÉ JOFFILY BEZERRA DE MELLO		
Filiação:	Antonio Bezerra de Mello e Maria Joffily Bezerra de Mello		
Data e Local de Nascimento			
25-03-14 - CAMPINA GRANDE/PB			
Identidade n.º	Orgão expedidor:	Cart. Prof.	
Título de Eleitor:	Secção:	Zona:	
Endereço:	Telefone:		
Profissão:	Advogado	End. Profissional:	
		Telefone:	
Observações:			

Figura 103

HISTÓRICO
<p>Fichado de acordo com a relação dos elementos cujos direitos políticos foram suspensos, no Estado da Paraíba, pelo Exmo Sr Presidente da República, de acordo com o ofício nº 327, de 22-07-69, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba.</p> <p>Conf. PB Nº 063/81 de 01-04-81 do 1º GPT E CNST, o nominado organizou nesta capital a "FRENTE DEMOCRÁTICA". (PROT. Nº 0294/81).</p> <p>Conf. INPE Nº 207/81 de 28-07-81 da SR/DPF/PB, o nominado tomou parte no ato público denominado "MARCHA CONTRA A CARESTIA", realizado no dia 23-07-81, às 16,00 hs, nesta Capital, ocasião em que fez pronunciamento abordando vários temas, fazendo ver aos presentes que a situação existente no País cabia, tão somente, ao Ministro do Planejamento e ao Presidente da República. (PROT. Nº 0708/81).</p>

Figura 104


		ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)	Fotografia 3 x 4
		FICHA INDIVIDUAL	
N.º do Prontuário		04 / 08 / 19 81	Data da abertura
Nome:	PEDRO GONDIM (SDQ)		
Filiação:			
	Data e Local de Nascimento		
Identidade n.º	Órgão expedidor:	Cart. Prof.	
Título de Eleitor:	Secção:	Zona:	
Endereço:	Telefone:		
Profissão: Advogado	End. Profissional:		
	Telefone:		
Observações:			

Figura 105

HISTÓRICO
Conf. INFE Nº 207/81 de 28-07-81 da SR/DPF/PB, o nominado tomou parte no ato público denominado "MARCHA CONTRA A CARESTIA", realizado no dia 23-07-81, às 16.00 hs, nesta capital, ocasião em que fez pronunciamento abordando vários temas, fazendo ver aos presentes que a situação existente no País cabia, tão somente, ao Ministro do Planejamento e ao Presidente da República. (PROT. Nº 0708/81).

Figura 106

65

Nº do Pront. _____

Atuação _____

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

NOME NEWTON VIEIRA RIQUE

FILIAÇÃO JOÃO RIQUE FERREIRA e ROSA VIEIRA RIQUE

NACIONALIDADE BRASILEIRA NATURALIDADE CAMPINA GRANDE - PB

DATA DE NASC. _____ DOC. DE IDENT. _____

RESIDÊNCIA Av. Atlântica 434 Apt. 1101 Copacabana Guanabara

EST. CIVIL Casado INSTRUÇÃO _____

PROFISSÃO _____ CARACTERES 36 anos

Figura 107

HISTÓRICO

Ex- Prefeito de Campina Grande

Em uma ata de reunião do Comité Estadual do P. C. B., realizada em 14 e 15 de setembro de 1963, consta ter sido apoiado pelo Partido nas últimas eleições. Tendo sido seus direitos políticos cassados ou suspensos de acordo com o Ato Institucional.

FOTO-
GRAFIA

SEGURANÇA POLITICA

Figura 108

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL		Nº do Pront. <u>970</u>
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES		Autuação _____
NOME <u>EDVALDO DE SOUZA DO Ó</u>		
FILIAÇÃO <u>ISAIAS DE SOUZA e de ALICE LIMA DE SOUZA</u>		
NACIONALIDADE <u>BRASILEIRO</u>		NATURALIDADE <u>C. GRANDE-PB</u>
DATA DE NASC. <u>05.06.1929</u>		DOC. DE IDENT. _____
RESIDÊNCIA _____		
EST. CIVIL _____		INSTRUÇÃO _____
PROFISSÃO _____		CARACTERES _____

Figura 109

Delegacia de Ordem Política Social	
ARQUIVO GERAL	
SEGURANÇA POLITICA	Nome: <u>JOSE LUIZ DA SILVA</u>
	Filiação: <u>Sem filiação</u>
	Naturalidade: _____
	Residência: _____
	Profissão: <u>Ferrovário.</u>
	5 -1321 N. do Prontuário
	13-11-1935 Data da abertura
HISTÓRICO	
Tomeu parte saliente na greve dos ferroviários verificada em novembro de 1935. Origem: PE nº 195-E/2 de 20/10/72 do 1º Gpt E.O nominado é militante da Ação Popular Maxista Leninista do Brasil. (A M P L de B)	

Figura 110

DELEGACIA ESPECIAL DE ORDEM POLITICA SOCIAL E ECONOMICA	
ARQUIVO GERAL	
SEGURANÇA POLITICA	Nome: <u>JOSE SABINO DA SILVA</u>
	Filiação: <u>Pedro Pereira da Silva e Ceziola Sabino da Silva</u>
	Naturalidade: <u>SANTA RITA/PE Nasc. 15/04/1931</u>
	Residência: <u>Cabedêlo</u>
	Profissão: <u>Operário burocrata</u>
	1259 N. do Prontuário
	1969 Data da abertura
HISTÓRICO	
Ouvido nesta DOPSE em termos de declarações por ter sido denunciado de incentivar os trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Santa Rita na recente crise da Fábrica Tibiri. Costa, digo, Consta também cópia autêntica de Termos de Declarações de José Sabino, prestado no dia 21 de maio de 1969 na Subdelegacia Regional de Polícia Federal.	

Figura 111

DELEGACIA ESPECIAL DE ORDEM POLITICA SOCIAL E ECONOMICA	
ARQUIVO GERAL	
SEGURANCA POLITICA	Nome: DURVAL LEAL DE ARAUJO
	Filiação: Severino Domingos de Araújo e Emilia Leal de Araújo
	Naturalidade: João Pessoa-Pb
	Residência: à Rua. Prefeito José Leite (Miramar J/Pessoa-Pb nº 56
	Profissão: Funcionário Público Instrução Universitário-Casado nasc. 24-11-1932 Identidade Nº 41.786 Paraíba.
	157
	1262
	N. do Prontuário
	30-3-71
	Data da abertura
HISTÓRICO	
Consta no SNI: Histórico: AÇÃO: - Escrivão (Secretário do Conselho Portuario da Administração do Porto de Cabedelo) Cargo chaves. Agitador, provocador de greves no Porto de Cabedelo, juntamente com Rainun de Nonato Batista, DURVAL LEAL DE ARAUJO e Luis de Moraes Fragoso. Na visita que o ex-presidente Castelo Branco fez ao Porto de Cabedelo, o sr. Marcos Torres disse que o maior desejo dele era ver a cabeça do presidente numa bandeja. Fez vários pronunciamentos subversivos na U. P.B., convocando os trabalhadores a se unirem a João Coulart para a - grandeza do Brasil. Agitador do meio estudantil e organizador de trotes subversivos.	

Figura 112

DELEGACIA ESPECIAL DE ORDEM POLITICA SOCIAL E ECONOMICA		
ARQUIVO GERAL		
SEGURANCA POLITICA	Nome: <u>LUIS MORAES FRAGOSO</u>	
	Filiação: _____	1262 N. do Prontuário
	Naturalidade: _____	
	Residência: _____	30-3-71 Data da abertura
	Profissão: _____	
HISTÓRICO		
Consta no SMI: Histórico: AÇÃO: Escrivão (Secretário do Conselho Portuario da Administração do Porto de Cabedelo) Cargo chave. Agitador provocador de greves no Porto de Cabedelo, juntamente com Raimundo Natate Batista, Durval Leal de Araújo e <u>LUIS DE MORAES BRAGOSO</u> .		

Figura 113

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL		NP do Pront. <u>150</u>
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES		Autuação <u>30-10-74</u>
NOME <u>ANTONIO JANUARIO DE SOUZA</u>		
FILIAÇÃO <u>SEBASTIÃO JANUARIO e de LUZIA BENEDITA DA CONCEIÇÃO</u>		
NACIONALIDADE <u>BRASILEIRO</u>	NATURALIDADE <u>BREJO DE AREIA/PB</u>	
DATA DE NASC. <u>10 JAN 1952</u>	DOC. DE IDENT. _____	
RESIDÊNCIA <u>Rua ITAJUBA Nº 03 - BAYEUX/PB</u>		
EST. CIVIL <u>SOLTEIRO</u>	INSTRUÇÃO <u>PRIMARIA</u>	
PROFISSÃO <u>TRABALHADO R BRAÇAL</u>	CARACTERES _____	

Figura 114

SEGURANÇA POLITICA	HISTÓRICO
	Participante ativo em um movimento grevista na firma CONCISA no dia 30-10-1974.
	FOTO-GRAFIA

Figura 115

Nº do Pront. 150

Autuação 30-10-74

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

NOME ARGÊMIRO ANDRÉ DOS SANTOS

FILIAÇÃO JOSE ANDRE DOS SANTOS e de MARIA JOSE DA CONCEIÇÃO

NACIONALIDADE brasileiro NATURALIDADE PEDRA DE FOGO/PB

DATA DE NASC. 30 OUT 1936 DOC. DE IDENT. _____

RESIDENCIA Rua Gival Muribeca nº 377- BAYEUX/PB

EST. CIVIL CASADO INSTRUÇÃO PRIMARIO

PROFISSÃO TRABALHADOR BRAÇAL CARACTERES OLHOS CASTANHOS

Figura 116

HISTÓRICO

Chefe de um movimento grevista na firma CONCISA no dia 30-10-74

SEGURANÇA POLITICA

FOTO-
GRAFIA

Figura 117

Nº do Pront. 150
Autuação 30-10-74

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

NOME JOÃO MEDEIROS DOS SANTOS
FILIAÇÃO MANOEL MEDEIROS e de MARIA CASTOR DOS SANTOS
NACIONALIDADE BRASILEIRO NATURALIDADE RIO TINTO/PB
DATA DE NASC. 1947 DOC. DE IDENT. _____
RESIDÊNCIA Rua Peregrino de Carvalho nº 142 SAPE/PB
EST. CIVIL SOLTEIRO INSTRUÇÃO PRIMARIA
PROFISSÃO TRABALHADOR BRAÇAL CARACTERES _____

Figura 118

HISTÓRICO

Participou de um movimento grevista na firma **X** CONCISA no dia 30-10-74 na cidade João Pessoa-PB.

SEGURANÇA POLITICA

FOTO-
GRAFIA

Figura 119

Nº do Pront. 150

Autuação 30-10-74

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

NOME MIGUEL TAVARES DA SILVA

FILIAÇÃO ARISTEU TAVARES DA SILVA e de MARIA DO CARMO DA SILVA

NACIONALIDADE BRASILEIRO NATURALIDADE RIO TINTO/PB

DATA DE NASC. 22 FEV 1950 DOC. DE IDENT. _____

RESIDÊNCIA Rua Seis Irmãos nº 01 SANTA RITA-PB

EST. CIVIL CASADO INSTRUÇÃO PRIMARIA

PROFISSÃO TRABALHADOR BRAÇAL CARACTERES _____

Figura 120

HISTÓRICO

Participou de um movimento grevista na firma CONCISA no dia 30-10-1974 na cidade de João Pessoa-PB.

FOTO-
GRAFIA

SEGURANÇA POLITICA

Figura 121

DELEGACIA ESPECIAL DE ORDEM POLITICA SOCIAL E ECONOMICA
ARQUIVO GERAL

SEGURANCA POLITICA

Nome: AURIZETE NÓBREGA PESSOA

Filiação: _____

Naturalidade: _____

Residência: _____

Profissão: _____

1037
N. do Prontuário

19-3-69
Data da abertura

HISTÓRICO

Seu nome consta da relação das pessoas que foram fichadas em 1964 pela Polícia de Campina Grande, por exercerem atividades na Campanha de Educação Popular (CEPLAR)

Figura 122

DELEGACIA ESPECIAL DE ORDEM POLITICA SOCIAL E ECONOMICA
ARQUIVO GERAL

SEGURANCA POLITICA

Nome: YARA MACÊDO LYRA

Filiação: _____

Naturalidade: _____

Residência: _____

Profissão: _____

1037
N. do Prontuário

19-3-69
Data da abertura

HISTÓRICO

Seu nome consta da relação das pessoas que foram fichadas em 1964 pela Polícia de Campina Grande, por exercerem atividades na Campanha de Educação Popular (CEPLAR)

Figura 123

Nº do Pront. 1026

Autuação _____

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

NOME MARIA SALETE AGRA RAMOS

FILIAÇÃO HEROTIDES RAMOS e ESMERALDINA AGRA RAMOS

NACIONALIDADE BRASILEIRA NATURALIDADE CAMPINA GRANDE - PB

DATA DE NASC. _____ DOC. DE IDENT. _____

RESIDÊNCIA Rua Miguel Bastos Lisboa 31 - Miramar

EST. CIVIL _____ INSTRUÇÃO _____

PROFISSÃO Professora CARACTERES _____

Figura 124

HISTÓRICO

Fichada pela Polícia Militar do Estado da Paraíba, por exercer em 1964, atividades na Campanha de Educação Popular (CEPLAR)

SEGURANÇA POLITICA

FOTO-
GRAFIA

Figura 125

Nº do Pront. 119

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

Atuação _____

NOME LEOPOLDO BRASILEIRO DE LIMA FILHO .

FILIAÇÃO Leopoldo Brasileiro de Lima e Amazila Ribeiro de Lima

NACIONALIDADE Bras. NATURALIDADE J. Pessoa PB

DATA DE NASC. _____ DOC. DE IDENT. _____

RESIDÊNCIA Rua Cardoso Vieira, 83 J Pessoa PB

EST. CIVIL _____ INSTRUÇÃO _____

PROFISSÃO _____ CARACTERES _____

Figura 126

HISTÓRICO

SEGURANÇA POLITICA

Integrava a Equipe da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) de Campina Grande, responsável pela elaboração das fichas de roteiro de politização de teor subversivo. Participava do Movimento de Ação Popular do Estado. Era esquerdista que atuava sem cessar em proveitos do comunismo. Denunciado pela auditoria da 7ª RM, pelo crime previsto no art. 2, item III da lei nº 1802, de 5/1/53. Nota extraída do Diário da Justiça do Estado de Pernambuco de 15 de agosto de 65.

Obs. Cancelada a presente ficha de acordo com o despacho exarado pelo sr Secretario da Segurança Pública em 26/10/71.

FOTO-
GRAFIA

Figura 127


		ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPSI)		Fotografia 3 x 4	
		FICHA INDIVIDUAL			
N.º do Prontuário		22 / 06 / 19 81		Data da abertura	
Nome: ALCIVAN DE TAL (SDQ)					
Filiação: _____ e _____					
Data e Local de Nascimento: _____					
Identidade n.º _____		Órgão expedidor: _____		Cart. Prof. _____	
Título de Eleitor: _____		Seção: _____		Zona: _____	
Endereço: _____		Telefone: _____			
Profissão: Professor em Santa Rita-PB		End. Profissional: _____		Telefone: _____	
Observações: _____					

Figura 128

HISTÓRICO	
<p>Conf. OFÍCIO Nº 006/81 de 05-05-81 do Cado Geral da FMPB, o nominado juntamente com outros membros da AMPEP, procuraram prejudicar as aulas do Colégio Enéas de Carvalho (Santa Rita-PB), com a instalação de um carro com possantes alto-falantes, fazendo um mini-comício. Durante esse evento foram atiradas pedras contra o Colégio, não chegando a causar danos.</p>	

Figura 129


	ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)	Fotografia 3 x 4
	FICHA INDIVIDUAL	
N.º do Protocolo		22 / 06 / 19 81 Data da abertura
Nome:	JOSÉ ALVES (SDQ)	
Filiação:		
Data e Local de Nascimento		
Identidade n.º	Órgão expedidor:	Cart. Prof.
Título de Eleitor:	Secção:	Zona:
Endereço:	Telefone:	
Profissão:	End. Profissional:	AMPEP
	Telefone:	
Observações:		

Figura 130

HISTÓRICO	
<p>Conf. OFÍCIO Nº 006/81 de 05-05-81 do Cmdo Geral da PMPB, o nominado juntamente com outros membros da AMPEP, procuraram prejudicar as aulas do Colégio Enéas de Carvalho (S. Rita-PB), com a instalação de um carro com possantes alto-falantes, fazendo um mini-comício. Durante esse evento foram atiradas pedras contra o Colégio, não chegando a causar danos.</p>	

Figura 131

ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANCA PÚBLICA
CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANCA - (CIPS)

Fotografia
3x4

FICHA INDIVIDUAL

N.º do Prontuário: _____ Data de abertura: 22 / 06 / 1981

Nome: JOSÉ EDILSON AMORIM (SDQ)

Filiação: _____

Data e Local de Nascimento: _____

Identidade n.º _____ Órgão expedidor: _____ Cart. Prof. _____

Título de Eleitor: _____ Secção: _____ Zona: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

Profissão: Professor da AMPEPE End. Profissional: _____

Telefone: _____

Observações: Presidente da AMPEPE

Figura 132

HISTÓRICO

Conf. OFICIO Nº 006/81 de 05-05-81 do Cmdo Geral da PMPB, o nominado com presidente da AMPEPE, reuniu-se com outros membros e procuraram prejudicar as aulas do Colégio Enéas de Carvalho (S. Rita), com a instalação de um carro com possantes alto-falantes, fazendo um mini-comício. Durante esse evento foram atiradas pedras contra o Colégio, não chegando a causar danos.

Figura 133


 ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)		Fotografia 3 x 4
FICHA INDIVIDUAL		
N.º do Prontuário		30 / 04 / 19 81 Data da abertura
Nome: WALDIR DUARTE (SDQ)		
Filiação: _____ e _____		
Data e Local de Nascimento: _____		
Identidade n.º	Órgão expedidor:	Cart. Prof.
Título de Eleitor:	Seção:	Zona:
Endereço: _____		Telefone: _____
Profissão: PROFESSOR ESTADUAL	End. Profissional: COL. ESTADUAL (GUARABIRA)	
		Telefone: _____
Observações: COMPONENTE DO CONSELHO REGIONAL DA AMPEP, EM GUARABIRA, ESTÁ INSTRUINDO O PROFESSORADO E CONCLAMANDO-O, EM GUARABIRA, A CONTINUARNA GREVE ENCABECADA PELA AMPEP.		

Figura 134


 ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)		Fotografia 3 x 4
FICHA INDIVIDUAL		
N.º do Prontuário		26 / 06 / 19 81 Data da abertura
Nome: MARGARIDA ALACOQUE LEITE (SDQ)		
Filiação: _____ e _____		
Data e Local de Nascimento: _____		
Identidade n.º	Órgão expedidor:	Cart. Prof.
Título de Eleitor:	Seção:	Zona:
Endereço: _____		Telefone: _____
Profissão: Professora	End. Profissional: _____	
		Telefone: _____
Observações: 2º Vice Pres. da AMPEP		

Figura 135


		ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)	Fotografia 3 x 4
FICHA INDIVIDUAL			
N.º do Prontuário		26 / 06 / 1981	Data da abertura
Nome:	MOACIR CAMELO DE MELO (SDQ)		
Filiação:			
Data e Local de Nascimento			
Identidade n.º	Órgão expedidor:	Cart. Prof.	
Título de Eleitor:	Secção:	Zona:	
Endereço:	Telefone:		
Profissão: Professor	End. Profissional:	Telefone:	
Observações:	Membro Conselho Fiscal da AMPEP		

Figura 136

HISTÓRICO	
COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
- JOSÉ EDILSON DE AMORIM - Presidente	
- AGAMENON VIEIRA DA SILVA - 1º Vice Pres - Campina Grande (PB)	
- MARGARIDA ALACOQUE LEITE - 2º Vice Pres	
- MANOEL AMARO VIEIRA - 1º Sec.	
- OSMAR APOLINÁRIO DO NASCIMENTO - 2º Sec.	
- JOÃO LUCENA MONTENEGRO - 1º Tes.	
- ANITA GARIBALDI MACHADO LEITE - 2º Tes.	
CONSELHO FISCAL	
- MOACIR CAMELO DE MELO	
- MARIA ZOETÂNIA DA NÓBREGA MEDEIROS	
- CONSTÂNCIA NETA SILVA	
(Protocolo nº 0569/81)	

Figura 137

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)

FICHA INDIVIDUAL

04 / 08 / 19 81
Data da abertura

Fotografia
3 x 4

N.º do Proenúrio

Nome: IRLANDIO PEREIRA (SDQ)

Filiação:

Data e Local de Nascimento

Identidade n.º Órgão expedidor: Cart. Prof.

Título de Eleitor: Seção: Zona:

Endereço: Telefone:

Profissão: Professor End. Profissional: Telefone:

Observações:

Figura 138

HISTÓRICO

Conf. LEFE Nº 148/81 de 15-05-81 da SR/DEF/FP, o nominado posicionou-se radicalmente contra a suspensão do movimento prevista deflagrada pelos professores do magistério público, no dia 23-04-81, pelo atendimento de reivindicações a nível nacional e nível estadual. (PROT. Nº 0443/81)

Figura 139

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)

Fotografia
3 x 4

FICHA INDIVIDUAL

N.º do Prontuário _____ 04 / 08 / 19 81
Data da abertura

Nome: JAEMIO CARNEIRO (SDQ)

Filiação: _____ e _____
Data e Local de Nascimento _____

Identidade n.º _____ Órgão expedidor: _____ Cart. Prof. _____

Título de Eleitor: _____ Seção: _____ Zona: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

Profissão: Professor End. Profissional: _____
Telefone: _____

Observações: _____

Figura 140

HISTÓRICO

Conf. INFE Nº 148/81 de 15-05-81 da SR/DFF/FB, o nominado posicionou-se radicalmente contra a suspensão do movimento grevista deflagrado pelos professores do magistério público, no dia 23-04-81, pelo atendimento de reivindicações a nível nacional e nível estadual. (PROT. Nº 0443/81)

Figura 141

ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)

Fotografia
3 x 4

FICHA INDIVIDUAL

N.º do Prontuário _____ Data de abertura **14 / 04 / 19 81**

Nome: **HERMANO NEPOMUCENO**

Filiação: _____

Data e Local de Nascimento: _____

Identidade n.º _____ Órgão expedidor: _____ Cart. Prof. _____

Título de Eleitor: _____ Seção: _____ Zona: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

Profissão: **Professor** End. Profissional: **Campus II**

Telefone: _____

Observações: _____

Figura 142

HISTÓRICO

Conforme notícia publicada no Diário da Borborema de 11-04-81, o nominado foi eleito Secretário, pela Chapa 2 "Em Defesa dos Interesses dos Professores", na ADUFPb-Interior (Campina Grande).

Figura 143


	ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)	Fotografia 3 x 4
	FICHA INDIVIDUAL	
N.º do Prontuário		14 / 04 / 19 81 Data da abertura
Nome: EDGAR MALAGODI		
Filiação: _____		
Data e Local de Nascimento		
Identidade n.º	Órgão expedidor:	Cart. Prof.
Título de Eleitor:	Secção:	Zona:
Endereço:		Telefone:
Profissão: Professor	End. Profissional: Campus II	Telefone:
Observações: _____		

Figura 144

HISTÓRICO
Conforme notícia publicada no Diário da Borborema de 11-04-81, o nominado foi eleito suplente, pela Chapa 2 "Em Defesa dos Interesses dos Professores", na ADUFPb-Interior (Campina Grande).

Figura 145


			ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)			Fotografia 3 x 4		
FICHA INDIVIDUAL								
N.º do Prontuário			14 / 04 / 1981			Data da abertura		
Nome: MÁRIO ARAÚJO FILHO								
Filiação: _____ e _____								
Data e Local de Nascimento: _____								
Identidade n.º _____			Órgão expedidor: _____			Cart. Prof. _____		
Título de Eleitor: _____			Secção: _____			Zona: _____		
Endereço: _____						Telefone: _____		
Profissão: Professor			End. Profissional: Campus II			Telefone: _____		
Observações: _____								

Figura 146

HISTÓRICO	
Conforme notícia publicada no Diário da Borborema de 11-04-81, o nominado foi eleito suplente, pela Chapa 2 "Em Defesa dos Interesses dos Professores", na ADURPb-Interior (Campina Grande).	

Figura 147


 ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)		Fotografia 3 x 4
FICHA INDIVIDUAL		
N.º do Promúrio Nome: <u>WANDRELL DE SOUSA</u>		07 / 07 / 19 81 Data da abertura
Filiação: <u>Wilson de Sousa</u> e <u>Lenita Merculano de Sousa</u>		
Data e Local de Nascimento <u>08-06-48 - ITAPORANGA/PB</u>		
Identidade n.º <u>120.496</u>	Órgão expedidor: <u>SSP/PB</u>	Cart. Prof.
Título de Eleitor:	Seção:	Zona:
Endereço:	Telefone:	
Profissão: <u>Professor</u>	End. Profissional:	Telefone:
Observações: <u>1º SUPLENTE DA ADUFPP/CAMPINA GRANDE (INFE Nº 186/81 da SR/DFF/PB) (PROT 0577/81)</u>		

Figura 148


 ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)		Fotografia 3 x 4
FICHA INDIVIDUAL		
N.º do Promúrio Nome: <u>WAGNER BRAGA BATISTA</u>		07 / 07 / 19 81 Data da abertura
Filiação: <u>Euclides Simões Batista</u> e <u>Alcinice Braga Batista</u>		
Data e Local de Nascimento <u>12-04-49 - RIO DE JANEIRO/RJ</u>		
Identidade n.º <u>2.278.361</u>	Órgão expedidor: <u>SSP/RJ</u>	Cart. Prof.
Título de Eleitor:	Seção:	Zona:
Endereço:	Telefone:	
Profissão: <u>Professor</u>	End. Profissional:	Telefone:
Observações: <u>SECRETÁRIO DA ADUFPP/CAMPINA GRANDE (INFE Nº 186/81 da SR/DFF/PB) (PROT 0577/81)</u>		

Figura 149



	ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)	Fotografia 3x4
FICHA INDIVIDUAL		
N.º do Prontuário	07 / 07 / 19 81 Data da abertura	
Nome:	ADERBAL DA COSTA VILLAR FILHO	
Filiação:	Aderbal da Costa Vilar e Maria da Guia Pereira	
	Data e Local de Nascimento 25-09-49 - CAMPINA GRANDE/PB	
Identidade n.º	272.738	Orgão expedidor: SSP/PB Cart. Prof.
Título de Eleitor:	Secção:	Zona:
Endereço:	Telefone:	
Profissão:	Professor	End. Profissional:
	Telefone:	
Observações:	DIRETOR-TESOUREIRO DA ADUPPB/CAMPINA GRANDE (INFE Nº 186/81 da SR/DPF/PB) (PROT 0577)	

Figura 150

CONTINUAÇÃO DA FICHA INDIV. DE RUBENS PINTO LIRA



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)

Fotografia
3 x 4

FICHA INDIVIDUAL

/ / 19
Data da abertura

N.º do Prontuário

Nome: _____

Filiação: _____

Data e Local de Nascimento

Identidade n.º _____ Órgão expedidor: _____ Cart. Prof. _____

Titulo de Eleitor: _____ Seção: _____ Zona: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

Profissão: _____ End. Profissional: _____

Telefone: _____

Observações: _____

Figura 151

HISTÓRICO

tros professores, tomou parte na Assembléa Geral de docentes, discentes e funcionários do CCHLA/UFPb, realizada no dia 10-06-81. Fazendo uso da palavra o aludido fez o relato da sua viagem a Brasília como representante do cargo docente do CCHLA, com a missão específica de entregar ao MEC um abaixo-assinado com mil assinaturas solicitando a revogação do ato que designou o Prof. Arael Menezes / Costa para diretor pró-tempore do CCHLA e confidenciar sobre as atividades da polícia dentro da UFPb.

Conf. INFE Nº 148/81 de 15-05-81 da SR/DPT/PB, o nominado tomou parte no ato público realizado no dia 29-04-81, no Ponto Cem Réis, em solidariedade ao movimento peredista contra a suspensão da greve dos professores do magistério público. (PROT. Nº 0443/81).

Figura 152

ASSOCIAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA (AMPEP)

ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CENTRO DE INFORMAÇÕES POLICIAIS E DE SEGURANÇA - (CIPS)

Fotografia
3x4

FICHA INDIVIDUAL

N.º do Prontuário: _____ Data da abertura: 22 / 06 / 19 81

Nome: ASSOCIAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAIBA (AMPEP)

Filiação: _____ e _____

Data e Local de Nascimento: _____

Identidade n.º _____ Órgão expedidor: _____ Cart. Prof. _____

Título de Eleitor: _____ Secção: _____ Zona: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

Profissão: _____ End. Profissional: _____

Telefone: _____

Observações: _____
